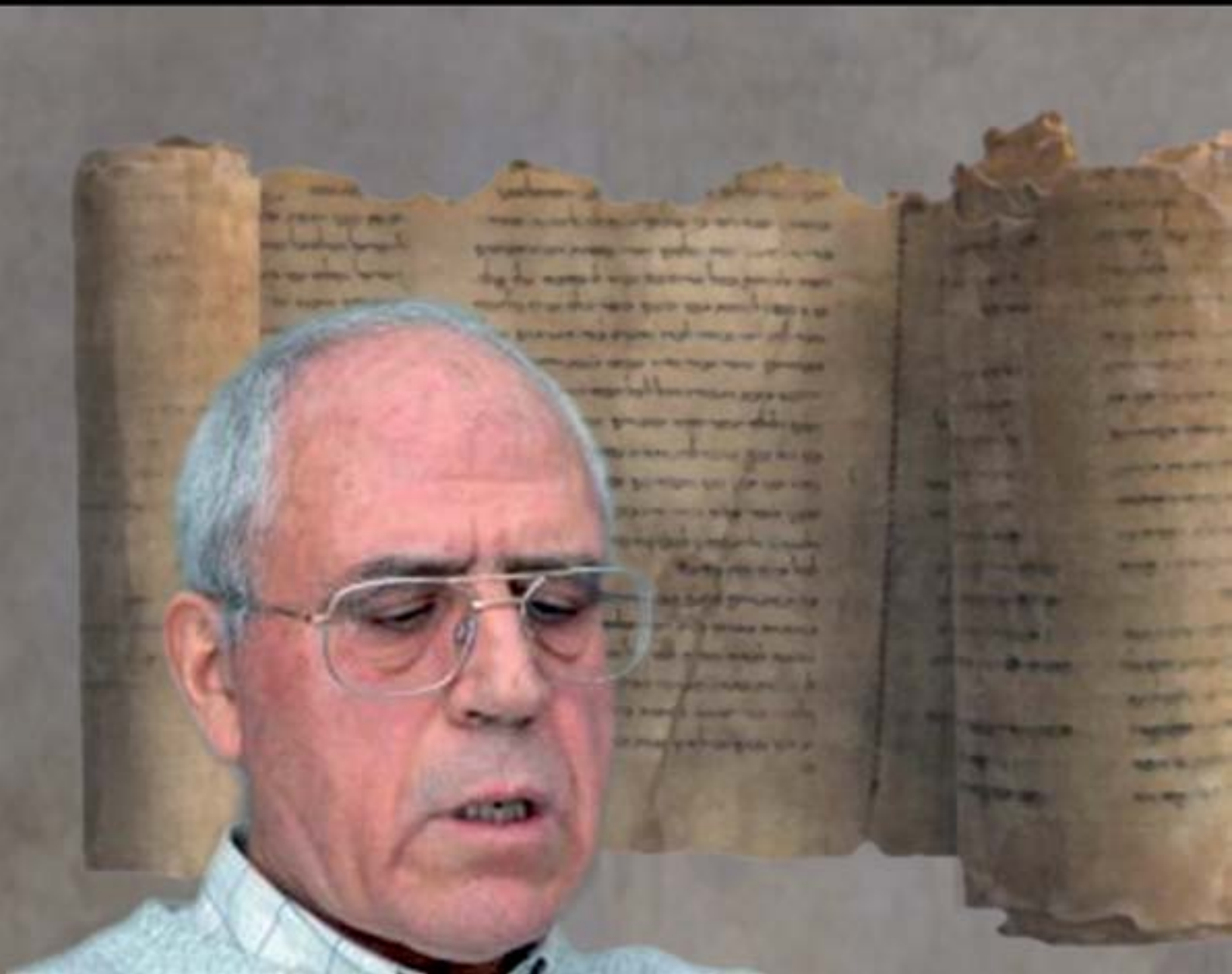
τφ

10 Anos

Cadernos 09

Terras Quentes



2002 - 2012
10º ANIVERSÁRIO
DA "ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES"

10 Anos

Cadernos 09

Terras Quentes

Edição:

Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros
"Terras Quentes"

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Índice

Editorial

"Falar-se de história e desenvolver-se um projecto de história em Trás-os-Montes, em Macedo de Cavaleiros, parece ser um desperdício. Não é. Apesar de estarmos no interior, longe do litoral, longe das academias e dos grandes museus, longe das grandes concentrações de monumentos nacionais e das rotas turísticas, longe dos aglomerados populacionais e das grandes escolas de letras. Precisamente por causa disso, por estarmos longe. Desenvolver aqui um projecto de história, aliás, um grande projecto com nível internacional e que permite dar estatuto à nossa terra é uma forma de amortecer todos aqueles aspectos negativos, de lutar contra eles. É uma forma de nós dizermos que estamos aqui apesar da nossa interioridade. Que resistimos aqui ao nosso despovoamento. É uma forma de afirmarmos a nossa cultura e de homenagearmos a daqueles que também nos antecederam, viveram nos nossos montes e cultivaram os nossos campos, sofreram a interioridade e resistiram às difíceis condições da nossa terra.

Falar-se de história num mundo que cada vez mais acelera a velocidade dos acontecimentos pode parecer um desperdício. Não é. Precisamente por causa desta velocidade, com que vivemos os dias de hoje e que tanto nos faz atropelar cada momento a ponto de não vermos o caminho que percorremos, a história é necessária, para nos dar algo em comum – o nosso passado – neste mundo em que cada vez mais somos diferentes. A história é um facto de coesão social. Poderemos divergir quanto aos caminhos a seguir mas já o mesmo não acontece quanto àqueles já percorridos. Foi a história que nos trouxe a todos até aqui. De uma forma convergente."

Palavras sábias e, até, premonitórias, estas proferidas no editorial do nosso caderno Terras Quentes, nº 1 (2004) pelo Dr. Manuel Cardoso.

Poderíamos ficar por aqui. Dez anos de trabalho, produzido por milhares que colaboraram com a Associação Terras Quentes, na sua maioria, de forma voluntária, proporcionaram à região Macedense, ser das poucas do país, dotada de inventários exaustivos nas valências de arqueologia, história e história de arte, e com centenas de obras de artes, na sua maioria património Macedense, recuperadas pela nossa oficinas de conservação e restauro. Foi um trabalho de formiguinha, em que poucos apostam, mas que permite acervar conhecimentos necessários para serem utilizados, não só para dar estatuto à nossa terra, como era afirmado em 2004, mas sobretudo facultarem dados estratégicos para melhor se pensar o nosso futuro, como terra, como comunidade e também contribuírem para a nossa coesão social, elevando a nossa autoestima.

O artigo "10 anos de actividade" contido neste nº 9 dos nossos cadernos, mostra de forma sucinta os trabalhos realizados, remetemos-vos para ele.

Mas não vamos parar. Em cima da mesa estão vários projectos, em colaboração com a Câmara Municipal, que irão dar a visibilidade a todo este nosso trabalho produzido. O Museu de Arte Sacra está na sua 4ª remodelação; A Sala Museu de Arqueologia ir-se-á transformar no Museu Municipal de Arqueologia; O mais nobre Macedense, Martim Gonçalves de Macedo, irá ter o seu Museu, onde se pretende retratar a sua intervenção na "mãe da todas as batalhas" travadas pelos Portugueses – a de Aljubarrota". A Fraga da Pegada irá ser musealizada. Os tempos que se aproximam irão ser de muito trabalho e cá estaremos para dar o nosso melhor em prol da comunidade Macedense.

Por último, este nosso caderno nº 9 é dedicado a uma singela mas sentida e merecida homenagem a mais um ilustre Macedense (Corujense), como muitos outros que já perpassaram pelas páginas dos nossos cadernos. Padre Frei Francolino José Gonçalves, pelo trabalho desenvolvido ao longo de décadas em prol da ciência, com humildade, rigor e simplicidade, como, aliás, tem sido a sua vida como, tão bem é retratada na pequena biografia produzida nas nossas páginas pelo Pde José António Machado, Pároco de Corujas. Bem haja Frei Francolino pelo seu legado.

O Presidente da Associação Terras Quentes
Carlos Mendes

FREI FRANCOLINO GONÇALVES, OP
A GRANDEZA DA HUMILDADE
(RESUMO BIOGRÁFICO)

"É curioso ver que quase todos os homens de grande valor têm maneiras simples; e que quase sempre as maneiras simples são tomadas como indício de pouco valor" *(Giacomo Leopardi)*.

Solicitado para escrever as notas biográficas do Padre Frei Francolino José Gonçalves, naturalmente hesitei em aceder ao pedido, não porque me faltasse o desejo de colaborar na feliz iniciativa de o homenagear, e não sentisse a distinção que me era proporcionada, mas sim pela consciente impossibilidade de satisfazer ao que é lícito esperar. Até porque "uma vida bem escrita é quase tão rara como uma bem vivida" (Thomas Carlyle).

Como bem escreveu o poeta brasileiro Lêdo Ivo: "a maioria dos biógrafos empenha-se em explicar a obra a partir da vida, quando o correcto é exactamente o contrário: trata-se de explicar a vida a partir da obra". Espero conseguí-lo. Tranquiliza-me a certeza de que as reconhecidas qualidades do homenageado não poderão ser ofuscadas pela pobreza do meu estilo literário; além disso, agrada-me contraditar quem defende que "os biógrafos e os abutres alimentam-se de cadáveres" (Sofocleto, escritor espanhol). Que estes pobres rabiscos possam ajudar a quem condignamente homenageia tão ilustre Sacerdote.

Infância

O Padre Frei Francolino José Gonçalves nasceu no dia 28 de Março de 1943, na freguesia de Corujas, concelho de Macedo de Cavaleiros, e foi baptizado no dia 11 de Abril desse

ano, na igreja matriz da mesma freguesia. Filho de Inácio dos Santos Gonçalves e de Etelvina dos Santos Zamora, neto paterno de Domingos dos Santos Gonçalves e Umbelina do Nascimento Pires, e materno de Francisco António Zamora e Francisca Carolina Zamora. Foram padrinhos João Baptista Rodrigues e Maria do Carmo Pires e baptizante o Padre António Manuel Figueiredo.

Os seus conterrâneos mais idosos recordam com muito carinho a sua meninice alegre e meiga e a ternura que nutria pelos avós paternos (figuras muito presentes na sua infância), pelos pais (pobres, humildes e muito católicos) e pelos seus oito irmãos, com quem compartilhavaos trabalhos agrícolas. Mesmo depois de Ordenado presbítero e doutorado, sempre que voltava à aldeia, era frequente vê-lo na execução das mais simples tarefas do dia-a-dia: cavar, plantar batatas, limpar as lojas dos animais… o que fosse preciso.

Um dia, após a ida à horta com os avós, partilhava satisfeito uma descoberta com os amigos: "Vi uma cegonha preta! Pata larga, bico redondo, é cegonha preta com certeza!". O episódio, revelador da inocente simplicidade do menino, ainda hoje é evocado sempre que alguém afirma com muita certeza algo que não parece ser muito certo.

A sua reputada inteligência granjeou-lhe o incentivo da professora primária, Dona Isilda da Piedade Lago, e o apoio da Menina Arminda da Conceição Alves (irmã do também corujense Padre Valentim Alves), para ingressar no Seminário. Como os pais tinham poucas posses, toda a aldeia se uniu e cada um deu o que pôde para lhe completarem o necessário enxoval.

O seu percurso rumo à vida religiosa e sacerdotal começa no ano de 1959, na Escola Apostólica da Ordem Dominicana, sita em Aldeia Nova, concelho de Ourém. Já no Seminário, a família de um colega pergunta-lhe se tem algum irmão que queira estudar. Respondeu-lhe logo que sim. Outros benfeitores surgiriam, permitindo que outros irmãos também pudessem instruir-se.

Padre Dominicano

A Ordem dos Pregadores, ou Ordem Dominicana, foi fundada em Toulouse, França, no ano de 1216 por São Domingos de Gusmão, sacerdote castelhano (daí o nome "Dominicanos"). A Ordem nasceu sob o signo da Verdade, isto é, o estudo, a reflexão e a pregação da verdade revelada por Jesus Cristo e anunciada pela Igreja. A sua actividade de ensino e de busca e disputa intelectual, tiveram como fruto grandes pensadores e famosos teólogos e escritores, que deram inúmeros contributos para a história da Europa e do mundo. A Província Portuguesa da Ordem de São Domingos comemora este ano o cinquentenário da sua restauração.

O jovem Francolino estudou filosofia e teologia no "Studium Sedes Sapientiae", em Fátima. Professa solenemente em 29 de Março de 1964, pelo que passa a ser chamado Frei Francolino. Concluiu os seus estudos de teologia na Faculté de Théologie, em Ottawa (Canadá), tendo sido ordenado presbítero em Novembro de 1968, na cidade canadiana de Montréal. No exercício do ministério sacerdotal viverá antecipadamente o pensamento do Beato João Paulo II, que em "Pastores dabovobis", ao traçar os caminhos do padre dos nossos dias, diz que ele há-de ser: homem de estudo, homem de oração e homem de doação. Manifesta então o desejo de aprofundar áreas relacionadas com o estudo da Bíblia.

Exegeta Bíblico

O Padre Francolino atribui o seu fascínio e interesse pela Bíblia às influências de um professor extraordinário, frei Raimundo de Oliveira, nos primeiros anos de teologia, em Fátima, no início da década de sessenta. Para a especialização tinha duas hipóteses: o Instituto Bíblico de Roma ou a Escola Bíblica e Arqueológica

Francesa de Jerusalém. Opta por Jerusalém, já que na Ordem Dominicana era costume ir estudar para lá durante, pelo menos, dois anos.

Vai para Jerusalém em Outubro de 1969. Leva consigo um tema para investigar: a História da Salvação; em particular o conceito de Salvação. Na Escola Bíblica teve como professores alguns dos nomes mais ilustres que a configuraram, como P. Benoît, M.E. Boismard , R. Tournay e, principalmente, Roland de Vaux (arqueólogo que escavou as ruínas de Qumrân, descobertas que revolucionaram os estudos bíblicos). Passará ele, depois, a ser um deles, assumindo responsabilidades na orientação da Escola, da Revue Biblique e das suas publicações científicas. Participa em escavações arqueológicas. Após o primeiro ano, obtém uma Bolsa da Gulbenkian e continua os estudos.

Como bolseiro da Gulbenkian preparou, longamente, a sua tese de doutoramento que marcou data nos anais da investigação: A expedição de Senaquerib na Palestina na literatura hebraica antiga. A partir deste episódio bíblico, consegue fazer uma espécie de história da interpretação de um acontecimento histórico. De facto, as suas investigações levaram-no a levantar novas hipóteses e perspectivas que alteram profundamente a compreensão das religiões da Bíblia. Faz o doutoramento em História e Filologia Orientais, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica); obtém ainda o grau de Doutor em História Antiga na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Professor na Escola Bíblica

Frei Francolino volta para Portugal em Janeiro de 1974. Apesar de ter sido convidado para leccionar em Jerusalém, pensa ficar por cá, onde ensina durante um semestre. Mas o fascínio da Cidade Santa e, sobretudo, a oportunidade de conjugar a biblioteca com a pesquisa no terreno, levam-no a regressar em Setembro de 1974. Convidam-no novamente para leccionar. Torna-se o único português que já passou 42 anos a investigar e a ensinar nessa famosa escola, inaugurada a 15 de Novembro de 1890 pelo dominicano Padre Lagrange (1855-1938), um dos pioneiros, no campo católico, da exegese histórico-crítica (revolucionário método de investigação e interpretação das Sagradas Escrituras).

Vive em Jerusalém como um enclaustrado: a sua vida é quarto e biblioteca. Fisicamente, nunca teve medo, apesar da tensão existente, fruto dos conflitos entre israelitas e palestinianos. Passou todos estes anos a estudar os profetas. Nos últimos 10/15 anos, os seus principais centros de interesse são a diversidade de religiões que existe no Antigo Testamento e o fenómeno profético (dimensão política do profetismo e a história da formação dos livros proféticos da Bíblia), em especial Jeremias e Isaías. Consideram-no o maior perito mundial sobre este Profeta. A modéstia impede-o de aceitar tal epíteto.

Foi sempre por períodos muito limitados que partilhou as suas investigações em França, na Alemanha, em Roma, no Canadá, no México, no Peru, no Chile, no Japão, na Espanha e em Portugal. O seu lugar permanente de trabalho é, porém, na Escola Bíblica de Jerusalém. Para as férias, sempre muito curtas, o lugar privilegiado é Corujas, onde colabora pastoralmente com o Pároco.

Membro da Pontifícia Comissão Bíblica

A Pontifícia Comissão Bíblica é constituída por 20 elementos e foi criada a 30 de Outubro de 1902, no final do Pontificado de Leão XIII, com a função de promover o estudo científico da Bíblia e defender a ortodoxia católica desse estudo. Um ano depois, começa o Pontificado de Pio X e eclode a crise modernista. A Comissão tornou-se só defensora da ortodoxia, um órgão de censura. Esta situação mudou radicalmente após o Concílio Vaticano II. Hoje a Comissão tornou-se uma espécie de academia que se dedica a estudos com grandes

preocupações metodológicas, tendo já publicado vários trabalhos desse tipo.

Em Novembro de 2008 o Papa Bento XVI nomeia Frei Francolino Gonçalves membro desta Comissão. É o reconhecimento do seu trabalho nesta área. O primeiro português a ser escolhido para esta instituiçãojunta-se a um grupo dos mais distintos biblistas da Igreja Católica, que provêm de várias escolas e nações, por se terem destacado pela sua "ciência, prudência e sentir católico em relação ao magistério eclesiástico", como explicou a Santa Sé.

O Prémio da Academia Pedro Hispano

A Academia Pedro Hispano (nome pelo qual era conhecido o único Papa português, João XXI, também um famoso médico, professor e matemático do século XIII) foi fundada em 2008 eintegra o escritor António Lobo Antunes, os músicos e irmãos Vitorino e Janita Salomé, o editor da Portugália José Ribeiro, o Professor Doutor Aires do Nascimento, o editor da Dom Quixote Francisco Feição, os médicos José Manuel Franco e Henrique Bicha Castelo, o professor doutor José Barata Moura e o teólogo Bento Domingues.

No mesmo ano da sua fundação, a Academia institui um Prémio que visa homenagearuma personalidade que se destaque pelo contributo dado ao conhecimento da cultura portuguesa na sua relação com a cultura de outros povos. Os Prémios relativos a 2008, 2009 e 2010 foram concedidos, respectivamente, ao Professor Doutor José Vitorino de Pina Martins, aos Professores Daniel Serrão e João Lobo Antunes e ao Professor Adriano José Alves Moreira, figuras muito conhecidas em várias áreas da cultura portuguesa.

No dia 19 de Outubro de 2011 a Academia decidiu, por unanimidade, atribuir o seu Prémio ao Professor Doutor Francolino José Gonçalves. Portugal reconhece, finalmente, o mérito do homem "a quem se deve o recomeço dos estudos científicos da Bíblia". São palavras do júri do prémio, para quem Frei Francolino é "um caso raro e incontornável" da cultura portuguesa nos séculos XX/XXI. As investigações deste persistente especialista "levaram-no a levantar novas hipóteses e perspectivas que alternam profundamente a compreensão das religiões da Bíblia", disse frei Bento Domingues. Para António Lobo Antunes a importância da atribuição deste galardão prende-se "com a divulgação de uma obra que, infelizmente, ainda é pouco conhecida no nosso país". De facto, "urge publicar em Portugal, e em português, a obra e os estudos", desafiou Bento Domingues.

A cerimónia da entrega do Prémio realizou-se no dia 19 de Novembro de 2011, no Casino Figueira. Na ocasião, o galardoado proferiu as seguintes palavras: "Passei a minha vida no estrangeiro e sempre com um receio: não compartilhar o meu trabalho com os meus compatriotas. Mas, ao receber este prémio, percebo que afinal o trabalho desenvolvido ao longo dos anos chegou a Portugal. É uma enorme honra receber este galardão". Reconhecendo que a ideia de receber um prémio nunca lhe tinha ocorrido, uma vez que não trabalha para "obter prémios e notoriedade", revelou que este "é uma das maiores surpresas" da sua vida.

Uma última nota

A ilustre personalidade de frei Francolino José Gonçalves exige um publicista que não sou; por isso terão inteira desculpa as minhas muitas deficiências detectadas. Desejo apenas sublinhar que simplicidade, inteligência, capacidade de trabalho e persistência, ilustram bem o valor deste Sacerdote. Valor testemunhado pelos familiares, amigos e conterrâneos; reconhecido pelo Santo Padre; premiado pela fina flor intelectual e cultural do nosso País. Razão tinha R. Tagore quando escreveu: "Quanto maiores somos em humildade, tanto mais próximos estamos da grandeza". Frei Francolino Gonçalves já a alcançou!

(P. José António A. Machado, Pároco de Corujas)

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros)A Campanha 9 (2011)

Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?

1. Introdução

Durante o verão de 2011 decorreu a nona campanha de escavações no sítio da Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros), da qual aqui se publicam os resultados mais significativos.

Foi continuada a escavação no já conhecido Sector A, cujos trabalhos se encontram na recta final. Apesar de já amplamente conhecido na bibliografia arqueológica de Macedo de Cavaleiros, os dados que ora se apresentam contribuem para uma melhor compreensão das primeiras fases de ocupação deste sector.

Por outro lado, foi aberta uma nova área de intervenção no Sector M, área assim denominada por se localizar numa plataforma delimitada por um troço de uma muralha em talude, de cujo aparelho foi, em campanhas anteriores, recolhido material arqueológico que apontava a sua construção para o Bronze Final. Desta forma, delineava-se uma ocupação duradoura do cabeço da Fraga dos Corvos durante a Idade do Bronze, cuja organização no espaço e no tempo importava compreender.

Deste modo, a campanha de 2011 é a um tempo o encerrar de um ciclo e o início de outro.

O texto que se segue trata individualmente cada um dos sectores, incluindo a informação respeitante à estratigrafia, à cultura material e às reflexões preliminares pertinentes nesta fase da investigação. Faz-se por fim uma discussão comparada dos dados até agora disponíveis.

2. Enquadramento geográfico

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso situado na vertente noroeste da Serra de Bornes, freguesia de Vilar do Monte, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança. As suas coordenadas são 99 122,194 de Longitude e 203 403,721 de Latitude GAUSS, a 870,856m de Altitude (Fig. 1).

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre os solos férteis da mesma, e ainda sobre as portelas tradicionais de trânsito em direcção a nordeste e noroeste (Abreiro, Carrapatas e Vale Benfeito), célebres pelos depósitos de alabardas aí encontrados (Bártholo, 1959).

O seu substrato é constituído, maioritariamente, por rochas metamórficas xistosas, com alguns filões de quartzo e grauvaque, conhecidas pela acidez que fornecem aos solos, reduzindo assim a possibilidade de preservação de matéria orgânica no registo arqueológico. Na região existem alguns afloramentos de talcoxisto, matéria-prima utilizada no sítio arqueológico para elaboração de moldes e de artefactos de excepção. A região apresenta também algumas jazidas de minério que poderão ter abastecido a metalurgia incipiente do povoado, sobretudo no que diz respeito ao estanho, obtido com facilidade. Por outro lado, o cobre é bastante raro, apresentando-se fundamentalmente sob a forma de gossam com carbonatos e óxidos derivados de sulfuretos que, pela sua tonalidade esverdeada e brilhante, terão facilmente sido reconhecíveis para as comunidades pré-históricas (Senna-Martinez, et al. 2011).

[1] Centro de Arqueologia (Uniarq), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal. elsavluis@gmail.com
[2] Centro de Arqueologia (Uniarq), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal. jessicareprezas@gmail.com
[3] Centro de Arqueologia (Uniarq), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal. smartinez@fl.ul.pt

Trata-se ainda de uma região com abundantes recursos hídricos numa complexa rede de afluentes dos rios Sabor e Azibo e de várias ribeiras. Na vertente noroeste da Serra de Bornes, limitando o cabeço a poente e nascente destacam-se os vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha, constituindo as duas fontes mais próximas de água para o sítio arqueológico.

As espécies vegetais naturais desta região são, maioritariamente, o Quercus pyrenaica wild (carvalho negral) e Quercus ilex L. ssp. Rotundifolia (Lam.) (azinheira). Numa aproximação paleoambiental realizada a partir de carvões recuperados em vários sítios arqueológicos, foram identificadas distintas espécies vegetais. Entre as quais elementos vegetais com características do clima mediterrânico, como o sobreiro, a azinheira, o carvalho cerquinho, o zimbro e o medronheiro, e também típicas de clima atlântico, como o carvalho alvarinho, o pinheiro bravo e a vegetação frequente em zonas de vale ou margens de cursos de água, como o freixo, o amieiro, o salgueiro e a aveleira (Figueiral et. al. 1998-1999).

Figura 1 - Localização da área de implantação do sítio na Península Ibérica.

Figura 2 - Localização da Fraga dos Corvos na folha 78 da CMP 1/25000.

3. Sector A

3.1 Estratigrafia

O habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 em resultado de trabalhos de desmatação que o puseram em perigo e que justificaram uma primeira intervenção (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2004).

O espaço em que tem vindo a ser possível identificar estruturas correspondentes a esta etapa de ocupação constitui uma plataforma em declive suave, correspondente à parte noroeste do topo do cabeço, enquadrada a ocidente pela escarpa e a oriente por afloramentos que a separam do estradão que atravessa o "Monte do Vilar", formando a área que designámos como Sector A.

No final da oitava campanha, o Sector A apresentava já uma área aberta de 101m2, na qual se pôde identificar um povoado composto por 19 cabanas subcirculares ou elipsoidais distribuídas por 5 fases de ocupação (Senna-Martinez e Luís, 2011).

Nos níveis inferiores a estas fases de ocupação, a sequência estratigráfica afigurava-se mais

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ

complexa, revelando um conjunto de camadas, fossas, lareiras e outras estruturas pétreas. A relação entre estas diferentes realidades permite entrever fases de ocupação mais antigas com características diferentes, nas quais a utilização de pedra e a estruturação do espaço de habitat deixaram marcas arqueograficamente mais visíveis. Na campanha de 2010 foi, então, possível iniciar o estudo destas novas realidades. Foi escavada uma camada de terras argilosas muito compactas castanho claras, algo extensa, que era cortada por uma lareira e por uma fossa, interpretada como um piso de utilização, U.E. [467]. Foi igualmente possível definir e registar a primeira "grande" estrutura pétrea desta sondagem, interpretada como um possível muro de contenção de escorrência de águas, U.E. [624].

A campanha de 2011 teve como objectivos a continuação da escavação na área oeste deste sector, de forma a compreender os já presumíveis níveis fundacionais do sítio arqueológico; bem como intervencionar a área correspondente à "Cabana 1" (zona mais a norte da sondagem), a qual tinha ficado pendente desde 2004 de forma a compreender a sua implantação em área. Tendo em atenção o afastamento físico das duas áreas intervencionadas, descrevem-se os resultados de forma diferenciada.

3.1.1 Área oeste

Imediatamente abaixo da U.E. [623], e da U.E. [152], encontrava-se já identificada uma nova camada, inicialmente numerada de [492], à qual, por questões de segurança, foi, nesta campanha, atribuído um novo número [627] (Planta A1). Esta unidade, algo extensa e bastante compacta, pelas suas características físicas, pelas estruturas que a cortam e pela sua localização junto ao muro [624], pode ser interpretada como um piso de utilização. Na sua zona norte encontrava-se uma lareira estruturada, U.E. [486/654/648], composta por uma couraça pétrea (com algumas pedras com fractura térmica), que cobria uma fossa com enchimento de terras cinzento-avermelhadas escuras. Imediatamente ao lado estruturava-se uma fossa preenchida com terras muito escuras e soltas, U. E. [655/656], interpretada como uma fossa de escorrência de detritos da lareira, e ainda dois buracos de poste estruturados (U.E.s [675/676/682], [673/674/681]).

Nesta campanha foi igualmente possível identificar a vala de fundação do muro U.E. [624], U.E. [667/668], definida a partir da U.E. [627], ou seja, a edificação desta estrutura foi elaborada num momento em que este piso já se encontrava colocado. Atendendo às características habitacionais das estruturas utilizadas com o piso pensamos que o muro possa ter sido construído e utilizado nesta fase. Esta estrutura foi deixada intacta in situ para posteriores acções de restauro e consolidação de modo a integrar um futuro núcleo museológico.

Após a remoção da U.E. [627], apenas se identificaram duas novas realidades pouco expressivas, mas que pensamos poderem relacionar-se com os momentos fundacionais do sítio. Trata-se de uma camada de pequenas dimensões composta por terras argilosas, pouco compactas, castanhas muito escuras, quase negras, U.E. [669]; e de uma fossa cheia por terras argilosas, pouco compactas, pretas, U.E. [671/672]. Do enchimento desta fossa provêm vários fragmentos de cerâmica perfurada (nº 3960), extremamente frágil, de coloração muito escura, cujo estado de conservação não nos permitiu ainda compreender se se trata de um recipiente ou qualquer outro utensílio, mas que nos indica a natureza antrópica desta estrutura.

Todas estas realidades assentam directamente sobre a U.E. [582], nível de desagregação da rocha-mãe, demonstrando um cuidado com a organização do espaço doméstico.

3.1.2 Área norte

Na campanha de 2004 foi identificada, ime-

diatamente abaixo da U.E. [152], a U.E. [157] (Planta A2), de cuja interface superior parte um conjunto de buracos de poste agrupados sob a designação de "Cabana 1". Como inicialmente não era inteiramente clara a distinção entre a U.E. [582] e a U.E. [679] (estrutura pétrea tipo murete, bastante extenso), foi considerado prudente deixar este espaço por escavar até que uma compreensão em área fosse possível.

Nesta campanha compreendeu-se que abaixo da U.E. [152], tal como na área oeste, se encontrava uma realidade mais complexa que a conhecida acima desta unidade. Assim, identificou-se um "murete" pétreo, bastante extenso, U.E. [679] (Planta A3), que dividia duas áreas completamente diferenciadas. Para sul encontra-se a U.E. [582], ou seja, apenas a desagregação do substrato geológico, enquanto para norte pudemos identificar uma sequência estratigráfica claramente antrópica. Em primeiro lugar, a U.E. [157], já anteriormente identificada, foi integralmente escavada, revelando uma nova camada (U.E. [651] – Planta A4) e um novo "murete" a norte, provavelmente para contenção de terras devido ao forte grau de erosão desta zona, denominado, em 2004, de U.E. [50]. Esta estrutura era constituída por pequenos e médios blocos pétreos apresentando pouca robustez quando comparada com o murete [679]. Abaixo da U.E. [651] e da [50] apresentava-se uma fossa de grandes dimensões apoiada no murete [679], e que corta uma nova camada (U.E. [678]). A fossa foi integralmente escavada, restando, para a próxima campanha, a remoção da U.E. [678] e da restante sequência estratigráfica.

3.2 Faseamento

Foram já definidas, em intervenções anteriores, várias fases de ocupação, sendo que a U.E. [152] constituiria a quinta fase (Senna-Martinez e Luís, 2011). Seguramente, na área oeste, foram identificas mais duas correspondentes, respectivamente, às U.E.s [467] e [627]. Mais problemática é a constituição de um faseamento na área norte.

A U.E. [157] constitui igualmente um momento de ocupação, porém, atendendo à distância física entre as duas áreas escavadas nesta campanha, não podemos associá-la a uma das duas fases identificadas na área oeste. Não sabemos, portanto, se existiu uma relação de contemporaneidade entre a "cabana" 1 e a utilização da lareira e do muro da área oeste. É-nos igualmente difícil fasear as camadas identificadas abaixo da U.E. [157] na medida em que não apresentam estruturas de utilização claramente doméstica. O que nos parece correcto afirmar é que, a determinado momento, nas fases iniciais de ocupação do sítio, esta área foi escavada para a construção do murete [679] e só depois este espaço foi preenchido, cremos que de forma antrópica, pelas camadas e estruturas mencionadas. Assim como na área da U.E. 627, também nesta zona, a ocupação inicial do povoado nos parece obedecer a uma lógica organizacional do espaço na qual estruturas pétreas, negativas e camadas (ou "pisos") se harmonizam por forma a estruturarem ambientes domésticos, característica esta que se vai transformando nas fases de ocupação mais recentes.

3.3 Materiais

Sendo o Sector A alvo de estudo há já vários anos, encontram-se sintetizados os principais conjuntos de artefactos, publicados em vários locais. A maioria dos artefactos cerâmicos foi estudada por Luís (2010), no que diz respeito ao repertório formal, à tecnologia de fabrico e ao enquadramento crono-cultural; enquanto Araújo (2011) elaborou o estudo das fontes de proveniência das argilas; o conjunto dos líticos (pedra talhada e polida) foi analisado por Matos (2011); as pedras polidas perfuradas ("ideotécnicos") foram divulgadas por Senna-Martínez (2009); e, por último, os vestígios relacionados com a actividade metalúrgica têm vindo a ser amplamente estudados pelas equipas dos projectos METABRONZE e EARLY-

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ

METAL (Figueiredo et al. 2009; Senna-Martinez, et al. 2011), com publicação em variados contextos, nacionais e internacionais.

Na campanha de 2011 foram recolhidas 313 peças identificáveis e um conjunto bastante extenso de bojos, que aqui se divulgam numa primeira apreciação global.

Numa abordagem preliminar e numa tónica meramente apreciativa e empírica, o conjunto cerâmico proveniente desta campanha não apresenta grandes novidades relativamente ao já conhecido. Em termos tecnológicos mantêm-se as pastas predominantemente redutoras, seguidas de oxidantes com arrefecimento redutor, genericamente bem elaboradas e depuradas, com consistências compactas. Existe, com fraca representatividade, um conjunto de recipientes de pastas finas (cerca de 5mm de espessura) com acabamentos de grande qualidade, ou seja, recurso a engobe e polimento intensivo, que resulta num aspecto brilhante muito próximo dos brunidos. O leque de formas dos recipientes não apresenta variações significativas, pelo menos nesta primeira abordagem. Mantém a ampla representatividade das formas fechadas com gargalo e bordo exvertido (vasos globulares) e das taças e tigelas, de utilização doméstica, bem como a expressividade das bases planas. Destaca-se, pela sua originalidade e pelas questões que coloca, o recipiente nº 3915, até agora o único recipiente completo encontrado na Fraga dos Corvos. Este é um recipiente de muito pequenas dimensões. Neste sentido torna-se inseguro associa-lo a uma funcionalidade concreta, podendo ter sido elaborado e/ou utilizado por uma criança enquanto brinquedo, tal como nos sugere o enterramento infantil do sítio manchego da Motilla del Azuer (Nájera Colino et. al., 2006), ou, por outro lado, ter servido como contentor de substâncias em pequenas quantidades (óleos, pigmentos, pinturas, preparados de ervas aromáticas ou medicinais etc.), aferíveis apenas através de análises químicas a eventuais resíduos que se tenham conservado nas suas paredes.

Figura 3 - nº3915.

Os motivos decorativos são, em quase tudo, semelhantes ao já identificado, mantendo-se um predomínio de espigas incisas paralelas ao bordo (algumas das quais com preenchimento a pasta branca) quer só do lado exterior do recipiente quer de ambos; bandas de linhas a pontilhado normalmente na pança do recipiente; e métopas (zonas delimitadas a linhas incisas ou a pontilhado dentro das quais se estrutura um motivo decorativo) preenchidas com linhas horizontais paralelas de espigas ou pontos. Nesta campanha apareceram apenas quatro fragmentos de bojo decorados com motivos novos, com características arcaizantes. Estes encontram-se sintetizados na figura seguinte, numerados relativamente à tabela de motivos decorativos previamente organizada noutro contexto (Luís, 2010).

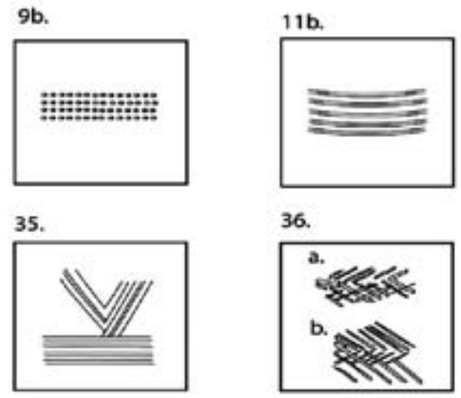


Figura 4 - novos motivos decorativos do Sector A.

O primeiro deles, correspondente ao motivo 9b (fragmento nº 3999), apresenta uma banda horizontal de quatro linhas paralelas de pontilhado que, provavelmente, envolverá o recipiente. O motivo 11b (fragmento nº 3347) revela uma banda de linhas paralelas horizontais a incisão penteada na pança do recipiente. A técnica da incisão penteada remete-nos para as decorações típicas do Calcolítico local, para sítios como o Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) (Sanches, 1997), Alto das Madorras (Macedo de Cavaleiros) (Rebelo, 2011), ou o Crasto de Palheiros (Murça) (Sanches, 2008). No nosso caso trata-se de um motivo simples e sem os ondeados típicos destes sítios.

Figura 5 - nº3999.

Figura 6 - nº3347.

O motivo 35 (fragmento nº 3959), elaborado sobre um engobe e um polimento cuidados, é constituído por incisões elaboradas com um instrumento de ponta larga, num conjunto de três linhas em V, umas dentro das outras formando triângulos, acima de uma banda de linhas paralelas horizontais. Trata-se do primeiro motivo decorativo em triângulo presente no sítio da Fraga dos Corvos. Os motivos triangulares ou em V, associados à técnica da incisão penteada são bastante frequentes no norte de Portugal, em contextos mais antigos. Veja-se, a título de exemplo, o Nível I do Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela), concretamente o motivo V1b ("linhas penteadas rectilíneas (...) são seguidas, em adição vertical, de linhas angulosas ou linhas quebradas (formando losangos, triângulos etc.) ") (Sanches, 1997, vol. II, p. 98). Ou ainda os motivos II3 a3 e b provenientes da ocupação Calcolítica do sítio do Crasto de Palheiros (Sanches, 2008, p. 127; 182).

Figura 7 - nº3959.

Por último, o motivo 36 (fragmento nº 3335) não mais é que uma nova variante dos vários motivos estruturados pela espiga, em ambas as faces do recipiente, tão frequentes neste sector.

Figura 8 - nº3335. Face externa.

Figura 9 - nº3335. Face interna.

Foi igualmente recolhido um cossoiro, com 3,5 cm de diâmetro, do tipo bulboso achatado numa das faces (Silva e Oliveira, 1999, p. 19), decorado. Apresenta uma perfuração cónica. A decoração consiste em pequenas incisões na face achatada, no lado oposto à perfuração formando pequenos triângulos com o vértice virado para o interior. Integra assim

um conjunto de 5 cossoiros de cerâmica, todos de pequeno tamanho, mas este constitui a única excepção, por ser decorado. Como parece ser recorrente no norte de Portugal os cossoiros tendem a ser de pequeno tamanho e todos de formas diferentes, não parecendo existir qualquer tipo de estandardização.

Figura 8 - nº3375. Cossoiro bulboso achatado.

A tabela seguinte apresenta a distribuição dos materiais cerâmicos desta campanha.

Cerâmica	
Designação	Frequência
Bordos	89
Bordos decorados	15
Bases	34
Carenas	1
Carena decorada	1
Colos	21
Colo decorado	1
Bojos decorados	40
Mamilos	3
Asas	5
Outros	27
Recipiente	1
Cossoiros	1
Total	239
Total decoração	57

Um outro conjunto bastante expressivo é o do barro de revestimento recolhido em todas as campanhas de escavação, não constituindo a de 2011 excepção. Os fragmentos são maioritariamente de pequeno tamanho, em mau e médio estado de conservação, apresentado alguns deles os negativos das ramagens utilizadas na construção de estruturas domésticas.

Um dos pontos com maior visibilidade no âmbito das discussões científicas proporcionadas pelos dados da Fraga dos Corvos é certamente o da metalurgia, nomeadamente no que diz respeito ao estudo da selecção de matérias-primas e dos mecanismos de produção de artefactos. Neste momento já é vasta a informação disponível, sobretudo no que diz respeito à reconstituição da cadeia operatória de produção (Senna-Martinez, et al. 2011). Em termos sintéticos, e com base nos dados recolhidos nas Sondagens 2 e 3 do Sector A, sabe-se hoje que a produção de artefactos metálicos neste sítio arqueológico seria de pequena escala, considerada apenas como uma actividade económica complementar, mas certamente impregnada de um significado simbólico muito além do que podemos equacionar. Como a área de fundição da Sondagem 3 juntamente com os vestígios de produção exumados nas duas sondagens nos indicam, a produção de artefactos era local, recorrendo a ligas de bronze binário, elaboradas possivelmente através de uma coredução de minérios de cobre e estanho.

Um outro dado importante é a regularidade dos conteúdos de estanho dos artefactos e nódulos de fundição analisados, o que revela uma consistência de produção impressionante para a época, nomeadamente quando falamos de uma produção local com tecnologia simples e métodos de recolha de matéria-prima meramente empíricos.

A produção metálica da Fraga dos Corvos pode ser associada ao período de disseminação dos machados Bujões/Barcelos (c. 1750-1500 a.C.), da qual temos evidência directa através do fragmento de molde, e do novo fragmento da campanha de 2011. (Senna-Martinez, J. C., et al, 2011)

A adicionar aos dados já publicados, na campanha de 2011 foram recolhidos: um frag-

mento de bojo com aderências metálicas; um fragmento de metal indeterminado; e, o "achado" mais importante, um fragmento em xisto mole de molde para machados de tipo Bujões. Estes artefactos serão estudados no âmbito do Projecto EARLYMETAL (Financiado pela FCT – PTDC/HIS-ARQ/110442/2008).

A indústria lítica do sítio da Fraga dos Corvos caracteriza-se pela exclusividade de utilização de matérias-primas locais, vários tipos de xisto e quartzo maioritariamente, pelo que constituiu sempre um desafio quanto à sua caracterização, devido à fraca apetência para o talhe destas rochas (Matos, 2011). No entanto, nas imediações do sítio arqueológicos verificam-se "ocorrências de liditos, jaspes e calcários negros, matérias-primas com características físicas e mecânicas favoráveis ao fabrico de uma indústria de pedra talhada de qualidade, mas ainda assim a preferência das populações que ocuparam a Fraga dos Corvos recaiu nos xistos esverdeados e cinzentos, de estrutura foliada e mais quebradiça que, por exemplo, os xistos negros, mais siliciosos (ainda que também estejam representados)." (Idem, p. 48).

A sua principal característica é, no sentido arqueológico do termo, de se tratar de uma indústria expedita, ou seja, "sem grande investimento na configuração dos núcleos ou na transformação dos produtos" na qual se elaboram "instrumentos de fabrico tecnologicamente simples, utilizando matérias-primas acessíveis localmente, produzidos e abandonados na área de actividade, pouco ou nada retocados e sem qualquer nível de estandardização" (Idem, p. 52).

Em termos de utensilagem de pedra lascada, dominam, em quartzo, os denticulados, os elementos de foice, os raspadores, os buris e os entalhes; e, em xisto, os furadores e os raspadores. Trata-se, portanto, de um conjunto com pouca diversidade morfológica.

Assinala-se igualmente a presença de percutores e elementos de mós manuais (fragmentos de dormentes e de moventes), estes últimos maioritariamente em granito.

O espólio lítico exumado na campanha de 2011, numa abordagem preliminar, não parece revelar novidades relativamente ao já conhecido, como pode ser verificado na tabela seguinte:

Líticos	
Designação	**Frequência**
Seixos rolados	22
Pedra Polida	6
Pedra polida perfurada	8
Denticulado	2
Dormentes	9
Movente	1
Percutores	4
Indeterminado	8
Outros	4
Total	64

Novamente a presença de seixos rolados é muito significativa, tendo estes utilizações diversificadas, nomeadamente, para aquecer água (os seixos seriam colocados nas lareiras em brasa e remobilizados já quentes para recipientes com água); como matéria-prima para talhe de utensílios; ou para polir os recipientes cerâmicos.

No entanto, os artefactos mais significativos são, como em outras campanhas, as pedras polidas perfuradas. Foram exumados 8 exemplares que, tal como os anteriormente conhecidos, não parecem obedecer a uma norma em termos morfológicos. Assim sendo, mantêm-se os de forma paralelepipédica com uma perfuração central, entre os quais encontramos alguns fragmentados e outros inacabados; a par de dois outros (nº3799 e 3875) que são claramente diferentes. No primeiro caso, o objecto apresenta uma forma vagamente triangular com o vértice arredondado e uma perfuração mesmo junto ao topo; enquanto o segundo, do qual apenas dispomos de cerca de metade, é totalmente distinto: tem forma completamente circular com um conjunto de cinco perfurações, das quais quatro acompanham a circunferência e um quinto parece ser central.

No que diz respeito à fauna, nesta campanha apenas foram recolhidos 3 fragmentos que, pelo seu tamanho e estado de conservação, não permitem a identificação de espécie. Relembramos que, devido às características

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ

Figura 11 - nº3799. Disco perfurado.

Figura 12 - nº3875. Pedra perfurada.

dos solos existentes na área do Sector A, a sobrevivência de matéria orgânica é pouco vulgar, tendo sido recolhidos, até hoje, apenas 14 fragmentos passíveis de identificação: 5 de ovis/capra; 5 de Bos Taurus; 3 de Sus sp.; e 1 de Cervus Elaphus. Estão, portanto, atestadas espécies domésticas e selvagens (Senna-Martinez e Luís, 2010).

Pelas mesmas razões, o carvão é extremamente escasso neste sector, apresentando-se na maioria das vezes em que é detectado sob a forma de pequenos nódulos muito frágeis e sem qualquer utilidade quer para efeitos de datação radiométrica quer para identificação de paleoflora. Nesta última campanha apenas se recolheu um pequeno pedaço de carvão e uma possível semente carbonizada.

O estudo integrado do Sector A do sítio da Fraga dos Corvos encontra-se em preparação para constituir a monografia final de sítio, a publicar pela Associação Terras Quentes e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

3.3.2 Materiais antigos de outras campanhas

Sendo este um artigo de conjunto sobre toda a ocupação antiga da Fraga dos Corvos é oportuno descrever alguns materiais arqueológicos que foram recolhidos ao longo das 9 campanhas no Sector A, mas que pelos seus contextos de superfície ou remeximento e por estarem claramente associados a cronologias mais tardias que o restante da evidência presente nos níveis preservados, ainda não se encontravam devidamente publicados. Cremos que estes artefactos se encontrem associados ao período de ocupação do Sector M.

Assim, por critério de matéria-prima:

Em Bronze, num contexto de remeximento, foram recolhidos parte de uma fíbula (o arco e a mola completa), do tipo Bencarrón, e dois terminais de torques (Senna-Martinez e Luís, 2011).

Nas camadas superficiais foram recolhidos alguns artefactos em ferro que, pela sua ampla utilização, não nos remetem para um período cronológico específico: uma lâmina de machado, (nº2001); um cravo com cabeça em forma de laço (nº1502); um fragmento indeterminado (nº 1791); e uma chapinha alon-

[4] Agradecemos ao Professor Doutor João Luís Cardoso a identificação dos restos faunísticos do Sector A.

gada (nº 1520). Este último item será, quanto a nós, o mais significativo, já que pela sua forma achatada e comprida, poderá ter sido uma faquinha afalcatada. No entanto, o seu estado de conservação impede considerações mais seguras.

Figura 13 - nº2001. Lâmina de machado em ferro.

Figura 14 - nº1502.Cravo em ferro.

Figura 15 - nº1791. Ferro.

Figura 16 - 1520. Chapa alongada de ferro.

Por último, mas não menos significativo, um conjunto de contas de vidro azul lisas (três inteiras e de diminutas dimensões e quatro fragmentos), com clara filiação mediterrânica e cuja presença deve derivar de níveis mais recentes hoje destruídos no sector A.

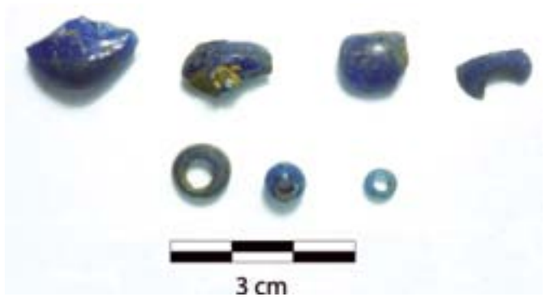


Figura 17 - Contas vítreas nº 209, 1235, 814, 2182, 763, 2507, 1382 do Sector A.

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ

4. Sector M

4.1. Introdução

O sítio da Fraga dos Corvos tem sido, desde há muito, identificado como um "povoado fortificado" da "idade do ferro" atendendo, sobretudo, aos vestígios de uma muralha em talude reconhecíveis através de fotografia aérea e de alguns pontos do seu traçado ainda visíveis.

A atribuição do termo "castro" tem, ao longo da história da investigação arqueológica, não apenas caracterizado um espaço de habitat do ponto de vista arquitectónico e da sua estratégia de implantação no território, mas também adquirido significado cronológico específico, sendo tradicionalmente atribuído a povoados fortificados da idade do Ferro. Assim, designar um determinado espaço de habitat fortificado de castro, implica a sua incorporação na denominada cultura castreja (Martins, M. 1990). Sabemos, hoje, que os povoados fortificados das regiões centro e norte de Portugal não conheceram todos ocupação durante a Idade do Ferro, mas foram antes construídos ainda durante o Bronze Final, altura em que as estratégias de povoamento sofrem alterações significativas em todo o espaço peninsular.

A par da investigação no Sector A, sempre constituiu prioridade compreender o contexto de construção e utilização da muralha, pelo que, na campanha de 2008, foi elaborada uma limpeza de reconhecimento e avaliação do estado de conservação da mesma. Foi escolhida uma área de privilegiada visibilidade da estrutura, em corte, decorrente da abertura de um estradão florestal nos anos 50.

O principal resultado dessa acção de limpeza foi a sua definição como uma "muralha em talude", tendo sido postas em evidência duas áreas distintas da estrutura: uma zona preservada definida por blocos pétreos de média dimensão dispostos em cutelo com espaços preenchidos por pedra miúda e terra, o revestimento do talude; e uma outra zona, mais a sul, constituída por pedra de média e pequenas dimensões disposta de forma caótica, em matriz de terra mais abundante e interpretada como derrube da muralha.

Os materiais arqueológicos recolhidos durante esta limpeza forneceram, por sua vez, pistas fundamentais para a aferição cronológica da muralha: fragmentos cerâmicos, dos quais se destacam alguns fragmentos com decoração incisa (tipo "cogeces"); uma pequena enxó de anfibolito; e dois fragmentos de uma fíbula provavelmente de tipo Acebuchal esta última proveniente da base do revestimento pétreo. Desta forma, delineava-se uma ocupação duradoura do cabeço da Fraga dos Corvos durante a Idade do Bronze, e cuja organização no espaço e no tempo importava compreender. Foi neste sentido que se investiu, em 2011, na abertura de uma nova sondagem, na área norte adjacente à muralha, de cujos resultados se dá agora notícia.

A limpeza desta nova plataforma permitiu a observação da sua topografia, que apresentava desníveis e sulcos artificiais muito marcados, e cujo aspecto apontava para trabalhos agrícolas extensos e profundos, facto que se veio efectivamente a verificar no decorrer dos trabalhos de escavação. Em toda a área foram detectadas valas recentes, com orientações semelhantes e profundidades variáveis, que testemunham estas perturbações antrópicas da estratigrafia conservada. Testemunhos locais apontam como origem destas perturbações os trabalhos de reflorestação da Serra de Bornes no final da década de cinquenta e inícios da década de sessenta do século XX.

4.2. Estratigrafia

Na plataforma foi implantado um referencial ortogonal com o eixo dos Y orientado segundo a direcção S-N magnéticos numa extensão de cerca de 20m, com a extremidade sul aproximadamente perpendicular ao talude e a uma distância deste de cerca de 1m . Dentro da área inicialmente demarcada (Planta M1), um espaço com 10m no sentido SN por 3m EW iniciámos a intervenção por duas sondagens-diagnóstico fisicamente independentes (Sondagens A – quadrados 6/5/K/L/M – e B – quadrados 13/14/K/L/M) orientadas num eixo N-S, com 2x3m; uma mais próxima do aparelho da muralha e outra sensivelmente a meio da plataforma. Esta abordagem inicial visou a averiguação do estado de conservação e da potência estratigráfica da plataforma associada à muralha. Em função dos resultados obtidos,

nomeadamente a abundância de material arqueológico (cerâmico e metálico) coevo com o momento crono-cultural atribuído à construção da muralha, as sondagens foram alargadas e fundidas numa só, abrangendo uma área final de 13x5m (quadrados 5-17/I-M – cf. Planta M1).

Tendo em conta os dados estratigráficos obtidos, para além da camada humosa superficial, pudemos escavar três realidades ocupacionais distintas, e identificar a interface superior de uma quarta, que passamos a descrever.

Removida a manta morta, em toda a área da sondagem, foi identificada a U.E. [10003] extensa, de espessura variável, muito perturbada por valas paralelas entre si, que cortavam a sondagem obliquamente (NE-SE), e outras de planta disforme, que resultaram de actividades agrícolas recentes no cabeço (Planta M2). Parece corresponder ao remeximento profundo de eventuais U.E.s conservadas que testemunhariam as ocupações mais recentes da plataforma. Nela foi encontrada espólio arqueológico abundante, nomeadamente cerâmica de fabrico manual, um cossoiro, alguns seixos rolados, contas vítreas, uma fíbula, alguma fauna mamalógica, e ainda uma lâmina de ferro com rebites de cobre ou bronze, peça bimetálica de alguma raridade. Sob esta U.E. numa área sul da sondagem, foi identificada uma outra camada de características muito semelhantes, mais compacta e mais homogénea, na qual se identificaram várias estrutura negativas vagamente rectangulares, cuja planta algo geométrica levantou suspeitas quanto à sua funcionalidade (Planta M3). O seu esvaziamento revelou tratarem-se de estruturas irregulares, com enchimentos muito soltos e com pouco material arqueológico, provavelmente também elas decorrentes de actividades agrícolas, ou mesmo de violações do sítio, dada a sua identificação como "castro" nas bases de dados nacionais.

Sob [10003], foram detectadas, na área norte da sondagem três U.E.s sobrepostas, [10011], [10073] e [10076], e ainda uma outra sem relação física com estas, mas provavelmente cronologicamente coeva, [10054], muito compactas e aplanadas, interpretadas como pisos / níveis de circulação; todas elas muito destruídas em várias frentes pelas valas da [10003]. A algumas destas U.E.s correspondem um conjunto de estruturas negativas antrópicas, não relacionadas com as mais recentes, e que no seu todo, e em conjunto com a [10003], parecem testemunhar uma última fase de ocupação do sítio, de visibilidade reduzida, quer talvez, pelo elevado grau de destruição a que foi sujeita, ou pela sua fraca expressividade intrínseca, que arriscamos colocar cronologicamente num momento de transição para a Idade do Ferro (em torno do século VI a.C).

Cortando a interface superior da U.E. [10011], detectaram-se seis estruturas negativas (Planta M4):

- A U.E. [10057], fossa arredondada (com cerca de 0,8m de diâmetro) de cujo enchimento foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos, fauna mamalógica e termoclastos;

- Duas outras estruturas negativas U.Es [10009] e [10013], situadas a oeste da [10057], correspondendo a primeira a uma fossa alongada, no sentido SN e com cerca de 1,5m por 1m, de fundo pétreo (eventualmente aproveitando a composição da U.E. [10026], descrita mais à frente), pouco funda, e de cujos enchimentos foram recolhidos fragmentos cerâmicos, termoclastos, e ainda dois objectos líticos perfurados; a segunda, que corta a primeira, é uma fossa de boca redonda (com pouco mais de 1m de diâmetro), bastante funda, no fundo da qual se detectou uma chapa de argila cozida muito danificada. Dos seus enchimentos foram recolhidos abundantes fragmentos cerâmicos, escória, um fragmento de sílex e também um objecto lítico de xisto mole perfurado.

- O último conjunto de unidades negativas, U.Es [10060], [10061] e [10063], é formado por três buracos de poste – compondo uma secção de arco eventualmente associada às estruturas negativas anteriormente descrita.

[5] Agradecemos à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, em particular ao topógrafo Sr. Leonel, o apoio dado na extensão ao Sector M de um conjunto de pontos cotados e metidos à rede a partir dos quais se implantaram os referenciais de topografia.

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ

A cortar a U.E. [10073] foi identificada uma outra fossa, de planta ovalada, [10069], delimitada por elementos pétreos, e ainda um buraco de poste estruturado por três pedras fincadas, [10071], associado à fossa (Planta M6). Os seus enchimentos eram estéreis.

O ultimo "piso" identificado, [10076], e que supomos estar directamente sobre [10026], não foi escavado no decorrer da campanha de 2011 (Planta M7).

Uma outra "fase", que subjaz à anteriormente descrita, é composta unicamente pela UE. [10026=10032], camada extensa e espessa, composta sobretudo por blocos pétreos de pequena, média e grande dimensão (Planta M8), com muito pouco material arqueológico (praticamente estéril), e cuja composição nos sugere algum tipo de relação com a construção da muralha e/ou o seu derrube / abandono. A sua horizontalidade e espessura mais ou menos constante sugerem uma terraplanagem propositada, sobre a qual se implantam as UEs e estruturas da primeira "fase" descrita. Também esta U.E. apresenta algumas estruturas negativas dispersas de forma caótica, sem aparente funcionalidade, e que parecem decorrer de remeximentos recentes, cuja interface nas U.E.s superiores possa não ter sido perfeitamente identificada.

A escavação desta U.E. foi interrompida, no final dos trabalhos da campanha de 2011, e foi deixada parcialmente a descoberto a U.E. [10043], camada muito escura e extremamente orgânica, com restos faunísticos abundantes, e muito distinta das mais recentes. Cremos que teremos aflorado uma nova "fase" de ocupação do cabeço", composta por níveis perfeitamente conservados, ao contrário dos momentos até aqui descritos.

As realidades não intervencionadas foram protegidas com geotêxtil e terra crivada.

4.3. Os materiais

Apesar do elevado grau de perturbação observado nas U.E. escavadas, foi, contudo, pos-

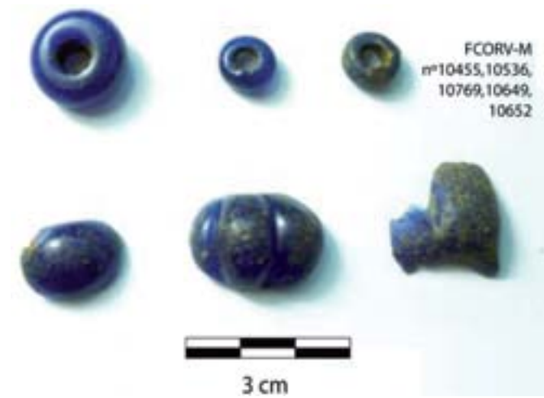


Figura 18 - Contas vítreas nº 10455, 10536, 10769, 10649, 10652 do Sector M.

Figura 19 - nº10949, possível anular hispânica.

Figura 20 - nº1532.

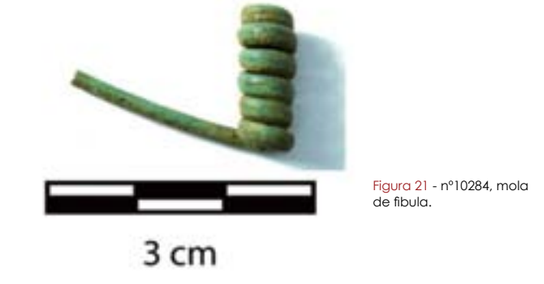


Figura 21 - nº10284, mola de fibula.

sível definir um momento ocupacional "tardio" do sector M, de cujo espólio exumado é possível já retirar algumas conclusões. Não pretendemos apresentar ainda dados estatísticos conclusivos, que contamos compilar numa fase mais evolucionada dos trabalhos, em que a compreensão do faseamento seja maior, mas antes dar notícia das questões fundamentais que esta novo sector levanta, a partir de dados preliminares.

No que diz respeito ao espólio metálico, é necessário, em primeiro lugar, sublinhar o seu valor axial na compreensão do sítio e da sua integração nas redes de contactos inter-regionais. A sua presença, associada à presença de contas vítreas (seis exemplares), e de alguns fragmentos cerâmicos decorados, discutidos adiante, consubstanciam os dados mais relevantes para atribuição de uma cronologia posterior ao Sector A.

De sublinhar é a abundância de fíbulas, objectos que pelas suas características específicas – nomeadamente a sua versatilidade funcional e a sua extraordinária dispersão geográfica - se revestem de importância particular. De facto, para além da sua funcionalidade primária – prender peças de vestuário – a sua presença em paragens tão remotas, relativamente ao seu foco original de dispersão, como é Trás-os-Montes, remonta-nos para a sua expressão enquanto ostentação de um determinado estatuto social. É um objecto que, tendo origem no Oriente Mediterrânico, goza de uma extrema longevidade, tendo, ao longo das eras, sido utilizado de formas diversas. "(…) trata-se de um objecto, (…)que apesar da sua inegável função primária, prender vestuário, têm-lhe sido atribuídas inúmeras funções, tais como, por exemplo: indicar grupo sexual, profissão, insígnias militares, funções medicinais, para além do "óbvio" (e vago) uso de carácter simbólico (…)" (Miguez, 2010).

O carácter fragmentado da evidência dificulta a já de si difícil classificação tipológica dos restos de fíbulas, tanto mais que a julgar por outros exemplares locais já conhecidos noutros contextos deste arqueossítio (Figueiredo et al. 2009; Senna-Martinez e Luís, 2009 e 2010) provavelmente estaremos em presença de variantes locais. Contudo, ressalvando mais uma vez o cariz preliminar da análise, a tendência geral que nos parecer antever nestes novos exemplares (provavelmente em bronze?) remete para tipologias claramente de origem meridional com destaque para os tipos Acebuchal e Bencarrón, sem por de lado a possibilidade de um braço mais robusto e de forma quase em D poder ser atribuído a uma fíbula anular hispânica (nº10949) (Ponte, 2006). O seu enquadramento cronológico num intervalo alargado abrangendo os séculos VII e VI a.C. parece no entanto ser, de momento, defensável.

Dos dois elementos em ferro exumados, apenas a faquinha afalcatada com rebites em bronze binário permite determinação tipológica que remete, do mesmo modo, para uma origem meridional compatível com o intervalo cronológico proposto. Também os restantes objectos metálicos, presumivelmente em bronze, nomeadamente a pinça e o anel espiralado, podendo embora remeter para momentos mais recuados, são enquadráveis numa dinâmica cultural alargada e compatível com igual cronologia.

Figura 22 - nº10478, lâmina de ferro com rebites.

[6] À semelhança do que tem acontecido com os restantes achados metálicos deste arqueosítio, também estes achados serão arqueometalurgicamente estudados em colaboração com as equipas de ITN e CENIMAT-FCT que integram o Projecto EARLYMETAL financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HIS-ARQ/110442/2008).

Figura 23 - nº10229; espiral (anel).

Figura 24 - nº10666; pinça.

[7] Determinação preliminar por EDXRF efectuada pela equipa do ITN.

Listamos abaixo o conjunto do espólio metálico recuperado no sector M durante a campanha de 2011.

Fraga dos Corvos - Sector M – 2012		
Metais		
Nº	Faseamento	Descrição
10478	Unidades c/remeximentos	Faca afalcatada em ferro com rebites de bronze
10147		Mola de fíbula (Acebuchal?)
10532		Descanso e arco de fíbula Acebuchal (?)
10463		Descanso e arco de fíbula Bencarrón (?)
10477		Rebite (bronze?)
10475		Fragmento (bronze?)
10533		Argola (fragmento – bronze?)
10798	Unidades da ocupação superior	Barrinha de ferro
10666		Pinça (bronze?)
10949		Braço de fíbula (Anular Hispânica ?)
10781	Unidades sob a U.E. [10026]	Mola e fuzilhão de fíbula Acebuchal
10284		Mola e fuzilhão de fíbula Acebuchal
10229		Anel espiralado (bronze?)

Quanto ao espólio cerâmico, podemos afirmar que se trata na sua quase totalidade de produções locais de fabrico manual com cozeduras redutoras, à excepção de um fragmento exumado da U.E. [10015], produzido a torno, com uma pasta muito depurada e oxidante, certamente uma importação. A pasta sugere uma proveniência meridional, e a forma aponta para um vaso pitóide de dimensões reduzidas[8].

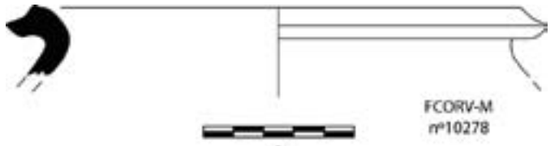


Figura 25 - nº10284, mola de tibula.

Figura 26 - Idem.

Cientes do estado preliminar do estudo dos recipientes cerâmicos em questão, podemos, contudo, avançar algumas informações relativas às suas características morfológicas. Com base tabela tipológica proposta por Elsa Luís para o Sector A (Luís, 2010), podemos afirmar que persistem as formas 2; recipientes fundos de bordo simples (taças) e uma aparente predominância de formas fechadas e colos estrangulados, formas genericamente enquadráveis no Grupo B de Elsa Luís, embora os recipientes do Sector M aparentem ser tendencialmente mais estrangulados. As formas carenadas são, até ao momento, extremamente raras, o que resulta estranho, tendo em conta a cronologia em questão e as estreitas relações com o mundo mesetenho, que abordaremos mais à frente. Quanto às bases, elas são predominantemente planas; os omphalos são vestigiais.

Figura 27 - nº 10246.

Figura 28 - nº 10780.

[8] Agradecemos a ajuda prestada na avaliação do fragmento à Professora Doutora Ana Margarida Arruda.

Relativamente às decorações, elas surgem numa proporção baixa dos fragmentos, e podem agrupar-se em duas realidades:

As sobrevivências, atribuíveis à I Idade do Bronze, que em nada diferem das gramáticas decorativas predominantes no Sector A, e que surgem nas U.Es com maior índice de perturbação; falamos dos bordos denteados (motivo M1), das espigas e das retículas obtidas a punção (motivos M2 e M3) dos pontilhados (motivo M3) e ainda dos motivos compostos, combinando bordos denteados com motivos em espiga na face interna (motivo M5), puncionamentos oblíquos junto ao bordo nas faces interna e externa (motivo M6) e ainda motivos em espiga junto ao bordo nas faces interna e externa (motivo M7).

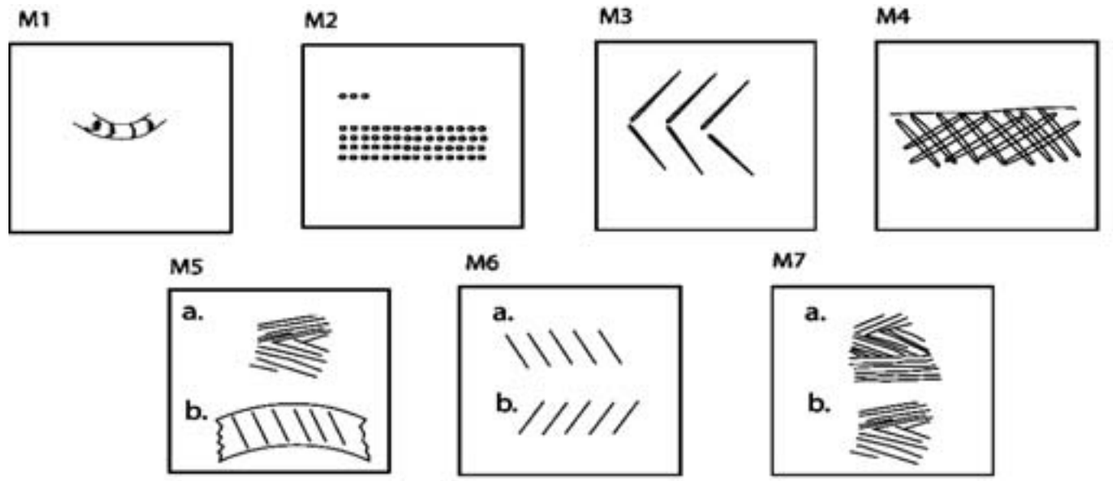


Figura 29 - motivos decorativos do Sector M, com paralelos no Sector A.

O segundo universo decorativo incorpora "as novidades", motivos sem paralelos nas fases mais antigas da Fraga dos Corvos (Sector A) e que denunciam uma renovada visão estética dos recipientes domésticos. Sobrevivem as espigas, obtidas a punção lateral, mas cujo efeito final diverge das soluções representadas no primeiro grupo (motivo M8). Surgem linhas orgânicas organizadas em motivos ondulados e entrançados, obtidos a pente (motivos M12, M13 e M14), padrões cujos paralelos nos remetem para ambientes mais tardios, como por exemplo os materiais provenientes dos níveis da "I Idade do Ferro mesetenha", em sítios como Sanchorreja, (Gonzalez-Tablas Sastre, 1989), ou La Mota, Medina del Campo (Villar & Losada, 1995) nomeadamente uma das tijelas do Nível IV, com um esquema decorativo idêntico ao motivo M13.

Novidade absoluta é a ocorrência de formas circulares, (motivo M11), impressas sobre cordão plástico.

Do ponto de vista das técnicas aplicadas, para além do penteado, que, apesar de conhecermos paralelos com o Sector A, é claramente minoritário nas realidades da I Idade do Bronze, de apontar ainda a excisão (motivo M9), motivo por excelência do mundo Cogotas I (Delibes de Castro, Fernandez Manzano, Rodriguez Marcos, 1990). De assinalar a correspondência directa deste motivo M9, que combina pequenos sulcos com triângulos excisos, com o motivo plasmando na estampa nº3 da Fig. 7 desta publicação relativa ao sítio de San Roman de Hornija, Valladolid. Estes motivos encontram-se preenchidos com pasta branca, pelo que importa lembrar que as análises realizadas para os fragmentos decorados com negativos preenchidos a pasta branca do Sector A permitiram a identificação desta pasta como matéria obtida a partir de restos osteológicos calcinados e moídos (Luís, 2010); existe, apesar da alteração visível das gramáticas decorativas, a sobrevivência desta solução estilística/cromática.

As estreitas relações com o mundo mesetenho, vastamente comprovada para as re-

alidades do Sector A, parecem manter-se durante os períodos de ocupação do Sector M. Apesar de ainda não existirem dados estatísticos concretos, a evidência parece apontar para um incremento destas relações inter-regionais durante a Idade do Ferro; afirmação que carece de corroboração através de um estudo mais sitemático dos materiais cerâmicos.

Foram também exumados cinco cossoiros, quarto deles fragmentados, um dos quais ostentando decoração incisa profusa, em toda a parede.

Podemos agrupá-los, dois deles, na categoria de cossoiros bicónicos, achatados junto aos orifícios (nº10394 e nº10331)¬¬¬, um bolboso (nº10280), e ainda dois bulbosos achatados (nº10013 e 10130) (Silva e Olivei-

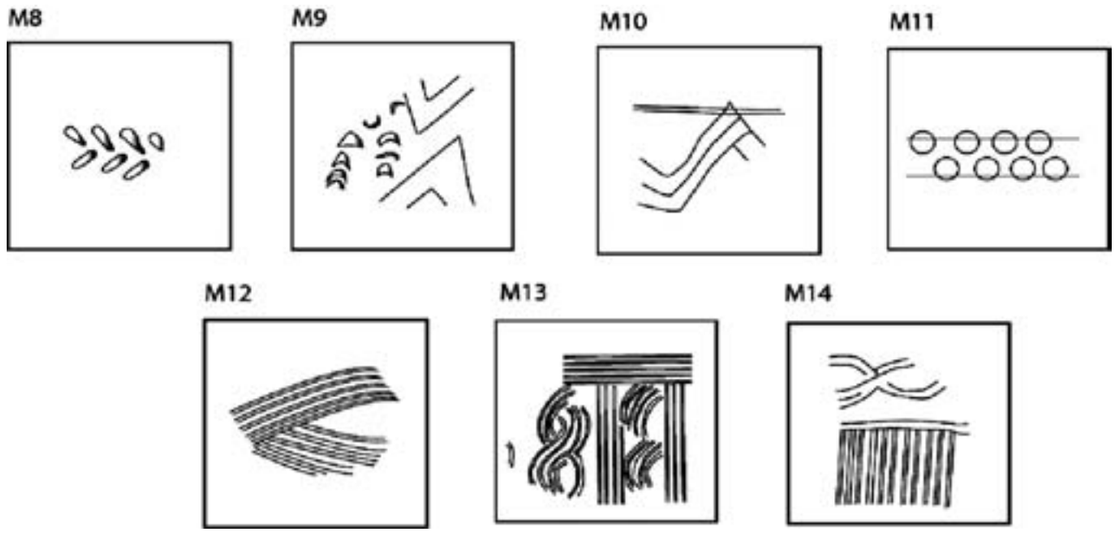
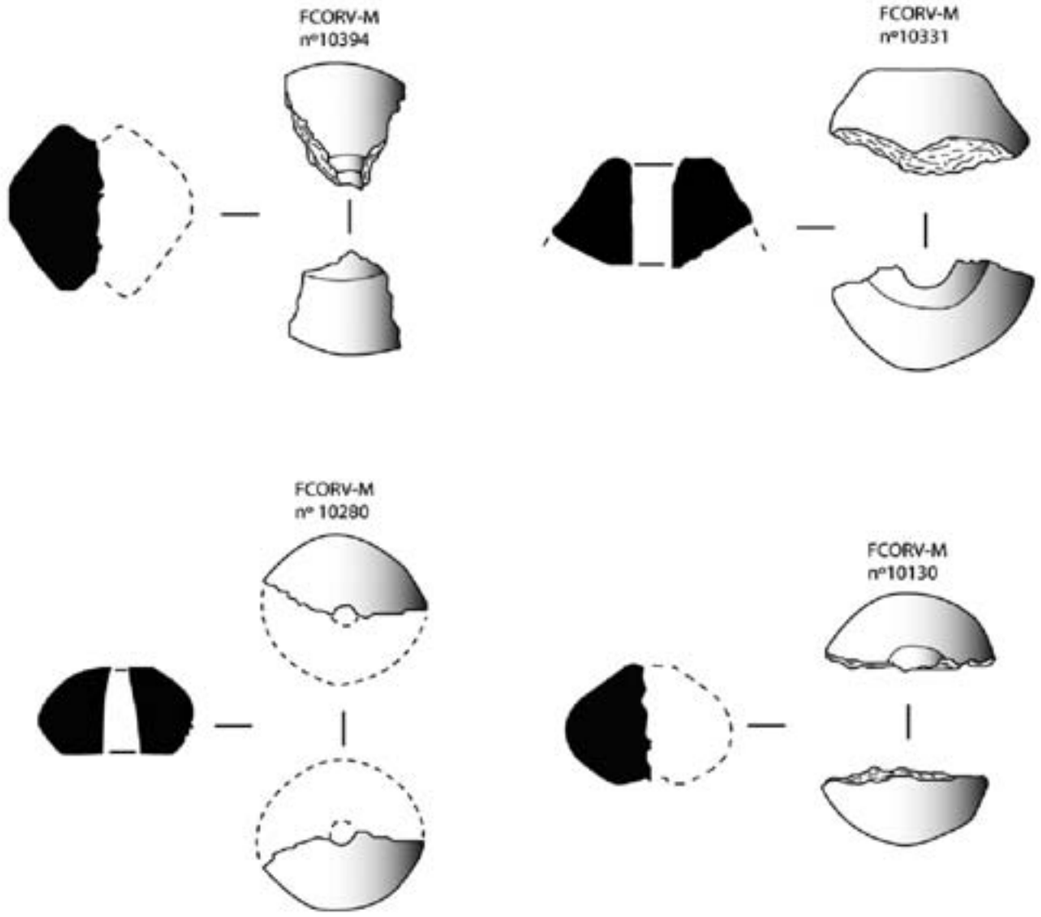


Figura 30 - motivos decorativos do Sector M, sem paralelos no Sector A.

Figura 31 - nº 10464.

Figura 32 - nº 10490.

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ



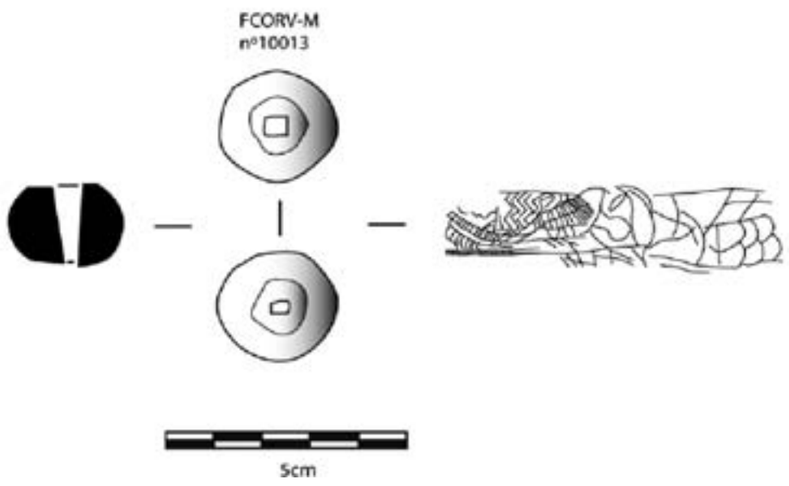


Figura 33 - Cossoiros do Sector M.

Figura 34 - nº10013. Cossoiro bulboso decorado.

Figura 35 - nº10394. Cossoiro bicónico.

Foi também recolhido barro de revestimento em abundância, maioritariamente nódulos de pequenas dimensões em mau estado de conservação. Num caso identificaram-se os negativos da possível estrutural vegetal a que estaria agregado.

Passamos a esquematizar os dados quantitativos do espólio cerâmico recuperado durante a campanha de 2011.

Bordos simples	325
Bordos decorados	11
Cossoiros lisos	5
Cossoiros decorados	1
Fundos	158
Bojos decorados	36
Bojos com pegas mamilares	7
Bojos com carenas	6
Asas / arranques de asa	27
Alisador	1

Foram recolhidos abundantes restos osteológicos, com proveniências estratigráficas diversas; apesar disso, a amostra aponta para um aproveitamento dos recursos faunísticos homogéneo, nomeadamente de gado bovino e ovicaprino. De momento, regista-se uma aparente predominância de espécies domésticas e, em contrapartida, a ausência de espécies selvagens. Os exemplares de suínos não oferecem respostas quanto ao seu tipo – porco doméstico ou javali. Apesar do ainda estado precoce dos trabalhos neste sector, os dados quantitativos revelam já alguma expressão no que diz respeito às espécies de eleição das comunidades que habitavam o cabeço. Resta relembrar que a Serra de Bornes é ainda hoje povoada por javalis e a que a sua caça faz parte das tradições locais.

A identificação das espécies faunísticas devemo-la à Dra. Cleia Detry, cuja ajuda preciosa agradecemos.

Passamos a esquematizar os dados quantitativos do espólio osteológico identificável, recuperado durante a campanha de 2011.

Espécie	Nº
Bos sp. (Taurus)	9
Ovis/capra	9
Sus sp.	3

A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros) / A Campanha 9(2011)
Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?
Elsa LUÍS , Jessica REPREZAS e João Carlos SENNA-MARTINEZ

Quanto ao espólio lítico, importa sublinhar a presença abundante de elementos de moagem, recolhidos tanto em contexto de escavação como à superfície, em toda a envolvente da sondagem, nomeadamente dormentes graníticos de dimensões significativas. Esta presença dá pistas da existência de actividade agrícola, ainda que instrumentos líticos de outra natureza - nomeadamente elementos de foice e outros - sejam muito escassos.

Foi também identificado um possível resto de talhe em material silicioso, com uma fractura que sugere provável origem térmica[9]. Este fragmento representa o primeiro indicador de matéria-prima de origem exógena, ou pelo menos fora do círculo imediato de aprovisionamento das comunidades da Fraga dos Corvos.

Ao espólio lítico falta acrescentar a presença de pedras polidas perfuradas (maioritariamente em xistos moles), de fabrico cuidado, cuja interpretação oferece muitas dúvidas. Um conjunto de características, enunciadas no ponto relativo à fiação justificam esta afirmação, e suportam a possibilidade de se tratarem e objectos com utilidade prática duvidosa. Todos estes objectos são únicos, não tendo sido identificado até agora dois iguais. Surgem em formas triangulares, ovaladas ou rectangulares, com uma ou duas perfurações. Surgem estratigraficamente associados tanto a níveis remexidos como a U.Es conservadas, nomeadamente os "pisos" da fase posterior a [10026].

Figura 36 - nº10024, 10025, 10173, 10655; pedras perfuradas do Sector M.

Passamos a esquematizar os dados quantitativos do espólio lítico recuperado durante a campanha de 2011.

Seixos rolados	61
Dormentes	10
"Ideotécnicos"	10
Pedra polida	19
Percutor	3
Denticulado	1
Frag. sílex indeterminado	1
"Testo"	1
Contas de colar	6
Movente	3
Molde	1
Núcleos	2
Pedra com covinhas	1

[9] Informação pessoal que agradecemos ao Professor Doutor João Pedro Cunha Ribeiro.

5. A Fraga dos Corvos – uma primeira abordagem diacrónica

5.1. A cerâmica

A primeira observação pertinente é a do sentido de continuidade nas características dos recipientes, quer do ponto de vista do fabrico, quer quanto às formas que apresentam. De facto, a observação macroscópica dos novos fragmentos exumados permite-nos aferir a permanência das técnicas e modalidades de fabrico local – as pastas, os elementos não plásticos, o tipo de cozedura e o aspecto formal – a "moda" – predominantes. À excepção de um fragmento de clara proveniência alógena, os recipientes exumados do Sector M enquadram-se perfeitamente nas formas propostas por Elsa Luís para a ocupação da I Idade do Bronze do cabeço (Luís, 2010). Existem, no entanto, outros elementos que nos permitem afirmar com segurança a antiguidade do Sector A relativamente ao Sector M. Esta afirmação permite-nos concluir que o fabrico da cerâmica dita comum reveste-se de um enorme conservadorismo, o que a torna um indicador pouco fiável de cronologias para a nossa área regional. Deste modo, vamos encontrar roturas nos "materiais de excepção"; para o caso das cerâmicas, conseguimos lê-las sobretudo nas decorações (nas técnicas e nas gramáticas utilizadas), como pudemos observar nos dados acima apresentados.

5.2. A Metalurgia

A produção metalúrgica representa o universo artefactual mais contrastante na Fraga dos Corvos, e aquele que considerámos o indicador cronológico por excelência. Existe uma discrepância assinalável na quantidade de materiais recolhidos nos dois sectores, sendo que os metais são, comparativamente, muito mais abundantes no Sector M. Para mais, enquanto a produção metalúrgica no Sector A é diminuta e plenamente integrada numa tradição regional, no Sector M vamos encontrar artefactos de tradição marcadamente mediterrânica, e em muito maior quantidade. Há ainda a assinalar a presença significativa de escórias no Sector M, o que, apesar das condições tafonómicas aparentemente mais favoráveis neste Sector em relação ao primeiro, indicia um incremento efectivo da produção metalúrgica local.

Para a Primeira Idade do Bronze (Sector A) encontra-se estabelecida em termos de alguma segurança a estreita ligação da produção metalúrgica ao aparecimento regional das primeiras ligas de bronze (Cu, Sn) a ambientes de cariz doméstico e em escalas reduzidas, através de obtenção de metal provavelmente por co-redução de minerais de cobre e estanho em vasilha forno e fundição dos nódulos (prills) assim obtidos em cadinho para vazamento em moldes abertos e/ou fechados consoante os casos (Senna-Martinez, et al. 2011). A associação à produção de machados do tipo Bujões está bem documentada pelos dois fragmentos de molde recuperados.

Os dados publicados para o sítio coevo da Sola, no Minho - (Bettencourt, 2000a), bem como os conhecidos para o espaço galaico (Comendador, 1997), mostram-nos que o começo da produção de bronzes binários constitui um fenómeno que ocorre de forma alargada em todo o noroeste Peninsular dentro de cronologias de um modo geral enquadráveis no segundo quartel do segundo milénio a.C.

Nos ambientes do Sector M (Bronze Final?), se a informação já produzida para o conjunto de bronzes de cariz orientalizante do Abrigo 2 (Figueiredo, et al. 2009) for aqui aplicável, poderemos ter associada a uma tradição metalúrgica produtora de ligas de bronze binário em moldes de grande estabilidade uma clara inflexão de influência cultural que agora aponta para relações privilegiadas com ambientes mais meridionais na órbita dos processos da colonização orientalizante.

5.3. A Fauna

Como pudemos observar, a partir dos dados apresentados, os restos osteológicos dos dois sectores não apresentam diferenças significativas quanto aos taxa identificados e às proporções relativas. Estão, em ambos os sectores, atestadas a actividade pecuária – nomeadamente ovicaprinos e bovinos, espécies adequadas ao quotidiano Serrano – e a caça. Neste ultimo caso destacamos a presença de suídeos, que cremos tratar-se da variante selvagem, o javali; bem como os cervídeos, representados no Sector A. Não parece haver diferenças significativas nos hábitos alimentares das populações da Fraga dos Corvos durante a Idade do Bronze, ainda que importe lembrar que a amostra é diminuta, tão pouco arriscamos interpretar como assinalável a discrepância no volume de restos faunísticos entre sectores, uma vez que ela pode estar relacionada com questões tafonómicas.

5.4. Os Líticos

Comum a ambos os sectores é a clara ausência de instrumentagem lítica pesada (machados, goivas, etc.) e presença vestigial de utensílios, como elementos de foice, que é habitualmente abundante em sítios de habitat durante toda a Pré-História das Sociedades Camponesas. Há, assim, uma sintomática ausência de objectos claramente vocacionados para a exploração agrícola e/ou silvícola. Por outro lado e comparativamente, os objectos líticos vocacionados para a transformação de alimentos são mais abundantes (elementos de moagem), o que denuncia uma assinalável décalage entre tipos de instrumentos, dado que pode justificar a hipótese da existência de outra tipologia de povoados mais próximos dos campos agricultados e que serviriam de pontos de apoio à actividade agrícola. Neste quadro, na Fraga dos Corvos (e povoados análogos) os alimentos seriam apenas transformados e armazenados. Esta possível complementaridade entre áreas de instalação humana remete-nos para a discussão da complexidade das estratégias de povoamento durante a Idade do Bronze regional. (Cardoso, 1996).

Noutra linha de análise, existem as pedras polidas perfuradas ("ideotécnicos"), objectos que constituem uma especificidade própria da Fraga dos Corvos, denunciando um comportamento estético e/ou simbólico próprio e que, à luz dos novos dados do Sector M, de enorme longevidade. De facto, a primeira campanha de intervenção no Sector M revelou a manutenção do fabrico e/ou reutilização destes objectos tão característicos. As pedras polidas perfuradas no Sector M, à semelhança das exumadas no Sector A, revelam grande heterogeneidade morfológica e cuidado acabamento, dentro de uma ideia comum de objecto, razões pelas quais encaramos com reservas a sua utilização em alguma actividade económica (como explanado no ponto sobre a fiação).

5.5. A Fiação

Escolhemos, propositadamente, o termo fiação na medida em que não podemos assertivamente considerar a actividade da tecelagem no local, em ambos os sectores. Tendo em atenção a definição do próprio conceito de tecelagem: "operação de entrelaçar fios num tear para obter um tecido" (Costeira, 2010, p. 38), não dispomos, até à data, de indicadores directos desta actividade, nomeadamente elementos de tear inequívocos, os únicos elementos que, na esmagadora maioria dos casos, se conservam no registo arqueológico.

Como mencionado, existe um conjunto já relativamente extenso de pedras polidas perfuradas, que, numa primeira perspectiva, poderiam ser considerados como pesos de tear. No entanto, o facto de serem todos diferentes, de não haver uma estandardização morfológica, do evidente cuidado na escolha de matérias-primas e na elaboração tecnológica, de não terem sido identificados vestígios de utilização das perfurações (sobretudo em rochas - xistos moles - que são facilmente alterados por acções mecânicas externas), concorre no sentido de lhes atribuirmos outra funcionalidade/significado. Por outro lado, a inexistência de pesos em cerâmica pode indicar que a actividade da tecelagem fosse realizada em outro local, ou, numa hipótese menos provável, que o "entretecimento de algumas fibras vegetais selvagens (...) fosse manual, próximo das téc-

nicas utilizadas para a cestaria" *(Idem)* se bem que são conhecidos elementos de tear desde o processo de neolitização *(Idem)*.

A matéria-prima poderia ser obtida com a extracção de determinadas fibras vegetais selvagens (nomeadamente o linho - *Linum usitatissimum* – ainda que não conheçamos evidências carpológicas ou palinológicas que suportem esta afirmação). Sabemos sim que o Noroeste era, na Antiguidade Clássica, conhecido pela excelência de produção de linho e lã, segundo as fontes clássicas, como Estrabão e Plínio (Silva e Oliveira, 1999), tradição esta que eventualmente poderá remontar a períodos mais antigos. Quanto às fibras animais, são conhecidos vários sítios pré-históricos da região com restos osteológicos de ovicaprinos, incluindo ambos os sectores da Fraga dos Corvos, dos quais se poderia eventualmente extrair lã. No entanto, segundo Costeira (2010, p. 39), relativamente a contextos calcolíticos, "as ovelhas, apesar de bem documentadas nos conjuntos faunísticos, não podem ainda ser associadas directamente a esta actividade enquanto não se aprofundar o estudo dos rebanhos e da sua gestão, e dos atributos da sua pelugem, de modo a aferir a possibilidade de extracção de lã".

Nos sectores A e M apenas dispomos de indicadores directos da actividade da fiação, os cossoiros ou fusaiolas. Estes são "pequenos discos lisos ou decorados, de vários tipos ou formas, na sua maior parte feitos em argila, mas também em pedra, tendo uma perfuração central. Eram colocados na parte inferior do fuso, como remate e, assim, davam o equilíbrio necessário, servindo de volante, que mantinha e prolongava o movimento rotativo que a mão da fiandeira lhe imprimia" (Silva e Oliveira, 1999, p. 4). Ambos os conjuntos apresentam cossoiros de pequena dimensão, genericamente de bons acabamentos, todos diferentes entre si, alternando entre os bicónicos e os bulbosos achatados segundo a tipologia de Silva e Oliveira (Idem). Esta característica da não estandardização de formas parece perdurar no tempo até aos contextos castrejos do Minho, como é caso, entre outros, da Citânia de Briteiros nos quais, num conjunto de cerca de 200 cossoiros, não existem dois exactamente iguais, contribuindo para a dificuldade de construção de uma tabela de formas (Idem). A inovação aplicada nos cossoiros castrejos parece ser a utilização de molde para o seu fabrico na maioria dos casos além do recurso, frequente, a desperdícios de outros recipientes, enquanto na Fraga dos Corvos todos são de fabrico manual.

Em ambos os sectores encontramos um decorado, sendo que o do Sector M é muito mais cuidado e com decoração muito mais complexa.

5.6. As contas vítreas

As contas vítreas, encontradas nos dois Sectores da Fraga dos Corvos, podem ser atribuídas a um momento compatível com a actual estimativa cronológica proposta para o Sector M.

A sua origem mediterrânica é clara e a matéria-prima de que são feitas, pasta vítrea azul escura, tem, neste âmbito regional, grande longevidade e a sua dispersão para Ocidente parece acompanhar, numa primeira fase restrita e ainda do segundo milénio a.C., os contactos pré-orientalizantes (de que os exemplares da necrópole da Atalaia, num contexto avançado da 1ª Idade do Bronze do Sudoeste, dão testemunho – Schubart, 1975) para se generalizarem e acompanharem a expansão fenícia para Ocidente (Arruda, 2000).

6. Conclusões

À medida que nos aproximamos da conclusão da intervenção programada para o Sector A da Fraga dos Corvos (que esperamos concluir em 2012) o início da intervenção no Sector M coloca toda uma nova série de questões das quais a primeira é, sem dúvida, a da continuidade ou não da ocupação do cabeço ao longo da Idade do Bronze. Pensamos que a continuação da escavação poderá produzir evidência que ajude a obter uma resposta.

Nova é a questão da cronologia das últimas ocupações conservadas no Sector M que é dificultada pela virtual ausência de sítios na região, cronologicamente análogos ao Sector M, com os quais possamos estabelecer paralelos fiáveis. Enquanto os materiais cerâmicos recuperados, quer pelas características morfológicas, quer pelas de fabrico, nomeadamente nas claras continuidades que estabelecem com o Sector A, apontam para uma ocupação enquadrável no Bronze Final. No mesmo sentido, a muralha em talude, a julgar pelo verificado nomeadamente em S. Julião (Bettencourt, 2000b), pode ser atribuída a um momento final daquele período.

Facto inteiramente novo, inclusive num âmbito regional alargado a todo o Noroeste, é a inusitada abundância de artefactos de cariz mediterrânico que o Sector M já forneceu. Se os associarmos ao conjunto já conhecido do Abrigo 2 (Figueiredo et al. 2009), dos contextos secundários do Sector A e à fíbula de tipo Acebuchal da base do talude da muralha tal faz deste conjunto o maior conhecido em contextos de habitat em todo Noroeste Peninsular.

Discutimos já atrás a cronologia do conjunto que, em termos conservadores, permite colocar os materiais do Abrigo entre os séculos VIII-VII a.C. e os restantes entre os séculos VII-VI a.C.

Tais cronologias, caso seja aceitável para o Nordeste Transmontano a cronologia minhota da transição Bronze/Ferro, apontada para os séculos VI-V a.C. (Bettencourt, 2004, 2009), são inteiramente compatíveis com momentos avançados de um Bronze Final regional.

Não é de excluir a possibilidade de vir a existir evidência no sentido de uma continuidade de ocupação do cabeço da Fraga dos Corvos durante a II Idade do Ferro, uma vez que mesmo a total predominância de recipientes cerâmicos de fabrico manual não consubstancia uma garantia de estarmos perante momentos cronológicos anteriores à Idade do Ferro, dado que este arcaísmo tecnológico penetra momentos tardios da proto-história regional . Contudo convenhamos que a evidência disponível não permite qualquer avanço nesse sentido.

A compreensão do faseamento de ocupação do Sector M passa, obviamente, pela prossecução dos trabalhos de escavação. O alargamento da sondagem até ao aparelho do talude, bem como o seu desmonte numa secção controlada, afigura-se pertinente, no sentido de compreender a relação da estratigrafia detectada com a construção da própria muralha em talude, compreender a que estratos correspondem a sua fase fundacional, durante quanto "tempo" esteve activa, a expressão da ocupação do cabeço após o seu abandono/destruição.

[10] Assim o comprovam dados de estações arqueológicas como o castro romanizado da Terronha do Pinhovelo (Barranhão & Tereso, 2006).

7. Bibliografia

ARAÚJO, T.G.R. (2011) – Caracterização Petrográfica e Geoquímica das Cerâmicas da Sondagem 2 do Sítio Arqueológico da Fraga dos Corvos (Freguesia de Vilar do Monte, Concelho de Macedo de Cavaleiros. Tese de Mestrado em Geoarqueologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

ARRUDA, A. M. (2000) – Los fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII – VI a.C.). Barcelona. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6.

BARKER, P. (1982) – Techniques of Archaeological Excavation. Londres. Batsford.

BARRANHÃO, H.; TERESO, J. P. (2006) – A Terronha do Pinhovelo na civitas zoelarum: primeira síntese. Cadernos "Terras Quentes", 3. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 6, pp. 7-26.

BÁRTHOLO, M.L (1959.) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa. Instituto de Alta Cultura, Vol. I, p.431-39.

BETTENCOURT, A. M. S. (2009) – A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze. Braga Universidade do Minho.

BETTENCOURT, A. M. S. (2004) – O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro. Castro. Um Lugar para Habitar. Colóquio Monte Mozinho 2004. Penafiel. Museu Municipal. Cadernos do Museu, p.25-40

BETTENCOURT, A. M. S. (2000a) O Povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal. Braga. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias, 9.

BETTENCOURT, A. M. S. (2000b) – O Povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro. Braga. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias, 10.

CARDOSO, J. L (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 6, Oeiras, p. 351.

COMENDADOR-REY, B. (1997) - Los inícios de la Metalurgia en el noroeste de la Península Ibérica. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela. Policopiado.

COSTEIRA, C. (2010) – Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3º milénio a.n.e. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

DELIBES DE CASTRO, G.; FERNANDEZ MANZANO, J. & RODRIGUEZ MARCOS, J. (1990) – Cerámica de la plenitud Cogotas I: el yacimiento de San Román de Hornija (Valladolid). In: B.S.A.A., LVI, pp.64-105.

FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M.J. (1998-1999) – A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história Recente. Portugália Nova Série, XIX-XX, p71-95.

FIGUEIREDO, E.; SENNA-MARTINEZ, J.C. ; SILVA, R.J.C. e ARAÚJO, M.F. (2009) – Orientalizing Artifacts from Fraga dos Corvos Rock Shelter in North Portugal. Materials and Manufacturing Processes. Londres. Taylor & Francis. 24, p.949-954.

GONZALEZ-TABLAS SASTRE, F. J. (1989) – Los niveles superiores de Sanchorreja. La primera Edad del Hierro en el borde meridional de la Meseta. Trabajos de prehistoria. 46, p.117-128.

HARRIS, E. (1989) – Principles of Archaeological Stratigraphy. Second Edition. Londres. Academic Press.

LUÍS, E. (2010) – A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: O conjunto cerâmico da Sondagem 2 do sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

MARTINS, M. (1990) – O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado. Cadernos de Arqueologia. Monografias. Braga: Universidade do Minho.

MATOS, D. (2011) – A Exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria lítica do sítio de habitat da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). In: Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Câmara Municipal. 8, p.47-54.

MIGUEZ, J. (2010) – As fibulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos – o caso de Mesas do Castelinho. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

NÁJERA COLINO, T.; MOLINA GONZÁLEZ, F.; SÁNCHEZ ROMERO, M. e ARANDE JIMÉNEZ, G. (2006) – Un Enterramiento Infantil Singular en el Yacimiento de la Edad Del Bronce de la Motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real). Trabajos de Prehistoria. Madrid. CSIC. 63(1), p.149-156.et

PONTE, S. (2006) – Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal. Coimbra: Caleidoscópio.

REBELO, B. (2011) – Os recipientes cerâmicos do sítio do Alto da Madorra. Cadernos "Terras Quentes", 8, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, p. 55-62.

SCHUBART, H. (1975) – Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel. Berlin. Walter de Gruy-ter. 2 Vols.

SANCHES, M. J. (1997) – Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O Abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional), 2 vol., Textos, 1, SPAE, Porto.

SANCHES, M. J. (2008) – O Crasto de Palheiros, Fragada do Castro. Murça – Portugal. Braga: Candeias Artes Gráficas.

SENNA-MARTINEZ, J. C. (2009) – Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. Câmara Municipal. 17, p. 467-488.

SENNA-MARTINEZ, J. C. e LUÍS, E. (2009) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 6, p.69-79.

SENNA-MARTINEZ, J. C. e LUÍS, E. (2010) - A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 7 (2009). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 6.

SENNA-MARTINEZ, J.C. e LUÍS, E. (2011) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 8 (2010). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 8, p.33-46.

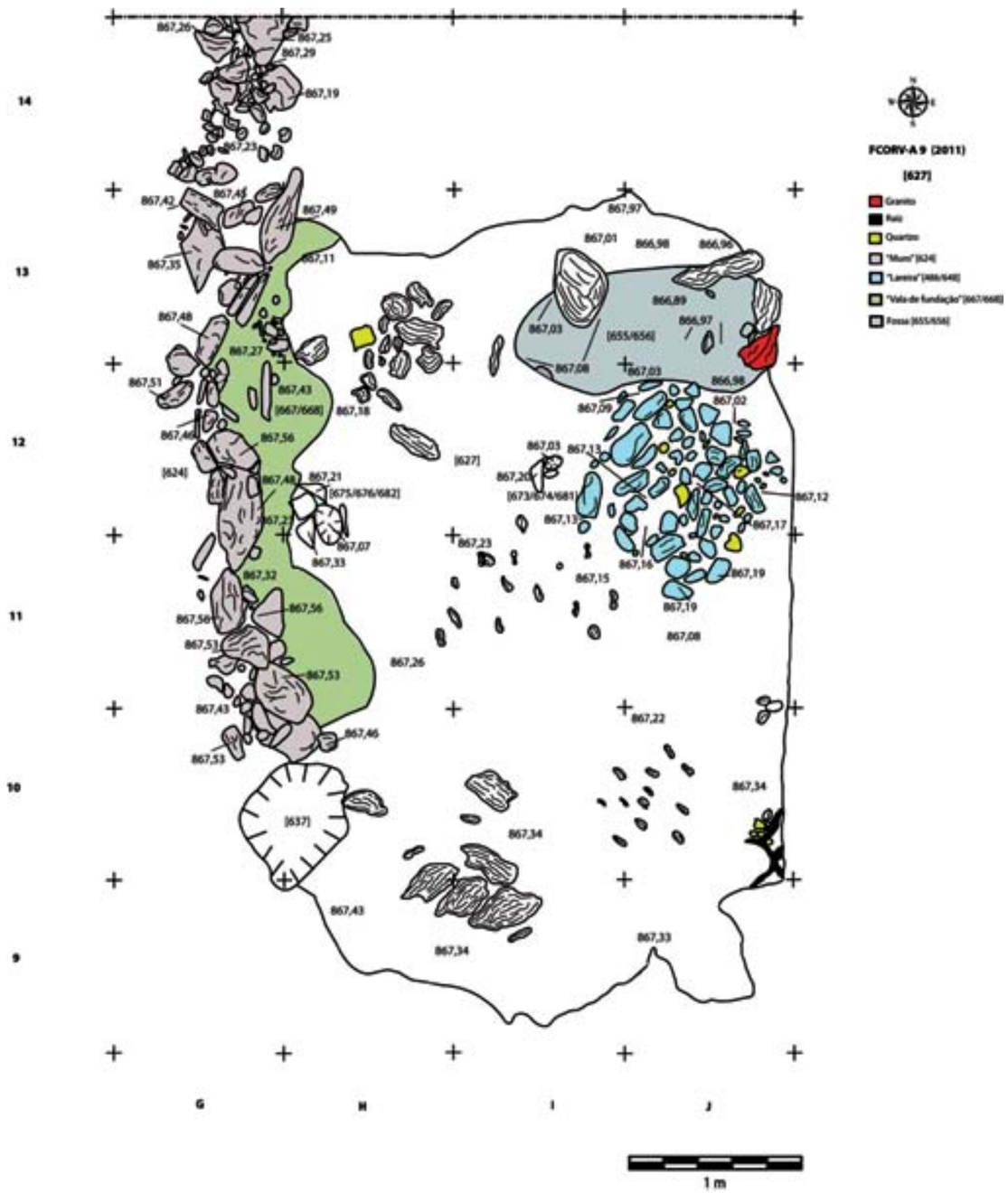
SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site. MARTINS, Carla B.; BETTENCOURT, Ana M.S.; MARTINS, José Inácio F.P. & CARVALHO, Jorge (eds.) Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental/ Settlement and Miniing in the Atlantic Western Europe. Proceedings of the First International Congress, Braga, 10th Dezember of 2010. Braga: CITCEM, APEQ, FEUP, p.381-394.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) – A Fraga dos Corvos: Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros. Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 1, p.32-58.

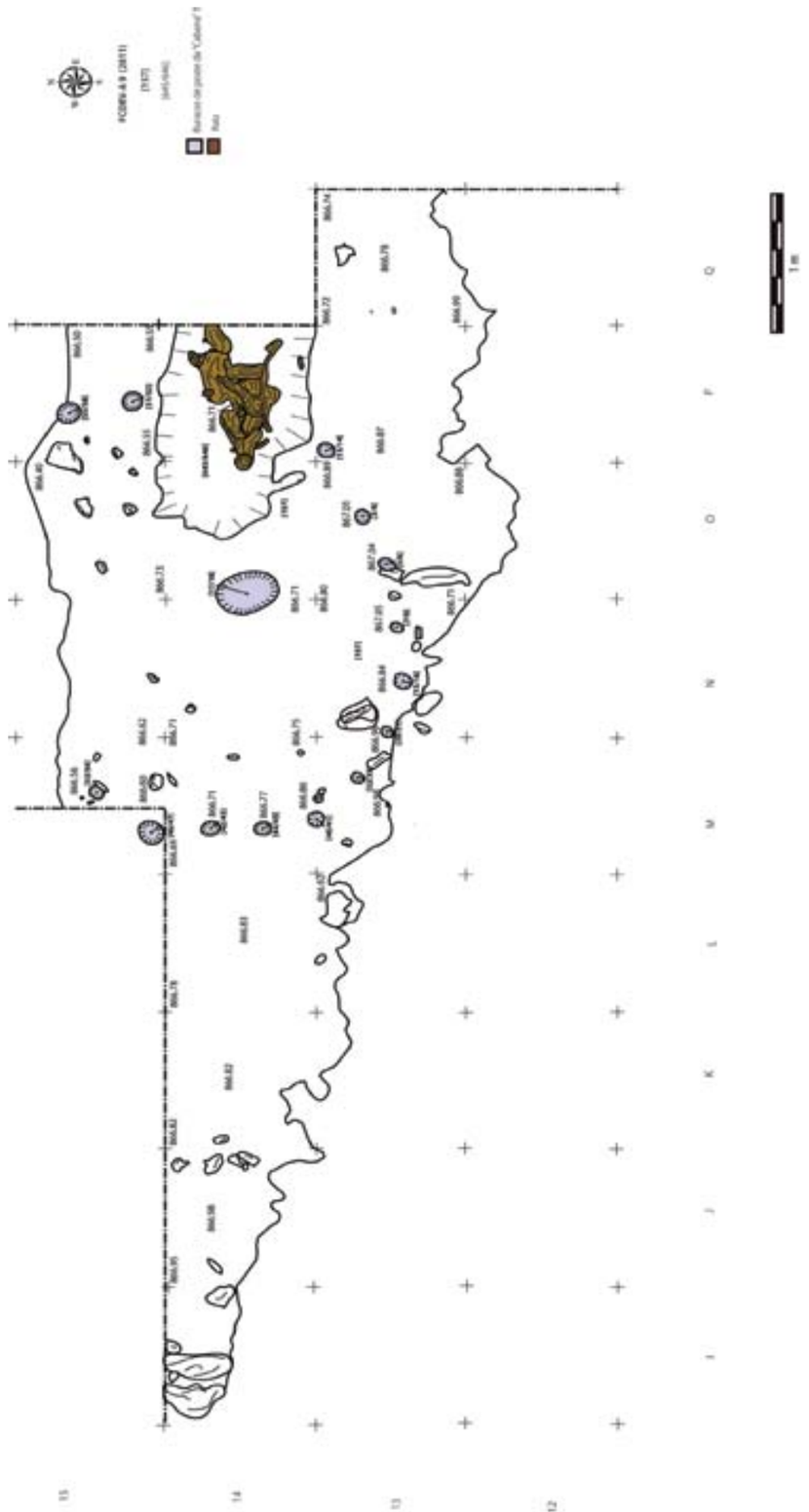
SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E. e VALÉRIO, P. (2010) – «Melting the Powen» – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES e R. FÁBREGAS VALCARCE (Eds.) Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe. BAR International Series 2058. Oxford. Archaeopress. p.111-117.

SILVA, M. F.; OLIVEIRA, P. C. (1999) – Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa). Revista de Guimarães, Volume Especial, II, pp. 633-659.

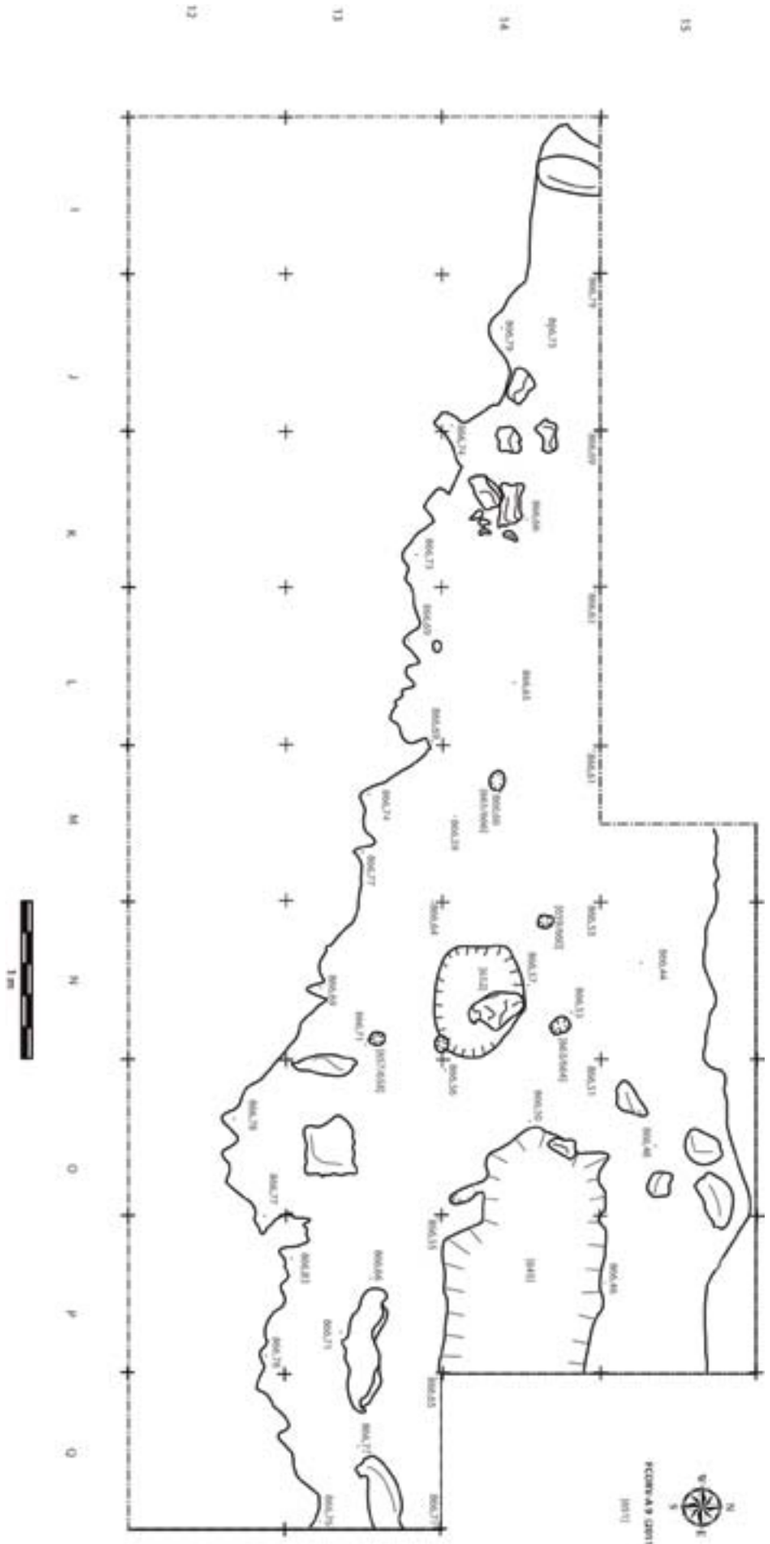
TORRES ORTIZ, M. (2008) – Fíbulas. M. ALMAGRO-GORBEA, I. (Ed.) La Necrópolis de Medellín. II- Estudio de los Hallazgos. Madrid. Real Academia de la Historia. Bibliotheca Archaeologica Hispana, 26-2, p.529-535.



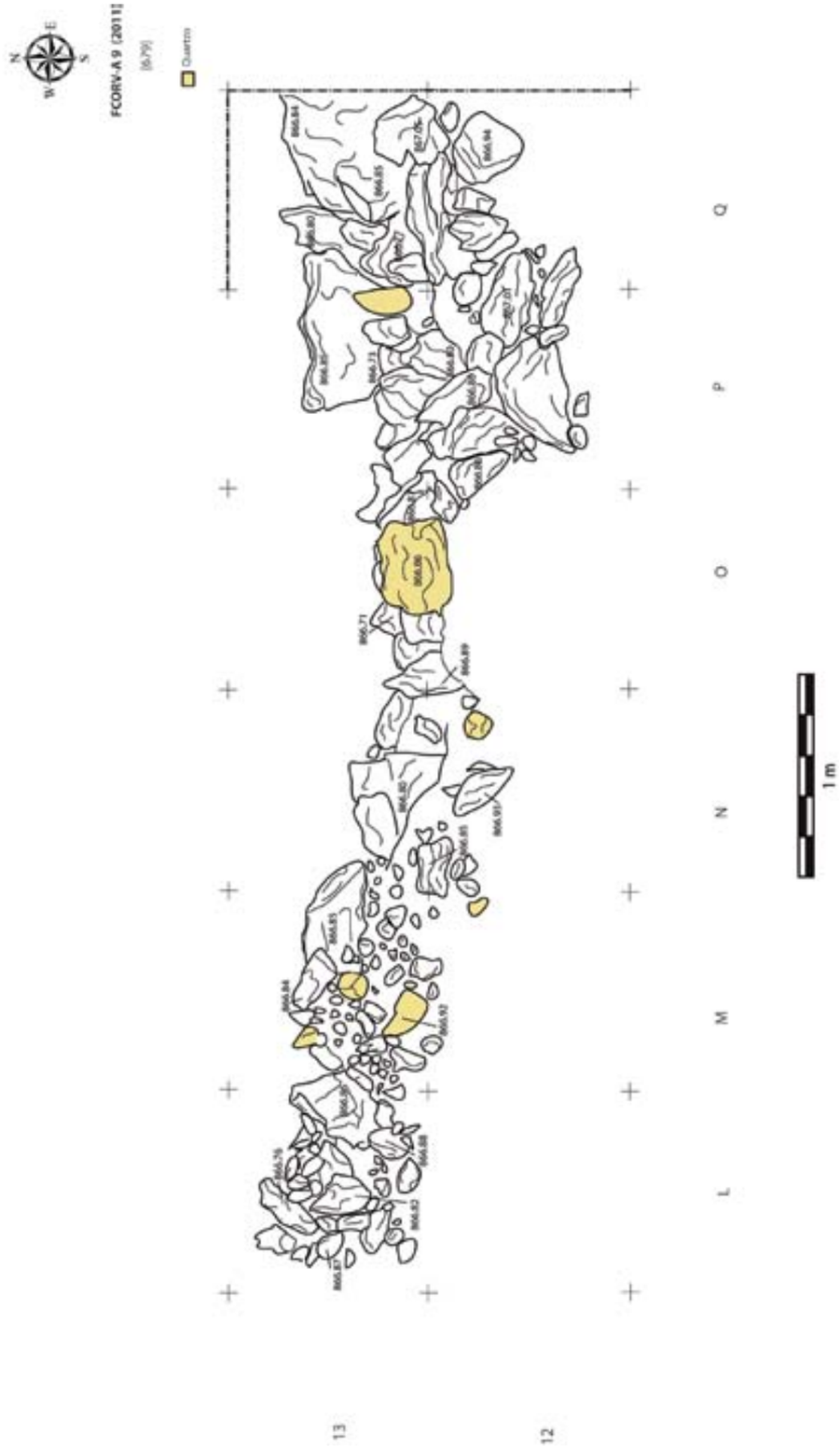
Planta - A1



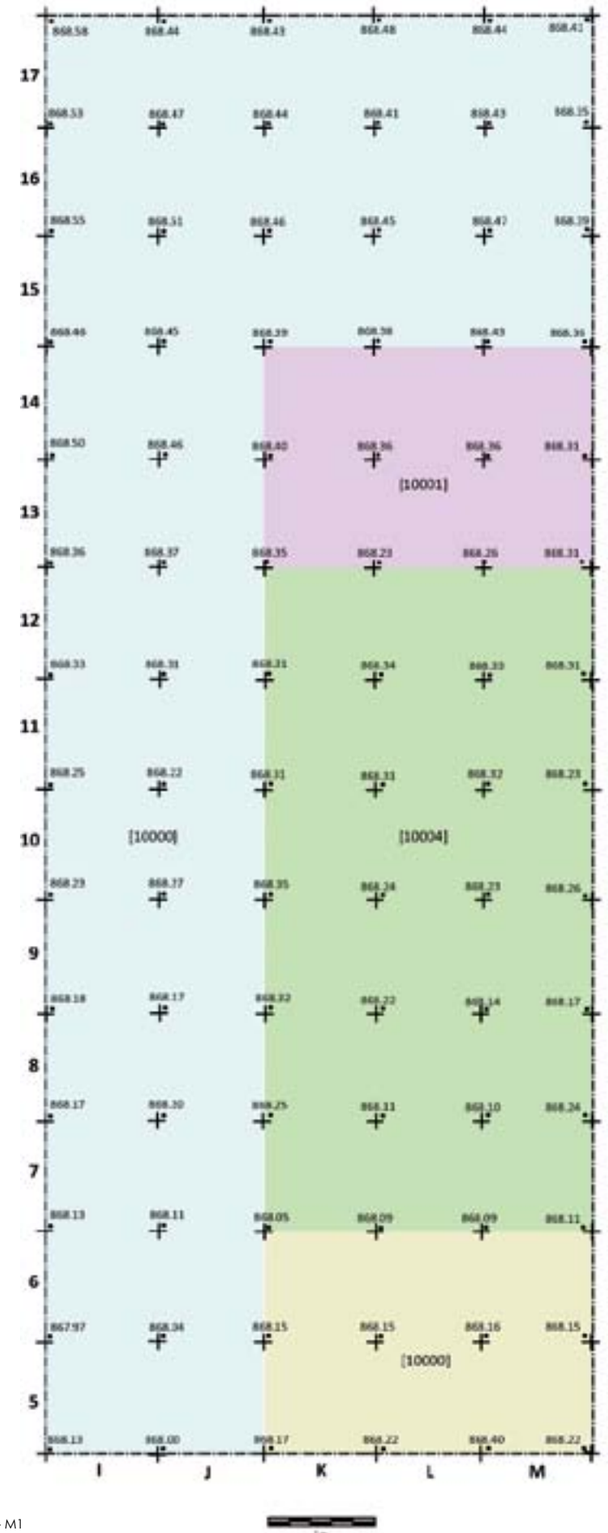
Planta - A2



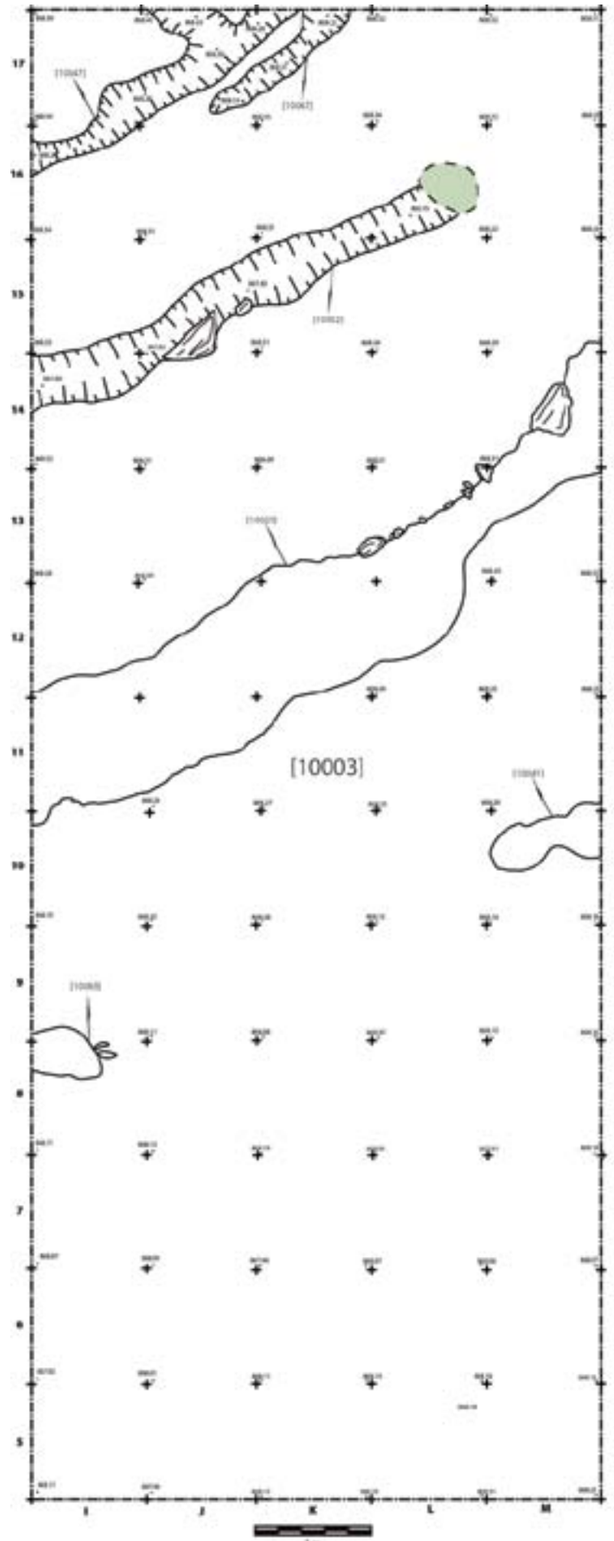
Planta - A3



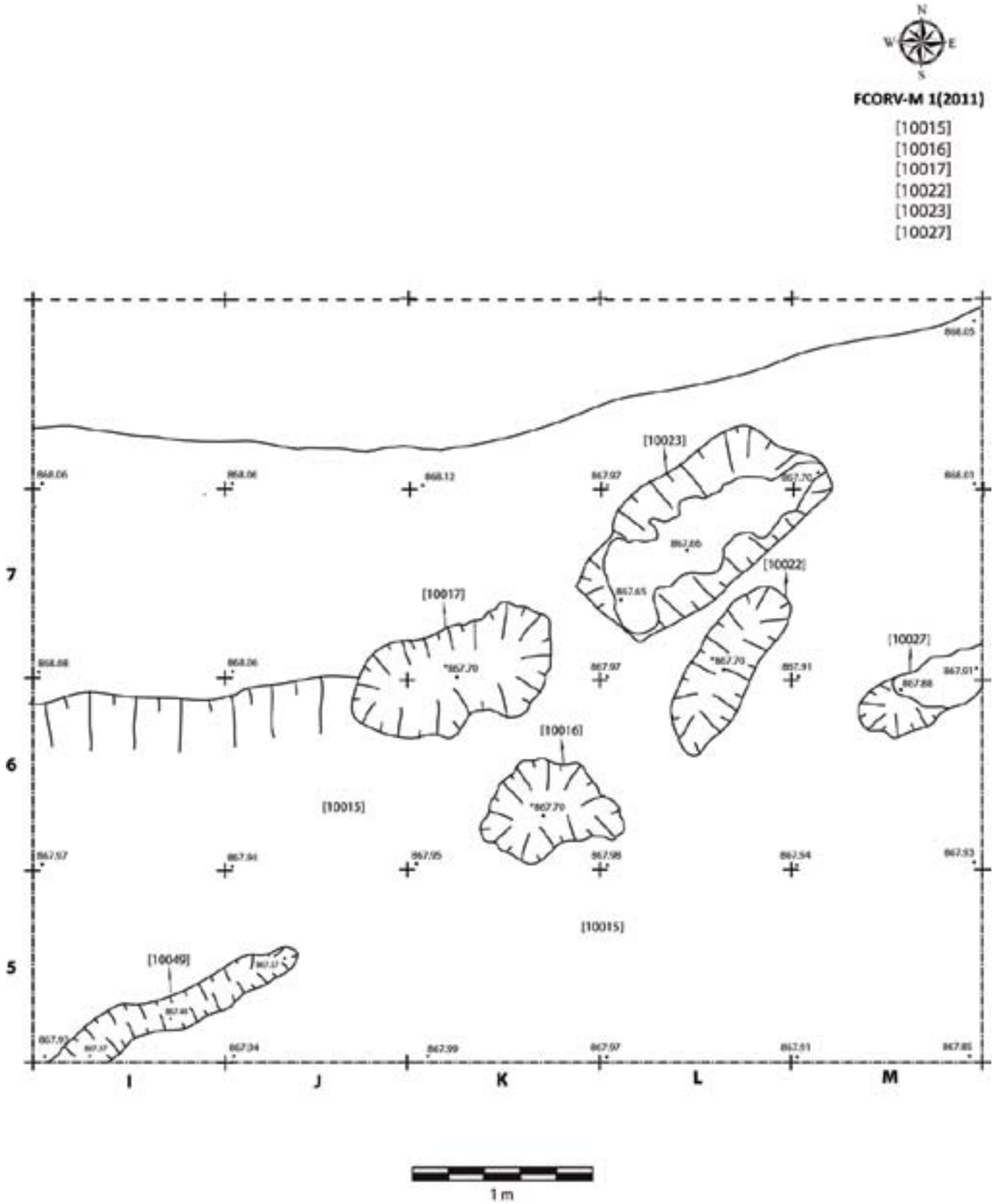
Planta - A4



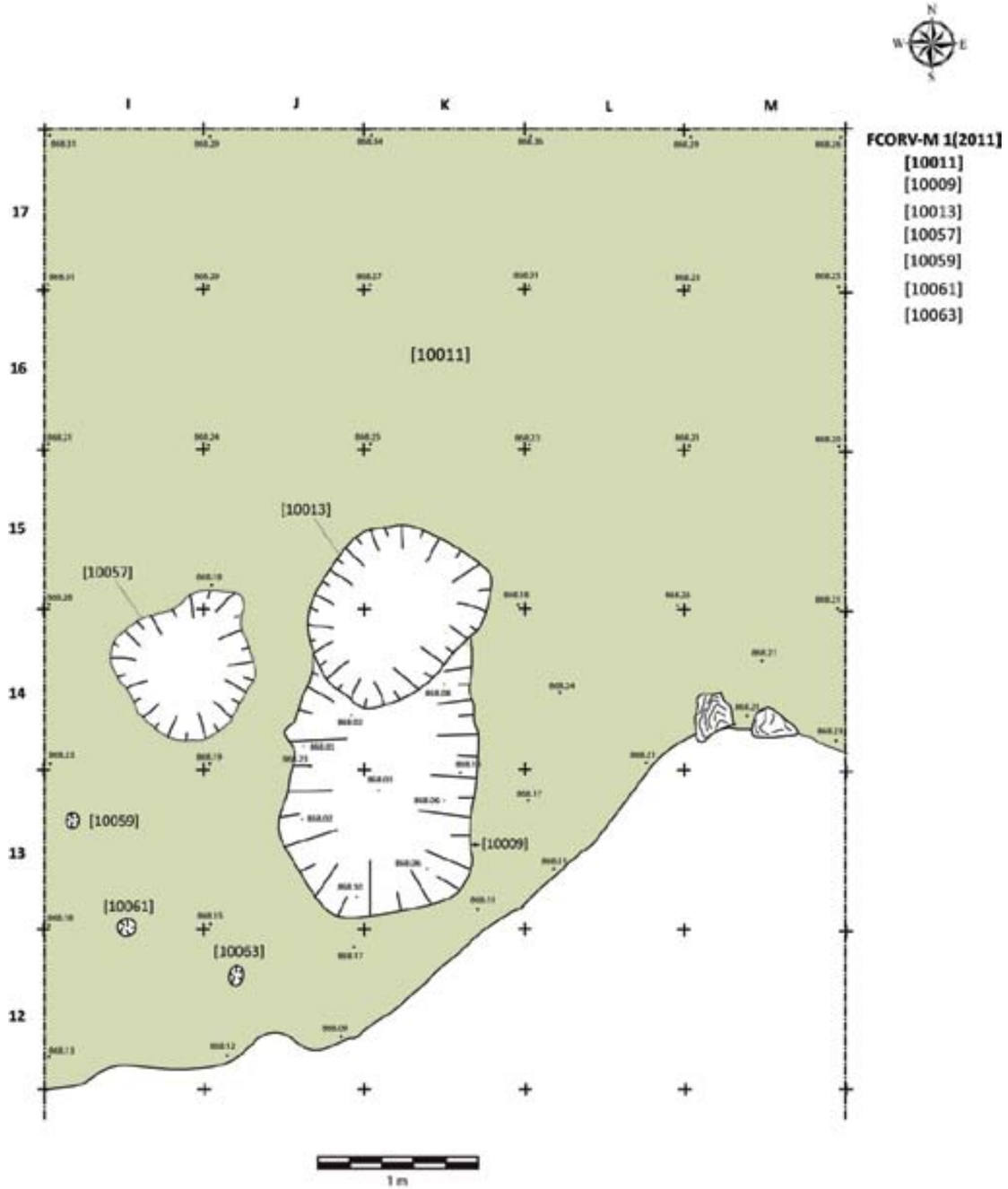
Planta - M1



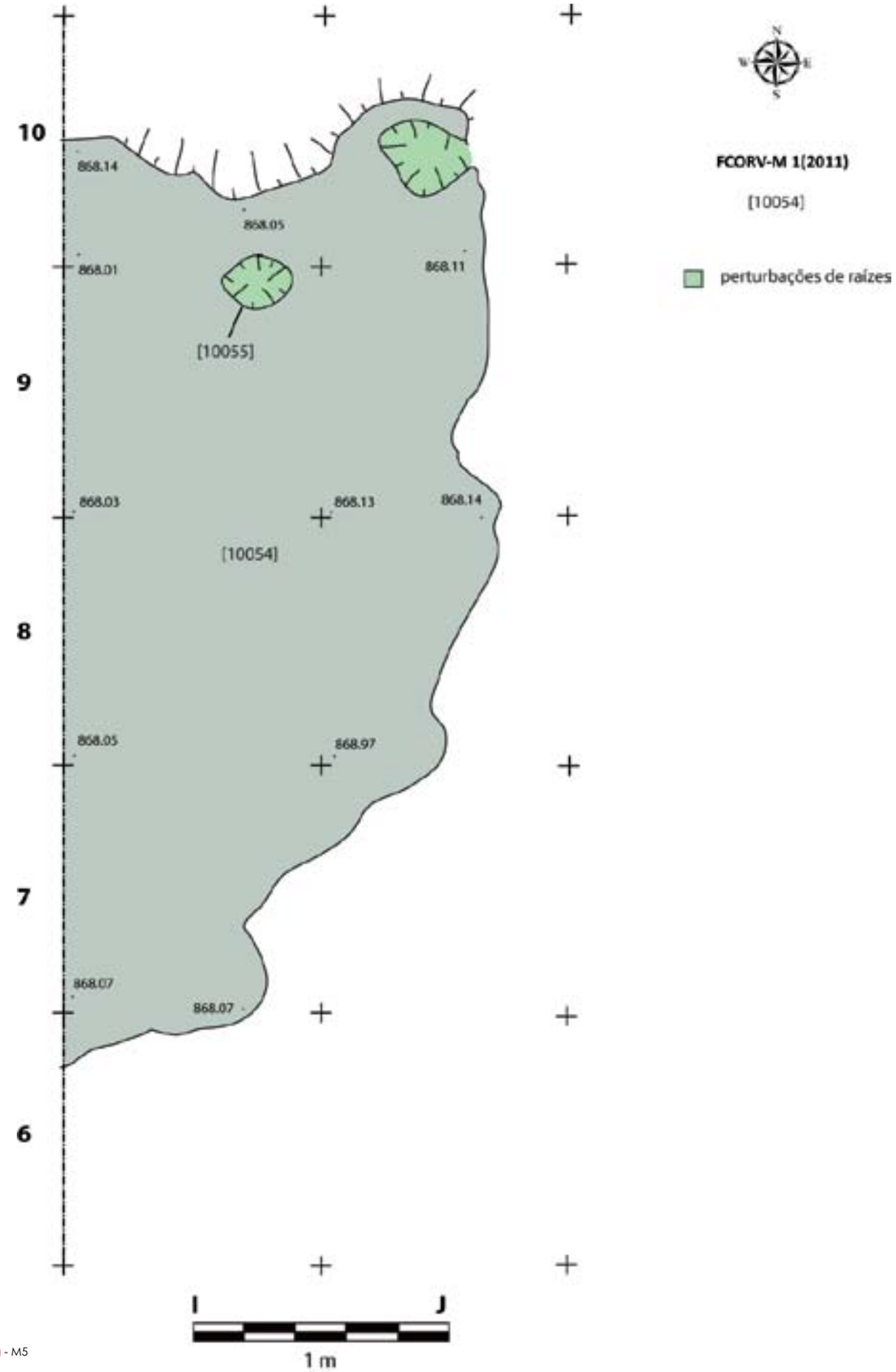
Planta - M2



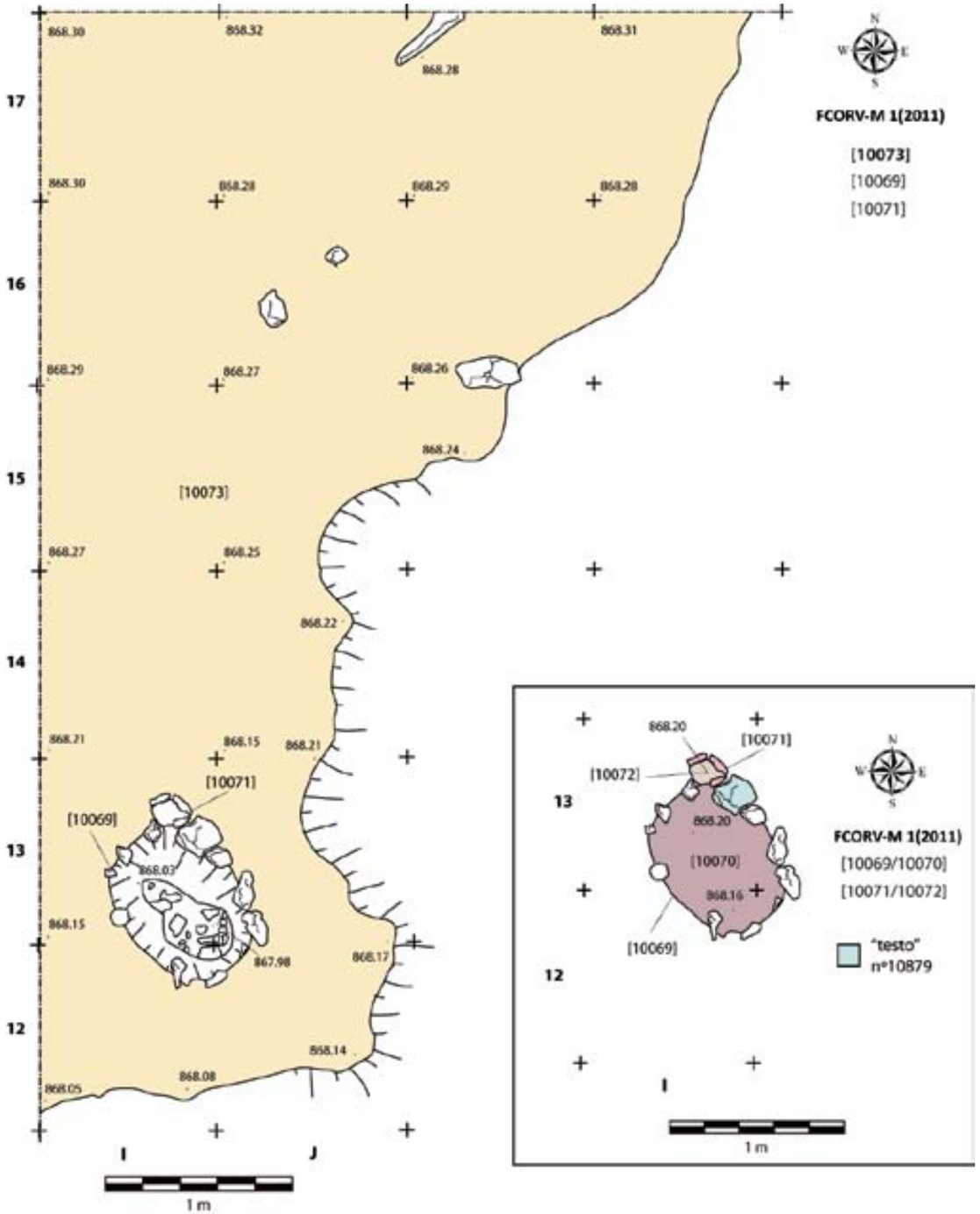
Planta - M3



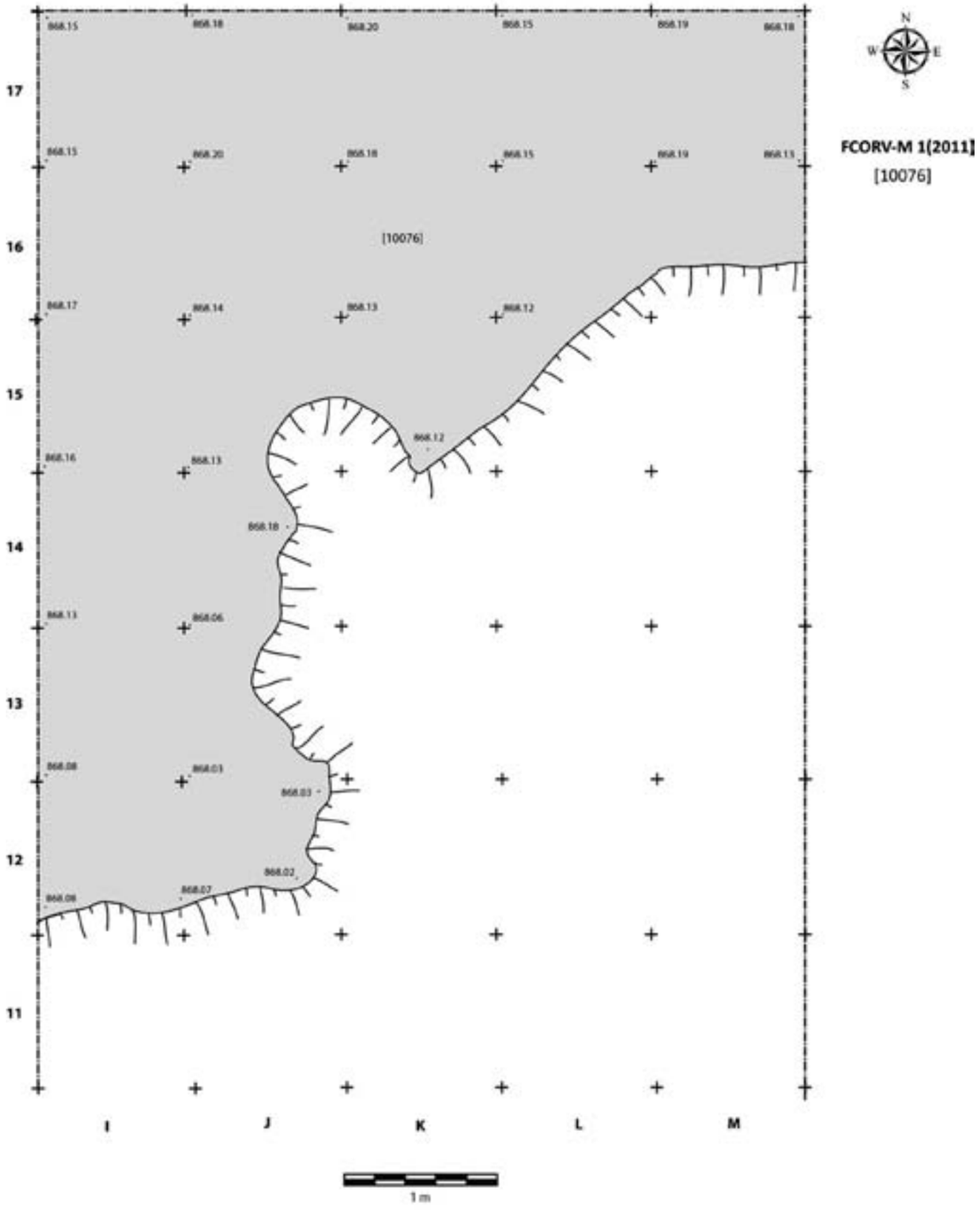
Planta - M4



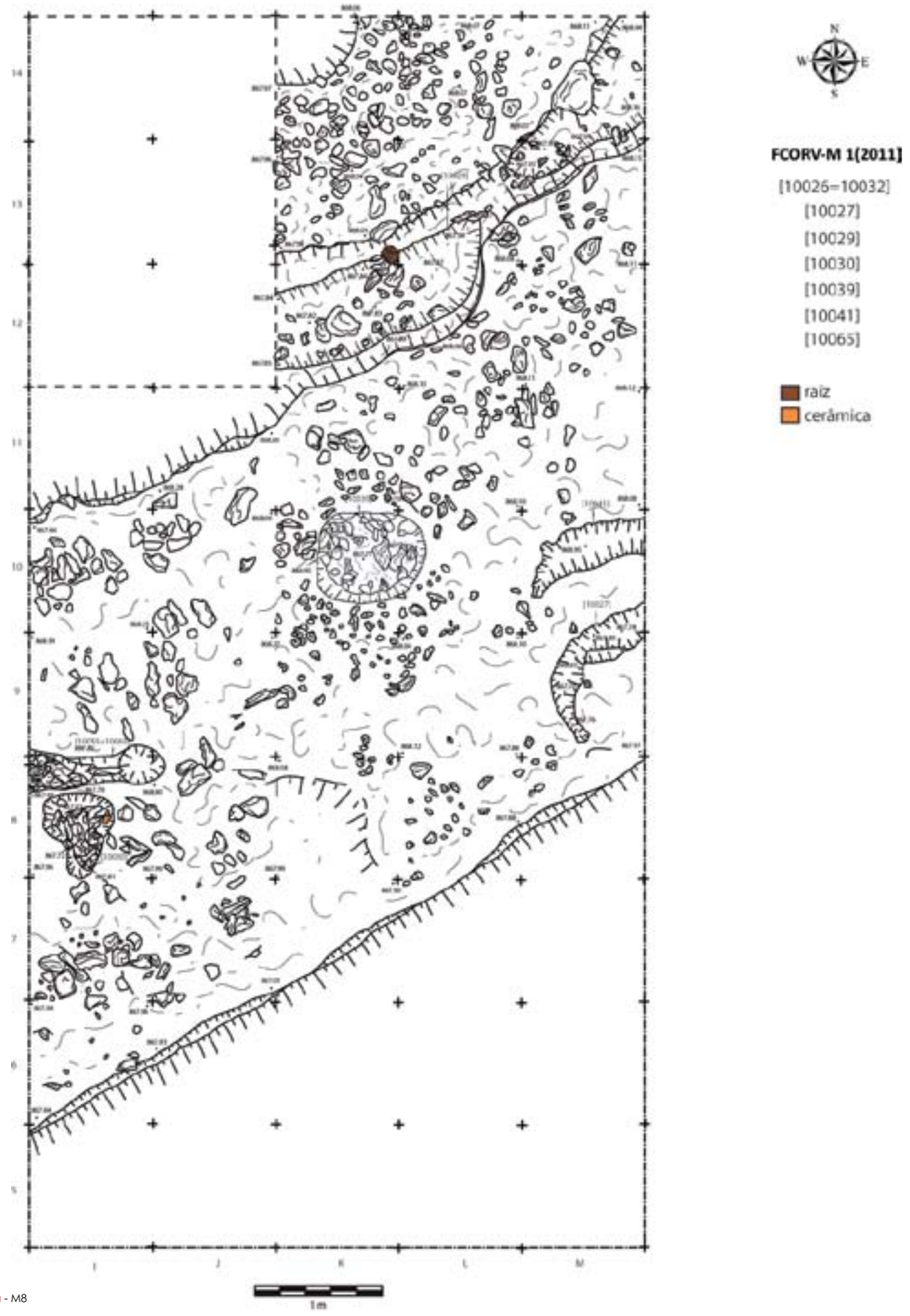
Planta - M5



Planta - M6



Planta - M7



Planta - M8

Rui Sousa*

O DIALECTO TRASMONTANO
– VOZES DA ILITERACIA OU EVOLUÇÕES PARALELAS À NORMA?
REFLEXÕES ACERCA DE UM PATRIMÓNIO HISTÓRICO RESGATADO DA ORALIDADE

(NOTA BREVE: O texto que se segue NÃO será escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico)

«Quem pega na bússola vê oito direcções de mundo, oito métodos de estar. O oitavo é o Nordeste»

António Pires Cabral

«Onde estiver um transmontano está qualquer coisa de específico, de irredutível. E porquê? Porque, mesmo transplantado, ele ressuma a seiva de onde brotou. Corre-lhe nas veias a força que recebeu dos penhascos, hemoglobina que nunca se descora»

Miguel Torga

«Ha alguns lugares de Tras os Montes nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não podem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica da quelles lugares»

Jerónimo Contador de Argote (1725)

***Dialecto**, s.m. Modo de falar uma língua peculiar a alguma região do domínio dessa língua (in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira)*

***Dialecto**, s.m. (do lat. dialectu-). Linguagem falada numa região e que se considera variedade de uma língua tipo, do qual pouco difere (in Grande Dicionário da Língua Portuguesa)*

***Dialecto**, s.m. Modo de falar particular a uma província ou só povoação e que apenas difere da linguagem geral do país na pronúncia, acentuação e significação de algumas palavras (in Dicionário de Morais)*

O conjunto de reflexões que se seguem, acompanhado de dados históricos e linguísticos que, dentro do possível, lhe sirvam de sustentação, não tem como finalidade a elevação de um dialecto (conceito sempre discutível) ao patamar de idioma oficialmente reconhecido, tal como, felizmente, sucedeu com o vizinho "*Mirandés*". Seria, indubitavelmente, arrojo em demasia, na presença de inquestionáveis variações regionais e, consequentemente, na ausência de bases normativas que o alicercem. De facto, numa circunscrição apenas à parte oriental de Trás-os-Montes, a região onde assenta o actual distrito de Bragança é constituída por um mosaico de particularidades etnográficas, tradicionais e fonológicas que não permitem homogeneizar todos os traços linguísticos presentes. Tendo presente que a separação a seguir apresentada se constitui como uma fronteira geográfica virtual, apesar das evidentes dissemelhanças topográficas e climáticas entre ambas as regiões, um habitante da chamada Terra Fria é detentor de um vocabulário e de uma pronúncia que facilmente o distinguem de um homónimo da Terra Quente. Dentro desta última, é perfeitamente reconhecível que um autóctone do concelho de Carrazeda de Ansiães se pronuncia de forma perfeitamente distinta daquela que será utilizada por um originário do concelho de Macedo de Cavaleiros. A um nível menos abrangente, dentro deste último concelho, um residente na freguesia de Talhas possui uma forma de falar que o identifica distintamente na presença de um outro proveniente da freguesia de Olmos. Não obstante a presença desta variabilidade regional, parecerá unânime a constatação de que os traços comuns se sobrepõem às diferenças vocabulares, lexicais e fonológicas. Será indesmentível que, para lá dos traços fisionómicos esboçados pela "*força que recebeu dos penhascos*", um Trasmontano é também inegavelmente reconhecível pela sua peculiar forma de se expressar. Mais do que uma particularidade distintiva, o Dialecto Trasmontano

* Director e investigador da Associação Terras Quentes

(ou Falar Trasmontano ou Trasmontanismos, noutras versões) é um rasgo identitário de toda uma região, sempre excêntrica, sempre isolada, atrás dos montes ou, numa mais correcta visão a partir do interior, Aquém-dos-Montes. Resgatar esse rasgo identitário, muito para lá de qualquer deturpada visão de tentativa independentista, é um passo para a criação de laços entre todos os que foram *"paridos nas pedras"*, contribuam os mesmos para os dados demográficos da cada vez mais despovoada região ou façam parte da diáspora pelos quatro cantos de Portugal ou pelos cinco pedaços continentais que dão vida à parte sólida do planeta. Seja, de igual forma, um veículo para aproximar os que adoptaram estas terras como sua "pátria" ou um meio para despertar a curiosidade do mundo exterior.

Num vasto âmbito desprovido de qualquer pretensiosismo, o Dialecto Trasmontano é uma característica diferenciadora desta terra única desenhada a xisto e granito, tal como o são os Caretos ou os Pauliteiros. Resgatá-lo do marasmo, redescobri-lo por entre o emaranhado de ruelas onde sobrevivem raros exemplares de arquitectura tradicional, ressuscitá-lo dos sorrisos de gente com rugas vincadas na epiderme, mais do que um acto de justiça, representará um louvor às origens e uma homenagem à indómita gente que desbravou a agrestia deste pedaço nordeste. Afinal, o património não se resume a pedras encavalitadas das quais surgem castelos ou pontes, igrejas ou fontanários, povoados ou solares. Também não se limita a manifestações folclóricas ou gastronómicas, a fenómenos geológicos ou a paraísos moldados por mão humana ou pela natureza. O Dialecto Trasmontano, mais do que uma forma de falar, mais do que um instrumento comunicativo das gentes, constitui um vasto domínio impalpável que me merece o atrevimento de o considerar ***Património Imaterial de Trás-os--Montes***. Um património que urge preservar! Honra seja feita aos *"iletrados"* de cujos glóbulos brota este *"parôlo"* linguajar, honra seja feita aos vindouros que desejem beber desta inconfundível fonte de ancestralidade…

"S'OU ME BUTASSE PR'ÁQUI A SCREBERE DUA FORMA MÊA ZCONTCHABADA, C'MU QUERA NUM HABIA ALMINHA QUE QUIJERA CUNTINUARE CO A LEITURA. PUR'I, INDA M'AMANHABA PRA QUE ME TCHAMASSIM TCHALOTO OU OUTRA COUSA QUALQUERA. BEM M'OU FINTO Q'O LEITORE NUM M'INFIASSE C'UM BÔ CIBO DE SPREZO PR'À SCRITA"…

O DIALECTO TRASMONTANO – VOZES DA ILITERACIA OU EVOLUÇÕES PARALELAS À NORMA?
REFLEXÕES ACERCA DE UM PATRIMÓNIO HISTÓRICO RESGATADO DA ORALIDADE
Rui Sousa

Pairar, ainda que brevemente, sobre um pedaço de texto desenvolvido num linguajar aparentemente arcaico deve soar a pouco menos que estranheza. Particularmente quando o estranho "idioma" tem vivido sempre alheado de produções literárias ou normas, salvo raríssimas excepções de gente receptora da *"hemoglobina dos penhascos"* que, aqui e ali, foi introduzindo alguns termos vernáculos nos seus textos. Recordo-me, agradavelmente, da edição princeps de *"O diabo veio ao enterro"* de António Pires Cabral, cuja leitura fez *"ressumar a seiva de onde brotei"* com as deambulações do Ti Zé das Candeias pela irredutibilidade de uma inigualável forma de falar que, de quando em vez, me constrangia a consultar o glossário que companhia fazia à obra no seu final. Ainda que a minha história tenha sido marcada por desenfreadas correrias pelo pó de Lamas ou pelo de Podence, pelas artérias de Vale Pradinhos ou pelas de Edroso, pelas vielas de Peredo ou pelas de Chacim, pelas incursões a Travanca ou a Sesulfe, pelas descobertas por terras de Vale da Porca e Banreses, ou por outras que a memória não alcança pela pouca representatividade que terão tido. Nesses dias em que o "vilão" se transformava em "aldeão", estava longe de supor que o contacto com uma fonologia onde os "ss" se assemelhavam a um prolongado e forte silvo linguístico, ou os receptores auditivos eram bombardeados por termos inusuais como *"guiços"*, *"carólo"*, *"pintchar"* ou *"cibinho"*, me levaria, um dia, a estacionar prolongadamente em busca da génese destas invulgares raízes linguísticas.

BREVE APORTAGEM À HISTÓRIA DA LÍNGUA

É consensual, na actualidade, a filiação do Português às Línguas Indoeuropeias, ponto de origem da Família Itálica, de cujo sub-ramo das Línguas Latino-Faliscas haveria de ter a sua génese o Latim, posteriormente evoluído para Latim Vulgar e para Línguas Românicas, a partir das quais nasceu o Galego-Português, directo antecessor da Língua Portuguesa. Este facto não obsta a que a Língua Portuguesa, ao longo da sua evolução, não tenha sofrido a influência de outras línguas de filiação Indoeuropeia, como o Grego, o Celta ou o Germânico, ou ainda de outras de origem Semítica, particularmente o Árabe, do qual herdámos um vasto vocabulário.

No que concerne, especificamente, à região trasmontana, os primeiros registos escritos remetem-nos para a epigrafia, já de época romana, através da qual nos é possível reconsti-

tuir alguma da forma de vida dos povos que habitavam este território nos confins do último milénio antes de Cristo e nos primeiros séculos da Era Cristã. A herança epigráfica oferta-nos uma visão (ainda que redutora) acerca da antroponímia, da organização social e, em raros casos, da toponímia de um povo particular que terá habitado esta região marcada pela alternância de serranias e vales, os Zoelas (ou Zelas). De qualquer forma, nada nos dá a conhecer sobre a Língua que seria falada antes da chegada do influxo romanizador, salvo nalgumas inferências a partir da antroponímia, já que os diversos registos epigráficos se encontram vincadamente latinizados, empurrando a sua cronologia para períodos já englobados no primeiro milénio da nossa era.

A posterior substituição do poder romano pela "onda germânica" de Suevos e Visigodos, já em pleno séc. V, não inviabilizou a permanência do Latim e seus sucedâneos como norma comunicativa, nomeadamente nos registos escritos. Já a passagem dos Árabes por este território terá sido efémera, resultando a filiação vocabular de alguns termos nos contactos tidos com zonas mais meridionais, particularmente os ocorridos aquando do processo vulgarmente conhecido como Reconquista.

Apesar das "vagas de substituição" decorrentes deste processo de afluxo de povos de outras origens à Península Ibérica, a verdade é que o Latim permaneceu como génese do que, a posteriori, haveria de evoluir para os diversos ramos das Línguas Românicas na Península Ibérica (o Português, o Galego, o Castelhano, o Asturiano ou o Catalão actuais). Não é possível determinar o momento preciso para a aparição destas, sendo mais plausível assumir a sua evolução como um prolongamento do Latim, marcado pelas especificidades de cada uma das regiões que adoptariam formas alternativas, mas familiares, de oralidade e escrita. Não sendo uma ideia consensual, parece contudo situar-se no séc.VIII o marco a partir do qual existe uma consciência da ocorrência de Línguas Românicas diferenciadas já do Latim. De facto, no Concílio de Tours do ano 813 é solicitado aos presbíteros que pronunciem as suas homilías *"in rusticam romanam lingüam"*. A diferenciação das Línguas Românicas do Latim terá sido um prolongado processo que deu origem a diversos sistemas linguísticos, aparentados entre si mas perfeitamente individualizados, podendo hoje

O DIALECTO TRASMONTANO – VOZES DA ILITERACIA OU EVOLUÇÕES PARALELAS À NORMA?
REFLEXÕES ACERCA DE UM PATRIMÓNIO HISTÓRICO RESGATADO DA ORALIDADE
Rui Sousa

considerar-se, sem menosprezar a distância temporal, que os mesmos fossem mais que representativos de dialectos do Latim.

Terá sido neste processo que tomaram corpo o Galego-Português e o Astur-Leonês. Atendendo à presumível configuração linguística da Península Ibérica por volta dos séc.X/XI, a região de Trás-os-Montes encontrar-se-ia numa zona de transição entre os dois "dialectos do Latim" acima mencionados. À medida que a diferenciação territorial ocorreu, nomeadamente a partir da existência do Condado Portucalense, semelhante sentido tomou a diferenciação linguística, não sem coexistirem ambos os "dialectos", especialmente no que à região trasmontana respeita. Será só por volta dos séc.XIV/XV que terá início a separação que, na actualidade, se verifica entre Português e Galego. Tal como já afirmava Duarte Nunes de Leão, a preponderância do Português sobre o Galego ocorreu "por em Portugal haver reis e corte", facto que, efectivamente, nesta época, já não ocorria na vizinha Galiza. Porém, numa região marginal como é a de Trás-os-Montes, afastada dos centros de decisão e poder, este fenómeno terá sido naturalmente esbatido.

Evidentemente, a variante linguística sustentada pelos grupos mais letrados e próximos da corte tomou a dianteira, alcandorando-se ao estatuto de dialecto-padrão, em simultâneo remetendo as restantes a um papel de subalternidade, ocasionando a manutenção do seu arcaísmo pela ausência de produção literária e transformando-as gradualmente em dialectos residuais. Os posteriores contactos de membros das populações cujo dialecto foi "submetido", com as áreas onde, por questões político-institucionais, o equivalente foi elevado a norma linguística, acrescidos de naturais processos de sentido inverso de âmbito militar, governativo ou, inclusive, comercial, conduziram, paulatinamente, a alguma forma de ostracismo relativamente aos dialectos secundários, negativamente apodados de arcaicos. Tal processo de aculturação será idêntico ao que, com a chegada dos Romanos, transformou os prévios idiomas Indoeuropeus de língua a dialecto, substituídos pelo Latim, que passou de dialecto a língua. Como forma de agravamento da secundarização dos dialectos, a ausência de património cultural escrito, aliada à dificuldade de manutenção

de regras ou normas linguísticas apenas baseadas na oralidade, foram meios para ofuscar ou extinguir as ancestrais formas de transmissão de informações e de comunicação.

O caso particular do "*Mirandés*" serve-nos para atestar o que vem sendo dito, constituindo um ramo do Astur-Leonês que sobreviveu através da transmissão oral entre gerações, reduzindo a sua área de acção ao longo dos séculos, até se ter transformado num idioma limitado a um reduto de cerca de 500 km2 no extremo Nordeste Português, falado por pouco mais de uma dezena de milhar de pessoas.

RAZÕES HISTÓRICAS PARA A OCORRÊNCIA E MANUTENÇÃO DE DIALECTOS NO NORDESTE TRASMONTANO (MIRANDÊS, GUADRAMILÊS, RIODONORÊS, TRASMONTANO)

Uma breve regressão temporal servir-nos-á para aclarar a eventual distância que possa discernir-se no idioma aquando da audição de um trasmontano em contraste com uma outra em que o Português-norma constitua a forma de falar.

É indesmentível que a região trasmontana sempre se constituiu como uma área marginal, afastada dos centros de decisão e poder. Uma incursão a épocas recuadas dá-nos permissão para esgrimir argumentos a favor da individualização desta região em relação ao restante território nacional. Sem aprofundar em demasia, porque está fora do âmbito desta exposição, é inegável que a região foi habitada em tempos remotos, como anteriormente mencionado, por uma etnia diferenciada de Callaicos ou Lusitanos, os Zoelas. Tal facto terá exercido influência na administração romana, a qual, aquando da reorganização territorial do Noroeste Ibérico, desmembrou o que seria hoje, à luz das actuais fronteiras territoriais, inaceitável: a região abrangida pela Civitas Zoelarum (território dos Zoelas, equivalente basicamente ao actual Trás-os-Montes oriental – o distrito de Bragança) foi incluída no Conventus Asturicensis, na dependência da sua capital conventual, a actual Astorga. Numa visão lógica da actualidade, a mesma deveria, antes, ter ficado adstrita ao Conventus Bracaraugustanus, com sede em Bracara Augusta, Braga nos dias de hoje. Logo aqui poderão encontrar-se reminiscências para este estado de diferenciação que, ainda que cada vez menos visível e com maior esbatimento, marca os habitantes de Trás-os-Montes e os seus costumes e tradições. Um avanço cronológico até à Alta Idade Média corrobora ainda mais esta influência exercida por terras trasmontanas, porquanto as mesmas se encontravam na dependência da Diocese de Astorga, facto que conduziu a diversos litígios eclesiásticos com a homóloga de Braga. Progredindo temporalmente até aos inícios da nacionalidade, numa época de definição de fronteiras, é-nos dada a conhecer a influência exercida pelo Mosteiro de Castro de Avelãs, de filiação Leonesa, assim como a preponderância que a família dos Braganções exerce neste território. Ainda que careça de fontes precisas a sua origem, é comummente aceite que a mesma é proveniente de terras Leonesas, facto que, per si, deve servir de justificativo para as afinidades visíveis entre este ramo familiar e a Corte de Leão, o que levou alguns dos seus membros a exercer, alternadamente, cargos político-militares em ambos os lados da fronteira. Por outro lado, numa época em que a densidade populacional era baixa, sendo ainda marcantes os fenómenos de repovoamento associados à anterior Reconquista, em que se assistia ao desbravamento das terras, a influência dos súbditos do Reino de Leão fazia-se exercer. Tal facto é perfeitamente visível nos registos associados às Inquirições do séc. XIII, nos quais constam diversas referências a "*gallecis*" ou a "*galleco*", ou a gentes de "*Legione*", como donatários de terras na actual

região bragançana, o que atesta a influência Galaico-Leonesa por terras trasmontanas. Porém, remetendo-nos à mesma época, para lá do Mosteiro de Castro de Avelãs e da família dos Braganções, outros dos grandes proprietários territoriais nesta região eram os Mosteiros de São Martinho da Castanheira e o de Moreruela, o que, dado a sua origem Leonesa, nos faz facilmente supor uma influência cuja abrangência iria muito para lá do espiritual, afectando com toda a segurança o vocabulário e o léxico das gentes que com os mesmos conviviam.

À distância de tantos séculos seria incompreensível que estes fossem os únicos factores a exercer influência na manutenção de um dialecto que, apesar das contingências, ainda se mantém vivo. Outras razões se podem encontrar para justificar esta permanência dialectal. A começar pelo isolamento geográfico da região, desprovida de convenientes e eficazes vias de comunicação até aos finais do séc. XX, época em que as mesmas melhoraram significativamente com a construção do IP4. Realce-se, a propósito, que ainda que o Nordeste fosse servido por via férrea, uma viagem de Lisboa a Bragança por este meio poderia tardar, no mínimo, entre 9 a 10 horas. No caso particular deste que escreve, em finais dos anos 80 - inícios dos 90, a saída de Lisboa ocorria às 00h20 e a chegada a Macedo de Cavaleiros dava-se quase catorze horas após, por volta das 14h00… Por outro lado, a baixa densidade demográfica, associada ao predomínio de um modelo económico baseado essencialmente numa componente agro-pastoril, acrescidas de séculos de analfabetismo massivo, inviabilizaram o contacto com formas menos "provincianas" de comunicação, permanecendo a população arreigada aos valores fonéticos e dialectais transmitidos oralmente durante gerações.

EXISTE UM DIALECTO TRASMONTANO?

No séc. XVII, na sua "Epitome de las historias portuguesas", Faria y Sousa faz referência a que os trasmontanos *«hablan nuestro idioma com grande corrupcion»*. Desta pequena passagem se entende que já nesta época a forma de falar dos habitantes de Trás-os-Montes diferiria da linguagem considerada mais erudita. Contudo, a primeira referência explícita à existência de um dialecto originário da região trasmontana é-nos dada pelo Pe. Jerónimo Contador de Argote, quando considera o mesmo um dos cinco que fazem parte do território português. Será no final do séc. XIX que um dos expoentes dos estudos filológicos portugueses, José Leite de Vasconcellos, traz a lume estudos sistemáticos sobre dialectologia, neles incluindo o Dialecto Trasmontano como um dos que contém caracteres que o diferenciam claramente do Português-norma. Em meados do séc. XX, Paiva Boléo prossegue os estudos dialectológicos, revertendo o dialecto trasmontano para um simples falar. O último quartel do século passado assiste a uma nova lufada de ar na dialectologia com os trabalhos levados a cabo por Lindley Cintra, retomando a ideia de que o Trasmontano constitui um dialecto integrável no grupo dos dialectos setentrionais.

Parece hoje indubitável a existência de um Dialecto Trasmontano, individualizável dentro da herança latina, com regras muito próprias fruto de um legado que, como explanado de forma sucinta anteriormente, nos remete para épocas anteriores à própria nacionalidade. São os próprios Linguistas, conhecedores dos meandros da História da Língua que fazem esta distinção entre o linguajar decorrente da ignorância, baseado em deturpações grosseiras da Língua-norma, e a variação que pode radicar na evolução paralela de um sub-ramo,

constitutiva de uma forma de falar que se distingue pela diferença e não pela excepção. De um ponto de vista meramente linguístico, as diferenças entre uma "língua" e um "dialecto" não residem no seu valor enquanto idiomas. Existirão, sim, diferenças ao nível do estatuto que cada um adquire, já que o "dialecto" possui uma raiz comum à "língua", partilhando uma mesma gramática básica, mas diferindo da mesma por apresentar características que o distinguem em relação à "língua" de superior estatuto.

Perante estas premissas, não é despropositado enveredar por um caminho que permita estabelecer as diferenças nas quais radica a clara assumpção de que o "idioma" falado com "*grande corrupcion*" constitui um dialecto, o DIALECTO TRASMONTANO.

TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO FONÉTICA E MORFOLÓGICA DO DIALECTO TRASMONTANO

Previamente a uma apresentação sucinta de variações a nível lexical, um dialecto também é definido pelas peculiaridades fonológico-morfológicas que lhe estão adstritas e que, inúmeras vezes, inclusive para os falantes, não são detectáveis pela sua vulgarização. Sem constituir uma enumeração exaustiva, são apresentadas, de seguida, algumas das que melhor caracterizam o dialecto trasmontano, atendendo sempre à precaução de considerar as eventuais e naturais variações regionais que lhe podem estar adstritas.

Ocorrência de um "e" paragógico em vocábulos de terminação em "z", "r" ou "l"

- (ex.: nariz » narize; plantar ⏩ plantare; mal ⏩ male)

Transformação do ditongo "oi" em "ei"

- (ex.: dois ⏩ deis; pois ⏩ peis; noite ⏩ neite)

Existência de um marcado betacismo (troca de "v" por "b")

- (ex.: livro ⏩ libro; vaca ⏩ baca; velho ⏩ belho)

Pronúncia marcada pela africada "tch" (apenas em palavra que incluam "ch")

- (ex.: chávena ⏩ tchábina; chave ⏩ tchabe; chamar ⏩ tchamare)

Transposição de fonemas dentro da mesma sílaba (metáteses), como no lat. semper para o port. Sempre

- (ex.: provar ⏩ purbare ; dormir ⏩ drumire; dentro ⏩ drento)

Perda de consoantes finais nasais (apócope)

- (ex.: homem ⏩ home; com ⏩ co; ontem ⏩ onte)

Pronúncia do ditongo "ou" através de um som forte assemelhado a "âu"

- (ex.: touro ⏩ tâuro; mouro ⏩ mâuro; pouco ⏩ pâuco)

- ***Anulação do hiato entre artigos definidos e indefinidos e palavras começadas por "a" pela intercalação de "i"***

- (ex.: a água ⏩ a-i-água; a alma ⏩ a-i-alma; uma águia ⏩ uma-i-águia)

Substituição dos pronomes "lhe, lha, lhos, lhas", por "le, la, los, las"

- (ex.: veio-lhe ⏩ veio-le; cantar-lha ⏩ cantar-la; fazer-lhes ⏩ fazer-les)

Alteração da terminação "ámos" na 2ª pessos do pret.perf.ind.

- (ex.: cantámos ⏩ cantemos; falhámos ⏩ falhemos)

Transformação do final "em" para "im"

- (ex.: amem ⏩ amim; comerem ⏩ comerim)

Transformação do "iam" final por "ium"

- (ex.: falariam ⏩ falarium; andariam ⏩ andarium)

Ocorrência de "i" em vez de "e"

- (ex.: encher ⏩ intchere; telhado ⏩ tilhado; fechar ⏩ fitchare)

Vulgarização de pretéritos com pronúncia forte

- (ex.: houve ⏩ houbo ; quis ⏩ quijo ; teve ⏩ tebo)

Ocorrência de quatro sibilantes

- (ex.: missa ⏩ mi(x)a; saco ⏩ (x)aco; nestes exemplos o som equivalente a "x" é mais suave que na original pronúncia do fonema, como em "xaile")

- (ex.: peso ⏩ pe(j)o; aceso ⏩ ace(j)o; o som não equivale directamente ao "j", mas a um valor aproximado)

Artigo indefinido feminino "ua" por "uma"

- (ex.: alguma ⏩ algua; nenhuma ⏩ niua)

Ocorrências particulares

- (ex.: muito ⏩ munto; não ⏩ num; também ⏩ tamém)

Artigos definidos "o" e "a" tomam acento tónico quando repetidos em frases coordenadas

- (ex.: o jarro e o vinho ⏩ o jarro e ó binho)

Adjectivos e substantivos com "o" aberto

- (ex.: ovo ⏩ óbo; morto ⏩ mórto; torto ⏩ tórto; olho ⏩ ólho)

Substituição de "eu" em formas pronominais por "ou"

- (ex.: eu ⏩ ou; meu ⏩ mou; teu ⏩ tou; seu ⏩ sou)

Alteração para "ai" das formas verbais terminadas em "az"

- (ex.: faz ⏩ fai; traz ⏩ trai)

O pronome "eles" e seus derivados transformam-se em "eis"

- (ex.: eles ⏩ eis; aqueles ⏩ aqueis; deles ⏩ deis)

O plural de substantivos começados por vogal sofre a interligação de um som assemelhado a "j"

- (ex.: os olhos ⏩ o(j)olhos; as orelhas ⏩ a(j) orelhas; as uvas ⏩ a(j)ubas)

Apócope do "m" em vocábulos terminados em "agem" com inclusão do ditongo "ai"

- (ex.: viagem ⏩ biaige; vagem ⏩ baige; selvagem ⏩ selbaige)

Transformação do som final "eia" em "êa"

- (ex.: ceia ⏩ cêa; meia ⏩ mêa; cheia ⏩ tchêa; areia ⏩ arêa)

Síncope do "s" antes de "c"

- (ex.: descer ⏩ decere; florescer ⏩ florecere; crescer ⏩ crecere)

Eliminação de "des" como sufixo em verbos de negação e variantes, subsituído por um som aproximado a "z"

- (ex.: desfazer ⏩ zfazere; descarregar ⏩ zcarregare)

Ditongação de formas verbais terminadas em "ajam"

- (ex.: viajam ⏩ biaijam; reajam ⏩ riaijam)

Clara acentuação em forma de "u" nas palavras com "o" átono

- (ex.: mudo ⏩ mudu; Paulo ⏩ Paulu; fogo ⏩fogu)

Ocorrência de "e" paragógico em palavras com terminação em "ui"

- (ex.: Rui ⏩ Ruie ; fui ⏩ fuie ; dilui ⏩ diluie)

Transformação da forma pronominal final "lo" na 2ª pessoas do conjuntivo numa partícula com sonorização semelhante a "jiu", precedida de um fonema com pronúncia assemelhada a "z"

- (ex.: comêmo-lo ⏩ cumemu(z)-jiu; fizémo-lo ⏩ fizému(z)-jiu; cantaste-lo ⏩ cantaste(z)-jiu)

REPRESENTARÁ O DIALECTO TRASMONTANO UMA EVOLUÇÃO NATURAL A PARTIR DO GALEGO-PORTUGUÊS? OU RESULTARÁ DE UM PROCESSO SIMBIÓTICO COM O ASTUR-LEONÊS RESULTANDO NUM DIALECTO "HÍBRIDO"?

Como já referenciado anteriormente, ocorre um conjunto de quatro dialectos no Nordeste Trasmontano, três dos quais com filiação assegurada no Astur-Leonês (Mirandês, Guadramilês e Riodonorês), sendo o primeiro dos mesmos o mais mediático. Quanto ao quarto, aquele que aqui vem sendo abordado, não obstante a sua inclusão no ramo originário do Galego-Português, dialectos portugueses setentrionais, na sub-divisão de dialectos trasmontanos e alto-minhotos, algumas particularidades conduzem à consideração de que a sua existência poderá dever-se a outras influências que não apenas o Galego-Português.

De facto, estudos levados a cabo nos anos mais recentes relacionados com o Mirandês suportam a ideia de que a extensão territorial do mesmo terá tido uma abrangência que em muito excede os limites aos quais está, na actualidade confinado. É perfeitamente admissível que assim tenha acontecido, conquanto a influência Leonesa não se restringiu histórica e territorialmente ao Planalto Mirandês. Uma vasta área dos territórios que com ele confinam (onde se inclui, naturalmente, o concelho de Macedo de Cavaleiros) estariam incluídos na zona de influência do Mirandês e, consequentemente, abrangidos pelas mesmas razões que terão suportado a sobrevivência de uma "linguagem não erudita". O posterior recuo do Mirandês para uma região marginal e a maior influência do Português-padrão terão conduzido à quase obliteração de vestígios que servissem de confirmação a tal suspeita. No entanto, uma pesquisa mais atenta aos processos fonológicos e lexicais poderá abrir novas perspectivas.

De facto, alguns dos fenómenos que servem de identidade ao Mirandês parecem não lhe ser exclusivos. A começar pela vincada presença da africada (tch), passando pelo betacismo ("b" por "v") e terminando no sistema de quatro sibilantes, aspectos tão comuns no Dialecto Trasmontano mas que, no caso particular do betacismo, é extensível ao Galego. Outras peculiaridades há, no entanto, que permitem refinar os vestígios do Astur-Leonês no Dialecto Trasmontano. A anteriormente mencionada eliminação do sufixo "des", reduzindo-o a uma consoante sibilante (como em "desnudo", que passa a "znudo"), é um aspecto característico nos dialectos com raízes no Astur-Leonês, como é o caso do Mirandês. Tal como o é a já referida vulgarização de formas verbais do pretérito com sonoridade forte final, como exemplificado através de "houve ⏩ "houbu" ou "quis" ⏩ "quiju". Acrescente-se-lhes "fez" ⏩"fêzu" ou "pôs" ⏩ "pôsu", e encontramos claras afinidades com semelhante processo que ocorre no Mirandês. Para finalizar, tal como no Mirandês, o género de algumas palavras sofre uma alteração, como é exemplo típico "o riso", que se vulgarizou como "a risa", à semelhança do Mirandês "la risa". A todos estas coincidências pode acrescentar-se o fenómeno comum no Astur-Leonês de terminações em "u" em palavras que habitualmente o fariam com "o" átono, tal como exemplificado na caracterização fonética do Dialecto Trasmontano.

O DIALECTO TRASMONTANO – VOZES DA ILITERACIA OU EVOLUÇÕES PARALELAS À NORMA?
REFLEXÕES ACERCA DE UM PATRIMÓNIO HISTÓRICO RESGATADO DA ORALIDADE
Rui Sousa

Um outro fenómeno detém o condão de adensar as suspeitas de uma prévia extensão da franja onde o Mirandês terá tido ocorrência. O microtopónimo "Urreta" (ou Ourrieta) é um vocábulo associado de forma clara à região de influência do Mirandês. Ainda que com atribuição de diversos significados, é um termo claramente associado a terreno ou pedaço de terra com fins agrícolas e/ou de vale de passagem. Os vestígios deste microtopónimo por Terras de Miranda são vulgares. O que poderá causar alguma estranheza é a extensão do mesmo até Norte ao extremo de Bragança, a Sul até Alfândega da Fé, passando por Macedo de Cavaleiros, atingindo a região mais a Oeste no concelho de Mirandela.

Permanecendo no âmbito da toponímia, outros indícios há que nos sugerem que o espaço ocupado pelo Mirandês terá sido outrora maior. Um deles reside na frequência de topónimos compostos onde se denota a inexistência da preposição "de", algo tão característico à unidade linguística astur-leonesa. São diversos os exemplos nos quais assenta esta afirmação: desde Vale Telhas no concelho de Bragança, Tombla Carreiro no de Mirandela ou até Vale Pradinhos no de Macedo de Cavaleiros. Um outro provém da proliferação de microtopónimos que apresentam a conservação intervocálica de "-n-" e "-l", algo que tipifica a área linguística de influência astur-leonesa. Também aqui são, de norte a sul, inúmeros os exemplos, salientando-se, no que ao concelho de Macedo de Cavaleiros diz respeito, Chaneira, Ala, Biduledo, Biduleiro ou Candeleiros.

A conjugação dos indícios provenientes de uma tão ampla distribuição toponímica, acrescida da permanência de vocábulos de clara filiação ao Mirandês (como, p.e., o termo "cutchinu", designação alternativa para "porco", do Mirandês "cochino"), deixará claro que num inespecífico passado terá existido uma continuidade populacional detentora de marcas do astur-leonês que ultrapassaria em muito as fronteiras através das quais se delimita actualmente o Mirandês. Parece, claramente, existir uma dispersão em leque de influência do Mirandês que atravessa o distrito, diluindo-se a mesma à medida que caminhamos para ocidente, mas que denota o que terá sido um fundo cultural comum, no qual estaria incluída uma Língua que foi sofrendo naturalmente um recuo até ficar confinada à área que actualmente ocupa. Talvez como uma reminiscência deste fundo cultural comum podemos hoje encontrar numa posição completamente excêntrica os Pauliteiros de Salselas, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Parecendo consensual filiar o Dialecto Trasmontano no âmbito do Galego-Português, é irrefutável que o mesmo é detentor de características que denotam uma clara influência do grupo Astur-Leonês, não sendo demasiada ousadia apelidá-lo distintivamente de dialecto "híbrido".

RECOLHA LEXICOGRÁFICA

Expostas algumas das singularidades de âmbito morfo-fonológico e histórico, entre-se num vasto campo onde, com toda a probabilidade, se poderá atestar de forma mais intensa o carácter distintivo do Dialecto Trasmontano. O campo lexical será aquele em que, para um alóctone, mais vincadamente poderão apreciar-se as diferenças fonológicas e vocabulares relativamente ao Português-padrão. São já inúmeras as recolhas de vocabulário trasmontano conduzidas ao longo de mais de um século, a começar pelo trabalho pioneiro de José Leite de Vasconcellos, passando pelo do inestimável Abade de Baçal. Actualmente parece verificar-se um interesse acrescido pela produção de "Dicionários" ou "Inventários" que versem sobre a área vocabular com

proveniência na região trasmontana. A lista a seguir apresentada não será, por isso e obviamente, extensa. Resumir-se-á a uma selecção com cunho pessoal a partir do universo lexical detectável no Dialecto Trasmontano. Uma selecção limitada a vocábulos iniciados pelas três primeiras letras do alfabeto, mas representativa da vastidão que encerra esta área dialectal.

Abêbera, pron. abêbra variedade de figo de polpa encarnada (variantes, Abêbora e Abêbra)

Abelar, pron. abelare aplica-se a plantas ou frutos que apresentam um aspecto murcho, pouco desenvolvido, meio seco ("As castanhas stão abeladas")

Abesourar, pron. abesourare instalar no melhor lugar e recusar a sair ("Ali s'abesourou e dali num sai")

Abéspera, pron. abéspra vespa (variantes Abéspora e Abéspra)

Abondar, pron. abondare chegar algo, dar ("Abonda-m'um copo de binhu")

Acarreja, pron. acarrêja transporte de cereais para a eira

Açobar, pron. açobare instigar a, ordenar ataque ("Açubei-l'os cães")

Acomodar, pron. ac'mudare alimentar ou tratar os animais ("Bou ali 'ácmudar a tenda", com o sentido "Vou ali tratar (da alimentação e/ou higiene) dos animais")

Adôbo, marinada onde se colocam as carnes de porco para o fumeiro, vinha de alhos (variantes vocabulares "sorça" ou "surça")

Aguilhada, vara provida de um ferrão para guiar os bois

Aixada, enxada

Ala!, interjeição com o sentido de "Vai-te embora!" ou "Rua!" (variante, "alheta!" ou "andor!")

Albidar, pron. albidare esquecer (de olvidar)

Alcançar, pron. alcançare para lá do sentido normal, usa-se com o de "engravidar"

Alcaparra, azeitona descaroçada, curtida, utilizada em saladas

Aldeano, pron. aldianu aldeão

Aldraba, peça de ferro para bater à porta (variante, aldrabe)

Aldrúbias, pron. aldrúbiaze mentiroso, aldrabão

Alfado, pron. alfadu aplica-se a frutos que ficam secos antes do amadurecimento

Almude, medida de capacidade para líquidos, geralmente vinho, correspondente, em geral, a 25 litros

Alombar, pron. alombare carregar no lombo ; levar pancada

Alqueire, medida de capacidade variável, geralmente para cereais, equivalente a 12 kg de trigo ou centeio e até 9 kg de cevada

Aluda, formiga com asas utilizada nas armadilhas para pássaros

Alustrar, pron. alustrare relampejar

Amanhar, pron. amanhare preparar a terra para cultivo ; colocar-se a jeito, desenrascar, orientar ; compor, arranjar

Amarrar, pron. amarrare agachar, baixar, no sentido de pôr de cócoras

Amerosar, pron. amrusare melhorar ou amaciar (o tempo meteorológico)

Ameroso, pron. amrosu suave, liso, macio

Amouchar, pron. amoutchare agachar, esconder, derrear

Aneiro(a), pron. aneiru diz-se das plantas que produzem muito num ano e nada ou pouco no seguinte

Angarelas, pron. angarelaze espécie de grade de madeira para amparar as carradas de palha, feno ou lenha

Anubiar, pron. anubiare cobrir-se o céu de nuvens

Apaijar, pron. apaijare tratar com lisonja, adular

Arengueiro, pron. arengueiru aquele que trabalha pouco

Arramar, pron. arramare verter, entornar

Arrascanhar, pron. arrascanhare arranhar, esfolar a superfície de um corpo

Arrebunhar, pron. arr'bunhare arranhar (com as unhas)

Arreganhar, pron. arr'ganhare abrir em demasia as pernas ; rir com intensidade, mostrando os dentes

Arreguichar, pron. arr'guitchare expor com evidência

Arreguilar, pron. arr'guilare abrir demasiado os olhos (como demonstração de espanto ou de ameaça)

Arrepeso, pron. arrepesu arrependido

Arrochar, pron. arrutchare dar um abraço apertado ("arrochado")

Auga, água

Augado, pron. augadu desejoso por um alimento em particular (de crescer água na boca)

Augueira, rego de água

Badalhoco, pron. badalhócu sujo, repugnante

Badil, pron. badile pá para retirar cinza da lareira

Bailo, pron. bailu forma arcaica para baile

Bajoujice, idiotice, parvoíce

Bandulho, estômago (o m.q. bucho)

Baraço, pron. baraçu cordel para atar

Bardino, pron. bardinu maldoso, velhaco, vingativo

Barrabotas, pron. barrabotaze pessoa de pouco préstimo

Barrufar, pron. barrufare borrifar

Bate-cu, queda de traseira, com as nádegas no chão

Bedelho, pron. bedêlhu tranqueta de porta (figurativamente utiliza-se quando alguém se mete na conversa sem ser chamado a tal : "que stás prá'í a meter'o bedelho?")

Beldroega, pron. beldruega planta comestível utilizada em salada

Berimbau, órgão sexual masculino (o m.q. meringalho)

Berrão, porco não castrado

Berroíça, pron. berruíça porca em época de acasalamento

Bertoldo, pron. bretoldu pessoa palerma, idiota

Bestigo, pron. bestigu cobra grande

Bias, expressão causal ("por causa disso" ⏩ "por bias disso")

Bilhó, castanha assada ou cozida, após descascada

Biqueiro, pron. biqueiru como adj. pessoa esquisita em relação à comida ; como s.m. pontapé

Birolho, pron. birôlhu vesgo, estrábico

Bispo, pron. bispu parte da comida que esturricou

Bô, interjeição de admiração, com diversos sentidos ; como adj., o m.q. bom

Bocheira, pron. butcheira enchido em forma de chouriça elaborado com boche e outras vísceras do porco

Boches, pron. botches pulmões, particularmente os do porco

Boeira, pron. bueira abertura através da qual saía o fumo nas lareiras antigas

Bola sovada, pron. bôla subada bola elaborada com massa de pão sem fermento

Boldreguice, sujidade, porcaria

Borrar, pron. burrare espalhar bosta ; sujar com bosta

Botar, pron. butare colocar, lançar, atirar

Bufarra, nevoeiro

Bulharaco, pron. bulharacu bugalho de carvalheira (variantes "bulhacra", "bulhaco")

Butelo, pron. butélu enchido de ossos (o m.q. bucho ou palaio)

Cacho, pron. catchu pedaço de qualquer coisa

Caçoulo, pron. caçoulu recipiente

Cagalheta, excremento de gado ovino ou caprino ou de coelhos (variante "caganita")

Cagufe, medo

Caibro, pron. caibru barrote de madeira

Cajata, espécie de bengala

Caldo, pron. caldu sopa

Cancelo, pron. cancelu portão

Candiolos, pron. candiólus estalactite de gelo formada nos beirais

Canear, pron. caniare dormitar deixando pender involuntariamente a cabeça por efeito do sono

Canelha, pron. canêlha passagem estreita

Cango, pron. cângu parte vegetal de um cacho de uva

Capão, molho de vides secas

Carabelho, pron. carabêlhu trinco de madeira

Carabunha, caroço, especilamente de cereja ou azeitona

Carai, caramba (o m.q. caralhichas, pron. cará'lhitchas ou catancho, pron. catantchu)

Carambelo, gelo formado em lâminas ou camada pela geada

Carambina, geada

Carocha, pron. carothca primeira fatia do pão, da sua parte superior

Carolo, pron. carólu fatia grossa de pão

Carranha, muco em pasta do nariz

Carreirão, caminho estreito

Carrelo, pron. carrélu comida que as aves levam aos filhos no ninho

Carrichas, pron. carritchas cavalitas ("leba-m'às carritchas")

Castinheiro, pron. castinheiru castanheiro

Casula, vagem do feijão, muito utilizada depois de seca para as cascas

Catota, vestígio de sujidade ou imunídicie

Cerdeiro, pron. cerdeiru cerejeira (variante "sardeiro")

Ceroulas, pron. ciroulas calças interiores masculinas

Cerrar, pron. cerrare fechar

Chabasco, pron. tchabascu tolo, doido

Chaloto, pron. tchalôtu tolo, parvo (o m.q. chocho)

Chanato, pron. tchanatu sapato ou chinelo velhos

Charolo, pron. tcharólu andor decorado com roscas (tradição natalícia)

Cheta, pron. tchêta vitela que ainda mama ; nome pelo qual era conhecida a automotora que circulava na Linha do Tua

Chicha, pron. tchitcha carne

Chícharo, pron. tchítcharo feijão-frade

Chichorro, pron. tchitchôrru espécie de cogumelo

Chicla, pron. tchicla pastilha elástica

Chincalhão, pron. tchincalhão jogo de cartas

Chiqueiro, pron. tchiqueiru pocilga, local com imensa sujidade

Chiscar, pron. tchiscare Incentivar com toque, acirrar ; provar (no sentido de comida)

Chocalhar, pron. tchucalhare Dar com os chocalhos na cintura das raparigas (relativo aos Caretos de Podence)

Chocas, pron. tchócas madeixas de cabelo agregadas por excesso de sujidade

Chocho, pron. tchôtchu tolo, parvo ; aplica-se como adj. a fruto seco que se apresenta mirrado (p.e. a noz)

Chuço, pron. tchuçu pau ou ferro afiado na extremidade ; guarda-chuva

Chupão, pron. tchupão chaminé

Cibo, pron. cibu pedaço, bocado (dimin. cibinho)

Cieiro, pron. cieiru vento frio e agreste ; as consequências do mesmo nos lábios, que ficam secos

Cigurelha, rapariga franzina e esperta

Cirolho, excremento

Cochino, pron. cutchinu porco

Colheroto, pron. colherôtu colher de madeira grande utilizada na matança do porco, especialmente para cozinhar os rojões

Comuquera, pron. c'muquera contracção de "como quer", com o significado de talvez ou com toda a probabilidade

Concho, pron. contchu contente por orgulho

Cornicho, pron. curnitchu cada uma das extremidades da alheira

Cotra, pron. côtra vestígios de sujidade nos colarinhos ou nas mangas do vestuário

Couracho, pron. couratchu despido, nu

Coxo, pron. côxu veneno animal ; a erupção cutânea provocada pelo mesmo

Criqueiro, pron. criqueiru homem com gestos ou posturas efeminados

Croa, antiga moeda de cinquenta centavos

Crucho, pron. crutchu pedaço de cabelo atado na parte superior da cabeça

Cucho, pron. cutchu cão

Cueiro, pron. cueiru antigas fraldas de tecido

Cumenência, algo residual, de pouco valor

Curgidoso, pron. curgidôsu cuidadoso, diligente

Curriça, construção no meio do monte para recolha de animais (gado)

A este inventário vocabular e de terminologia poderia ser acrescentada uma quase interminável lista de outros, desde simples substantivos que se diferenciam claramente do Português-norma, até formas verbais ou sintáticas demonstrativas do carácter genuíno que faculta esta distinção a Trás-os-Montes, às suas gentes e a todos os que insistem na utilização deste património que, muito para lá de um falar ou de singelos provincianismos, se constitui como um ramo linguístico com uma identidade muito própria. Urge vir a terreiro defender a sua preservação, procurando meios para que a mesma proporcione a criação de laços de união entre todos aqueles marcados pela "*hemoglobina dos penhascos*". Este terá sido um primeiro passo para o cultivo do orgulho por um dialecto distinto, sem lhe estar adstrita qualquer tentativa de menosprezar a Língua Portuguesa, antes a elevando ao padrão de um pais com séculos de história, mas detentor de especificidades regionais provenientes desse mesmo acumular de avanços e recuos que fizeram a nação que hoje somos. Uma dessas especificidades é algo que distingue os que nasceram Aquém-dos-Montes: o DIALECTO TRASMONTANO!

"Munt'óbrigadu pur tere tido a pacência de lere esta cousa q'a ua pessoa qualquera le pareceria ua bajoujice. Peis ou só queria botar um cibo de proa nasquéis q'inda s'astrebim a falar c'mu se s'aparecessim c'uns tcholotecus quaisquera. Ma num são, que buz-jiu digo ou! São só os q'alombum co fardo de terim o sou falare tchamadu de parôlo e que m'insinarum alguas cousas pra q'ou poissa star pr'áqui a screbere d'ua forma mêa tchotcha. Bem m'ou finto que num haija quem arreganhe os denteze pur istu se l'aparecer a ua bufarra da Língua. Ma num é, que-i-u juru pur as minhas bistinhaze!"…

"Muito obrigado por ter tido a paciência de ler esta coisa que a uma pessoa qualquer lhe pareceria uma idiotice. Pois eu só queria colocar um pedaço de orgulho naqueles que ainda se atrevem a falar como se se parecessem com uns idiotas quaisquer. Mas não são, que vo-lo digo eu! São só os que carregam o fardo de terem o seu falar chamado de provinciano e que me ensinaram algumas coisas para que eu possa estar aqui a escrever de uma forma meio tola. Não acredito que não haja quem se ria por isto lhe parecer um nevoeiro da Língua. Mas não é, que o juro pelos meus olhinhos!"…

BIBLIOGRAFIA

Alves, Francisco Manuel
"Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança - Vol. III"
Typ. Empreza Guedes (1911)
"Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança – Vol. IV"
Imprensa da Universidade de Coimbra (1911-1918)
"Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança – Tomo XI"
Tip. Empresa Guedes (1948)
Argote, Jeronimo Contador de
"Regras da Lingua Portugueza, espelho da Lingua Latina"
Lisboa Occidental (1725)
Boléo, Manuel de Paiva
"Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas"
Boletim de Filologia, 12 - pp. 1-44 (1951)
Boléo, Manuel de Paiva ; Silva, Maria Helena Santos
"O mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental"
Boletim de Filologia 20 – pp.85-112 (1961)
Carvalho, J. Herculano de
"Porque se fala dialecto leonês em terra de Miranda?"
Estudos Linguísticos – Vol. I pp. 39-60 Editorial Verbo (1964)
Castro, Ivo
"A língua galega vista pelos filólogos portugueses"
Galegos e Mouros - Colibri (2002)
Ceolin, Roberto
"Um enclave leonês na paisagem unitária da língua portuguesa"
Revista Philologica Romana 3 – pp.62-83 (2002)
Cintra, Luís F. Lindley
"Nova proposta de classificação dos dialectos Galego-Portugueses"
Boletim de Filologia 22 - pp. 81-116 (1971)
David, Henrique ; Pizarro, José A. de Sottomayor
"Nobres portugueses em Leão e Castela (Século XIII)"
Revista de História, 07 - pp.135-150 (1986-1987)
Debowiak, Przemyslaw
"Nota sobre os dialectos de Portugal"
Romanica Cracoviensia 8 – pp.21-28 (2008)
Dias, Adamir ; Tender, Manuela
"Dicionário de Trasmontanismos"
USAF (2005)
Ferreira, Manuela Barros
"A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal"
Revista de Filología Románica Vol. 18 – pp.117-136 (2001)
Fontes, Manuel da Costa
"Romanceiro da Província de Trás-os-Montes: distrito de Bragança – Vol. I"
Universidade de Coimbra (1987)
Frías-Conde, Xavier
"Os possessivos de um só possuidor masculinos na raia galego portuguesa e asturo-leonesa"
Limite Vol. 1 - pp. 71-77 (2007)
García Alvarez, Antonio
"El dialecto Leonés: historia y perspectivas futuras"
Tierras de Léon, Vol. 23, nº 53 – pp.81-96 (1983)
García Gil, Héctor
"Asturian-leonese: Linguistic, Sociolinguistic and Legal Aspects"
Mercator Legislation - Working Paper 25 (2008)
García Turnes, Beatriz
"Ideas sobre o galego e as orixes do Portugués na Lingüística Lusa do séc.XIX. Xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista"
Tese Doutoral – Universidade de Santiago de Compostela (2008)
Gargallo Gil, José Enrique
"Gallego-portugués, iberorromance. La fala en su contexto románico peninsular"
Limite Vol. 1 - pp.31-49 (2007)
Guimarães, Rui Dias
"José Leite de Vasconcelos e o percurso da dialectologia portuguesa"
Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)…- Nodus Publikationen - pp.361-372 (2010)
Lagares, Xoan Carlos
"Continuidades e rupturas linguísticas na Península Ibérica"
Revista da ABRALIN, v. El., n. Esp. - pp.123-151 (2011)
Leão, Duarte Nunes de
"Origem da lingoa portuguesa"
Pedro Crasbeeck (1606)
Martins, Ana Maria
"O primeiro século do Português escrito"
Na Nosa Lyngoage Galega. A Emerxencia do Galego como Lingua Escrita na Idade Media - Consello da Cultura Galega & Instituto da Lingua Galega – pp.161-184 (2007)
Martins, Cristina
"El mirandès front al portugués i el castellà: Elements per a una breu caracterització lingüística i sociolingüística d'una llengua minoritària"
Anuari de l'Agrupació Borrianenca de Cultura 16 – pp.81-95 (2005)
Mateus, Maria Helena Mira
"A mudança da língua no tempo e no espaço"
A Língua Portuguesa em mudança – Ed. Caminho (2005)

O DIALECTO TRASMONTANO – VOZES DA ILITERACIA OU EVOLUÇÕES PARALELAS À NORMA?
REFLEXÕES ACERCA DE UM PATRIMÓNIO HISTÓRICO RESGATADO DA ORALIDADE
Rui Sousa

Mattoso, José
"Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros – A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII"
Guimarães & Cia. Editores (1982)
"Identificação de um País – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325) – Vol.I – Oposição"
Ed. Estampa (1985)
"História de Portugal – Tomo II - A Monarquia Feudal (1906-1480)"
Círculo de Leitores (1993)
"A nobreza medieval portuguesa – A família e o poder"
Ed. Estampa (1994)
"A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular"
Revista da Faculdade de Letras : História, série II, XV (2), pp.1019-1044 (1998)
Pérez González, Maurilio
"Galleguismos y/o Leonesismos en el Tumbo de San Pedro de Montes"
Contextos, XIII/25-26 – pp.135-150 (1995)
Pita, Isabel Baceiro
"Los poderes señoriales en los territorios fronterizos al norte del Duero (Siglo XIII – inicios del XIV)"
Revista da Faculdade de Letras, Historia 15, 2 – pp.1085-1100 (1998)
Pizarro, José A. de Sottomayor
"Linhagens medievais Portuguesas – Vol. I"
Disseração de Doutoramento – Universidade do Porto (1997)
"O regime senhorial na fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Ribacôa (Séculos XI-XIII)"
Hispania. Revista Española de Historia, vol. LXVII, núm. 227 - pp.849-880 (2007)
"De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia medieval (Séculos XII a XV)"
Anuario de Estudios Medievales 40/2 – pp.889-924 (2010)
Quarteu, Reis ; **Frias Conde**, Xavier
"L mirandés: ua lhéngua minoritaira an Pertual"
IANUA Revista Philologica Romanica, 2 - pp.89-105 (2001)
Salema, Luís Fernando Pinto
"Consciência e caracterização fonética de variação dialectal em Português Europeu"
Dissertação de Mestrado – Universidade de Aveiro (2007)
Santos, Isabel Joana Aguiar
"Unidades e processos fonológicos no falar da região da Terra Quente: contributos para a Linguística Forense"
Tese de Mestrado – Universidade do Minho (2008)
Serrão, Joel; **Marques**, A. H. de Oliveira (Dir.)
"Nova História de Portugal – Portugal em definição de fronteiras – Do Condado Portucalense à crise do século XIV"
Editorial Presença (1996)
Sousa, Bernardo Vasconcelos
"Linhagem e identidade social na nobreza medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)"
Hispania. Revista Española de Historia, vol. LXVII, núm. 227 – pp.881-898 (2007)
Vasconcellos, José Leite de
"Opúsculos – Vol. IV – Filologia (Parte II)"
Imprensa da Universidade de Coimbra (1929)
"Esquisse d'une Dialectologie Portugaise"
Centro de Estudos Filológicos (1970)
"Opúsculos – Vol. VI – Dialectologia (Parte II)"
Imprensa Nacional Casa da Moeda (1985)
Ventura, Leontina
"A fronteira Luso-Castelhana na Idade Média"
Revista da Faculdade de Letras, Historia 15, 1 – pp.25-52 (1998)

REFLEXÕES E CONTRIBUTOS TOPONÍMICO-HISTÓRICOS ACERCA DAS POVOAÇÕES DA FREGUESIA DE ALA (CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS) AUSENTES NAS INQUIRIÇÕES DO SÉC. XIIIa

Na actualidade, o concelho de Macedo de Cavaleiros é dividido administrativamente em 38 Freguesias, constituídas territorialmente por 67 povoações. Uma consulta às Inquirições conduzidas no decorrer dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, na segunda metade do séc. XIII, permite atestar que 45 delas acarretam uma História de, pelo menos, 750 anos. Desta extensa lista constam: Ala, Amendoeira (e as anexas Gradíssimo, Latães e Pinhovelo), Nozelos (anexa de Arcas), Bagueixe, Bornes, Burga, Carrapatas, Castelãos, Chacim, Cortiços (e a anexa Cernadela), Edroso, Espadanedo (e a anexa Bousende), Ferreira (e a anexa Comunhas), Grijó, Lagoa, Lamalonga, Lamas, Macedo de Cavaleiros (e a anexa Travanca), Morais, Malta (anexa de Olmos), Peredo, Podence (e a anexa Azibeiro), Salselas (e as anexas Limãos e Valdrez), Sezulfe, Santa Combinha, Talhas, Talhinhas (e a anexa Gralhós), Vale Benfeito, Vale da Porca, Vale de Prados, Vilarinho de Agrochão, Vilarinho do Monte e Vinhas (e a anexa Castro Roupal).

No que respeita às actuais sedes de freguesia omissas nas referidas Inquirições (Arcas, Corujas, Lombo, Murçós, Olmos, Soutelo Mourisco e Vilar do Monte), as mesmas foram passíveis de apreciação em artigo constante do Caderno Terras Quentes 07 (2010), a páginas 63 a 78. Dando como plausível a existência destas 7 sedes de Freguesia já em pleno séc. XIII, conforme tentativa de demonstração no supracitado artigo, resulta a constatação de que 15 das actuais povoações permanecem envoltas em algum obscurantismo no que respeita aos seus surgimento e história. Deste grupo constam Brinço, Meles e Carrapatinha (anexas de Ala); Mogrão (anexa de Arcas); Valongo (anexa de Espadanedo); Argana, Fornos de Ledra e Vila Nova da Rainha (anexas de Lamalonga); Nogueirinha (anexa de Macedo de Cavaleiros); Paradinha de Besteiros e Sobreda (anexas de Morais); Vale Pradinhos (anexa de Sezulfe); Cabanas e Vilar d'Ouro (anexas de Soutelo Mourisco); Arrifana (anexa de Vale de Prados).

O "VAZIO" DA FREGUESIA DE ALA

Uma leitura ao texto constante das Inquirições do séc. XIII permite verificar que o território que corresponde à actual freguesia de Ala ficou omisso das mesmas. No entanto, uma esparsa referência retirada do testemunho de *«ffernandus cipriani de valle de Cortisis»* (actual Cortiços), permite-nos confirmar a existência de Ala no panorama territorial do séc. XIII na região que actualmente faz parte do concelho de Macedo de Cavaleiros (*«et scit quod villa de Ala fuit domini Regis et modo tenent eam donnus Alfonsus lupi…»*). O personagem em referência, Afonso Lopes, muito para lá da sua importância histórica através das composições trovadorescas que nos legou, desempenhou importantes cargos políticos no reinado de D. Afonso III, sendo um destacado nobre descendente da família de Baião, cujo património se estendia a terras de Ledra através de seu pai, Lopo Afonso de Baião. Tal proeminência poderia servir, per si, de mote a uma pretensa justificação para a ausência de inquéritos na região onde hoje se situam Ala, Brinço, Meles e Carrapatinha, tal a ascensão que o poder senhorial adquiriu no decorrer dos períodos que antecederam o séc. XIII, limitando o poder real e atentando

contra o mesmo através das usurpações territoriais, particularmente as ocorridas no decorrer do reinado de Sancho II.

Contudo, soaria a alguma incongruência a extensão do poder territorial dos de Baião a uma região excêntrica relativamente à sua área de influência original, agravada a mesma por poder colidir com os interesses de quem, efectivamente, dominava historicamente a região das Terras de Bragança, Lampaças e Ledra, os Braganções. Porém, uma análise à árvore genealógica de Afonso Lopes de Baião facilmente nos conduz à percepção das estreitas ligações dos de Baião com os de Bragança. De facto, a avó paterna de Afonso Lopes era Teresa Pires de Bragança, filha de Pero Fernandes de Bragança e, consequentemente, irmã do avô do "macedense" Nuno Martins de Chacim. Não espanta, por isso, que o casamento desta com Afonso Hermiges de Baião, avô de Afonso Lopes, justifique a ascensão dos de Baião a senhores de uma parte do domínio territorial exercido anteriormente pelos de Bragança. Não é descabido, atentando na conjuntura sócio-política do séc. XIII, que tenha sido vedado aos inquiridores, de alguma forma, o acesso à região de Ala e à consequente omissão da mesma dos questionários. Pelo anteriormente referido testemunho de *ffernandus cipriani de valle de Cortisis* ficamos a saber da efectiva existência de Ala no período em que decorreram as Inquirições, facto corroborado, em inícios do séc. XIV, pela confirmação da existência da igreja de Santa Eugénia de Ala como uma das contituintes das Terras de Ledra no "Catálogo de todas as Igrejas, Commendas e Mosteiros" de 1320-21. O que nos é desconhecido, pela inexistência de qualquer tipo de testemunho ou documento, é se, concomitantemente, já teriam existência as povoações que, para lá da sede de Freguesia, compõem na actualidade o tecido territorial

REFLEXÕES E CONTRIBUTOS TOPONÍMICO-HISTÓRICOS ACERCA DAS POVOAÇÕES DA FREGUESIA DE ALA (CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS) AUSENTES NAS INQUIRIÇÕES DO SÉC. XIII
Rui Sousa

de Ala: Brinço, Meles e Carrapatinha.

BRINÇO

Os registos relativos à primitiva existência da localidade de Brinço são escassos. O primeiro em que foi possível detectar a sua efectiva existência data de inícios do séc. XVI, constando a aldeia no Recenseamento de 1530 com 25 moradores, número que equivaleria a não mais de 6 ou 7 habitações no povoado, facto que, por si só, é indutor da sua relativa pequenez, sendo plausível associá-lo a não mais que uma quinta ou aglomerado de reduzida dimensão. Pouco menos de dois séculos depois, no início do séc. XVIII, é-nos dado conta da existência de 40 vizinhos, o que equivaleria a um número de habitantes a rondar valores entre os 120 e os 140. Esta contagem é confirmada cerca de três décadas após, com um número exacto de 132 habitantes. Já em meados do século são apontados 48 fogos correspondentes a 156 habitantes. No findar do séc. XVIII surgem-nos 50 fogos equivalentes a 172 habitantes para, já no séc. XIX, nos ser apresentada a quantidade de 43 fogos. Esta evolução populacional é demonstrativa da permanência de uma dimensão que nunca atingiu o fulgor de um aglomerado de razoável dimensão. A visível escassez de dados relativamente a esta povoação cedo inserida no termo de Ala não obsta, no entanto, a uma busca de meios que auxiliem uma tentativa de compreensão da sua génese. Presumindo que esta região não foi passível de Inquirições por se encontrar no interior do domínio territorial dos de Baião, como afirmado anteriormente, não é de todo improvável que a mesma já tivesse existência aquando do decurso das mesmas.

O recurso aos estudos toponímicos poderá revelar-se de vital importância para conjecturar sobre a existência remota de um vilar ou quinta no local onde hoje se ergue a povoação de Brinço. Uma consulta à Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira diz-nos que «BRINÇO, s.m. O mesmo que brinça». Verificando o termo equivalente: «BRINÇA, s.f. BOT. Nome vulgar do Peucedanum officinale, também conhecido por funcho de porco e ervatão porcino… Encontra-se com alguma frequência em Trás-

os-Montes…». Este significado é atestado pelo Dicionário de Morais: «BRINÇO, s.m. O mesmo que peucédano»; ou ainda pelo Dicionário da Porto Editora: «BRINÇA, s.f. BOT. Planta herbácea da família das umbelíferas, espontânea em Portugal, também conhecida por ervatão-porcino ou funcho-de-porco». Assumindo como válidas estas entradas, relacionar-se-ia Brinço a um fitotopónimo, ou seja, provavelmente o local onde abundariam brinças ou brinços, um arbusto da mesma família botânica (Apiaceae) do fiolho (Foeniculum vulgare), nome comum para o funcho, planta utilizada vulgarmente em Trás-os-Montes como infusão para fins medicinais. Já o peucédano (funcho-de-porco e ervatão-porcino em linguagem vernácula), à semelhança do fiolho, é utilizado igualmente para fins medicinais, nomeadamente na indústria farmacêutica, onde lhes são extraídos os seus componentes com efeito expectorante, sendo o mesmo também utilizado popularmente pelas suas propriedades diuréticas, balsâmicas ou sudoríferas, ainda que haja recomendações acerca da sua potencial toxicidade. Aqui chegados, e na presunção de o topónimo Brinço poder justificar-se através do peucédano (ou brinça), não será despiciendo tentar buscar a raíz etimológica dos vocábulos "brinça" ou "brinço" de forma a suportar esta presumível associação. Como mencionado, as designações alternativas da brinça são "funcho-de-porco" ou "ervatão-porcino". Segundo José Louro, «Esta relação da planta medicinal com a ideia de porco deve representar uma tradição muito antiga e talvez esteja também na base do nome que nos ocupa». Não contestando a questão da tradição, presumivelmente nativa, segundo o que poderá inferir-se da leitura do texto, é de toda a conveniência retratar a forma como é referida em linguagem popular a brinça em idiomas com a mesma raíz latina do Português: "rabo de puerco"(Esp.), "cua de porc"(Cat.), "rabo de porco"(Gal.), "queve de pourceau"(Fr.), "finocchio porcino"(It.). Não será arriscado admitir-se que estas evidentes afinidades terão a sua génese em tempos recuados, devendo-se a sua ancestralidade, com toda a probabilidade, a uma época em que, sendo ainda o latim o idioma universal na região abrangida pelo Império Romano, o peucédano terá sido associado com a cauda do animal porcino. De facto, e ainda segundo o estudo etimológico de José Louro, brinça ou brinço seriam derivados de "verres", vocábulo latino para "porco", através da forma *VERRINICIU, A > *BERRINÇO, A > BRINÇO, A.

Sendo apelativa a anterior explicação etimológico-toponímica, não pode, como qualquer outra, encarar-se como definitiva. Particularmente quando o topónimo não possui generalização ao restante território português, isto se exceptuarmos a localidade de Brinços, na freguesia de Abiul, concelho de Pombal. Ou ainda se considerarmos as semelhanças fonéticas com Brinches, freguesia do concelho de Serpa. Por outro lado, ainda na região meridional do país, persiste o culto a um santo português semi-lendário, São Brissos, presumivelmente o 2º Bispo de Évora, cujos resquícios na toponímia se detectam na região alentejana, na freguesia epónima do concelho de Beja ou na localidade de idêntica nomenclatura da freguesia de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo. Não será descabida a associação a São Briços, discípulo de S. Martinho de Tours, corrupção da mais correcta nomenclatura São Brício, de Brictius em Latim (conforme St. Brice em Francês, St. Britius em Inglês ou San Brizio em Italiano). Dada a persistência na toponímia deste santo cultuado nos distritos de Évora e Beja, seria demasiado arriscado atribuir-lhe uma influência tão setentrional, pelo que se resume a referência a uma das possibilidades remotas passíveis de justificação para o nome da povoação de Brinço.

Persistindo nas possibilidade remotas, "brizna" é um vocábulo castelhano designativo do filamento ou fibra de qualquer planta, nomeadamente aquele que se desprende das vagens de feijão ou de qualquer herbácea. Um recuo ao castelhano antigo permite-nos encontrar a génese desta palavra, detectável em "brinza" (ou "brincia", noutras formas) vocábulo que por efeito de metátese (transposição de fonemas na mesma sílaba como, p.e., no fenómeno da evolução do latino semper para o português sempre), acabaria por transformar

REFLEXÕES E CONTRIBUTOS TOPONÍMICO-HISTÓRICOS ACERCA DAS POVOAÇÕES DA FREGUESIA DE ALA (CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS) AUSENTES NAS INQUIRIÇÕES DO SÉC. XIII
Rui Sousa

o "nz" em "zn", dando "brizna". O étimo latino original seria "brincea", vocábulo que integra os que se enquadram nos termos com substrato celta adoptados pelo Latim antes da chegada dos Romanos à Hispania (como constituem também exemplos os actuais vocábulos "carro", "camisa" ou "cerveja"). Por sua vez, "brincea" teria origem na raíz celta *brinos, cujo vocábulo equivalente *brinica possuía como significado o já exposto filamento de planta (de considerar que em línguas de indiscutível filiação celta o fenómeno é perfeitamente evidente, como em Galês, onde a designação actual é brwyn-en, assim como em Bretão é broen-enn).

Não saindo ainda do âmbito das já referidas possibilidades remotas, mas não pretendendo deixar nenhuma em aberto, será de considerar que o equivalente em castelhano para "urze" é "brezo", cujo étimo latino é "vroiceos", um exemplo mais de aculturação linguística do Latim por via celta, através da raíz *vroicos para arbusto. Sendo demasiado arriscado propôr "brezo" como eventual raíz de Brinço, já não o será tanto caso se anote que uma das formas que o astur-leonês encontra para designar a "urze", arbusto tão abundante na região trasmontana, é "berizo". Se considerarmos a influência histórica que a região astur-leonesa exerceu sobre a parte oriental do território que actualmente constitui Trás-os-Montes, não será despropositada a suposição de uma ancestral forma alternativa para designar a "urze", vocábulo que poderá ter resistido através da toponímia.

Recuando à constatação de que o topónimo Brinço ou o seu plural só encontram dois exemplares em território português, sendo ainda possível assumir a probabilidade da ocorrência de derivados, como Brinches, ou topó-

nimos foneticamente aparentados, como São Brissos, abra-se a possibilidade de pesquisar toponimicamente no exterior. Se na vizinha Espanha, assim como em França, em Itália e, inclusive, na Inglaterra, é possível encontrar na toponímia resquícios de homenagem a São Brício (há diversos San Bricio em Espanha, assim como St. Brice em França, San Brizio em Itália ou Brize Norton – St. Britius em Inglaterra), é da Suiça e especialmente de Itália que provêm algumas pistas que poderão prestar algum auxílio na destrinça do significado do topónimo Brinço. No primeiro dos países ressaltam, entre outros, as povoações de Brienz/ Brenzauls (Briens em 1146) ou Brienz (Brienzola em 840). Em ambos os casos parecem evidentes algumas semelhanças fonéticas com Brinço. Já na Itália, para lá de Brenzone ou outras semelhantes de raíz bre ou bri, destaca-se com particular evidência a actual localidade de Brinzio, situada na província de Varese, incluída na setentrional região italiana da Lombardia. Dadas as inegáveis semelhanças com Brinço, seria injustificável não proceder a uma abordagem, ainda que superficial, ao registo histórico relativo a este pequena localidade do norte italiano. Surpreendentemente, Brinzio apresenta-se-nos como um local com registos arqueológicos que nos fazem recuar consideravelmente a sua existência. Caso nos limitemos apenas aos registos escritos, a primeira vez que surge mencionada a povoação faz-nos recuar até ao final do séc. X, quando num documento de permuta de terrenos é evidenciado um «Bonifredo di loco Brenci». Mais supreendente, porém, é a designação que lhe é aplicada em pleno dealbar do séc. XI: «Brincio». Avançando um pouco temporalmente, até ao início do séc. XII, vemos a actual Brinzio referenciada como «Brincium», o que nos poderá remeter, com alguma segurança, para um documentado povoado de época romana não identificado de nome «Brintium». Realce-se ainda que, a actual designação de Brinzio alterna graficamente com Brincio (acresce a sugestiva nomenclatura de «Brins» em dialecto lombardo). Um aprofundamento à etimologia do topónimo "Brinzio" poderá ser conducente a uma nova perspectiva do significado do topónimo Brinço, tal a afinidade evidente entre os dois vocábulos. Assumindo como inquestionável e destituída de ilogismo esta associação, poder-se-á avançar para uma nova leitura acerca da origem de Brinço, transformando em antropónimo o que vem sendo designado como um fitotopónimo. É assumido que "Brinzio" (ou "Brincio") terá tido a sua génese no nome próprio latino "Berentius", nome este considerado como uma adopção latinizada de antropónimos teutónicos de raíz *ber ou *berin, vulgarmente utilizados como homenagem ao deus Thör em virtude de a este ser sacrificado o urso, "Bär" em Alemão actual (no mesmo sentido era utilizada a forma antiga "Wülf" - de "Wolf", lobo em Alemão – animal sacrificado a Odin, visível na toponímia macedense em Sesulfe). De facto, é documentada, em pleno séc. X, a forma "Berinza" ou "Berinzio" como nome oriundo de povos germânicos, nomenclatura esta que vem sendo associada sem grande contestação à génese do Brincio transalpino. Tomando em consideração a presença de Suevos e, posteriormente, Visigodos na região ocupada actualmente por Trás-os-Montes, particularmente na área de Ledra (a "Laetera" germana) e valorizando a proliferação na toponímia do concelho macedense de antropónimos germânicos (Sesulfe, Bousende, Valdrez ou Burga, entre outros), não representará risco de grande monta a proposta de que Brinço tenha tido a sua origem numa quinta ou vilar de "Berinzio", resultando a sua ocultação histórica dos factos anteriormente descritos, o que faz supor que a mesma já poderia ter existência como aglomerado de reduzida dimensão à altura em que as Inquirições decorreram.

MELES

À semelhança de Brinço, a aldeia de Meles, para lá da sua omissão nas Inquirições do séc. XIII, é desprovida de registos que confirmem a sua existência antes do séc. XVI. É na primeira metade deste século que a mesma consta do rol das povoações na dependência de Torre de Dona Chama, como detentora de 25 moradores. Este número dá-nos permissão para admitir uma reduzida dimensão do aglomerado populacional, sugerindo, tal como para

REFLEXÕES E CONTRIBUTOS TOPONÍMICO-HISTÓRICOS ACERCA DAS POVOAÇÕES DA FREGUESIA DE ALA (CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS) AUSENTES NAS INQUIRIÇÕES DO SÉC. XIII
Rui Sousa

Brinço, não mais de 6 ou 7 habitações. Apesar de, volvidos dois séculos, constar para a mesma a existência de 44 vizinhos, equivalentes a 160 pessoas, é perceptível que a povoação jamais terá atingido o fulgor de outras vizinhas, nomeadamente a da actual sede de freguesia, Ala. Não obstante estes dados, a escassa densidade populacional não foi impeditiva de levar a cabo a empresa de erecção da capela com dedicação a Santo António, no início do séc. XVII.

No mesmo sentido da vizinha Brinço, não é difícil conjecturar acerca de uma provável existência de Meles em períodos bastante anteriores à data em que é detectável, primariamente, a sua efectiva existência. De facto, uma consulta à Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira deixa-nos a sugestiva referência de que «Meles deve ser "villar" velho». Acresce a anotação de que Meles representará, potencialmente, um topónimo com origem pré-romana. Na ausência de dados factuais que nos permitam asseverar estas afirmações, mas não deixando de relevar o insinuado, recurso se faça à busca de meios que permitam conjecturar sobre a origem etimológica do topónimo "Meles".

É tentadora a possibilidade de, sem mais, enveredar pela fácil associação ao termo apícola, remetendo o topónimo para uma origem relacionada com a eventual proliferação de colmeias e consequente produção de mel (do Latim melle). Porém, nenhum registo nem a tradição invocam esta possibilidade, havendo a notar que, segundo o testemunho do "Cura de Melles" datado de 25 de Abril de 1758, os moradores colhem "vinho, centeio e castanhas", sendo omissa qualquer referência a actividades relacionadas com a apicultura.

Ainda no mesmo âmbito de possíveis reminiscências atribuíveis à herança latina, poder-se-ia remotamente conjecturar numa eventual corrupção e/ou evolução a partir da proveniência de raíz "malus" (ou "mala matiana"), étimo latino para maçã.

Ou, de forma ainda mais evidente, não sendo a região trasmontana desprovida de texugos, particularmente em tempos mais recuados, não seria demasiado arriscada a indexação do topónimo a "meles" ou "melis", formas latinas para nomear o mustelídeo, visível ainda nos termos vernáculos castelhanos para designar o animal, como são exemplos "melendro" ou "melón". Assinale-se, a propósito, que é vulgar na toponímia do país vizinho a ocorrência de topónimos com esta raíz, como servirá de exemplo "Los Melendreros". No entanto, no que a Portugal diz respeito, parece ancestral a adopção da nomenclatura a partir das formas germânicas "taxus" ou "tassus", o que, de alguma forma invalidará qualquer pretensão de esgrimir argumentos a favor de uma pretensa associação da génese da povoação de Meles à proliferação de texugos.

Persistindo nas raízes de origem latina, num recente estudo sobre toponímia Zamorana, é avançada a hipótese de o município de "Milles de la Polvorosa", situado na vizinha província espanhola de Zamora, denominado em época medieval nas variantes "Emellas" ou "Melles", ter a sua origem toponímica no locativo plural "gemellis" ou, alternativamente, no acusativo feminino "gemellas", a partir do vocábulo latino "gemellus", étimo para "gémeo". Tal assumpção reside na coincidência de a povoação repousar entre duas formas orográficas de semelhante altitude, resultando a designação da sua situação geográfica entre dois montes "gémeos". Numa restrição a uma avaliação de responsabilidade meramente pessoal, parece-me de todo despropositada esta tentativa, particularmente se atentarmos na curiosidade de, limitando-nos a alguns exemplos provenientes de Espanha, notarmos a existência de um município denominado "Santiago Millas", na província de León, cuja nomenclatura no séc. XIV era "Santiago de Mielles" ou "Santiago de Melles"; de um outro no município de Siero, província de Oviedo, "San Juan de Melles"; ou ainda a ocorrência de três povoações com o nome de "Melle" na Galiza, respectivamente nas províncias de Corunha, Lugo e Ourense. Restringindo de novo a uma avaliação pessoal, soaria a estranha coincidência semelhantes localizações topográficas de todas as povoações mencionadas. Por outro lado, de forma a sedimentar a estranheza apontada, e extravasando as fronteiras ibéricas, de entre outras formas foneticamente familiares que seria maçador listar, realce-se a ocorrência de povoações com o nome "Melle" na Alemanha, Bélgica, França e Itália; de "Melles" na Bélgica e França; de "Mellis" na Grã-Bretanha; e de "Mels" na Suiça. Tal proliferação de topónimos remete-nos, de imediato, para a suspeita de uma origem não latina para o topónimo em questão, potencialmente corroborando a anterior anotação de que "Meles" teria origem pré-romana.

Aprofundando esta possibilidade, faça-se um

recuo até ao séc. VIII a.C., período no decorrer do qual, crendo em Heródoto, terá nascido e vivido Homero. Reza a lenda que o autor da Odisseia e da Ilíada terá nascido nas cercanias de Esmirna, a actual Izmir situada na região turca da Anatólia, área onde, segundo a tradição, corria o rio Meles, daí derivando o nome alternativo para o poeta épico: Melesígenes ("nascido no Meles"). Esta associação de vocábulos à raíz indoeuropeia *mel-,*mal- ou *male- (subir, aparecer, destacar, sair) não é incomum na paleohidronímia europeia, sendo de registar em documentação conventual um "rio Melli" («…per terminos de rio Melli…»; «…in rio Melli hereditate…») na Galiza no início do séc. XI ou de um "flumen Melle" («…et ad Puteum et iuxta flumen Melle...») na Itália do séc. XII. De notar que a mesma raíz surge vulgarmente associada a picos, rochas ou lugares elevados. Talvez a justificar a associação, abra-se um pequeno parêntesis para a "nossa" Serra de Bornes, conhecida também por Monte-Mel ou simplesmente por Montemé em tempos mais recuados. De facto, em documento de doação do início do séc. XII, datado de 22 de Abril de 1110, é feita uma doação à Sé de Braga de bens possuídos em Bornes pela família de "Vidas" e sua mulher "Vida", incluindo o respectivo quinhão na Igreja de Santa Marta, documento esse onde consta «...ecclesia Sancta Marta territorio Lanpacas, discurrente rivulo Tuela monte Mellis proinde donamus et textum facimus vobis de illa ecclesia…». Note-se a semelhança com "Mussomeli", comuna italiana da região siciliana cujo nome parece derivar da designação latina "Mons Mellis". Pelo exposto, é lícito inferir acerca da ancestralidade de nomes com origem em "Melle" ou seus derivados e não seria, em absoluto, despropositada a eventual ligação de Meles a um orotopónimo. Contudo, a actual localização do povoado não corresponde de forma alguma a um lugar destacado na paisagem, pelo que devem encontrar-se outras possíveis origens para o surgimento de um aglomerado populacional com a designação original de "Melles".

O recurso às descrições de Pausânias, geógrafo grego, conduz-nos a um dos mais primitivos relatos acerca de um duplo suicídio na mitologia grega, tendo como personagens o meteco Timágoras e o ateniense Meles. Se o acto em si em nada contribui para aclarar o tema em destaque, já o nome de um dos intervenientes nos permite avaliar o topónimo "Meles" segundo uma perspectiva baseada na antroponímia. Não sendo comum a ocorrência na documentação medieval portuguesa de nomes a partir dos quais possa deduzir-se "Meles" como um antropónimo, isto se exceptuarmos o nascimento dos "Mello" a partir de um ramo dos Riba de Vizela (mas cuja etimologia é, de forma lendária, justificada através de uma corrupção do nome de ave "melro", por via de "merlo", dando-se posteriormente a síncope do "r"), é nos registos medievais provenientes da Galiza ou de Itália que é possível detectar a vulgaridade do nome "Meles" ou derivados. Desta forma, documentos galegos do séc. XIII fornecem-nos exemplos como «Iohannes Martini capellanus de Meles», «Iohnnes Petri Meles» ou ainda «Petro Melle». Já um recurso a documentação dos séc. XII e XIII, proveniente de Itália, nos dá «Ildebrandus Mele», «Albithellus Mele» ou «Gualfredi Mele». Aliando estas ocorrências à anteriormente mencionada proliferação de topónimos da mesma família de Meles, um facto que se estende até latitudes muito acima do mundo mediterrânico, não representa excessiva conjectura a justificação do topónimo em causa por via das raízes de origem germánica *mal- ou *mil-, das quais surgem nomes como Mellegildus, Mellarius, Mellarid ou Mellovicus. De idêntica origem são os registados nomes Melle e seus equiparados, como Melus, Mello, Mahle ou Milis, entre outros. Dando crédito à citação que refere Meles como um "villar" velho, talvez não represente ousadia tamanha assumir a sua génese numa quinta ou vilar fundada por um qualquer indivíduo de nome "Mele" ou derivados ou, em alternativa, fazendo fé num dos vulgares fenómenos medievais que atribuía aos descendentes o nome próprio do progenitor acrescido da forma plural "-es" com omissão do "-o" final (como em Sanches, filho de Sancho; Rodrigues, filho de Rodrigo; Fernandes, filho de Fernando; Peres, filho de Pero), não será improvável que o fundador da quinta ou vilar

em análise possa ter sido alguém de nome Meles, filho de Melo.

CARRAPATINHA

A povoação de Carrapatinha mantém, na actualidade, uma fisionomia de aglomerado de reduzida dimensão, facto que servirá para atestar, desde a sua origem, a sua equiparação a não mais que uma quinta ou pequeno vilar. No mesmo sentido das povoações que a precedem, também Carrapatinha se encontra omissa nas Inquirições conduzidas no decorrer do séc. XIII. Um recuo ao passado permite-nos verificar que em inícios do séc. XVI a mesma se encontrava adstrita a Mirandela, não ultrapassando os seus dados demográficos os 5 moradores. Crendo nos dados de quase dois séculos volvidos, constata-se que a evolução demográfica não sofreu nenhum incremento de monta, registando-se 10 vizinhos (30 a 35 moradores) em 1706, 7 vizinhos (20 a 25 moradores) em 1758.

Não passando de mera conjectura a suposição de que, à semelhança de Brinço e Meles, e com idênticas motivações, Carrapatinha já pudesse ter existência à data das mencionadas Inquirições, não é ilícito supô-la, particularmente pela curiosidade de o topónimo representar um diminutivo da actual freguesia de Carrapatas, situada de igual forma no concelho de Macedo de Cavaleiros. Tomando em consideração que esta última já tinha plena existência no decurso do séc. XIII, sob as formas alternativas de "Carapatas", "Carrapatos" ou "Carrapatas", não seria um ilogismo a presunção de que Carrapatinha poderia ter sido fundada por um qualquer anterior habitante de Carrapatas, sendo honrada desta forma a sua proveniência.

Uma breve passagem por anteriores tentativas de explicação etimológica para a origem dos topónimos conduz-nos a significados com origem zoológica (carrapato, nome alternativo para o aracnídeo hematófago vulgarmente

conhecido como carraça) ou botânica (carrapateiro, Ricinus communis, planta mais conhecida por mamoneira, da qual se extrai o rícino). Não sendo de todo inaceitável a indexação de carrapatinha a um zootopónimo ou a um fitotopónimo, como sugerido, não deixa de causar algum espanto a sua presumível origem num parasita causador de desagradabilidade ou, alternativamente, num exemplar que não representa nenhum ícone na flora portuguesa, sendo muito mais comum em regiões tropicais ou sub-tropicais.

Maior será a admiração quando se procede a uma avaliação acerca da ocorrência de topónimos da mesma família. De facto, restringindo a busca a território português, podem detectar-se:

- Carrapata : Lugares das freguesias de Pedraça (Cabeceiras de Basto), Modivas e Vilar (ambas de Vila do Conde), Anais (Ponte de Lima),
- Carrapatas : Freguesia (Macedo de Cavaleiros) e lugar na freguesia de Gandra (Ponte de Lima)
- Carrapatinha : Lugar na freguesia de Ala (Macedo de Cavaleiros)
- Carrapateira : Lugares das freguesias de Bordeira (Aljezur), Ervidel (Aljustrel), S. Vicente de Paúl (Santarém), S. Marcos da Serra (Silves) e Sta. Maria do Castelo (Tavira)
- Carrapatelo : Lugares das freguesias de Travanca (Amarante), Sta. Cruz do Douro (Baião), Teixoso (Covilhã), Penha Longa (Marco de Canaveses), Sta. Cristina (Mesão Frio), Corval (Reguengos de Monsaraz) e S. Salvador (Serpa)
- Carrapato : Lugares das freguesias de Azevedo (Caminha) e Reguengo (Portalegre)
- Carrapatosa : Lugares das freguesias de Linhares (Carrazeda de Ansiães) e Nª Sra. Da Oliveira (Guimarães)
- Carrapatoso : Lugar da freguesia de Souto (Abrantes)

Acresce a esta lista a menção a uma Serra da Carrapata (na abrangência da Gardunha) e a uma Ribeira da Carrapata, ambas no distrito de Castelo Branco, e ainda a uma Ribeira da Carrapateira com nascente na Serra de Espinhaço de Cão.

Por outro lado, são abundantes na toponímia do mundo hispanófono vocábulos derivados de "garrapato" ou "garrapata", equivalentes castelhanos para "carrapato" ou "carrapata", destacando-se a proliferação da forma "Garrapatal", sendo ainda de salientar a ocorrência de uma Sierra de la Garrapata (Extremadura) ou de um Rio Garrapatas (Colômbia). De notar a curiosidade de, na vizinha província de Zamora, existir a localidade de Santa Eulalia de Rio Negro, chamada originalmente e até aos anos 70 do séc. XX, "Garrapatas de Santa Eulalia".

Esta extensão territorial de disseminação de topónimos a partir da forma "carrapato(a)" conduz, inevitavelmente, ao questionamento sobre uma tal abrangência de nomenclaturas pretensamente derivadas de um tão estranho zootopónimo ou, em alternativa, de uma planta que não é propriamente abundante na flora ibérica, particularmente no que ao exterior dos limites mediterrânicos diz respeito.

Procurando olhar noutra perspectiva, e pelos exemplos destacados, é possível identificar uma clara ligação entre o topónimo em avaliação e cursos de água (vide Ribeira da Carrapata, Ribeira da Carrapateira ou Rio Garrapatas). Acrescente-se-lhe a particularidade da existência da Ribeira da Carrapatinha por terras do Nordeste Trasmontano ou todas as designações, uma vez mais, no mundo hispanófono, de designações relacionadas com nascentes ou correntes de água: Puente de las Garrapatas (arroyo de Antequino e manantial de Caceres) e diversos "Arroyo Garrapatas" ou "Arroyo Garrapata".

Pelo exposto, soará a muito mais que coincidência ver uma designação associada a cur-

sos, correntes ou nascentes de água. Caso nos detenhamos no exemplo específico da localização da freguesia de Carrapatas, fácil é verificar que mesma se localiza na região próxima da Ribeira de Carvalhais, coincidindo a mesma com áreas onde o curso de água enfrenta obstáculos rochosos. Acresce que a própria história ou a lenda mencionam a existência em Carrapatas de uma "Fonte Santa".

Caso se arrisque numa decomposição dos nomes "Carrapatas" ou "Carrapatinha", constata-se que o seu início corresponde na perfeição ao radical indoeuropeu comum a tantos outros topónimos associados à ideia de "pedra ou rocha": *kar(r)- ou *gar(r)- (conforme a razão orónima visível no vocábulo Basco para pedra ⇻ "harri"). Persistindo na mesma senda, chama a atenção um outro radical cuja presença se torna mais visível quando no início dos topónimos: *ap- (com correspondência no celta *ab- ou nas línguas indoeuropeias hispanas meridionais-ibero-pirenaicas através do radical *ub-). É vulgaríssima a presença de *ap- (ou equivalentes) em topónimos com directa associação a água (a partir das raízes indoeuropeias ápah (água), ape (rio) ou apus (fonte, manancial, poço). Desta forma, poder-se-ia perfeitamente chegar à forma Carr+ap+…, ou seja, o local onde corre ou nasce água por entre as pedras.

A finalizar, uma nota relativa à coincidência com o nome alternativo para o parasita hematófago… De acordo com estudos linguísticos relacionados com o termo "Garrapato(a)" associado à carraça, a sua origem é obscura, sendo-lhe atribuída uma génese prerromana não identificada, provavelmente com reminiscências no vocábulo basco "kaparra", influência detectável no Aragonês "caparra", a partir dos qual poderá ter surgido a assimilação no Português e Castelhano através das formas adulteradas "carrapato(a)" e "garrapato(a)", sendo daí originária a ligação dos topónimos de raíz "Carrap" a zootopónimos quando, na realidade, e pelo anteriormente exposto, se deveriam com alguma segurança indexar a hidrónimos.

Pelo enunciado, perder-se-á nos tempos o substrato que terá dado origem ao nome "Carrapatinha". Atendendo, de igual forma, à probabilidade de premeditada ocultação do território que actualmente corresponde à freguesia de Ala, não surpreenderia que uma viagem no tempo nos demonstrasse a ancestralidade da quinta ou vilar de Carrapatinha.

REFLEXÕES E CONTRIBUTOS TOPONÍMICO-HISTÓRICOS ACERCA DAS POVOAÇÕES DA FREGUESIA DE ALA (CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS) AUSENTES NAS INQUIRIÇÕES DO SÉC. XIII
Rui Sousa

BIBLIOGRAFIA

Alves, Francisco Manuel
"Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança - Vol. IV"
Imprensa da Universidade de Coimbra (1911-1918)

Ambrogio, Renzo
"Nomi d'Italia, origine e significato dei nomi geografici e de tutti i comuni"
De Agostini (2006)

Bascuas, Edelmiro
"Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega"
Univ. Santiago de Compostela (2002)

Cardoso, Luís
"Portugal Sacro-Profano - Vol. I"
Officina Manuel Menescal da Costa (1767)

Colón Doménech, Germán
"Dobletes sinonímicos en Palmireno (1560)"
Archivo de Filologia Aragonesa LIX-LX Tomo II – pp.1175-1202 (2002-2004)

Concepción Suárez, Julio
"Diccionario etimológico de toponimia asturiana"
KRK Ed. (2007)

Costa, António Carvalho da
"Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal – Vol. I"
Typ. D. Conçalves Gouvea (1868)

Costa, Avelino de Jesus
"Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae"
Junta Duistrital Braga (1965)

Ferguson, Robert
"The Teutonic name-system applied to the family names of France, England, & Germany"
Williams & Norgate (1864)

Fernandes, Hirondino da Paixão
"Bibliografia do Distrito de Bragança – Série Documentos - Documentos (textos) publicados 569-1950 - Tomo I"
Diversos (1996)

Ferreira, Pedro Augusto
"Tentativa Etymologico-Toponymica - Vol. III"
Tipografia Mendonça (1915)

Förstemann, Ernst W.
"Altdeutsches Namenbuch – Vol. I"
F. Förstemann (1856)

Freire, Anselmo de Braamcamp
"Povoação de Trás os Montes no século XVI"
Archivo Historico Portuguez (1909)

Garcés Gómez, María Pilar
"Diccionario histórico: nuevas perspectivas lingüísticas"
Iberoamericana Editorial (2008)

Gasca, Queirazza G.; ***Pellegrini***, Giovan P.
"Dizionario di toponomastica. Storia e significato dei nomi geografici italiani"
UTET (2006)

Lacasta Estaun, Gartzen
"El Euskera en el Alto Aragon"
Cuadernos de Sección. Hizkuntza eta Literatura 12 - pp.141-278 (1994)

Louro, José I.
"Brinça ou brinço ; bruco"
Boletim de Filologia Tomo XIV Centro de Estudos Filológicos – pp.328-329 (1953)

Maldonado de Guevara, Antonio Llorente
"Las «Palabras pirenaicas de origen prerromano», de J. Hubschmid, y su importancia para la Lingüística peninsular "
Archivo de Filología Aragonesa, VIII-IX – pp.127-157 (1956-1957)

Manaresi, Cesare
"Regesto di S. Maria di Monte Velate sino all'anno 1200"
Istituto Storico Italiano (1937)

Medina López, Javier
"Historia de la lengua española – Español medieval"
Arco Libros (2003)

Mendes, Carlos A. Santos
"Macedo de Cavaleiros: cultura, património e turismo (contributos para um programa integrado)"
CMMC (2005)

Nebot Calpe, Natividad
"Voces prerromanas en el habla Castellano-Aragonesa del Alto Mijares y del Alto Palancia (Castellón)"
Archivo de Filología Aragonesa, XXX –XXXI- pp.63-112 (1982)

Pokorny, Julius
"Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch"
Francke Verlag (1959)

Prósper, Blanca María
"Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica"
Universidad de Salamanca (2002)

Quiles, Carlos ; **López-Menchero**, Fernando
"A Grammar of Modern Indo-European"

Indo-European Association (2009)
Rampoldi, Giovanni B.
"Corografia dell'Italia – Vol. I"
Fontana (1832)

Riesco Chueca, Pascual
"Nuevas conjeturas de toponimia Zamorana"
Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos 25 – pp.359-436 (2008)

Román del Cerro, Juan Luis
"La toponimia prehistórica de los Alpes. Una aproximación a la reconstrucción de la lengua prehistórica de Europa"
E.L.U.A. 12 - pp.249-282 (1998)

Sales, Ernesto A. Pereira de
"Mirandela Apontamentos Históricos - Vol. I"
Junta Distrital de Bragança (1970)

Sousa, António Caetano de
"Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas Conquistas - Vol. IV"
Academia Real (1844)

Sousa, Rui
"Arcas, Corujas, Lombo, Murçós, Olmos, Soutelo Mourisco e Vilar do Monte - Sedes de freguesias ausentes nas Inquirições de D. Afonso III e D. Dinis - Reflexões acerca da sua omissão"
Cadernos Terras Quentes 07 - pp.63-78 (2010)

Taylor, Thomas ; **Pausanias**
"The description of Greece - Vol. I"
Priestley and Weale (1824)

Terreros y Pando, Esteban
"Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina e italiana"
Imprenta de la Viuda de Ibarra, Hijos y Compañia (1787)

Villar, Francisco
"Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania prerromana"
Universidad de Salamanca (2000)

O ARMAMENTO DOS LUSITANOS NAS CAMPANHAS DE VIRIATO

Se estudarmos com atenção a história da Península Ibérica, mormente a do Ocidente peninsular, entre os anos 155-138 a.C., ou seja, durante as campanhas de Viriato, não podemos deixar de ficar atónitos como foi possível a um povo, composto por inúmeras tribos, dispersas, sem coesão, sem disciplina, sem espirito de corpo e sem treino militar de conjunto, desbaratar, reduzir a estrilhas e o que é pior ainda humilhar, a mais fantástica máquina de guerra de então: as famosas legiões romanas.

Calcula-se que durante aquele período de tempo as formações lusitanas tenham morto para cima de 25.000 legionários, para além daqueles que, gravemente feridos, ficaram incapacitados de voltar às fileiras.

Para entendermos bem a dimensão do conflito e as razões do sucesso das hostes lusitanas, temos que analisar a formação sócio-tribal dos povos que habitavam o território a que os Romanos denominavam Lusitânia.

Crê-se que a Lusitânia primitiva seria essencialmente celta por causa da língua, com fundo acento nasal embora não se possa negar também a forte influência ibérica que se irá reflectir nas tácticas de guerra contra Roma. São, aliás, estas heranças celtas e ibéricas que, irão, como veremos, ditar mais tarde o extraordinário sucesso das formações lusitanas.

As tribos que no seu conjunto formavam a Lusitânia Antiga, concentravam-se no espaço geográfico entre o Douro e o Tejo. Outras tribos importantes coexistiam no Ocidente peninsular, mas não interessam de perto ao nosso estudo.

No país do Vacua (Vouga) e do Munda (Mondego), situavam-se os Turduli Veteres, mencionados mais tarde por Plínio que refere Eburobritum, Collipo, Aeminium, Conimbriga e Talabriga, como algumas das mais importantes cidades deste povo. Ainda na mesma região, entre o Tejo e o Douro, Plínio menciona os Transcendanos, ou povos de Além-Côa e os Igeditanos (Egitânia, hoje Idanha-a-Velha).

A sul do Douro cita Plínio a tribo dos Paesuri (mais tarde denominados Paesures), dos Interumanenses, dos Talori, dos Arnui e dos Colerui [1].

Mesmo fora da Lusitânia propriamente dita, refere Octávio da Veiga Ferreira, mas na mesma época, «estavam outros grupos tribais, alguns dos quais aliavam-se por vezes com os lusitanos para se oporem ao invasor Romano» 2

No Cyneticum (Algarve) habitavam a tribo dos Censi ou Cempesi que faziam parte dos Conios, Cunetes ou Cynetes e os Ileates.

Na zona compreendida entre o Tejo e o Guadiana viviam os célticos. Mais a norte entre o Douro e a Galiza habitavam os Callaeci ou Calaicos. Do mesmo grupo étnico faziam parte os celtici, povos também de origem celta, mas diferentes dos celtas de entre-o-tejo-e-o-guadiana. Desses povos afamaram-se as tribos Grovii que se localizavam nos territórios de Entre-Douro-e-Minho, os Bracarii que viviam nas montanhas, os Leuni e os Seurbi.

Nas regiões montanhosas de Trás-os-Montes estavam as tribos dos Turodi, Zoelas, Banienses. E a norte do rio Minho, localizavam-se os Querqueri, os Lomiei, os Equoesi, os Beloerni, os

---

* Historiador, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Associação Terras Quentes. Perito em História militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade em serviço e autor de vasta obra publicada.
[1] Estas Tribos aparecem denominadas nas inscrições das tribos ou povos que sob o domínio romano construíram a ponte de Alcântara, em Espanha.
[2] FERREIRA, Octávio da Veiga; VEIGA, S. da, A vida dos Lusitanos nos tempos de Viriato, Lisboa, Edição Polis.

Tamarsi, os Neri e os Arrotrebae.

Este moisaico multifacetado das tribos da Lusitânia e territórios adjacentes, está longe de estar completo mas pode dar uma pálida ideia de unidade social da Lusitânia.

Por essa razão, muitas vezes os povos ou as tribos eram obrigadas a aliarem-se para fazerem frente ao inimigo comum. Mas só nessas ocasiões. Em tudo o mais o regime tribal, com fortes raízes na pré-história, manteve-se fortemente arreigado nas populações até à chegada dos Romanos.

Face a esta realidade, estamos aptos a entender a verdadeira dimensão e realidade de um conflito que opôs uma estrutura fortemente organizada, disciplinada e dotada de uma já larga experiência e uma outra estrutura, sem disciplina, sem unidade e desprovida da prática de actuação em conjunto, onde dominavam as tribos a que os Romanos, sarcasticamente, chamavam de "Populi".

E, no entanto, foram essas mesmas tribos que, sob a chefia de Viriato, desenvolveram durante uma década uma notável campanha com danos gravíssimos para a máquina militar de Roma.

Como foi isso possível?

Torna-se evidente que a presença de Viriato foi, nestas circunstâncias, crucial. Embora a sua figura esteja ainda deficientemente estudada por falta de elementos documentais ou arqueológicos que nos permitam ajuizar com fundamento os verdadeiros contornos do Cabo-de-guerra, desligando-o das ficções e dos mitos, o certo é que não chega para justificar a dimensão de um feito desta envergadura. Por maior que seja um chefe militar, se não tiver por detrás uma "máquina" bem equipada e convenientemente disciplinada, nada pode concretizar.

Foi esta a razão que nos levou a debruçarmo-nos sobre este problema e, durante muitos anos a analisá-lo nas usa múltiplas vertentes, procurando quer na arqueologia, quer nos elementos documentais, provas irrefutáveis que nos permitissem com o máximo rigor e exactidão concluir da superioridade das formações lusitanas sobre as legiões romanas.

Os resultados foram surpreendentes. A súmula que ora apresentamos, mais não é do que um resumo, ou talvez melhor, uma síntese analítica das nossas pesquisas.

A verdadeira superioridade das formações Lusitanas

Uma análise atenta à problemática das guerras Lusitano-Romanas, no tempo de Viriato, levou-nos a concluir serem três as razões de fundo que ditaram a superioridade das formações lusitanas.

1-muito bons cavalos e magníficos cavaleiros.

2-armamento diferente, altamente sofisticado

3-uma nova tática de «guerra-relâmpago»

Vamos então, abordar cada um destes factores comparando-os com as mesmas realidades nas legiões de Roma.

1 - O Cavalo

Para compreendermos devidamente a importância que o cavalo assumiu nas campanhas de Viriato, temos de recuar no tempo quando durante o século VI a.C., as tribos celtas da Europa Central começaram a emigrar para a orla do Mediterrâneo e para Ocidente em direcção à Península Ibérica. Essas tribos, apesar de minoritárias, eram, contudo, poderosíssimas, mercê do facto de já possuírem armas de ferro tecnicamente muito bem-feitas (na altura a maioria das tribos ibéricas utilizavam ainda o bronze) mas sobretudo, pelos seus magníficos cavalos de guerra. A superioridade no armamento e os seus instintos de combatentes experimentados aliado a tácticas de combate só possíveis mercê das suas montadas treinadas para a guerra, concedeu-lhes

uma superioridade tal, que rapidamente subjugaram os povos por onde passavam.

Cavaleiro Ibérico - (baixo relevo do séc. IV a.C.) - Ossuna, Espanha

Os Celtas possuíam um tipo de cavalo oriundo da Europa Central com uma envergadura acima da média dos equinos de então, muito robusto, mas de mobilidade reduzida, pelo que o seu manejo era de certo modo difícil. Isso implicava por um lado a existência de arreios e ferros especiais que permitissem um total controlo da montada e por outro uma enorme destreza do cavaleiro para a dominar. Como os celtas já conheciam e trabalhavam habilmente o ferro, facilmente souberam criar engenhos de boca e arreios adaptados às mais difíceis circunstâncias. Dominavam em pleno o cavalo com freios, bridões e freios-bridões, conheciam já as ferraduras, utilizavam uma espora no calcanhar esquerdo, laboravam com grande habilidade o couro e criaram selas, algumas dela já anatomicamente, muito bem concebidos que permitiam uma enorme estabilidade e equilíbrio ao cavaleiro, numa época em que ainda não existiam estribos (que só fizeram a sua aparição no século VIII d.C.). Por isso, a eficácia do cavaleiro dependia da sua destreza, mas em grande parte do tipo de selas utilizadas.

Há relativamente poucos anos, tive ocasião de apreciar o monumento em S. Remígio, no sul de França, no qual se pode ver bem um cavalo caído no meio de uma batalha, ostentando com nitidez a sua sela. Até então, esse cavalo devido à sua tipologia da sela era tido como uma montada romana. Tive ocasião de o estudar detidamente e hoje posso afirmar com alguma margem de segurança que se trata de um cavalo celta com a sua sela do século I a.C., cujo modelo iria servir de referência, sensivelmente um século mais tarde, para equipar a cavalaria romana. Aliás, os Romanos nunca exibiam os seus compatriotas sendo mortos nos monumentos triunfais e por isso o cavalo de S. Remígio nunca poderia ser romano.

Quando os celtas chegaram ao ocidente peninsular rapidamente se aperceberam da realidade da população equina ali existente. Nos contrafortes montanhosos do noroeste transmontano dominavam os garranos, cavalos pequenos, rústicos, de grande mobilidade, com uma incrível capacidade de sobrevivência em qualquer terreno, por mais inóspito que fosse.

Estatueta em bronze de um **cavaleiro Ibérico** com a caetra (sécs. III-IV a.C.)

Nas veigas do Mondego, Tejo e Sado dominavam os sorraias, raça bastante maior mais pesada que o garrano, mas também ela rústica e de grande mobilidade, génese longínqua do actual cavalo lusitano.

Do cruzamento das montadas celtas da Europa Central com o cavalo autóctone do ocidente peninsular iria nascer uma raça de cavalos celebrizados por Estrabão, por Plínio e por Possidónio, nascidos das "éguas fecundadas pelo vento", como relata Sílio Itálico na Púnica. Tão respeitados e estimados eram esses cavalos que muitos deles foram honrados como divindades, sendo mesmo vários santuários (como o de Mula-Murcia) erigido em sua honra, o que bem traduz o carácter quase divino em que o cavalo era tido.

Foi esse cavalo, magnificamente adaptado e treinado para a guerra que se constituiu com a espinha dorsal das famosas formações lusitanas.

Para entendermos devidamente o impacto que o cavalo da Lusitânia teve nas campanhas de Viriato, temos de falar também de cavalaria romana. Os Romanos eram por natureza maus cavaleiros. Montavam escarranchados sobre os rins do cavalo com rédeas muito longas o que, desde logo lhe retirava grande mobilidade. Só quem nunca montou a cavalo é que não se apercebe do equilíbrio que é necessário para, sem estribos, montar desta forma. Por isso a equitação era restrita à aristocracia que se treinava em numerosas escolas e se passeava ou saltava no campo de Marte. Por outras palavras: o cavalo não era tido como uma arma de guerra a considerar e por isso, os Romanos que foram os primeiros criar coudelarias especializadas nos diferentes fins, ignoraram o cavalo de combate. Desenvolveram coudelarias de cavalos de caça (venaticus), de tiro rápido (itinerarius),de tiro lento (manus), o cavalo de passeio (gradarius ou ambulator), o cavalo para viagens longas (incitatus), os trotadores (concurssator ou sucussator, ou mesmo cruciator – o que mostra bem quão incómodo era para o cavaleiro romano aguentar um trote sem sela e sem estribos-, os de cortesia (cantherius) e, naturalmente, os cavalos de corridas para os hipódromos (quadrigas).

Bridão - Descoberto em Alcácer do Sal (Museu Nacional de Arqueologia). A enorme superioridade militar dos Lusitanos residia nas suas tácticas e na mobilidade da sua cavalaria. Para tal contribuíram largamente o avanço técnico dos seus arreios que lhe garantiam um total controlo sobre a montada. Este modelo de bridão era de tal forma bem concebido que ainda hoje continua, inalterado, a ser utilizado em todo o mundo ocidental.

Todos estes tipos de cavalos, sobretudo os de corrida eram cuidadosamente criados e selecionados nas melhores coudelarias de Roma. Mas o cavalo de guerra (bellator equus) era relegado para um plano secundário. Se, por um lado, não havia a tradição da guerra a cavalo, por outro, os interesses de Roma focavam-se noutros sentidos mais rentáveis que não os da guerra. Talvez por isso as legiões romanas incorporassem tão pouca cavalaria e assentassem inicialmente sobre a infantaria pesada. Por outras palavras; a cavalaria era o elo mais fraco do exército romano. Na batalha de Pidna os Romanos tinham só seiscentos cavaleiros. Vinte e cinco anos mais tarde os romanos desistiriam completamente da sua cavalaria empregando em seu lugar contingentes de cavaleiros fornecidos e conduzidos por chefes locais.

Quando em 218 a.C., no decurso da II Guerra Púnica as legiões romanas, comandadas por Gnaeus Cornelius Scipio, pisaram solo hispânico com o objectivo de impedir o fornecimento de homens e material a Cartago, entraram em confronto aberto com as tribos locais e, a partir de 155 a.C., com a derrota do Pretor Manlius, a Lusitânia vê-se envolvida no conflito. Todos os Lusitanos da zona norte do Tejo, e também os da zona sul, aliados aos Celtas e aos Vetões iniciam a guerra lusitana. O conflito começa em 151 a.C., após as traições de Sulpicio Galba, em que são chacinados nove mil lusitanos e outros vinte mil vendidos como escravos. É, precisamente, depois dessa terrível hecatombe, provocada pelo pretor romano, que as forças lusitanas se unem em torno de Viriato.

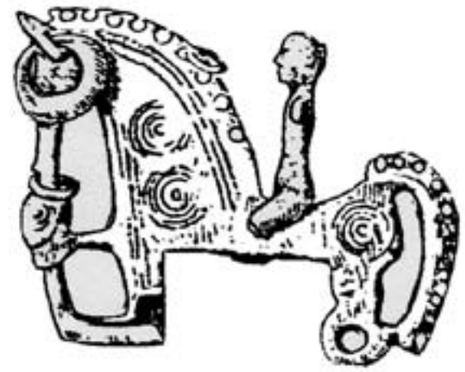
Quando se dá este formidável embate as forças em presença apresentam, por um lado, as formidáveis legiões romanas, pesadamente armadas, eivadas de uma disciplina férrea, de uma eficácia bastamente comprovada em anteriores conflitos, mas completamente destituídas de mobilidade. Ali todo o poder residia na infantaria pesada. Do outro lado, dominava a cavalaria ligeira caracterizada por uma notável mobilidade, evitando o confronto directo, mas actuando ágil e brutalmente sempre que a ocasião se propiciava.

Esta foi a realidade que dominou os campos de batalha da Lusitânia e da Bética entre 155 e 138 a.C. A superioridade coube, naturalmente, à facção mais móvel e com mais capacidade de penetração, como iremos ver quando estudarmos as tácticas.

Aliás, Roma conheceu bem o poder brutal da cavalaria ibérica durante as campanhas de Aníbal, cujo exército incluía largos contingentes de cavaleiros peninsulares que desempenharam o seu papel de cavalaria ligeira, como também provaram ser capazes de derrotar em batalha a melhor cavalaria romana, chefiados pelos mais prestigiados cabos de guerra. Tito Lívio narra-nos, pela boca de Aníbal, quando num dos seus empolados discursos, nos põe o general cartaginês incitando os seus homens na luta contra os romanos de Cipião: «por muito tempo perseguistes os rebanhos nos montes da Lusitânia e da Celtibéria, sem tirar alguma vantagem dos vossos perigos e fadigas. [3]

Sendo a mobilidade a essência da cavalaria Lusitana desenvolveu-se uma táctica em que cada cavalo transportava dois homens: o cavaleiro e o auxiliar. No local da batalha o auxiliar apeava-se e combatia a pé e o cavaleiro a cavalo. Depois montavam de novo e rapidamente se afastavam do local da batalha.

Durante o século IV a.C., os Celtiberos deram um importante contributo na arte da guerra com a introdução da ferradura e dos cascos amovíveis de metal atados com couro. Esta invenção aumentou enormemente o potencial militar da cavalaria e influenciou a organização dos exércitos. Calcula-se que nos exércitos lusitanos a cavalaria tenha assumido 20 a 25% do total das forças, enquanto nos exércitos de Roma essa proporção era inferior a 14%.



Adereço - A profusão de elementos decorativos baseados no cavalo bem demonstra o fascínio que os lusitanos sentiam por este animal.

O cavalo das tribos lusitanas era tido em grande estima e, por isso era, em circunstâncias normais, altamente decorado. Mas, em guerra, toda essa decoração lhe era retirada, ficando restrita ao essencial. Disso nos dão conta as numerosas esculturas e, sobretudo, as pinturas nos vasos de Líria, algumas das quais tive ocasião de estudar atentamente por as considerar as mais fidedignas representações do cavalo, do cavaleiro ibérico e dos seus adereços.

O treino que os Lusitanos davam aos seus cavalos e cavaleiros era intenso e cuidadoso. A montada estava treinada para se ajoelhar e aguardar em silêncio até ao sinal do cavaleiro,

[3] Estrabão, Geography, III

prática corrente na guerra de guerrilha, então em voga na Península Ibérica. Estrabão relata-nos que «Os cavalos neste país são treinados a subir montanhas e a dobrar rapidamente os joelhos, dado um sinal, quando é preciso» 4.

No combate em campo aberto, quando os cavaleiros saltavam para o chão para combater, as suas montadas esperavam-nos sem se mexerem. Cada cavalo tinha ao pescoço, fixo à cabeçada, um guizo, que permitia no meio da confusão da batalha o cavaleiro reconhecesse o seu cavalo pelo som do tilintar. Curiosamente esse guizo deve ter desempenhado um papel tão importante que raras são as representações em pinturas de cavaleiros ibéricos em que o guizo não tome um lugar de destaque.

2 - Armas e Armaduras

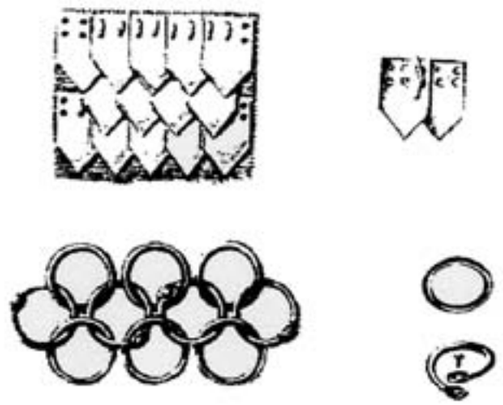
A protecção do corpo dos guerreiros lusitanos era objecto de um cuidado muito especial. Basicamente a armadura dos combatentes podia ser feita de três maneiras:
I - de tecido, cabedal ou substâncias naturais
II - de metal
III - mistas

As armaduras de tecido eram totalmente feitas de linho acolchoado formando um conjunto resistente, ou de um tecido grosso embebido em vinagre e sal para endurecer.

Nas de cabedal que se apresentavam como corsoletes ou, de certo modo, como couraças, as partes mais expostas eram reforçadas e endurecidas com água, após o que eram, depois de secas, untadas com banha de proco, ou de preferência, sebo de carneiro, para as impermeabilizar.

O esparto ou tiras de ervas secas entrançadas e enformadas eram, também, apreciadas pela sua resistência e leveza, pelo que muitos dos combatentes as optavam.

As armaduras de metal podem ser de dois tipos:
A - cota de malha
B - placas metálicas



Cota de escamas e cota de malha com pormenores da sua construção

Os Lusitanos herdaram dos Celtas a técnica do fabrico da malha de ferro. E, de tal maneira as suas cotas se afamaram pela defesa e resistência que os Romanos rapidamente as adoptaram como defesa do legionário até ao século II d.C. Ao que parece, a malha de ferro estava bastante difundida entre os cavaleiros lusitanos. Embora se conheça muito poucos vestígios de malha metálica dessa época, as pinturas dos vasos de Líria são elucidativos neste particular.

Uma cota de malha demorava muito tempo a ser feita. Para além de exigir hábeis artesãos com grande prática no manejo do ferro, a cota devia, naquela época, ser de tal forma cara que o seu acesso estava condicionado às classes mais elevadas. Uma cota de malha curta era constituída por cerca de vinte e cinco mil elos, todos laborados à mão, rebitados e temperados, e podia levar cerca de um ano a ser feita. Tão eficaz como a malha de ferro era cota de escamas, que tinha grande vantagem de ser muito mais barata e não exigir tanta perícia no fabrico.

Geralmente as escamas eram feitas de pequeninas chapas de ferro batido com 5 cm de comprimento e 1mm de espessura. As escamas eram geralmente sobrepostas a uma vestimenta curta feita em pele de gamo (que não encolhia com a chuva) e cozidas com tripas de gato, ou outros materiais resistentes, através de dois pequenos furos abertos no

topo da escama.

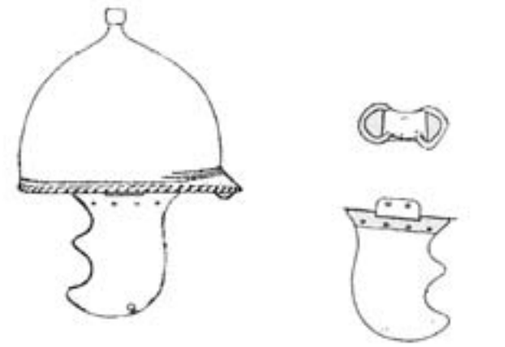
A protecção das placas era constituída por pequenos quadrados (ou círculos) de ferro, ou outro metal, que actuavam como reforço nas armaduras de tecido ou de cabedal. Essas placas eram fixas ao tronco do combatente através de uma correia de cabedal que abraçava o pescoço, e outra que circundava a cintura, sendo atada à retaguarda. No Museu Arqueológico de Jaen, em Espanha, existe o resto de uma escultura em pedra de um combatente a cavalo que nos mostra bem como essas placas (na sua maioria redondas e muitas vezes altamente decoradas) estavam fixas ao combatente. Mas, a mais interessante armadura de placas, que tive ocasião de apreciar, encontra-se no Museu Arqueológico de la Alcudia, Eleche. Trata-se de uma escultura em pedra do séc. IV ou III a.C., conservando ainda parte das cores originais e que retrata um combatente de alta estripe totalmente equipado. Nela se pode apreciar a placa de armadura circular no interior da qual figura a cabeça de um lobo (símbolo da guerra) em relevo, bem como as correias em cabedal (ou ferro) trabalhado que abraçam o pescoço e a cintura.

Nas armaduras mistas o tronco estava protegido por placas de malha ou de escamas enquanto os saios eram feitos de tecido de forma a não impedir a mobilidade do cavaleiro. São estes cavaleiros retratados nos vasos de Líria e que devem corresponder na sua maioria ao tipo comum do cavaleiro lusitano.

3 - O elmo

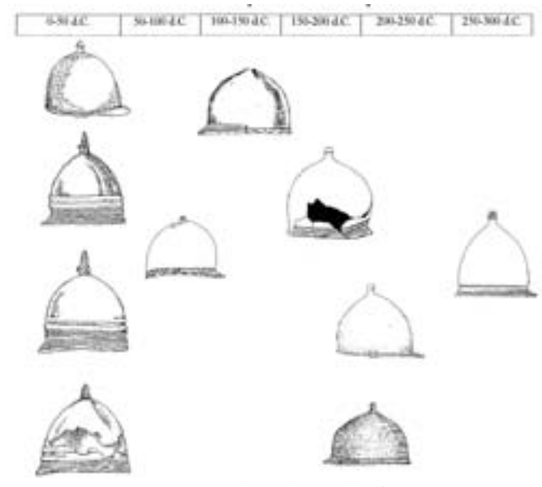
A maior preocupação do combatente lusitano era a protecção da cabeça. Sabemos que essa protecção podia ser metálica, feita de cabedal ou de tendões de animais entrançados. Infelizmente não sobreviveram nenhuns exemplares para além dos elmos metálicos, pelo que é sobre estes que nos vamos debruçar.

Os cascos metálicos ou capacetes utilizados na Península Ibérica entre os séculos IV a.C e II d.C., enquadravam-se basicamente num só tipo que a ciência moderna denominava de "Montfortino".



Capacete de tipo montfortino - Estes capacetes procedem, possivelmente, com armas de guerra ou de comércio numa época já tardia da cultura ibérica a partir dos finais do século III a.C. Originários da área céltica da Itálica o capacete Montfortino tornara-se muito comum em todo o Mediterrâneo ocidental e, produzidos maciçamente chegaram incluso a ser usados pelos cartagineses. Quando apareceram em território ibérico não devem considerar-se somente de influência celta, mas, sobretudo, mediterrânica. Curiosamente os iberos tiravam as guardas faces (metálicas ou de couro) porque os incomodava em combate. Todos os elmos desse período encontrados na Península Ibérica são do tipo Montfortino, o que não é de admirar pois foram estes capacetes utilizados durante as guerras púnicas e nas lutas entre César e Pompeu sendo a sua produção na ordem dos milhares de exemplares. Dos elmos recuperados em território peninsular oito foram descobertos em Portugal. Na figura podemos observar a protecção facial e as argolas destinadas a fixar as correias de cabedal que eram atadas sob o queixo.

Quadro cronológico comparativo dos elmos montfortinos com alguns dos mais bem conservados elmos do mesmo tipo encontrados em Espanha.



1 - Cabeça de Vaiamonte (Alentejo-Portugal) Museu Etnológico do Alentejo
2 - Castelo de Lanhoso (Braga-Portugal)
3 - Neiva I – (Viana do Castelo – Portugal) Museu de Conímbriga
4 - Neiva II (Viana do Castelo – Portugal) Museu de Conímbriga
5 - Quintana Redonda (Espanha) Real Academia de la História de Madrid
6 - Caldelas de Tuy (Pontevedra – Espanha) Museu Diocesano de Tuy
7 - Les Corts 110 (Ampurias- Gerona) Museu de Ampurias
8 - Aljezur (Aljezur – Portugal) Museu Regional de Lagos
9 - Ses Paises (Artá, Mallorca – Espanha) Museu de Maiorca
10 - Benicarlo I (Castellón – Espanha) – Museeu de Benicarló.

Tive ocasião de estudar alguns desses exemplares oriundos do território nacional. A observação atenta e um estudo aprofundado conduziram a conclusões surpreendentes. Toda a sua concepção, que sob o ponto de vista anatómico, que no que concerne à protecção, é perfeita. Batido a frio em três chapas de bronze sobrepostas, aquecidas e retemperadas por um processo a que os romanos deram o nome de opus mallei, o elmo apresenta 2 mm de espessura lateral (em termos médios) e 3mm no topo, a área mais sensível às pancadas, o que prova bem a técnica e o cuidado posto na sua manufactura. No cimo do elmo assenta um botão de altura variável furado a meio, no qual era colocado um punhado de crinas de cavalo de cores variadas, conforme a tribo ou unidade militar a que pertenciam. Nos lados, dois guarda-faces articulavam-se com a calote protegendo totalmente a cara. Debaixo do suporte de retaguarda havia um anel duplo pelo qual passavam as correias de cabedal que se atavam sob o queixo e fixavam nos ganchos das peças laterias do rosto.

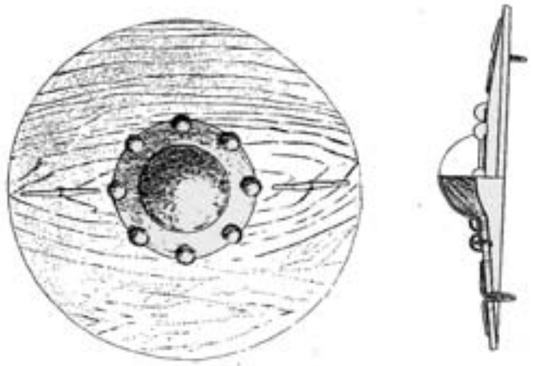
A sua concepção era, na altura, de tal forma avançada que os Romanos rapidamente o adoptaram e mantiveram em uso até pouco depois da conquista da Gália, altura em que as legiões do Norte os abandonaram definitivamente. No entanto, em Itália, o tipo montfortino continuou em uso durante muito tempo protegendo as cabeças da guarda imperial.

O escudo

Os Lusitanos utilizavam dois tipos de escudo: a caetra, pequeno escudo circular utilizado pelos caetrati ou infantaria ligeira e o scutum modelo longo de origem celta utilizado pelos scutati ou infantaria pesada. O scutum apesar de popular no sul e centro da Ibéria por influência celta, nunca foi muito apreciado entre os lusitanos, porque lhes tolhia os movimentos e cerceava a mobilidade.

O escudo preferido sempre foi o caetra. Feito em tiras de madeira unidas com peças de ferro este escudo tinhas cerca de 30 a 60 cm de diâmetro e na face exterior era muitas vezes ornamentado com uma bossa metálica ao centro, que também servia para cobrir a empunhadura e proteger a mão do combatente. Uma correia de cabedal fixa ao interior servia para suspender a caetra ao pescoço quando o guerreiro não se encontrava a lutar. Durante o combate a correia era enrolada com força no antebraço ajudando a fixar o escudo e permitindo que este fosse também utilizado como arma de ataque.

combate a correia era enrolada com força no antebraço ajudando a fixar o escudo e permitindo que este fosse também utilizado como arma de ataque.



Cota de escamas e cota de malha com pormenores da sua construção

A lança

Os Lusitanos, tal como a maioria dos povos ibéricos, tinham uma enorme variedade de lanças. Tive ocasião de estudar alguns dos mais magníficos exemplares encontrados em Portugal e permito-me, com alguma margem de segurança, classifica-las em dois grupos.
I - a lança tradicional com lâmina e conto em ferro e haste de madeira
II - a lança toda feita em ferro à qual os Romanos davam o nome de soliferrum

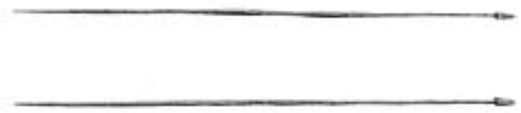
Pontas de lança da I Idade do Ferro descobertas em Alcácer do Sal (Museu Nacional de Arqueologia)

No que respeita à lança tradicional, é possível considerar ainda três subgrupos de acordo com o comprimento da lâmina.
A) Lâminas com mais de 60 cm. O número de exemplar existente permite-nos considera-las como um subgrupo distinto possivelmente utilizadas pela infantaria pesada, os scutati.
B) Lâminas com cerca de 20 a 30 cm. Situam-se aqui a maioria dos exemplares encontrados em Portugal e devem ter sido bastante usadas pela infantaria ligeira, os caetracti, sob a forma de dardos, como arma de arremesso. Este tipo de dardo, que parece ter uma precedência celta, foi muito utilizado quando do cerco de Sagunto e Tito Lívio chama a esta arma ibérica phalarica
C) Lâminas com comprimento inferior a 20 cm. Este tipo de lâminas era utilizado pela cavalaria ligeira que as colocava num conjunto que compunha a bainha da espada. O cavaleiro fazia a viagem toda com a lâmina à cintura sem que esta lhe tolhesse os movimentos. Chegado ao local de batalha cortava uma haste de madeira e colocava-lhe a lâmina, combatendo assim com ela. No final atirava a madeira fora, voltava a por a lâmina na bainha e regressava ao local de origem. No caso da lança ser utilizada como dardo, a lâmina perdia-se naturalmente.

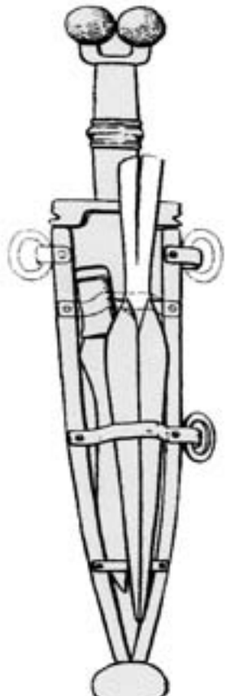
Muitas vezes estas pontas apresentavam-se sob a forma de uma lâmina relativamente curta, mas com um pé muito comprido onde encaixava a haste. Tratavam-se de exemplares aos quais os Lusitanos amarravam molhos de ervas secas a arder destinados a quebrar as formações inimigas.

Quanto aos soliferrum havia-os de diversos cumprimentos, sendo que raramente ultrapassavam os dois metros. Toda a lança era feita em ferro, terminado com uma ponta em forma de lâmina barbelada. O facto de ser feita em ferro e por isso mais pesada do que as lanças tradicionais, concedia-lhe, a curta distância, um enorme poder de penetração. Um soliferrum bem lançado podia facilmente atravessar o escudo, a couraça e ferir mortalmente o oponente. Por isso os romanos a consideravam uma arma temível e evitavam-na sempre que possível, já que o escudo do legionário era feito em estritas ripas de madeira e, por isso, impotente para parar tão poderosa arma.

Existem bastantes exemplares deste tipo de lança encontrados em escavações arqueológicas, mas à excepção de uma escassa minoria, todos os outros se encontram dobrados e enrolados. Tive ocasião de estudar uns quantos exemplares do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa e do Museu de Alcácer do Sal. Todos eles apresentam sinais de terem sido dobrados a quente com o fim de os inutilizar, para evitar o saque dos túmulos e a sua posterior reutilização.



Soliferrum (Almedinilla) - arma de arremesso terrível e altamente temida pelas legiões romanas pelo seu poder de impacto e penetração. Esta arma tinha entre 1,50 a 2 metros de comprimento e era toda feita em ferro maciço, com lamina barbelada em aço. Parece ter tido origem no Norte dos Pirinéus até finais da I Idade do Ferro, mas no século IV a.C., o seu emprego difundiu-se tanto na Meseta como em todo o mundo Ibérico.



Espada de antenas atrofiadas (reconstituição), com sua bainha, na qual se encontrava encaixada uma ponta de lança e uma pequena navalha em forma de falcata.

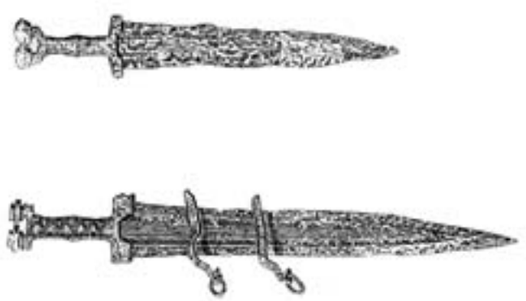
A espada Lusitana

Foi talvez a mais famosa e emblemática arma das hostes de Viriato. Tão famosas que os Romanos, reconhecendo a sua superioridade, as adoptaram com o nome de gladius hispaniensis.

Observei inúmeras destas espadas oriundas de Alcácer do Sal, de Elvas e do Museu Nacional de Arqueologia. Estudei atentamente as análises espectrográficas e metalográficas levadas a cabo pelo Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) e analisei profundamente a sua manufacturação, reflecti sobre as suas formas e concluí resultados verdadeiramente surpreendentes.

De uma forma geral podemos classificar a espada Ibérica (e não só a Lusitana) em dois grupos distintos:
I – de lâmina direita
II – de lâmina curva (sabre) vulgarmente conhecida por falcata.

Estabeleceu-se erradamente, a meu ver, a ideia de que a espada andava associada aos Celtiberos e a falcata aos Iberos. Creio ser pura ficção, desmitificada pelos dados da arqueologia, mas sobretudo pela pintura. Tenho visto e analisado falcatas em zonas culturais celtiberas e espadas em zonas ocupadas pelos Iberos, o que prova que ambas as armas foram utilizadas pelas duas culturas.



Espadas de antenas atrofiadas encontradas em Alcácer do Sal (Museu Nacional de Arqueologia).

O Gladius Hispaniensis

Os Romanos eram um povo muito pragmático que não hesitava em adoptar o equipamento e as práticas dos povos subjugados. Durante as Guerras Púnicas, as legiões de Roma entraram em contacto com os mercenários Ibéricos e ficaram tão impressionados com o nível técnico e operacional das suas espadas que rapidamente as adoptaram com o nome de gladius hispaniensis.

Até 225 a.C., o legionário romano estava equipado com uma espada curta idêntica à utilizada pela infantaria grega, a que estes davam o nome de phásaana ou xiphus. As espadas dessa época, principalmente as utilizadas pela cavalaria, mais compridas e pesadas, mantinham um desenho que já vinha desde séculos atrás, mais exactamente desde a Idade do Bronze. O seu desenho, mas sobretudo o seu ponto de equilíbrio era, nessa época, considerado o ideal em relação aos povos de então, mas completamente desfasado face às novas tácticas, sobretudo em relação às espadas lusitanas, muito mais bem constituídas tecnicamente, muito mais equilibradas e, por isso mais eficazes.

Tive ocasião de me debruçar sobre este particular. Não será fácil exprimir a dimensão do estudo efectuado, já lá vão um bom par de anos, por isso limito-me a reproduzir uma síntese das conclusões a que cheguei, as quais se me afiguram da maior importância para entendermos as razões que levaram as legiões de Roma a considerarem o gladius hispaniensis como uma superior para a sua época.

O desenho das espadas gregas manteve-se inalterável, como já referi, desde a Idade do Bronze. Nessa época a espada era feita para espetar e face à docilidade do metal – mesmo temperado – acabavam por ter uma lâmina relativamente grossa e pesada, uma empunhadura cheia, espalmada entre duas bolachas de madeira ou osso e praticamente desprovida de pomo que lhe garantisse o balanço. Sendo uma arma destinada mais a espetar do que a cortar e face às condicionantes do material, o ponto de equilíbrio não era importante pelo que a espada grega era por natureza uma arma desequilibrada. Sendo uma arma desequilibrada, o esforço exigido para o seu manuseamento era maior pelo que a eficácia em combate era naturalmente menor.

Convém agora abordar alguns aspectos de

ordem técnica para melhor compreendermos a sua superioridade das espadas Ibéricas.

As espadas daquela época possuíam dois pontos nevrálgicos: o ponto de balanço, a que os ingleses chamam «point of ballance» (POB), «center os ballance» (COB) ou «center of gravity» (COG) e o centro de percussão «center of percussion» (COP). O ponto de balanço (POB) é uma zona calculada na lâmina a partir da qual se desenvolve igual massa para cada um dos lados. Para se testar a localização desse ponto basta deitar a lâmina sobre o dedo e movimentar a espada até esta ficar em total equilíbrio. Aí se situa o ponto de balanço.

Não menos importante que o ponto de balanço é o centro de percussão (COP). Este é ponto localizado na lâmina onde deixa de haver vibração quando a lâmina embate num objecto. Quando esta secção da lâmina é usada para golpear transmite o mínimo de choque e de vibração à mão do seu possuidor e por isso garante uma maior penetração no alvo. Quanto mais recuado ou maior for a zona da COP.), tanto melhor é a qualidade da lâmina. Há um teste muito simples para determinar o COP. Agarra-se verticalmente com a ponta para cima e dá-se uma pancada suave e seca no pomo. O ponto na lâmina onde deixar de vibrar é o COP.

Estas breves explicações são necessárias para se perceber a razão porque os Romanos largaram as suas antigas espadas gregas e adoptaram o gladius hispanienses.

Nas espadas gregas o POB localizava-se a 1/3 da lâmina abaixo do punho, o que em termos reais era um anacronismo e tornava a espada desequilibradíssima.

A espada Ibérica ultrapassou todas estas condicionantes e, naturalmente, foi eliminado estes inconvenientes. Sendo uma arma destinada ao combate a curta distância no meio de uma confusão de combatentes, tinha de ser altamente eficaz. Por isso foi idealizada para cortar e espetar. Também por isso o seu equilíbrio tinha de ser perfeito para garantir uma total eficácia.

Da análise que efectuei a duas espadas do Museu Municipal de Alcácer do Sal e outras duas do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, verifiquei que o POB coincidia exactamente na união da lâmina com a empunhadura e sensivelmente com o COP. Não se podia exigir mais, nem melhor. Dotada de uma extraordinária maleabilidade garantia um muito maior equilíbrio e por isso mais eficácia.

O gládio hispânico derivou assim das espadas ibéricas comummente conhecidas por espadas de antenas. Se observarmos atentamente essas armas, rapidamente nos apercebemos que existem dois tipos distintos:
I – espadas de antenas propriamente ditas derivadas dos modelos típicos da Europa Central durante o período de La Tène I e II.
II – espadas de antenas atrofiadas.

O primeiro modelo, de antenas longas, lâmina recta e comprida chegou à Península Ibérica ainda na sua forma primitiva, durante as invasões celtas no século VI a.C., e foi mais tarde adaptada localmente dando origem às espadas de antenas atrofiadas. Estas espadas tinham uma lâmina chata e curta com dois gumes, geralmente paralelos, terminando em ponta e com um punho todo em ferro, encimado por duas pequenas bolas ou discos horizontais. Todas estas transformações foram feitas no sentido de as tornar muito mais eficazes e, por isso, mortais.

Os ferreiros da Lusitânia eram extremamente hábeis e guardavam zelosamente as suas técnicas que eram transmitidas em grande segredo de pais para filhos. Por isso o grau de perfeição da manufactura das armas, não só na Lusitânia, mas em toda a Península era enorme. E disso nos dão conta os textos de autores contemporâneos.

Na preparação do aço para o fabrico das espadas, Diodoro relata-nos que os bons fabricantes enterravam tiras de metal deixando que a ferrugem destruísse a parte mais fraca.

Limpavam, voltavam a enterrar e repetiam três vezes o processo. No fim o aço estava preparado para produzir espadas magníficas.

A espada em si era fabricada segundo um processo a que os ingleses deram o nome de «welding-pattern» (denominação actual), processo tão perfeito que perdurou até ao século VIII d.C. A lâmina era composta por três partes: duas tiras laterais –que irão dar origem aos gumes – e um núcleo central feito por um processo muito complicado composto por várias tiras muito fininhas de aço menos temperados e que garantia uma grande flexibilidade à lâmina.

Fílon relata-nos como essas espadas eram feitas, salientando a extraordinária pureza do aço e o magnifico trabalho de forja que era necessário para que o aço não ficasse nem demasiado mole nem demasiado rijo e, por causa disso, quebradiço. Salientando o trabalho da forja, Fílon acrescenta que não eram usados grandes martelos, pois não podiam ser dadas violentas marteladas. O martelo devia trabalhar suavemente e as marteladas dadas sempre na vertical, garantindo uma elevada têmpera só nas tiras laterais, a fim de que não atingisse e compactasse o núcleo central tornando a lâmina rija e quebradiça.

Quando o conjunto saía da forja era arrefecido e novamente batido a frio nas tiras laterais, numa face e noutra, obtendo desta forma uma ainda maior têmpera em ambos os lados, enquanto o núcleo central – que não tinha sido temperado pelas pancadas – permanecia «mole». Assim as espadas lusitanas possuíam uma enorme flexibilidade devido ao facto das suas lâminas serem compostas por três núcleos, dois altamente temperados e um, no meio, mais «mole».

Depois a arma era polida com uma roda de madeira com gordura de porco e areia fina e, logo a seguir com pó de talco, ficando brilhante como um espelho. No final relata-nos Fílon, para demonstrar a qualidade do seu produto e a pureza do seu aço, o «espadeiro» agarrava a espada horizontalmente sobre as palmas das mãos, uma colocada no punho e a outra na ponta da lâmina. Depois dobrava a arma tocando com a ponta num ombro e com o punho no outro. Seguidamente largava a lâmina e esta tinha de voltar à posição inicial sem qualquer distorção.

Foi a grande superioridade técnica desta arma que levou a que os Romanos, após as guerras com Aníbal, abandonassem as suas velhas espadas de modelo grego e adoptassem o gladius hispaniensis.

Mas o que realmente aconteceu é que eles copiaram a forma mas nunca conseguiram alcançar a qualidade do seu aço nem o seu nível técnico. No fundo acabaram só por reproduzir o desenho da espada lusitana.

Há um bom par de anos pedi autorização ao Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, para analisar detidamente uma espada com o fim de a reproduzir fielmente. Consegui fazê-lo, utilizando uma forja da minha quinta na Golegã e obtive uma arma com exactamente as mesmas dimensões e o mesmo peso que a original. Quando ao testar a sua flexibilidade tentei dobrá-la esta partiu-se como um vidro. Tinha sido demasiada temperada. Tentei corrigir o defeito e voltei a manufacturar novo exemplar. Aí a lâmina dobrou mas não voltou de novo ao lugar. Confesso que fiquei atónito. Tinha respeitado todas as fases do antigo fabrico, mas em nenhuma a «arqueologia experimental» funcionou. A solução era confirmar cientificamente o relato dos autores clássicos.

Para tal pedi a colaboração do LNETI[5] que se prontificou a efectuar uma análise espectográfica a uma espada encontrada em Alcácer do Sal. Os resultados foram surpreendentes e confirmaram o elevado nível da têmpera e cementação6 dos artífices lusitanos.

A superfície continha carbono até à profundidade de 0,31mm. Essa quantidade ia decrescendo progressivamente até que no centro da lâmina a quantidade de carbono era nula. O processo de endurecimento transformara a martensite em fealite, confirmando o primitivo

método de cementação[6] seguido da refrigeração do aço e da têmpera a frio.

Mas, as surpresas não se ficaram por aqui. As proporções do carbono apresentavam uma variação progressiva do gume ao centro da lâmina de uma forma tão perfeita que hoje se torna praticamente impossível obter os mesmos resultados no fabrico de uma lâmina. Junto dos gumes a proporção de carbono era de 0,4%, decrescendo em direcção ao centro para 0,3%, 0,22%, 0,09%, 0,02% e 0%. Como se torna possível tal primor técnico? Para mim continua a ser um mistério.

Um aspecto bastante curioso e revelador do formato da espada e do tipo de guerra «relâmpago» travado pelos Lusitanos (e de um modo geral pelos povos peninsulares), prende-se com a forma como os gládios eram transportados.

O gládio era colocado dentro de uma bainha de cabedal reforçada com duas cantoneiras metálicas de cada um dos lados, às quais eram caldeadas três a quatro argolas de suspensão. Unindo as cantoneiras sobre o cabedal eram colocadas duas tiras metálicas de reforço com uma protuberância ao centro destinada a receber uma pequena navalha, em forma de falcata, com não mais de 10 a 15 cm de comprimento, e a ponta de uma ou duas lanças.

O cavaleiro viajava com este conjunto suspenso por uma correia de cabedal do ombro direito à cintura esquerda, ou vice-versa, conforme destro ou canhoto. No local do combate apeava-se, cortava uma haste de madeira, com a navalha curva aparava os galhos e aplicava-a à lança. Combatia com ela e no fim deitava a haste fora, voltava a colocar a ponta da lança na bainha e retirava-se sem que a lança o estorvasse e limitasse a velocidade de deslocação da sua montada.

Um outro particular, prende-se com o tamanho do gáldio. Porque é que era tão curto? O cinema e a televisão divulgaram a ideia completamente falsa, de combatentes esgrimindo as suas espadas, aço contra aço, até que um deles, mais hábil, matava o adversário com um golpe fatal. Tudo isto é pura ficção, e nunca se passou na realidade, até porque o tamanho reduzido das espadas lusitanas impedia qualquer tipo de esgrima. O combatente aparava, geralmente, o golpe do adversário com a caetra e contra atacava com o gladius. Podia haver no meio algumas «nuances», mas basicamente era assim que tudo se passava. Por isso não necessitavam de gládios de lâmina comprida, que só podiam estorvar no meio da confusão da batalha.

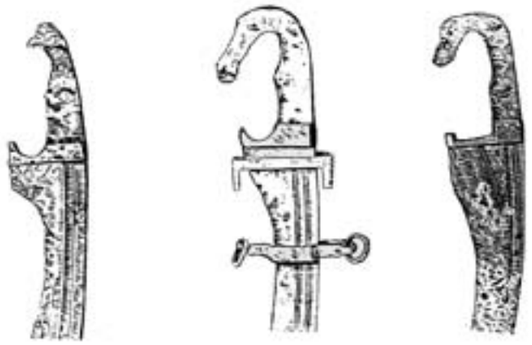
A Falcata

Foi, talvez, a mais emblemática e eficaz arma dos Lusitanos e aquela que mais «dores de cabeça» causou às hostes romanas.

Não se sabe a origem da falcata na Ibéria. Há duas teorias, ambas possíveis: segundo uns a falcata não foi mais de que a adaptação local de uma faca de lâmina curta do período Halstatt, proveniente da Europa Central e que se disseminou pela Grécia, Itália e Península Ibérica. Esta teoria é refutada pela maioria que considera a falcata uma cópia exacta da machaera ou kopis grego, levado para a Ibéria por mercadores gregos, ou por mercenários recrutados pelos gregos, por volta do séc. VI a.C., Muitos ainda defendem a ideia de que a falcata é uma criação local (Ibérica). Embora tal não seja totalmente absurda, a influência da cultura grega ao longo de todo o Mediterrâneo foi de tal ordem que a maioria dos historiadores considera pouco credível a ideia da invenção local daquela arma.

Enquanto os legionários romanos utilizavam o gládio quase sempre de ponta, a falcata nun-

[5] Na altura denominado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.
[6] Cementação é um processo que ainda hoje se utiliza para a têmpera do aço. Trata-se de um pó - o pó de cementação - que actua sobre uma superfície em brasa concedendo-lhe a têmpera desejada. Na época estudada, o pó de cementação era feito à base de cascos de boi moído



Grupo de **falcatas** de Almedinilla – trata-se de um interessante conjunto onde se pode apreciar o modelo mais antigo (com cabeça de pássaro) ao mais moderno (com cabeça de lobo) passando pelo intermédio - o mais divulgado e conhecido: a cabeça de cavalo.

ca era usada para espetar, mas para actuar de gume. O desenho tão característico desta arma colocava o POB[7] junto da ponta da lâmina, o que a tornava uma arma basicamente desequilibrada e, por isso mortal, já que aumentava enormemente o seu efeito cinético.

De uma maneira geral o gume da falcata localizava-se (ao contrário dos sabres) no interior da curva. Daí a sua espectacular eficácia. Mas, muitos fabricantes tentavam aumentar ainda mais a sua eficácia afiando também o lado contrário ao gume. Assim, a falcata ficava a possuir dois gumes e podia ser utilizada em direcções contrárias.

Diodoro relata que as falcatas possuíam uma tal qualidade que nenhum elmo, escudo ou ossos podiam resistir aos seus golpes. Séneca[8] conta um episódio que bem demonstra o terror que os legionários romanos sentiam pela falcata.

Um veterano encontra César a quem pergunta se se lembrava de um jovem legionário que lhe levou água no elmo quando ele (César) descansava sob uma árvore:

«Então Imperador, reconhecia esse homem ou esse elmo?» César respondeu que não podia reconhecer o elmo, mas o legionário reconhecê-lo-ia certamente. E acrescentou. «Mas você não é de certeza esse legionário»

«Não me surpreende» – disse o homem - «que não me reconheça, César, porque quando isso aconteceu eu estava inteiro. Depois, em Munda, arrancaram-lhe um olho e a minha cabeça foi esmagada. Jamais poderia conhecer esse elmo se o visse: ficou dividido ao meio por uma machaera hispana»

Esta impressionante narrativa dá-nos a conhecer, para além da ideia da brutalidade desta arma, o nome porque era conhecida naquela época, entre os Romanos. Falcata é uma denominação recente, data do século XIX. Ficamos a saber que os romanos a conheciam por machaera hispana, mas nada sabemos sobre a denominação dada pelos Lusitanos. Tenho tentado por todos os meios descobrir, mas até agora, os meus esforços foram infrutíferos.

As muitas falcatas descobertas em território português e espanhol que tive ocasião de estudar permitiram-me classificá-las em três grupos, segundo o tipo de empunhadura:
I – falcatas com a empunhadura terminando em cabeço de pássaro.
II – falcatas com a empunhadura terminando em cabeça de cavalo.
III – falcatas com a empunhadura terminando em cabeça de lobo

Podemos ainda considera-las de acordo com o comprimento das lâminas:
A – falcata de lâmina longa
B – falcatas de lâmina curta

Os exemplares mais antigos foram encontrados em Villaricos junto de vasos gregos importados e datam do século V e IV a.C., provavelmente cópia dos modelos gregos e, em todos eles, a empunhadura assume a forma de uma cabeça de pássaro ou bico de mocho. Utilização que faz todo o sentido já que aquela ave fazia parte integrante da simbologia grega.

À medida que as falcatas se foram vulgarizando em território Ibérico, o punho foi assumido a forma de pescoço de cavalo, provavelmente pela muita estima e veneração que os povos da Ibéria tinham por aquele animal. Só bastante mais tarde alguns raros exemplares passaram a ostentar a cabeça de lobo, símbolo da guerra.

[7] «Point of ballance», ou ponto de balanço
[8] De Beneeficiis (5.24).

Falcata - encontrada em Alcácer do Sal (Museu Nacional de Arqueologia

De uma maneira geral, podemos considerar esta tipologia extensível ao território nacional, onde vamos encontrar os mesmos tipos de falcata. O que não há dúvida alguma é que durante as campanhas de Viriato, a falcata estava já bastante difundida por todo o território da Lusitânia.

Quando o pretor P. Carisius ordenou a cunhagem de denários em Emérita Augusta, para celebrar a sua vitória sobre os Cantabri, em 22 a.C., mandou gravar na face da moeda uma falcata e uma caetra – as armas dos vencidos.

O comprimento usual das falcatas da orla mediterrânea e do interior da Península andava à volta dos 60/70 cm. Mas, o comprimento das falcatas lusitanas era muito menor. Raramente excediam os 38 cm de lâmina[9]. A lâmina apresentava 5 cm na sua parte mais larga e a sua espessura era de 5 mm.

Os Lusitanos combatiam em grandes aglomerados de homens, muito concentrados e onde a confusão devia ser imensa. Por isso, uma arma curta trazia sempre enormes vantagens em maleabilidade e em eficácia.

Embora não tenha provas cabais, tudo me leva a crer que a cavalaria lusitana teria usado falcatas mais longas, reservando para a infantaria as espadas mais curtas.

A falcata era transportada na bainha geralmente de couro (embora pudesse também ser feita de outros materiais) reforçada por tiras metálicas moldadas ao longo dos gumes da bainha, onde eram caldeadas três ou quatro argolas destinadas a suspender a arma do ombro à anca (direita ou esquerda) do combatente, ficando esta numa posição horizontal, com o gume cortante voltado para baixo.

Fundas e fundibulários

Os fundibulários eram, ao tempo, considerados como uma tropa «especial», famosa pela perícia dos seus homens no manejo da funda, uma arma simples mas terrível, capaz de grande precisão e dotada de uma potência tal que podia, com alguma facilidade, esmagar elmos e couraças.

Quando os romanos entraram na Ibéria já conheciam a fama dos fundibulários peninsulares, por terem lutado contra eles, em especial nas campanhas contra os gregos na Sicília nos séculos VI e V a.C., e contra as forças de Aníbal, nos inícios do século III a.C.

O manejo de uma funda não era nada fácil. Exigia uma enorme destreza e, sobretudo, um treino intenso e constante. O treino começava na infância, sendo ministrada pelos pais e parentes próximos. Quando a criança já se encontrava familiarizada com a funda os pais deixavam de lhes dar alimento e punham um pão sobre uma estaca.

[9] O comprimento total, com o punho, era de 50 cm

Só quando, a vinte metros, a criança fosse capaz de atirar com o pequeno projéctil o pão ao chão é que era autorizado a comê-lo. Assim, quando chegavam à idade adulta eram já exímios atiradores, dotados de uma enorme perícia.

Os Lusitanos fabricavam as suas próprias fundas, de acordo com a sua estatura e comprimento do braço. As melhores fundas eram geralmente feitas com junco negro, muito batido, até se tornar uma espécie de ráfia, que depois era entrançado, ou colocado lado a lado, com os tendões de pescoço de cavalo, ou de boi, ou com cerdas retiradas das caudas dos cavalos.

Cada fundibulário transportava três fundas, de acordo com a distância que pretendia atingir e com a envergadura do projéctil. A mais curta era enrolada à volta da testa, segurando os cabelos. As outras duas eram transportadas em redor da cintura.

Os projécteis de pequena ou média envergadura eram feitos de chumbo ou barro endurecido. Para os projécteis pesados qualquer pedra escolhida no local podia servir.

Os projécteis de chumbo tinham uma forma elíptica – semelhante a uma bola de rugby – com cerca de 5 cm de comprimentos e muitos ostentavam dizeres, letras desenhos. Recentemente, nas investigações que levei a cabo no Museu Nacional de Arqueologia deparei-me com uma grande quantidade de glandes de chumbo, ostentando uma delas a seguinte inscrição: TATAC. Essas glandes de chumbo eram fundidas em grupo de seis ou oito sobre moldes de pedra-sabão. Aparecem em grande quantidade nos locais de batalha ou em zonas de cercos o que prova o seu intenso uso pelos povos da Ibéria.

Pelo que toca à força e alcance destas armas, bastará referir que em 123 a.C., Quinto Cecílio Metelo tentou desembarcar nas ilhas baleares, onde foi recebido com uma saraivada tal de projécteis vindos de terra, que foi forçado a estender coiros de bois crus nos lados dos navios para proteger a tripulação.

III – Táctica em batalha

Para entendermos verdadeiramente o comportamento dos Lusitanos nos campos de batalha, temos de assumir os contornos do homem-combatente. Diodoro relata-nos que havia um costume característico dos Ibéricos, mais particularmente dos Lusitanos, segundo o qual, quando um rapaz atingia a idade adulta, a fim de mostrar a sua coragem e capacidades adquiridas, equipava-se com as suas armas e embrenhava-se nas montanhas. Para estes homens habituados desde cedo a um meio hostil, a aspereza das montanhas, os perigos e a vida dura faziam parte integrante do seu dia-a-dia. A montanha era a sua própria casa e as guerras contra outros bandos ou tribos, uma forma de sobrevivência.

Todo este treino constante acabava por moldar um formidável combatente capaz de enfrentar e contornar todas as situações, por mais difíceis que elas se apresentassem. E, para os romanos, habituados aos métodos hoplitas, característicos do modelo republicano, as tácticas diferentes usadas pelas tribos ibéricas constituíram uma enorme surpresa.

A táctica lusitana assentava numa grande mobilidade, onde o uso do cavalo se destacava como elemento determinante. Cada cavalo transportava dois cavaleiros totalmente equipados. No campo de batalha um combatia a cavalo e o outro a pé. Na retirada o cavaleiro apanhava o seu par e sumia-se rapidamente. Em deslocações que exigissem mais rapidez que o normal o combatente apeado passava o braço direito (ou ao invés se fosse canhoto) sob o pescoço da montada agarrando a borda da sela, enquanto a outra mão segurava com força as crinas do animal, Por este processo o combatente apeado podia deslocar-se à mesma velocidade de um cavalo a galope.

No campo de batalha as formações lusitanas causavam uma enorme impressão às bem disciplinadas legiões romanas. Os lusitanos pintavam, à maneira dos povos bárbaros da Europa Central e Atlântica, a cara com tinta azul feita a partir de uma substância chamada «pastel de tintureiros». Antes de iniciar o combate os guerreiros da Lusitânia emitiam um tremendo, prolongado e execrando grito de guerra – que os romanos denominavam barritus – que começava numa nota aguda e acabava com uma nota grave, colocando o escudo à frente e a palma da mão em funil, por forma a ampliar o som. Emitido, por milhares de combatentes, o tremendo grito de guerra fazia gelar o sangue ao mais destemido legionário.

Depois, ao som de umas trompas de barro, dava-se o ataque, brutal mas em aparente desordem. A um sinal combinado, os guerreiros simulavam uma retirada, dando a entender que estavam derrotados. Este processo era repetido sistematicamente durante vários dias obrigando as legiões a um enorme esforço na perseguição e na manutenção da disciplina, já que a atracção de perseguir estas hordas era muita.

Após repetidos ataques, os romanos começavam a perder a disciplina, os nervos «perdiam-se» e a bem ordenada formação romana desfazia-se iniciando a perseguição ao inimigo.

Era nessa altura que os guerreiros lusitanos, a um sinal pré-combinado, se reagrupavam e contra-atacavam, dizimando a legião dispersa, lenta e pesadamente equipada e, por isso, destituída da agilidade necessária para combater este ataque fulminante e repentino.

Torna-se evidente que este modelo de combate não era desenvolvido ao acaso. Tinha de obedecer a uma táctica muito bem concebida e magistralmente executada. Só assim podia surtir o efeito desejado contra uma máquina de guerra superiormente organizada, experimentada e disciplinada. A confirmá-lo, estão as inúmeras trompas de guerra feitas em material cerâmico, descobertas em escavações em muitos lugares onde ocorreram confrontos. Só em Numância foram exumadas cerca de cinquenta dessas trompas. Espalhadas pelo campo de batalha, devem ter servido para emitir os sinais que coordenavam movimento das tropas da Lusitânia.

Cada guerreiro dos Lusitanii transportava consigo um pequeno frasco, geralmente feito em cabedal, contendo um poderoso veneno de acção rápida, extraído do bolbo de uma planta denominada Ranunculus Sardonia. Em caso de derrota e para evitar ser capturado vivo e submetido a torturas o combatente tomava de um trago o veneno que actuava rapidamente, provocando a morte quase imediata. Este veneno estimulava a contracção dos músculos da cara dando ao morto a aparência de um sorriso sinistro, sardónico. Para o legionário romano isso provocava um medo terrível, pois pensava que os homens mortos desta maneira estavam fazendo troça dele, na outra vida.

ANEXO I

O armamento – Textos coevos:

- O mundo Mediterrâneo e as relações com as populações da Ibéria.

Na sequência do estudo do armamento dos Ibérios em geral e dos Lusitanos em particular, cabe uma especial menção e torna-se fundamental uma alusão aos textos dos antigos historiadores gregos que, por serem coevos aos acontecimentos nos relatam com bastante rigor a minucia a guerra iniciada no século VI a.C. com pormenores interessantíssimos relacionados com o armamento.

Herodoto, que viveu de 484 a 425 a.C., quase que assistiu ao começo da grande guerra que se desenvolveu à roda de 48º a.C.

Tucidides 471 a 395 a.C., é contemporâneo

Xenofonte, 430 a 352 a.C., assiste a parte da luta.

Polibio, 210 a 125 a.C., Vê o final da grande guerra, já então com os romanos e conhece e compulsa muitos dos historiadores, cujas obras destruídas não chegaram até nós.

Diodor da Secilia, século I a.C., segue os antigos autores, como depois dele Plutarco e todos os historiadores latinos.

Vejamos então alguns desses textos:
Heredoto:
Hist. I – 63
Os focenses, os primeiros entre os gregos, dedicaram-se à grande navegação e descobriram o adriático, o Tirreno, a Ibéria e o Tartéssio.

IV – 152, em 640 a.C.

….Um navio de Samos, pertence a Coloeus…. Levado pelo vento leste … como empurrado por uma força sobrenatural, foi levado além das colunas de Hércules até aos Tartéssios…

VII – 165, em 480 a.C.

…. Os sicilianos pretendem que mesmo com a condição de obedecer aos lecedemónios, Gelon teria levado socorros aos gregos, se Terillo, filho de Crinippo, tirano de Himera não tivesse sido expulso dessa cidade por Teron, filho de Enesidemo, tirano de Agrigento e se, cerca do mesmo tempo, não tivesse trazido um exército de trezentos mil cartagineses, libios, iberos, ligios, helesicianos, sardos e cirianos…

Tucidides, que viveu entre 471 e 395 a.C., nas suas histórias escreve:

VI – 90, 2 e 3, em 414, a.C.

…. Alcibíades disse..... Antes navegaremos para a Sicília para submeter, podendo os sicilianos e, depois, os italianos e, depois, os estados de Cartago e Cartago mesmo. Se ficarmos vitoriosos em todas ou na maior partes destas empresas, assaltaríamos então o Peloponeso levando para ele todas as forças dos gregos de Sicília, que se nos teriam ajuntado e muitos mercenários bárbaros e os iberos e muitos bárbaros daquelas terras, que, na opinião de todos, são os mais guerreiros.

Xenofonte, que viveu entre 430-352 a.C. nas **Hellenicas L VII** 369 a.C.

… Nesta ocasião chegou de Sicília um reforço de mais de 20 triremes, que traziam celtas, iberos com cerca de 50 cavaleiros. No dia seguinte os tebanos e os seus aliados puseram-se em batalha… A cavalaria de Atenas e aquela de Corinto não se aproximavam vendo o exército forte e numeroso; então os cinquenta cavaleiros de Dionísio, espalhando-se aqui e acolá na planície, correram a toda a velocidade e lançaram as suas lanças; se corriam para eles fugiam , e logo se revolviam, e lançavam novas lanças.

Durante estas manobras desciam do cavalo e se repousavam. Se os iam atacar, prestamente se montavam, e se afastavam; se alguns imprudentes os perseguiam muito longe da armada, eles os apertavam na retirada, os feriam com as lanças e os enchiam de feridas e assim obrigavam toda a tropa ora a avançar

ora a recuar. Poucos dias depois, os tebanos e outros voltaram cada um para as suas casas. Os cavaleiros de Dionísio lançaram-se na região de Sicione, venceram os siciónios em campo aberto, mataram-lhes cerca de 70 homens e tomaram Dires de viva força. Depois destes feitos este esforço, o primeiro que Dionísio tinha mandado, voltou para Siracusa.

Ibid. 368 a.C

No entretanto anunciaram a Sparta um segundo esforço de Dionísio: a seguir o parecer dos Atenienses teriam devido enviá-lo na Tessália contra os tebanos; mas os espartanos obtiveram na assembleia dos aliados que eles fossem para a Lacónia. Chegados a Sparta. Arquidamos juntou-os às tropas da sua pátria e pôs-se em campanha.

Tomou Caries de viva força e todos os que foram apanhados vivos, foram mortos. Da mesma maneira levou o seu exército a Parrásia, terra da Arcádia, da qual devastou o território; mas os arcádios e os argianos tendo sobrevindo, ele recuou e campou sobre as alturas próximas de Midea. Nessa altura Cissida, general da tropa de Dionísio disse-lhe que o tempo do seu serviço tinha acabado. Ele voltou a Sparta. Enquanto voltava, tendo-o os messénios apanhado numa garganta, mandou ele pedir a Arquidamos que o viesse socorrer. Este general acorreu, mas chegado à volta que leva a Eutresia, os arcadianos e os argianos entraram também na Lacónia, para fechar-lhe o caminho da sua pátria. Chegado à planície onde se cruzam os caminhos de Eutresia e de Midea ele pôs em batalha a sua tropa.

Correu as fileiras e animou-os dizendo: Cidadãos marchemos corajosamente, cabeça erguida e salvemos para os nossos filhos a pátria.

…. Disse … Arquidamos guiou-os. O pequeno número dos inimigos que os esperaram a tiro de lança, foram mortos, os outros afugentados, caíram debaixo dos golpes dos cavaleiros e dos celtas.

Polibio – que viveu entre 210 e 124 a.C.

Histórias. Lº I – X, 264 a.C.

Se os cartagineses, já senhores da África, de uma grande parte da Espanha, de todas as ilhas que são banhadas pelo mar de Sardenha e pelo mar Tirreno, se assenhireassem também da Sicília, não seria de temer que se tornassem uns vizinhos demasiados perigosos?

XVII - … Os cartagineses, vendo que Hieron tinha passado ao inimigo e que os romanos se metiam a fundo na Sicília julgaram necessário tomar medidas enérgicas para estar em condições de resistir e manter-se na região Recrutaram na Europa um forte contingente de mercenários ligures, celtas e sobretudo iberos e os fizeram passar à Sicília.

LXVII - … Os cartagineses recrutam sempre as armadas mercenárias entre povos diversos…. Havia espanhóis, gauleses, alguns ligures e baleares, muitos gregos de todas as classes e especialmente desertores e escravos, e uma grande maioria de africanos.

II-I - … Desde que a África foi pacificada os cartagineses mandaram Amílcar a Espanha comandando um exército. Levou consigo seu filho Aníbal que tinha então 9 anos, passou as colunas de Hércules e restabeleceu o domínio da sua nação na península. Esteve ali 9 anos obteve a submissão de um grande número de tribos indígenas tanto à força como por amizade e encontrou um fim digno dos seus feitos antecedentes; foi numa batalha com tropas numerosas e das mais valentes que morreu fazendo prodígios de coragem e valentia. Foi seu sucessor Asdrúbal, seu genro, que era comandante da sua armada.

II-XIII - … Deixámos Asdrúbal, no mesmo tempo encarregado do governo de Espanha. Conduziu-se com inteligência e habilidade e entre os grandes serviços que rendeu à sua pátria um dos importantes e preciosos foi a fundação da cidade de Cartago Nova….. Os

romanos … enviaram embaixadores a Asdrúbal e fizeram um tratado que, sem fazer menção ao resto da Espanha, vedava aos cartagineses de ir guerrear além do Ebro…

II–XXII - .,. Esta agitação (dos gauleses) ajudava muito os cartagineses a reforçar a sua dominação em Espanha… (Os romanos) .. puseram-se ao seguro do lado dos cartagineses com o seu tratado com Asdrúbal.

II–XXVI - … Asdrúbal ….. governava a Espanha havia oito anos , quando uma noite, na sua tenda, foi assassinado por um gaulês….. O exército de Espanha foi então posto sob as ordens de Aníbal…

III-X - ….. Amílcar, animado pelo seu próprio ressentimento e pela indignação dos seus compatriotas… dirigiu toda a sua actividade para o lado de Espanha para obter dela ajudas em caso de guerra com os romanos. Daí a terceira causa que se deve atribuir a esta guerra: a rapidez dos progressos que os cartagineses fizeram em Espanha, porque somente os reforços que dela tiraram puderam dar-lhes a confiança e a coragem necessárias para começar a guerra.

X-VII – Scipião… tinha sabido que os aliados ao norte do Ebro, continuavam fiéis….

X-XXXIV – Scipião….. assegurou a Roma a confiança e amizade dos espanhóis, rendendo-lhes os reféns….. Edecon… rei dos Edetanos (Saragoça)… prevendo que os espanhóis se passariam ao lado dos romanos….

XXXV - ... dos povos situados ao norte do Ebro, todos os que ainda não eram aliados dos romanos, abraçaram a sua causa de comum acordo….. Indibílis e Mandónios, os dois chefes mais potentes que então havia em Espanha e que passavam por ser os mais fiéis aliados dos cartagineses….. Abandonaram de noite com as suas tropas o campo dos cartagineses …. Então quasi todos os outros espanhóis abandonaram Asdrúbal….

XXXVI - … Indibilis veio juntar-se a Scipião em Castulon (Linares)…

XL - … os romanos … puseram em derrota (as tropas de Asdrúbal)…

XIX-VII - … Mas debaixo dos muros de Oliba vieram chegar os celtiberos, ao soldo dos cartagineses, em numero mais de 4.000… Os cartagineses fundavam grandes esperanças sobre o concurso dos celtiberos: em vez de 4.000 homens diziam que havia 10.000 e que eram invencíveis no campo de batalha pelo seu valor e superioridade do seu armamento…

VIII - … só os celtiberos lutaram corajosamente contra os romanos; se fugissem não tinham esperança alguma de escapar à morte porque não conheciam o pais; se fossem apanhados vivos a sua traição tirava-lhes toda a esperança de salvação depois da benevolência de que Scipião tinha feito prova a seu respeito durante a guerra da Espanha. Era uma ingratidão e uma perfídia criminosa de vir combater os romanos ao lado dos cartagineses. Todavia desde que os flancos começaram a fugir, eles foram rapidamente envolvidos… Assim morreram os celtiberos. O seu apoio foi muito útil aos cartagineses não só durante a batalha mas durante a sua fuga….

Diodoro de Sicília – Lº V.

XXXIII - … Os iberos e os celtas guerrearam-se antigamente entre si durante muito tempo por causa dos seus territórios, mas finalmente feita a paz ocuparam o país conjuntamente e a união por meio de casamentos, tendo trazido a fusão dos dois povos, tomaram o nome dos celtiberos… Esta fusão de dois povos tão belicosos e a riqueza dos territórios que cultivavam, contribuiu muito para os tornar célebres os celtiberos. Eles resistiram longamente aos romanos que só a muito custo os submeteram.

…É reconhecido que não só a sua cavalaria é excelente mas também que a sua infantaria se distingue pela sua coragem e a sua intrepidez. Os celtiberos usam fatos pretos, peludos e semelhantes a pelo de cabra. Alguns armam-se de ligeiros escudos gauleses e outros de escudos redondos de tamanho pequeno. Cobrem as suas pernas de calças de pelo e cobrem as suas cabeças de capacetes de cobre, ornamentados de penachos encarnados. As suas espadas são de dois gumes e feitas de ferro excelente. Servem-se também no combate de punhais de comprimento de um spitamo. A forma como fabricam as suas armas ofensivas e defensivas é singular. Enterram as suas folhas de ferro e as deixam até que a ferrugem tenha comido a parte fraca e não fique senão a mais sólida. Com esse ferro fazem espadas excelentes e outros instrumentos de guerra. Estas espadas são tão bem feitas que elas cortam tudo aquilo que golpeiam e não há escudo nem capacete, nem osso que resista ao seu corte, tão bom é o seu ferro. Sabem combater a pé e a cavalo; depois dos cavaleiros terem roto as fileiras inimigas apeiam-se e feitos peões fazem prodígios de valor…

XXXIV - … Os mais valentes dos iberos são os Lusitanos. Na guerra usam uns escudos muito pequenos feitos de fios tendinosos, tão juntos que defendem perfeitamente o corpo e os manejam com presteza nos combates para defender-se habilmente de todos os lados das setas que lhes lançam. A sua lança é toda de ferro e acabada em forma de fateixa, usam capacetes e espadas semelhantes à dos celtiberos. Atiram as suas setas com certeza e a grande distância e as suas feridas são graves. São ágeis e leves em correr, seja fugindo, seja perseguindo. Em tempo de paz exercitam-se numa dança ligeira e que exige grande agilidade, Na guerra marcham com passo cadenciado e cantam um canto de guerra no momento do ataque. Os iberos, e os lusitanos especialmente, têm um costume singular. Os jovens e especialmente aqueles que não tendo fortuna se sentem com força e coragem, retiram-se em grupos em lugares inacessíveis não contando senão sobre o vigor dos seus braços e armas. Juntam-se em tropas numerosas percorrem a Ibéria e enriquecem-se com a ladroagem. Fazem esta vida impunemente porque ligeiramente armados, ágeis e rápidos na corrida, são difíceis de alcançar.

XXXV - … é conveniente dar alguns detalhes acerca das minas de prata que se encontram no seu país. Elas são muito belas e ricas e muito produtivas para os que as exploram…. Os Pirenéus … em grande parte cobertos de mato…. Foram incendiados … o incendio … fundiu massas de minério de prata… Os indígenas venderam-no em troca de outras mercadorias de pouco valor, aos negociantes fenícios… que levaram esta prata para a Ásia, à Grécia e outras nações… Os fenícios continuaram por muito tempo este negócio e tronaram-se tão potentes que enviaram numerosas colónias à Sicília e ilhas vizinhas e à Líbia, Sardenha e Ibéria.

XXXVI – Muito mais tarde os iberos tendo aprendido o valor da prata, exploraram minas importantíssimas… As minas de cobre, de ouro e de prata são extraordinariamente produtivas.

XXXVII - … Acha-se também o estanho em várias localidades da ibéria…

Lib XI-XX, 480 a.C. na Sicília:

….Amílcar…. saiu do porto de Cartago com todas as tropas reunidas; tinha uma armada de pelo menos 300 mil homens… Atravessando o mar de Líbia foi acometido por uma tempestade que lhe fez perder as barcas encarregadas dos transportes dos cavalos e dos carros…

Lib XIII – XLIV …. 410 a.C., na Sicilia:

….Aníbal … empregou o verão e o inverno seguinte a fazer levas consideráveis na Ibéria e a recrutar grande número de cidadãos…

Lib. XIII – LIV, 409 a.C. na Sicilia:

…Aníbal, general dos cartagineses reuniu os soldados recrutados na Ibéria e na Líbia. Equipou sessenta navios longos e mil e quinhentos navios de transporte carregados de tropas, de máquinas para sítio, de armas e de outras munições. Com esta frota passou o mar Líbico e veio fundeae na Sicília, no cabo Lilibeo…

….Segundo Eforo, Aníbal tinha duzentos mil

soldados a pé e quatro mil cavaleiros. Timeo não calcula que esse exército tivesse mais de cem mil homens..

LVI - …Os selinontinos não recebiam nenhum socorro. O sítio durou nove dias, com uma fúria nunca vista; os cartagineses tinham sofrido muito e muito feito sofrer. Finalmente os iberos tendo superado o muro derruído.

LVII - … Os bárbaros… saqueavam as riquezas das casas e queimavam as gentes que nelas tinham ficado … matavam sem piedade… os cartagineses mutilavam os cadáveres … porque estes bárbaros diferem absolutamente do resto dos homens pela sua crueldade.

LXXX, 406 a.C., … na Sicília… Amílcar …e Aníbal… mandaram com fortes somas alguns comissários… com ordem de recrutar na Ibéria e nas Baleares o maio número de cavaleiros estrangeiros…Reuniram um exército, incluindo a cavalaria, de cerca de cento e vinte mil homens segundo Tímeo e de trezentos mil e devemos crer em Eforo.

LXXXV – Os cartagineses tendo transportado as suas tropas para a Sicília marcharam sobre Agrigento. Estabeleceram dois campos: um era situado sobre umas alturas e era ocupado por cerca de quarenta mil iberos e líbios.

LXXXVI - …Desde que Amílcar foi instruído da chegada dessas tropas mandou contra eles os iberos e os câmpanos cujo número não era inferior a quarenta mil.

CX – …A Géla… Os Iberos e os câmpanos que serviam no exército dos cartaginenses atacaram vigorosamente os gregos de Itália e mataram mais de mil… Sobre um outro ponto do campo de batalha os sicilianos aguentaram o choque dos líbios; mataram um grande número e perseguiram os outros até ao seu acampamento. Mas tendo os iberos, os câmpanos e os cartagineses, vindo em socorro dos líbios, os sicilianos perderam cerca de 600 homens.

Lib XIV – LIV: …os cartagineses…confiaram… a autoridade real a Amílcar e mandaram vir tropas de toda a Líbia e da Ibéria; estas tropas eram formadas em parte de aliados e em parte de mercenários. Conseguiram reunir em exército de mais de trezentos mil homens de infantaria e quatro mil cavalos sem contar os carros em número de quatrocentos…. Tímeo não eleva a mais de cem mil as tropas que passaram da Líbia à Sicília e a essas tropas junta trinta mil homens recrutados na Sicília

LXXV … Em Siracusa… 396 a.C…. Os iberos somente juntando-se debaixo das armas mandaram um arauto para oferecer a sua aliança. Dionisio tratou com eles e incorporou os iberos entre os seus mercenários.

Lib XV – LXX, 396, a.C. Cr. … na Grécia… Neste tempo chegaram a Corinto, por mar, dois mil celtas e iberos. Tinham sido mandados de socorro aos lacedemónios por Dionísio, o tirano, e tinham recebido cinco meses de soldo. Os gregos para os meter à prova colocaram-nos na primeira linha nos combates. Os estrangeiros portaram-se com valentia e fizeram perder muita gente aos beócios e aos seus aliados. Depois de se terem distinguido pelo seu valor e pela sua habilidade no manejo das armas, foram honrados pelos lacedemónios aos quais renderam grandes serviços e voltaram para a Sicília no fim do verão.

Lib XVI-LXXIII, 341 a.C.: …Os cartagineses vendo que os seus generais conduziam a guerra com demasiada lentidão decidiram de os substituir (com Asdrúbal e Aníbal) e mandara forças mais numerosas. Ordenaram então, imediatamente, uma leva entre cidadãos de Cartago e entre os Líbios mais válidos. Além disso votaram fortes quantias para pagar e recrutar ao seu serviço iberos, celtas e ligures.

LXXVII - …Os cartagineses… fizeram passar a sua armada para a Sicília. Esta armada reunida às tropas que já estavam na ilha, compunha-se de mais de setenta mil homens de infantaria e de , pelo menos, dez mil cavaleiros, incluindo os carros de guerra e os carros de transporte. A estas forças é necessário juntar duzentos navios longos e mais de dois mil navios de transporte carregados de armas, de

cavalos, de víveres e de munições de toda a qualidade. Timoleão não se deixou desanimar…

LXXIX - .. A luta foi sangrenta; os gregos superiores aos bárbaros pelo seu valor e a sua habilidade de manobra mataram grande número…

Lib. XIX – CVI, 311 a.C., … na Sicília: … Agatocle…Amílcar… tinha sob as suas ordens dois mil homens de tropas nacionais…. Dez mil líbios, mil mercenários tirrenos e duzentos carros de dois cavalos. A estas forças havia de juntar mil fundibulários baleares… depois em condições de começar a campanha com quarenta mil homens de infantaria e cerca de cinco mil cavaleiros…

Lib XX

III – … Agatocle… pensou… passar a África com um exército…

IV – … Ordenou aos de infantaria de estarem prontos e aos cavaleiros de se fornecerem, independentemente de uma armadura completa, de selas e freios, para poder montar os cavalos dos quais se apoderassem. Nas últimas derrotas a maior parte da infantaria tinha morrido e quasi toda a cavalaria se tinha salvo, mas não podiam levar os carros à Líbia. No exército cartaginês havia iberos, celtas, baleares, líbios, fenícios, ligures e escravos meios gregos. Estas tropas revoltaram-se pelos motivos seguintes: pediram uma quantia exorbitante pelos cavalos que tinham perdido na Líbia assim como das outras perdas que tinham suportado. Fizeram guerra durante quatro anos e quatro meses. No fim foram massacrados por Amílcar Barca, aquele que se tinha distinguido na Sicília combatendo os romanos (1- nota do autor do texto). Para não alongar este texto desisti de citar os geógrafos gregos.

O ARMAMENTO LIGEIRO DAS LEGIÕES ROMANAS

Miguel Sanches de Baêna

A história de Roma está indissociavelmente ligada à história das suas legiões, Não podemos, em consciência, recordar o passado de Roma, sem uma especial alusão às legiões romanas. E o poder dessas legiões, para além de uma notável organização assente numa feroz disciplina, deriva do seu superior armamento. Se essa organização e disciplina tiveram um papel de relevo na eficácia, as armas foram sem dúvida, os instrumentos que permitiram concretizá-los.

É este o âmbito do nosso trabalho: o armamento ligeiro das legiões de Roma. Trata-se, como rapidamente se compreenderá, de um tema tão vasto que difícil será aprofundá-lo em tão curto espaço. Optámos assim por focar as nossas atenções unicamente sobre esta área tão específica, deixando para ulteriores investigações tudo o que, a montante ou a jusante, se prenda com o nosso tema central. Áreas como a organização, estratégia e táctica que, num trabalho mais alargado mereceriam uma especial referência, tiveram, por força das circunstâncias, de ser relegadas para plano secundário.

Dada a vastidão deste tema, entendemos que a metodologia mais adequada para a prossecução dos nossos objectivos deveria assentar numa comprovação global do armamento focado em áreas bem definidas, de forma a podermos criar breves sínteses classificativas dos diferentes modelos de armas ligeiras utilizadas pelas ao longo do tempo.

Para o efeito, optámos por definir balizas temporais entre a República, tendo como ponto de partida a batalha de Pidna (169 a.C.) e o Império, iniciado sobre os acontecimentos que tiveram lugar no fim do reinado de Nero. Pelo meio merece um especial destaque as armas no tempo de César, com as reformas militares levadas a cabo no fim do século II a.C.

As nossas principais fontes, para além dos achados arqueológicos que tivemos ocasião de estudar e analisar in loco e que, por isso, constituem ligações directas com o passado, assentam também, e sobretudo, em descrições, muitas delas baseadas em testemunhos presenciais.

Pelo que toca à República, o nosso ponto de partida inicia-se com as descrições de Políbio, um grego originário de Megalópole, na Arcádia, tomado como refém pelas legiões de Roma, como garantia ao bom acatamento do domínio romano, após a derrota das falanges da Macedónia na batalha de Pidna. Políbio passou os anos de cativeiro em casa de Cipião Emiliano, filho do conquistador da Macedónia. Tendo-o acompanhado nas suas campanhas, Políbio escreveu uma das mais notáveis histórias do mundo greco-romano, onde deu especial atenção aos assuntos militares.

Foi sobre as suas narrativas e as descobertas feitas durante as escavações em Numância (Espanha), cujo cerco foi imposto por Emiliano, que pudemos recolher o material necessário para a história do armamento ligeiro romano neste período.

Durante o Império, a partir dos finais do reinado de Nero, as fontes não escasseiam. Por isso optámos por três grandes escritores: Tácito, Josefo e Vegécio, todos eles altamente versados em assuntos militares.

*Historiador, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Associação Terras Quentes. Perito em História militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade em serviço e autor de vasta obra publicada.

Tácito, enteado do grande Agrícola, que foi governador da Grã-Bretanha durante sete anos e que completou mais tarde a conquista desse país, escreveu, ainda durante o reinado de Nero, uma história do século I d.C. e um livro sobre a Germânia (no mesmo período).

Não menos importante para o estudo da história militar foi Flávio Josefo, que redigiu um livro sobre a revolta judaica. Trata-se de uma fonte que tem de ser analisada com certo cuidado, já que exagera muito, nomeadamente quando descreve os seus próprios feitos, antes de mudar de campo. Todavia, contém informações utilíssimas para a área do armamento, e dá-nos uma circunstanciada narrativa sobre a queda de Jerusalém.

O terceiro autor em que nos apoiamos é Vegécio. Dotado, como refere um escritor contemporâneo, de uma «mente pegajosa», a sua história, coligida em todos os períodos da história de Roma, só deve ser usada para suprir pormenores.

Entre a República e o Império as armas e as legiões do período de Júlio César constituem um poderosíssimo elo de ligação, fundamental para projectarmos uma análise de conjunto, e essencial para procurarmos uma síntese final na metodologia classificativa.

A nossa principal fonte para esse período é a própria narrativa de César sobre as suas campanhas na Gália. Apesar de conter alguma propaganda política, é ainda uma fonte credível, fundamental para o estudo das campanhas militares compiladas pelo militar que as viveu, ao tempo em que conduziu as legiões para o centro da actual França.

O armamento ligeiro do legionário - armamento defensivo

As protecções de cabeça.

Os cascos metálicos ou capacetes utilizados pelas legiões do período republicano, entre os séculos IV a.C., e I d.C., enquadravam-se em três tipos:

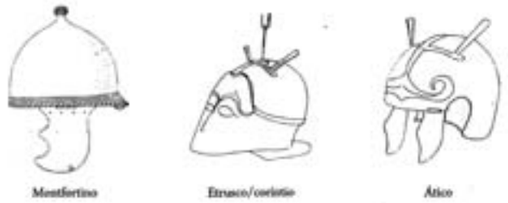
1. Tipo Montfortino
2. Tipo etrusco/coríntio
3. Tipo ático.

Originário da área céltica da Itálica, o capacete montfortino tornara-se muito comum em todo o Mediterrâneo Ocidental e, produzidos maciçamente, chegaram incluso a ser usados pelos Cartagineses. Quando apareceram em território Ibérico não devem considerar-se de influência celta, mas, sobretudo, mediterrânica. Curiosamente os Iberos tiravam as guarda-faces (metálicas ou de coro) porque os incomodava em combate. Todos os elmos desse período encontrados na Península Ibérica são do tipo montfortino, o que não é de admirar, pois foram estes os capacetes utilizados durante as guerras púnicas e nas lutas entre César e Pompeu, sendo a sua produção na ordem dos milhares de exemplares. Dos elmos recuperados em território peninsular, oito foram descobertos em Portugal.

Tive a ocasião de poder estudar alguns desses exemplares oriundos do território nacional. A observação atenta e um estudo aprofundado conduziram a conclusões surpreendentes. Toda a sua concepção, quer sob o ponto de vista anatómico, quer no que concerne à protecção, é perfeita. Batido a frio em três chapas de bronze sobrepostas, aquecidas e retemperadas por um processo a que os Romanos deram o nome de opus mallei, o elmo apresenta 2 mm de espessura lateral (em termos médios) e 3 mm no topo, a área mais sensível às pancadas, o que prova bem a técnica e o cuidado posto na sua manufactura. No cimo do elmo assenta um botão de altura variável furado a meio no qual era colocado um punhado de

crinas de cavalo de cores variadas, conforme a tribo ou a unidade militar a que pertenciam. Nos lados, dois guarda-faces articulavam-se com a calote protegendo totalmente a cara. Debaixo do suporte da retaguarda havia um anel duplo pelo qual passavam as correias de cabedal que se atavam sob o queixo e fixavam nos ganchos das peças laterais do rosto.

A sua concepção era, na altura, de tal forma avançada que os romanos rapidamente o adoptaram e mantiveram em uso até pouco depois da conquista da Gália, altura em que as legiões do Norte os abandonaram definitivamente. No entanto, em Itália, o tipo montfortino continuou em uso durante muito tempo protegendo as cabeças dos soldados da guarda imperial.



O tipo etrusco/coríntio, assim denominado por obedecer a um formato originário da Etruria, era um casco que cobria a calote craniana e descia à retaguarda até ao pescoço protegendo as orelhas. Foi um modelo de protecção muito utilizada pelos oficiais superiores até ao final da República. Deste tipo não se conhece nenhum exemplar, restando-nos a sua representação em esculturas e pinturas. Tive ocasião de examinar atentamente o túmulo que Paulo mandou erigir em Delfos para evocar a batalha de Pidna (169. A.C). Esta escultura é a mais antiga representação que se conhece de legionários romanos. Infelizmente foi pintada, e quem a fez não se preocupou em mostrar mais do que as formas básicas do armamento, já que os pormenores eram feitos em gesso pintado (como as cotas de malha) e as armas em bronze. Tudo isso desapareceu com o tempo. No entanto, ainda vislumbrei alguns elmos do tipo estrusco/coríntio, forma nitidamente alterada do famoso elmo grego. O seu uso era nítido e curioso já que, ao contrário do capacete grego, não descia até à face, mas era utilizado como um barrete no cimo da cabeça.

O modelo ático foi muito adoptado por oficiais superiores e pela cavalaria devido ao seu formato anatómico que permitia um ajuste perfeito à calote craniana.

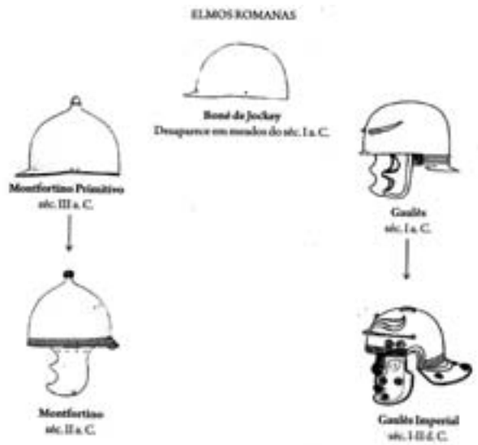
Durante os fins da República e o início da época de César os capacetes eram praticamente idênticos aos do período anterior, sendo que o modelo ático deu lugar a um outro algo semelhante que ficou conhecido por tipo helénico. Infelizmente as armas e armaduras do século I a.C., estão pouco evidenciados na escultura. Há só uma escultura militar que representa legionários. Essa escultura é conhecida como o altar de Domício Aenobarbo e representa um grupo de soldados, entre os quais vários oficiais superiores, totalmente equipados. Trata-se, talvez, da mais completa iconografia de um conjunto de legionários da época de Júlio César.

As reformas que César entendeu empreender na organização das legiões alteraram substancialmente o seu armamento.

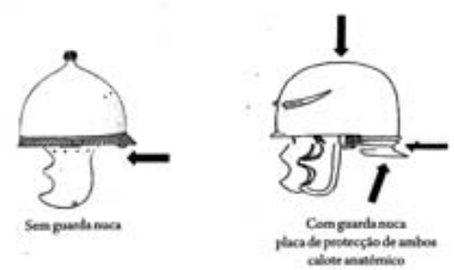
Pouco depois da conquista da Gália, as legiões do Norte abandonaram os elmos de tipologia antiga (montfortino e etrusco/coríntio) feitos em bronze e passaram a adoptar os tipos gaulês, feitos em ferro, mais perfeitos e eficazes que aqueles modelos usados pelas forças de Roma.

A manufactura de elmos de ferro estava desenvolvida entre os gauleses muito antes da sua subjugação por Júlio César, em meados do século I a.C. Logo que os gauleses foram incorporados na esfera romana o elmo de ferro gaulês começou a fornecer as legiões. Este modelo tinha duas enormes vantagens sobre o tipo montfortino: era um elmo anatomicamente mais perfeito e permitia uma maior protecção da nuca, que com os montfortino estava demasiado exposta.

A procura de armas e de protecção sempre mais perfeitas e eficazes, veio originar, nesse período, uma variedade grande de capacetes. Existem magníficos estudos, altamente credíveis, sobre esta matéria que merecem ser atendidos e analisados. Apesar de assentarem sobre profundas investigações descritivas, iconográficas e arqueológicas, as suas classificações metodológicas reflectem sempre as conclusões dos seus autores. Optei, assim, baseado nas minhas investigações, por efectuar uma breve síntese comparativo/evolutivo das diferentes formações de cabeça em bronze entre a República e o Império:



Da observação atenta deste brevíssimo esquema sobressaem factores do maior interesse. Os elmos gauleses, pela sua perfeição anatómica e eficácia, estão na base de toda uma estrutura evolutiva que assenta em três variáveis: o formato da calote craniana, a protecção da nuca e a placa de protecção sobre os ombros.



À medida que a evolução se vai fazendo sentir começamos a ver a protecção da nuca a descer até quase tocar nos ombros e a placa de protecção para os ombros a aumentar de dimensão.

Assim, o elmo gaulês, popularmente conhecido como «boné de jóquei», e o elmo tradicional gaulês vão estar na origem dos tipo denominados «coolus» e, finalmente, dos famosos «hot cross bun» (bolos feitos ao lume) bem explícitos na coluna de Trajano.

O desenvolvimento dos capacetes em Itália foi mais lento. O tipo montfortino continuou em uso na guarda imperial e, mesmo quando o «boné do jóquei» foi introduzido, conservou muitas das características do modelo montfortino.

Na cavalaria os elmos eram completamente diferentes. Ao contrário dos cavaleiros gregos que usavam elmos sem guarda para o rosto ou para o pescoço, o que lhes permitia uma visão a toda a volta e uma perfeita audição, os cavaleiros romanos preferiram um elmo que cobrisse toda a cabeça, deixando somente os olhos, nariz e boca visíveis. Os ouvidos ficavam completamente tapados.

Armaduras

Durante o período da República até aos inícios do século I d.C., a armadura do legionário por excelência era a cota de malha. Era aquilo que os romanos denominavam por «lorica hamata». Os mais antigos exemplares de malha de ferro foram encontrados em túmulos çitas do século V a.C. Não é de crer, contudo, que um povo nómada como aquele tivesse sido capaz de desenvolver técnicas avançadas e ferramentas adequadas a uma elaboração tão específica como a que era requerida para fazer uma malha de ferro. Sendo assim, como é que aparecem no horizonte romanos as cotas de malha? Há um indício altamente importante que nos permite equacionar de forma mais lúcida esta questão. Trata-se de uma pintura de um soldado mercenário da Galácia[1] vestindo uma túnica curta de malha de ferro, sem mangas e datada dos séculos II ou II a.C. Este pormenor é extremamente curioso porque, como que a confirmá-lo, o escritor romano Varrão relata que os romanos adquiriram os seus conhecimentos de manufacturação da malha de ferro a partir dos Celtas da Gália, considerados como sendo os seus inventores. Torna-se evidente que não há provas específicas que comprovem esta afirmação de Varrão. No entanto sabe-se que os Celtas possuíam uma enorme capacidade inventiva e dominavam magistralmente a técnica de trabalhar o ferro, pelo que teremos de admitir que eram perfeitamente capazes de inovações deste tipo.

Seja qual for a proveniência da malha de ferro – cuja discussão daria ensejo, só ela, para um livro – o facto é que a descoberta çita permite datar com certa precisão os mais antigos exemplares como sendo do século VI a.C. E os romanos, mais não fizeram do que dar continuidade a esta arte, adoptando-a. Disso nos ficou um registo no já mencionado monumento de Delfos, mandado erigir por Emílio Paulo, após a batalha de Pidna, na primeira metade do Século II a.C., e no altar de Domício Aenobarbo, da segunda metade do século I a.C. Ambas as esculturas apresentam legionários trajando cotas de malha, embora no altar de Aenobarbo, o saio de malha seja mais comprido do que dos legionários representados no monumento de Paulo.

Como defesa a malha de ferro tinha dois consideráveis inconvenientes: era muito trabalhosa e cara de se fazer e, apesar de permitir uma grande mobilidade, era extremamente pesada. Uma cota curta podia pesar cerca de 18Kg o que, ao fim de um dia de marcha, se atendermos a que todo o peso assentava sobre os ombros, tornava-se extremamente incómoda. Dos pouco pedaços de malha de ferro do século II a.C., que me foram dados a analisar pude extrair uma metodologia que considero significativa. Assim, temos três tipos de malha de ferro:

1 - Malha com todos os elos rebitados;

2 - Malha com todos os elos encostados, mas não rebitados;

3 - Malha mista de elos rebitados e encostados.

[1] Região que integra a actual Turquia e uma área aparentemente ocupada nos primeiros tempos por povos celtas.

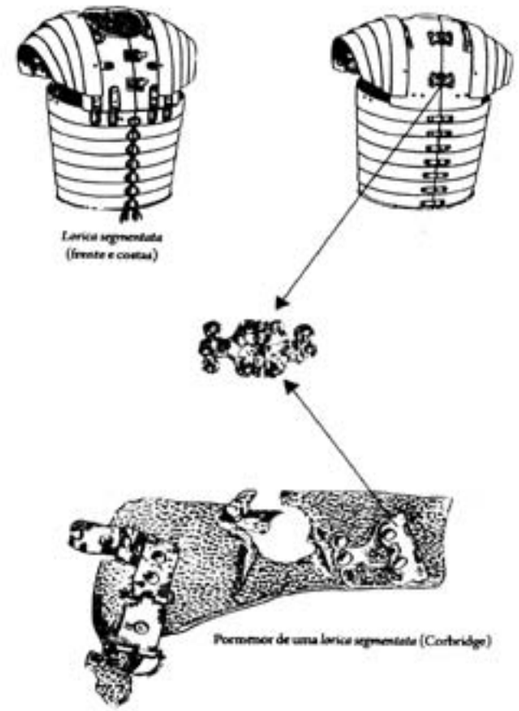
A malha de elos rebitados era, indiscutivelmente, a mais resistente. A de elos abertos, apesar de ser de fabrico mais fácil e barato, tinha o inconveniente de ser muito mais permeável e frágil. Dadas as características, custos e morosidade de fabrico, inclino-me para que as malhas rebitadas se destinavam a oficiais superiores, enquanto as restantes seriam para os legionários e oficiais não comissionados.

Seja como for, parece não haver dúvida alguma que a malha de ferro prevaleceu até à época de Tibério (14-37 d.C.). Apesar de ser uma boa protecção, a malha de ferro apresentava graves inconvenientes. Era relativamente frágil. Raramente resistia a uma boa estocada ou a uma frechada de frente e, colocada sobre a túnica de algodão, podia, ainda, causar sérios ferimentos provocados por golpes violentos que levavam a que os elos de ferro e pedaços de algodão entrassem no corpo do legionário ferido, causando-lhe graves infecções. Enferrujadas como estavam, ao fim de uma campanha, aumentavam ainda mais as probabilidades de morte por septicemia. Assim, para além de uma relativa fragilidade, a malha de ferro, por si própria, podia conduzir a situações dramáticas àquele que pretendia proteger.

No reinado de Tibério foi introduzido um novo tipo de armadura. Era chamada «lorica segmentata», a primeira armadura de placas metálicas articuladas, embora as cotas de malhas continuassem a ser usadas pelos legionários durante, pelo menos mais oitenta anos após o tempo de César. É possível que o aparecimento de lorica segmentata, para além de uma maior protecção, tivesse ocorrido como resultado da enorme perda de equipamento sofrida na Germânia pelas legiões de Roma em 9 d.C. (batalha de Teutoburgo). A reposição ou substituição do material perdido era problemática, uma vez que qualquer cota de malha demorava, semanas ou até meses, a ser feita. Pelo contrário, uma loriga segmentata, podia ser feita com o equipamento disponível. Experiências levadas a cabo demonstram que uma armadura deste tipo não demorava mais de sessenta horas a ser feita.

Não sabemos se a loriga segmentata, a primeira armadura de placas articuladas que apareceu em Roma foi, realmente, uma invenção romana. A ideia de usar lâminas de ferro como protecção era conhecida dos gregos, mas penso que a sua adopção pelas legiões se deve ao equipamento usado pelos gladiadores que se tornaram famosos pela sua enorme eficácia e pela adopção das melhores e mais avançadas armas de combate.

Seja qual for a proveniência da lorica segmentata, o certo é que apresentava grandes vantagens em relação à malha de ferro, não só no que tocava à facilidade de fabrico e preservação, mas em particular em relação ao peso, que não ultrapassava os 6,5kg (dependendo, obviamente, da espessura das placas de ferro). Para além dessas vantagens, as armaduras de placas garantiam ao combatente uma invulnerabilidade muito maior do que as malhas de ferro.



Em 1964 foi descoberto em Corbridge (Grã--Bretanha) na muralha de Adriano, uma caixa de madeira contendo três armaduras completas, datadas de 98-100 d.C. Apesar do ferro ter sido parcialmente comido pela ferrugem, o cabedal tinha sobrevivido, e desta forma foi possível reconstituir as três. A sua reconstituição deve-se a H. Russel Robison[2], cujos trabalhos permitiram dar a conhecer, em todos os pormenores, como este tipo de armadura era feito.

A diferença que marcou os dois tipos de armaduras assentava na forma como as placas estavam ligadas. Num destes tipos, as placas estavam ligadas por ganchos, enquanto no outro eram articuladas por tiras de cabedal e fivelas, sendo que estas se apresentavam pela parte de fora na frente e pela parte de dentro nas costas.

Em ambos os tipos, o peitoral e as placas da parte superior das costas eram ligadas por tiras e fivelas. Os segmentos do peito e dos ombros eram ligados por dobradiças decorativas. Num outro exemplo em que as dobradiças eram usadas, mas partiram-se, as duas peças foram cravadas uma à outra. As tiras mais estreitas dos ombros, cintura e parte superior das costas eram cravadas a atilhos de couro. As placas da cintura eram atadas umas às outras, à frente e à retaguarda.

Apesar da eficácia deste tipo de armadura, a lorica squamata coexistiu durante largos anos com um novo modelo, a lorica segmentata, que acabou por a substituir quase totalmente em meados do século II d.C.

A couraça musculada é ainda hoje olhada como uma prerrogativa dos imperadores e dos oficiais superiores. Trata-se de uma versão real, mas não inteiramente verdadeira. Na realidade a couraça musculada permaneceu até muito tarde – séculos IV ou V d.C. – como símbolo de status e de chefia. Mas houve casos em que este modelo de couraça foi também usado por outros soldados, como a guarda pretoriana, em ocasiões festivas. São exemplos surpreendentes, mas reais, que podem ser vistos e analisados no famoso relevo dos pretorianos no Museu do Louvre, em Paris, e na base da coluna de Antonino Pio, esta no museu do Vaticano. A razão da permanência em uso por tão dilatado período de tempo foi o facto de ser conotada com o espaço helenístico. Nessa época prevaleciam em Roma a moda e os estilos gregos. Antes disso, nos primeiros tempos da história de Roma , a couraça anatómica era apanágio dos soldados ricos ou com posses, pelo que, durante toda a República e o Império permaneceu como símbolo distintivo dos chefes militares.

Geralmente, essas couraças eram feitas em chapa de bronze batido, mais ou menos decorado, conforme as posses do seu dono. Talvez por isso tenham aparecido em bom estado bastantes exemplares que permanecem em museus e em colecções particulares. Estou certo de que as haveria também em couro espesso moldado através de uma técnica que muito mais tarde ficou conhecida por «cuir--boilli». Eram muito mais fáceis de fabricar, muito mais baratas do que as de bronze, mais ligeiras e de superior resitência. Infelizmente, por motivos que se prendem com a degradação do cabedal, não existe nenhum exemplar sobrevivente feito neste material.

O escudo

Os primeiros escudos de que há notícias de período da República, representados no monumento de Emilíano Paulo, em Delfos, tinham um formato ovalóide, muito idênticos aos escudos celtas, de onde, muito provavelmente, descendiam. Foram estes os modelos descritos por Políbio, que a eles se refere quando escreve sobre o exército romano durante o século II a.C. Este modelo, usado no tempo da República e que prevaleceu ainda no tempo de

[2] Robison, H. Russell, The Armour of imperial Roma, London, Arms an Armaour Press, 1975.

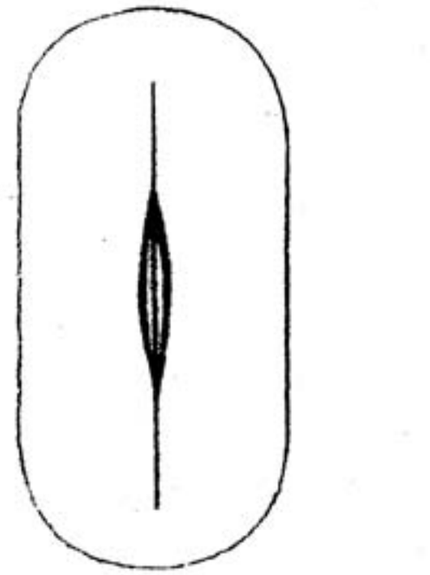
César, era constituído por duas ou três camadas de tiras de madeira laminadas cobertas com feltro de lã de carneiro, sendo as arestas reforçadas com uma nova camada. A superfície era curva, sendo o exterior reforçado com uma tira de cabedal espesso.

Cavalaria ligèira – escudo oval

Há relativamente poucos anos, foi descoberto um exemplar deste modelo em Kasrel-Harit, no Egipto, que ficou conhecido por «Fayum scutum». Trata-se do único e mais antigo exemplar de um scutum até hoje descoberto. É constituído por três camadas de tiras de madeira plana com cerca de 2mm de espessura, coladas com cola animal de forma cruzada, de maneira a formarem uma peça curva de madeira dobrada. As tiras mestras eram as horizontais, sendo a sua curvatura obtida através de água e calor. A parte de trás é reforçada com ripas de madeira coladas. A pega é feita por reforço da tira central. A cavidade para a mão era protegida por uma barra de ferro ou bronze, denominada umbo[3].

O conjunto era revestido de couro e a frente era recoberta com uma camada de linho. Em campanha os escudos eram cobertos com uma espécie de lona encerada para os proteger da chuva e da humidade. Essa «lona» era retirada sempre que necessário.

Em meados do século I d.C., o escudo já apresentava uma forma mais ovalizada até ser substituído pelo famoso escudo rectangular. Deste modelo existe ainda um exemplar encontrado em Dura- Europos, na Síria, próximo do rio Eufrates.

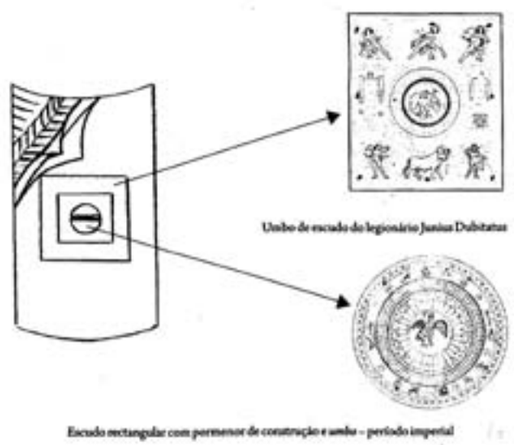


Escudo ovalóide (período de Júlio César)

Durante muitos anos foi considerado como sendo uma peça de parada. Uma observação atenta leva-nos todavia a crer tratar-se de um magnífico escudo de combate. O sistema de fabrico era idêntico aos modelos anteriores, sendo as arestas reforçadas com couro costurado na madeira[4]. Estes escudos

[3] Tive ocasião de analisar um curiosíssimo umbo proveniente de Rio Tiena e que se encontra actualmente no British Museum. Trata-se de uma magnífica peça em bronze batido ostentando uma inscrição que diz ter pretencido a Junius Dubitatus, da centúria de Julius Magnus da VIII legião Augusta

eram altamente decorados, provavelmente com motivos identificadores das suas unidades. Uma passagem de Tácito[5] ao descrever a segunda batalha de Cremona, relata-nos um curioso episódio passado com dois legionários que apanharam o escudo de um dos inimigos caídos no campo de batalha e, escondidos atrás dele, conseguiram infiltrar-se nas linhas contrárias e inutilizar uma catapulta.



Umbo do escudo do legionário Junius Dubitatus

Escudo rectangular com pormenor de construção e umbo – período imperial

O armamento ligeiro do legionário – armamento ofensivo

O gládio

Quando durante o século II a.C., os Romanos entraram na Península Ibérica rapidamente se aperceberam da superior qualidade das espadas utilizadas. E tão impressionados ficaram, que modificaram por completo as suas espadas. Às novas deram o nome de gladius hispaniensis. Até 225 a.C., o legionário romano estava equipado com uma espada curta idêntica à utilizada pela infantaria grega e a que estes davam o nome de phásaana ou xiphus. As espadas gregas dessa época, principalmente as utilizadas pela cavalaria, mais compridas e mais pesadas, mantinham um desenho que já vinha desde séculos atrás, mais exactamente desde a Idade do Bronze. O seu desenho, mas sobretudo o seu ponto de equilíbrio, era, nessa época, considerado o ideal em relação aos povos de então, mas completamente desfasado face às novas tácticas, sobretudo em relação às espadas lusitanas, muito mais bem construídas tecnicamente, muito mais equilibradas e, por isso, mais eficazes.

Tive ocasião de me debruçar sobre este particular. Não será nada fácil exprimir a dimensão do estudo efectuado, já la vai um bom par de anos, por isso limito-me a reproduzir uma síntese das conclusões a que cheguei, as quais se me afiguram da maior importância para entendermos as razões que levaram as legiões de Roma a considerarem o gladius hispaniensis como uma arma superior para a sua época[6].

O desenho das espadas gregas manteve-se inalterável, como já referi, desde a Idade do Bronze. Nesta época a espada era feita para espetar e, face à docilidade do metal –mesmo temperado - acabavam por ter uma lâmina relativamente grossas e pesada, uma empunhadura cheia, espalmada entre duas bolachas de madeira ou osso e praticamente desprovidas de pomo que lhe garantisse o balanço. Sendo uma arma destinada mais a espetar do que a cortar, e face às condicionantes do material, o ponto de equilíbrio não era importante, pelo que a espada grega era por natureza uma arma desequilibrada. Sendo uma arma desequilibrada, o esforço exigido para o seu manuseamento era maior, pelo que a eficácia em combate era naturalmente menor.

Convém agora abordar alguns aspectos de ordem técnica para melhor compreendemos a sua superioridade das espadas ibéricas.

As espadas daquela época possuíam dois pontos nevrálgicos: o ponto de balanço, a que os ingleses chamam «point of ballance» (POB), «center of ballance» (COB) ou «center of gravity» (COG) e o centro de percussão «center of percussion» (COP).

[4] Nas I e II centúrias era usado um reforço de bronze
[5] Tácito, Publio Cornélio, Histórias, III , 1-35
[6] Sobre este particular, vide artigo sobre o armamento dos Lusitanos.

O ponto de balanço (POB) é a zona calculada na lâmina a partir de qual se desenvolve igual massa para cada um dos lados. Para se tesar a localização desse ponto basta deitar a lâmina sobre um dedo e movimentar a espada até esta ficar em total equilíbrio. Aí se situa o ponto de balanço.

Não menos importante que o ponto de balanço é o centro de percussão (COP). Este é o ponto localizado na lâmina onde deixa de haver vibrações quando a lâmina embate num objecto. Quando esta secção da lâmina é usada para golpear transmite o mínimo de choque e de vibrações à mão do seu possuidor e por isso garante uma maior penetração no alvo. Quanto mais recuado ou maior for a zona do COP, tanto melhor é a qualidade da lâmina. Há um teste muito simples para se determinar o COP. Agarra-se verticalmente com a ponta para cima e dá-se uma pancada suave e seca no pomo. O ponto na lâmina onde deixar de vibrar é o COP.

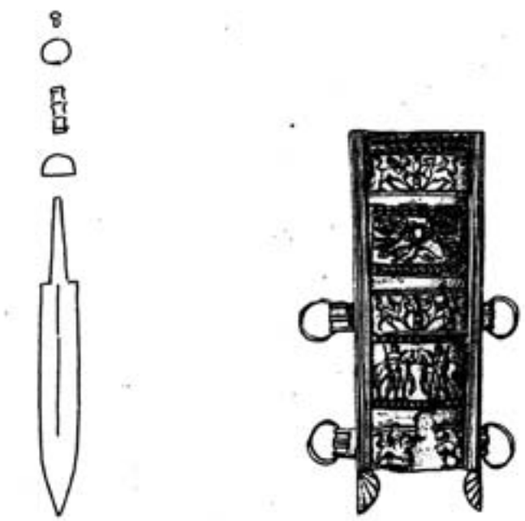
Estas breves explicações são necessárias para se perceber a razão por que os Romanos largaram as suas antigas espadas gregas e adoptaram a gladius hispaniensis.

Nas espadas gregas o POB localizava-se a 1/3 da lâmina abaixo do punho, o que em termos reais era um anacronismo e tornava a espada desequilibradíssima.

A espada ibérica ultrapassou todas as condicionantes e, naturalmente, foi eliminado estes inconvenientes. Sendo uma arma destinada ao combate a curta distância no meio de uma confusão de combatentes, tinha de ser altamente eficaz. Por isso foi idealizado para cortar e espetar. Também por isso o seu equilíbrio tinha de ser perfeito para garantir uma total eficácia.

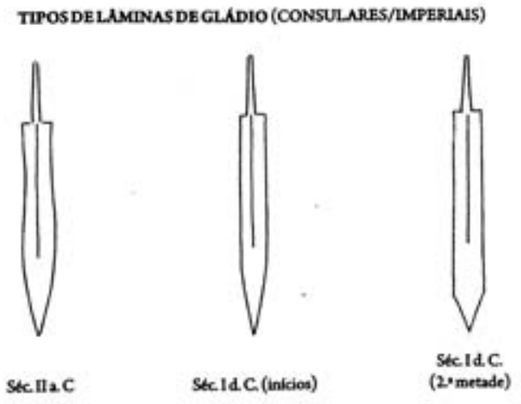
Da análise que efectuei a duas espadas do Museu de Alcácer do Sal e outras duas do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, verifiquei que o POB coincidia exactamente com a união da lâmina com a empunhadura e sensivelmente com o COP. Não se podia exigir nem mais, nem melhor. Dotada de uma extraordinária maleabilidade, garantia um muito maior equilíbrio e por isso mais eficácia.

O gládio hispânico derivou assim das espadas Ibéricas comummente conhecidas por espada de antenas atrofiadas. Foi este o modelo que prevaleceu até à época de César, altura em que foi substancialmente modificado para lhe retirar peso, sem contudo retirar eficácia. Nos primitivos gládios, ditos hispaniensis, o conjunto do punho era feito em metal. A partir de César o punho passou a ser feito em três partes: a guarda em madeira rija com base metálica, o pomo geralmente da mesma madeira com terminal em bronze para fixar o espigão e a empunhadura. Essa empunhadura de secção octogonal ou eventualmente hexagonal, com quatro concavidades para fixar os dedos, era feita geralmente em osso de cão ou de porco e concedia ao legionário uma magnífica empunhadura. A bainha era feita em duas bolachas de madeira fina coberta lateralmente por segmentos metálicos.



Composição de um gládio e parte de bainha da época de Júlio César

Numa brevíssima retrospectiva poderíamos sintetizar a evolução da forma das lâminas da seguinte maneira:



No primeiro modelo que corresponde à antiga lâmina do gládio romano, provavelmente derivada do formato das armas ibéricas, permanece a forma em língua de carpa da II Idade do Ferro. O segundo modelo, a que os Ingleses deram o nome de «Fulham sword», os gumes já são paralelos. Durante a primeira metade do século I d.C., um novo modelo de gládio começa a ganhar forma, provavelmente sob influência bárbara, acabando completamente com a tradicional linha céltica. Essas lâminas, conhecidas por modelo de Pompeia, caracterizavam-se por serem muito curtas, com gumes paralelos e pontas pequenas.

O gládio era invariavelmente uma espada muito curta. Dos vinte e oito exemplares por mim examinados a lâmina mais comprida tinha 59 cm e, a mais curta, 26,6 cm. Peter Hazel, especialista nesta matéria, é conclusivo em relação a este particular7, ao demonstrar que os gládios mais compridos pertenciam a centuriões e oficiais superiores. Os mais curtos seriam apanágio do legionário para uma maior facilidade de movimentação em espaços reduzidos no meio da confusão do combate.

Punho de gládio em osso (séc. I d. C. – Corbridge, Grã-Bretanha)

O legionário usava sempre o gládio do lado direito (normalmente), enquanto centuriões e tribunos o usavam do lado esquerdo.

Em combate o gládio era utilizado de ponta no primeiro embate, mas logo a seguir o legionário optava, não por esgrimir, mas por rebater a lâmina do adversário.

O cinema e a televisão divulgaram a ideia, completamente falsa, de combatentes esgrimindo as suas espadas, aço contra aço, até que um deles, mais hábil matava o oponente com um golpe fatal. Tudo isto é pura ficção e nunca se passou na realidade, até porque o tamanho reduzido do gládio impedia qualquer tipo de esgrima. Podia haver no meio algumas nuances, mas basicamente era assim que tudo se passava.

Nessa época a técnica utilizada pelos legionários, aproveitando a superioridade do aço dos seus gládios, consistia em dar uma pancada seca e muito forte com o gume da lâmina do adversário que, de mais fraca qualidade, invariavelmente, se partia ou entortava. Há descrições que falam de combatentes bárbaros tentando, com os pés, endireitar as lâminas torcidas das suas espadas, em plena batalha. E, em combate, uma espada torcida significava quase sempre, um guerreiro morto.

HAZEL, Peter, The Pedite Gladius (1981), pp. 71-82.

Adaga e cinto militar.

O cinto, chamado cinginlum militare, tinha a função não só de permitir manter em suspensão o gládio e a adaga (pugio), mas também de distribuir o peso da malha de ferro, impedindo que assentasse inteiramente sobre os ombros.

Durante os últimos anos do reinado de Augusto até Tibério, o legionário usou dois cintos cruzados ao centro, sendo um para pendurar o gladius, e o outro o pugio.

Nos inícios do século I d.C., é acrescentado à parte dianteira do cinto uma série de tiras de cabedal reforçadas com pequenas placas metálicas, que ficou conhecido pelo nome de sporram. Crê-se que inicialmente tivessem sido copiados de uma moda celta que consistia em cortar a ponta do cinto em quatro tiras paralelas, utilizando uma delas para atar o cinto e deixando as outras penduradas.

Em meados do século o sporram torna-se uma peça independente que, reforçados por pequenas placas metálicas redondas ou quadradas, era acrescentado ao cinto do pugio. O cinto militar e o sporram começam a desaparecer nos finais do século I.

A adaga ou pugio era, tal como o gládio, de origem ibérica, sendo por vezes de elevada qualidade com decorações e gravações a prata e ouro, tanto na bainha como no punho. A lâmina e o punho do pugio eram feitos de uma só peça sendo a empunhadura sobreposta por duas meias bolachas em osso ou marfim. A bainha ou vagina era, ao contrário das bainhas dos gládios, totalmente feita de metal. Dos lados ostentava quatro argolas destinadas à sua suspensão. A adaga parece ter desaparecido do equipamento do legionário no fim do século I d.C. Não se vê nenhum exemplar na coluna de Trajano. Voltaram, todavia, a reaparecer no século III d.C., em grande quantidade, mas de qualidade nitidamente inferior às do século I.

Armas de arremesso - o pílum

Trata-se de uma palavra equívoca que, erroneamente, enquadra várias armas de haste usadas pelas forças romanas. Assim, e com o intuito de clarificar as nossas ideias, teremos de atender à seguinte classificação das armas de haste.

1. Lança – arma de haste longa usada pelos triários

2. Dardo – arma de haste ligeira, para lançamento, usada pelos vélites

3. Pílum – arma de haste, para lançamento, usada pelos hastati ou principais, divide-se em pílum ligeiro e pílum pesado.

Compreendida esta classificação, estaremos aptos a falar exclusivamente da arma de haste designada por pílum, deixando de lado as restantes armas de haste.

Para tomar a ofensiva, o legionário tinha três tipos de armas: o pílum ligeiro, o pesado e o dardo. O soldado estava equipado com dois pila, geralmente um ligeiro e outro pesado e com dois dardos. César[8] descreve-nos claramente a sua função.

«Os gauleses em combate acabavam por ficar seriamente embaraçados porque um simples pílum furava, geralmente, mais do que um dos seus escudos, chegando a atravessar dois e unindo-os; e como o ferro curvava elas não podiam retirá-lo. Com o braço esquerdo encolhido e o pílum pendurado era impossível lutarem, pelo que muitos, após repetidas tentativas para libertarem o braço, preferiam atirar o escudo fora e lutarem desprotegidos»

Esta descrição é extremamente curiosa e elucida-nos sobre alguns pormenores altamente interessantes. O pílum a que César alude e do

[8] CESÁR, Julio, De bello Gallico, G. i, 25

qual sobreviveram alguns exemplares (alguns ainda com restos de madeira), quer do período da República[9] quer durante a época de César[10] ou do Império[11] tinha pouco mais de 2 m de comprimento. A haste de ferro terminava numa ponta geralmente piramidal, temperada, a qual variava de tamanho, podendo ir de 5 a 17 cm de comprimento.

Na época de Mário, o ferro dos «pila» estava ligado à haste de madeira por dois pinos de ferro. Caio Mário, concluiu que o ferro daquelas armas nem sempre era flexível ao impacto e que o inimigo os voltava a lançar. Importava que com o impacto o ferro dobrasse ou o pílum se inutilizasse. Por isso Mário ordenou que se retirasse um dos pinos de ferro e se substituísse por uma cavilha de madeira que se estilhaçasse com o impacto, deixando a madeira pendurada na haste de ferro.

César foi mais longe, e ordenou que o metal da ponta ficasse por temperar de forma a dobrar com o impacto, impedindo que a ponta se pudesse reutilizar e, ao mesmo tempo, inutilizando os escudos perfurados.

Pelos meados do século I d.C., começou-se a colocar na haste de madeira, próximo do ferro, uma bola de chumbo. O objectivo dessa bola era aumentar a penetração, ao mesmo tempo que com o impacto daquela bola forçasse o metal da ponta a torcer. O relevo de Candelária, em Roma, mostra alguns homens da guarda pretoriana com pila pesados, equipados com bolas de chumbo ou, em alguns casos, de bronze.

Arma da cavalaria

Os romanos montavam mal. Destituídos de estribos[12], os Romanos montavam escarranchados sobre os rins dos cavalos e com rédeas muito longas. Esta posição retirava grande mobilidade às montadas, retirando-lhes eficácia. Não é de admirar que, desde a República, a cavalaria se tivesse assumido como o elo mais fraco das legiões de Roma.

Na batalha de Pidna, os Romanos tinham apenas seiscentos cavaleiros. Os seus aliados forneceram três vezes esse número. Pidna dá-se em 168 a.C., e, vinte e cinco anos mais tarde, os Romanos desistiram completamente da cavalaria, tendo em sua substituição empregado contingentes de cavalaria fornecidos e conduzidos por chefes locais, nas áreas de operações militares das legiões.

A mais importante fonte coeva deve-se a Arriano, que nos deixou uma descrição muito completa das técnicas usadas pela cavalaria no Leste e das armas que os cavaleiros utilizavam, ao tempo de Adriano.

«A cavalaria podia ou não estar equipada com armadura. Na cavalaria couraçada (cataphactarii) tanto o cavalo como o cavaleiro estavam protegidos; o cavalo em ambos os lados e no peito, o cavaleiro com cota de malha, tecido grosso ou chifre. A restante cavalaria não tinha protecções e alguns levavam dardos, outros picos e outros, lança. Outros ainda utilizavam somente pedras. Os "lanceiros" eram os que actuavam em formações cerradas com picos ou lanças, carregando o inimigo pela retaguarda. Os atiradores eram treinados para lançarem pedras, flechas, ou outrso materiais a longa distância, como os Arménios e alguns Partos. Dos atiradores, alguns levavam escudos oblongos, outros com armas de arremesso, outro com arcos e flechas. A sua spatha comprida estava suspensa do ombro e levavam escudos oblongos, capacetes de ferro, protecção de peito e pequenas grevas. Levavam igualmente um pequeno machado com uma lâmina circular»

[9] Encontrados nas escavações arqueológicas de Numância
[10] Recuperados nas escavações arqueológicas da antiga Alésia
[11] Recuperados em Oberradum.
[12] Os estribos só iriam fazer a sua aparição no Ocidente durante o século VIII

Esta descrição conduz-nos com a precisão ao armamento utilizado na época pela cavalaria «arregimentada» pelas legiões. Mas ainda nos ficam algumas dúvidas que têm sido progressivamente respondidas pela arqueologia.

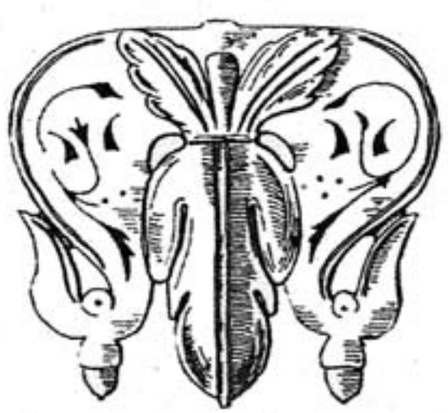
Teriam os romanos selas?

As descrições dos autores coevos, as esculturas, os dados da iconografia e os recentes achados arqueológicos, apontam nesse sentido. Este particular é altamente importante, já que a eficácia da cavalaria depende muito do tipo de sela utilizada.

A sela usada nesses tempos não possuía assento como as actuais. Limitava-se a ser uma construção, toda ela em couro espesso, ornamentada com placas de bronze e dispondo de protecções à frente e à retaguarda, de forma a equilibrar o apoiar o cavaleiro.

Restos de uma sela foram recuperados em Valkenburg, o que tornou possível a sua reconstituição com total fidelidade[13].

Nessa época ainda não havia estribos, o que só veio a acontecer muito mais tarde (no século VIII), mas o arnês de cabedal, especialmente os das alae, eram ricamente decorados com medalhões e pendentes em bronze.



Pormenor de arreio (bronze)

O cavaleiro podia usar armadura de ferro (lorica hamata) ou de escamas (lorica squamata). Mas na coluna de Trajano o cavaleiro que nos chama mais a atenção é uma sármata a lutar contra os romanos.

A observação atenta desta escultura deixa-nos que pensar. O cavalo está todo ele coberto da cabeça aos pés com uma lorica squamata. Creio que estamos perante uma mera expressão artística já que não se torna possível cobrir dessa maneira uma montada sem que esta perca grande parte da sua mobilidade.

Foram levantados em escavações fragmentos de uma dessas coberturas para cavalos chamadas cataphractus, do século III, em Dura Europos, na Síria, que mostram claramente que a armadura do cavalo era uma peça de cabedal ou tecido forte, rectangular, destinada a ssr colocada sobre a garupa do animal, com uma abertura ao centro onde era colocada a sela e reforçada com escamas de metal.

O cataphractus descia sensivelmente até à altura do joelho do cavaleiro, pelo que, de forma alguma, tolhia os movimentos da montada.

Desta brevíssima síntese podemos inferir que aquilo a que chamamos cavalaria de Roma era um conjunto geralmente formado por cavaleiros locais ou mercenários arregimentados que formavam corpos especiais altamente treinados e eficazes no quadro das legiões romanas.

Desde a República, a armadura corporal dos cavaleiros era semelhante à usada pelos corpos de auxilia, podendo ser de malha ou de escamas. Até ao começo do Império os cavalos não usavam armaduras, mas tinham reforços feitos de pendentes em bronze. Foi só no tempo de Adriano que o cataphractus foi introduzido.

[13] O estudo dessa sela pode ser visto em Van-Waatering, W. Groenman, Romeins Lederwerk uit Valkenburg, 2,H., 1967.

Nos fins da República os cavaleiros usavam uma lança grega com um conto pontiagudo. Se a lança se paria podiam utilizar o conto. Estavam também equipados com uma espada e um escudo redondo convexo (parma equestres).

No começo do Império foi adoptado uma espada longa (spatha) provavelmente inspirada na espada celta. O escudo passou a ser oval (ou hexagonal) e plano. O escudo era transportado ao lado do cavaleiro ou debaixo da manta da sela. Flávio Josefo relata-nos que a cavalaria de Vespasiano tinha uma aljava (provavelmente ligada à sela) contendo três ou mais dardos cujas lâminas eram tão compridas com as das espadas.

As selas aparecem pela primeira vez durante o início do Império. As selas romanas eram, certamente, de origem céltica. Nos comentários à guerra contra os Gauleses, Júlio César casualmente faz notar que os Germanos desprezavam o uso das selas. Como César estava então a utilizar cavaleiros celtas, isso implica que estes usavam, de facto, selas.

Embora não conhecessem o estribo, os romanos utilizavam contudo um acicate somente no calcanhar esquerdo. A razão desta prática parece ser evidente. Como não tinham estribos para montar o cavaleiro necessitava de passar bem alto a perna direita sobre a garupa do cavalo. Se o calcanhar direito estivesse equipado com um acicate bastava um simples toque na garupa para acontecer um «desastre» o que, em combate, era de evitar a todo o custo.

A nossa conclusão, a esta breve síntese, não se afasta muito das análises já desenvolvidas pelos cultores destas matérias. Parece não restar dúvidas de que a grande superioridade das legiões de Roma, para além da sua proverbial organização e disciplina, residiu na enorme capacidade de adoptar novo armamento ou novas disposições, sempre que estas se mostrassem superiores. Foi este ecumenismo que permitiu fazer ouvir por todo o mundo o grito da formação das legiões - «ROMA VICTOR!» -

UMA VISÃO SOBRE O ISLAMISMO NA IDADE MÉDIA

Miguel Sanches de Baêna

Ao longo dos séculos a civilização ocidental, entrou em contacto e interagiu com muitas outras.

Há muito tempo, quando ainda estava em formação, já uma outra civilização a desafiava entrando em conflito com ela e ameaçando as suas fronteiras. Esse grande concorrente era o Islão.

Há cerca de 200 anos o historiador inglês Edward Keepen resumiu este conflito numa única frase: o debate do mundo. Foi um debate que demorou séculos.

O debate do mundo não foi apenas uma competição e muito menos uma competição em termos militares. Com efeito, sempre que as civilizações diferentes entram em contacto, surge uma perspectiva de trocas e de influências recíprocas. Crê-se que o antigo Egipto recebeu a ideia da escrita da antiga Mesopotâmia, tal como a nossa numeração veio da Índia através dos Árabes. De facto, a história da civilização é desde o princípio uma história de intercâmbios de trocas e de estímulos vindos do exterior. Mais tarde ou mais cedo toda a civilização recebe influências externas. As sociedades que vivem demasiado isoladas parecem não ter o mesmo potencial de crescimento. Face a esta realidade vem a propósito interrogarmo-nos sobre qual terá sido a força mais decisiva que agiu sobre a Europa quando a sua cultura estava ainda em formação, ainda maleável; quais foram as forças que contribuíram para moldar a Europa na Idade Média a partir do exterior e dentro elas, qual o papel desempenhado pelo Islão.

Os cronistas medievais dão-nos muitas informações acerca das incursões bárbaras, mas o Islão foi a única civilização que entrou em conflito directo com a Europa do seu tempo, aliás ainda hoje desafia o ocidente.

Os territórios islâmicos estenderam-se num grande cerco, desde a Ásia Menor até Marrocos.

Antes de ser uma civilização, o Islão foi uma crença, uma religião. A própria palavra Islão é Árabe e significa obediência ou submissão a Deus à sua vontade e à sua lei. Os muçulmanos, adeptos do Islão, defendem que essa vontade e essa lei, foram revelados ao homem por sucessivos profetas. O último e o maior de todos eles, é um homem que ainda hoje é designado por "o profeta". Um homem tão santo, que os verdadeiros muçulmanos creem que seria errado fazer um retrato com qualquer imagem sua: Mahomed.

Mahomed ensinou que havia um Deus e apenas um e o Islão tem sido sempre e irredutivelmente monoteísta. Ensinou que Deus é justo e os homens poderão conseguir a salvação se cumprirem a sua lei. Não sabemos ao certo quando é que Mahomed nasceu, mas foi por volta do ano 570 no Rejaj. Órfão desde cedo, cresceu numa sociedade tribal, seminómada e pobre, muito diferente dos grandes centros de civilização dos impérios do Norte, Pérsia e Bizâncio. No entanto, graças aos seus ensinamentos, os povos árabes, quase desprezados, remodelaram o mundo e deixaram a sua ciência por toda a parte da Indonésia às costas do Atlântico.

* Historiador, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Associação Terras Quentes. Perito em História militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade em serviço e autor de vasta obra publicada.

Os peregrinos que se dirigem a Meca seguem os ensinamentos de Mahomed reunidos no Corão, o livro Santo e um dos grandes documentos da humanidade. Durante 20 anos Mahomed citou os versos que se encontram nesse livro. Foram escritos pelos seus seguidores que, tal como ele, acreditavam que eram de facto directamente inspirados por Deus. Estes versos recomendavam o serviço exclusivo e a veneração de Alá o Deus dos Muçulmanos, mas também o Deus dos Judeus e dos Cristãos, embora os muçulmanos considerassem que os Judeus e os Cristãos tinham permitido regrados erros introduzidos na forma como o adoravam.

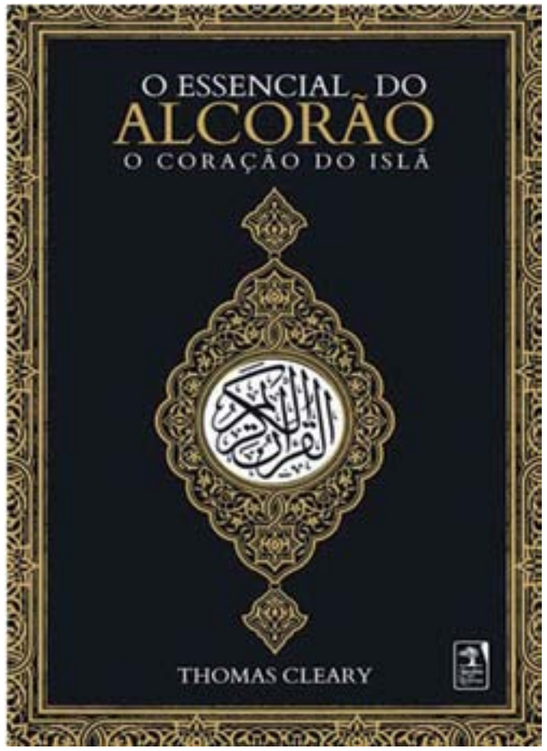


Foto 1 - Corão

Apesar disso, aos olhos dos Muçulmanos, os Judeus e os Cristãos não eram apenas pagãos, eram povos livres podendo ser recebidos, após conversão, na irmandade do Islão. Essa irmandade mudou o destino dos povos Árabes. Antigamente tinham estado ligados apenas por laços tribais de sangue e parentesco. A prática religiosa e social reuni-os noutro aspecto. Orações regulares 5 vezes por dia e um pormenorizado código de conduta que regula todos os aspectos da vida desde o casamento à guerra, da alimentação ao que deviam beber. Foi isto que fez do Islão mais do que um simples credo, transformando-o numa comunidade.

Mahomed morreu em 632. Nessa altura já o Islão iniciara a sua primeira grande fase de pujança. Contudo só muito mais tarde, já muito depois da sua morte é que se tornou evidente que teve mais impacto na formação da Europa e na construção da futura civilização ocidental do que qualquer outro não europeu à excepção do próprio Jesus Cristo. E esse impacto ainda hoje se faz sentir.

O Islão é hoje um facto estabelecido abrigando uma velha civilização profundamente tradicional, sucessivamente ensinadas às novas gerações e conservada pelo costume. Mas foi construída pela espada. As conquistas do Islão começaram ainda em vida de Mahomed. No século que se seguiu à sua morte, os povos árabes jorraram dos seus antigos territórios. Pérsia e Bizâncio estavam demasiado enfraquecidas pelas suas próprias divergências para lhes fazer frente, pelo que os fanáticos exércitos árabes do Islão se lançaram à conquista de terras mais ricas e mais civilizadas. Chegaram a Gibraltar no Ocidente e ao Vale dos Hindus a Oriente. Até o poderoso império Chinês foi ameaçado. Estas conquistas quebraram a unidade do velho mundo cristão no Mediterrâneo. Um mundo novo ligado pelo Islão e pela língua árabe, confrontava-se com uma cristandade dividida entre Bizâncio e Roma. Além disso os Árabes atravessaram o mar atingindo a Espanha através do estreito de Gibraltar. Depois de derrubarem os Reinos Visigóticos Cristãos da Península, saquearam a Sicília, a Itália e a Provença. Por essa altura tinham já constituído uma nova civilização e redesenhado o mapa do mundo. Com efeito o avanço Árabe só foi travado no ano de

732 numa batalha perto de Tour no interior de França. Não admira portanto que as gerações futuras tivessem exagerado as façanhas dos Mouros como passaram a ser conhecidos todos os muçulmanos.

Quando as civilizações começaram por definir a sua relação em termos de conflito e rejeição, não é de estranhar que os mitos e as lendas desse período tenham persistido até aos nossos dias. Ainda hoje se revive principalmente em Espanha certas tradições evocativos de lutas entre duas religiões e a crescente auto definição que essa luta provocou, a auto definição de pessoas que se começavam a considerar europeias.

Estas duas religiões que de início se encontraram no campo de batalha, ainda teriam de se enfrentar vezes sem conta durante séculos. Ao longo do tempo a palavra Mouro foi-se tornando tão assustadora como Huno ou Viking. Com efeito ela ainda hoje é lembrada em imensas festas populares de algumas cidades do Mediterrâneo. Hoje estas festas constituem atracções, mas na realidade elas representam o fim de algo terrível e assustador, a memória popular dos dias em que pela manhã uns estranhos navios que se viam no mar podiam trazer a morte, a violação, a pilhagem, a escravidão.

O que acontecia nessa época é que na Europa, uma certa visão europeia, começava a ganhar forma. Estava a ser forjada a ferro e fogo na guerra. O Islão não era a única ameaça. Havia outras como os Viking e os Hunos. Mas o Islão acabaria por se revelar a mais importante.

Nesses tempos violentos não faltavam guerreiros dispostos a combater. Quando os Francos adoptaram os estribos o cavaleiro protegido pela sua armadura passou a constituir a espinha dorsal dos exércitos. Surgiu assim uma classe de soldados profissionais. A terra era a base da sobrevivência da Idade Média pelo que estes procuravam apoderar-se de grandes extensões de terra para si e para as suas famílias. Grande parte da história da Europa Ocidental é preenchida pela luta pela terra, numa altura em que ela era a única forma de garantir a segurança económica. Foram estes os primeiros cavaleiros, os antepassados da nobreza europeia.

Vamos agora ver um elemento extremamente importante na história desta época. Começa no Norte de França na Normandia, uma das regiões que os emigrantes escandinavos escolheram para se fixarem nos séculos IX e X. É parte desta história que nos leva da Islândia ao Mar Negro e que inclui os Vikings e as invasões da Inglaterra pelos Dinamarqueses além de muitos outros episódios históricos. Por volta do ano 1000, estes homens que se tinham instalado no norte de França, era já normandos. Falavam uma versão da língua dos Francos e tinham-se convertido ao cristianismo. Em breve as terras da Normandia deixavam de ser suficientes para satisfazer as necessidades dos jovens guerreiros normandos. Assim tiveram de vir procurar outras paisagens. Foi então que se deu em 1066 a data mais famosa da história Inglesa, um acontecimento que haveria ter grandes repercussões: a travessia da Mancha pelo Duque Guilherme da Normandia e seus barões que foram buscar fortuna a Inglaterra.

Mas Inglaterra era também uma nação cristã. 1066 é uma data na história de uma nação ou talvez na história de duas nações. Mas não marca uma época na história das civilizações. É por isso que se deve olhar mais para a acção de um grupo de nómadas que nessa mesma altura actuavam no outro lado da Europa. Foi 6 anos antes da batalha de Hasting que Roger de Rotier atravessou com um punhado de homens o estreito de Messina, numa viagem de reconhecimento à Sicília. Ele e os seus homens eram saqueadores, meio civilizados, mas ainda semi-bárbaros e chegaram a uma terra com uma civilização rica e complexa.

Foto 2 - Batalha de Hastings

A Sicília tinha sido um centro de civilização muito antes do nascimento de Cristo devido às cidades estados ali fundadas por colonos gregos. Quando ruiu o império romano do Ocidente, Bizâncio conseguiu conservar a Sicília, governando-a a partir de Constantinopla à maneira bizantina. Chegaram depois os Árabes que fizeram da Sicília uma dependência do Norte da África Islâmica, embora vários povos lá tivessem continuado a viver lado a lado.

Quando Roger e os seus homens conquistaram a ilha, parecia que este estado de coisas se iria manter. Estabeleceram a capital em Palermo, onde construíram um magnífico palácio e pareciam dispostos a não introduzir grandes alterações. Na realidade os Normandos trouxeram um novo elemento, a influência do cristianismo romano latino que se veio acrescentar à riqueza cultural desta sociedade tolerante.

A magnificência da arte e arquitectura desse tempo, é testemunho duma época em que os governadores não viam qualquer incongruência em assumir o título de "Emir", um título caracteristicamente Árabe. Mas a Sicília Normanda multicultural, acabou por não passar de um sonho histórico. Talvez a época não tenha sido propícia. Com efeito foi nessa altura que nasceu um outro grande movimento: os Cruzados.

A essência de ideia de cruzado era simples; uma expedição militar com um objectivo religioso ou simbólico. Já há algum tempo que se realizavam expedições deste tipo, a Guerra Santa contra os Mouros na Península Ibérica, pelo que as pessoas dessa época já se tinham habituado à ideia. Mas ao pregar ao Clero Francês em Clermont em 1085 O Papa associou pela primeira vez a essa ideia, uma outra

UMA VISÃO SOBRE O ISLAMISMO NA IDADE MÉDIA
Miguel Sanches de Baêna*

Foto 3 - 3ª Cruzada

muito mais antiga; a ideia de peregrinação. E foi essa união que esteve na base da primeira cruzada.

Tratava-se, com efeito, de uma peregrinação à Terras Santa. E destinava-se a ser a maior de todas as peregrinações à cidade onde cristo morrera, onde pregara e onde se encontrava o seu Santo Sepulcro. Foi isto que motivou os homens a tentar durante dois séculos e oito expedições, recuperar a Terras Santa dos Infiéis – a primeira grande causa comum da Europa. E no entanto, hoje, já só restam ruínas comparadas às de Ninive e Tiro.

Escreveram-se bibliotecas inteiras para explicar as cruzadas e dissertar sobre o que teria estado na sua base.

Alguns viram-nas como a última das grandes invasões dos povos nórdicos em direcção às terras quentes do sul. Dizem que se deveram às oportunidades surgidas pelas divisões no seio do mundo muçulmano. É certo que a cobiça, a avidez, a ansia de terra, tiveram grande influência, assim como a ambição e o rancor político dos reis e príncipes.

As cruzadas tiveram aspectos muito pouco confessáveis. Não é de estranhar, pois, que nos países árabes elas sejam muitas vezes escritas como a primeira vaga de colonialismo ocidental. Isso parece-nos, no entanto, um pouco anacrónico. As cruzadas foram mais do que isso. Só seriam possíveis numa era de fé. Grandes movimentos necessitavam de grandes estímulos e ideias, e a Idade Média foi um período religioso.

Os Cruzados não procuravam apenas terras, escravos, despojos. Havia também uma certa paz interior. Eles tinham a consciência limpa porque estavam a fazer o trabalho do Senhor numa terra estranha. Não tinham dúvidas nem quanto aos seus fins, nem quanto aos meios e, se possível, podiam até assegurar a salvação eterna se morressem na Terra Santa lutando pela Cruz, o que não deixa de constituir uma curioso paralelos com a filosofia dos soldados muçulmanos, que acreditavam que se morres-

Foto 4 - Destruição de Jerusalém/Cidade Santa

sem no campo de batalha iriam directamente para o paraíso. Tratava-se, no fundo, de uma competição entre fés. Foi a fé que levou os Cruzados a praticarem as suas façanhas, assim como foi a fé, talvez de um outro tipo que mais tarde levou os ocidentais a colonizar e conquistar terras de Além-Mar.

Apesar de tudo os Cruzados atingiram o seu objectivo: recapturaram Jerusalém e a Cidade Santa. Ali encontraram não só muçulmanos e Judeus, mas também velhas comunidades cristãs. Muitos desses cristãos eram estranhos aos olhos dos ocidentais um pouco como os cristãos ortodoxos do oriente. Ainda hoje conservam as suas festas e cerimónias muito especiais, como a cerimónia do "Fogo Sagrado" Igreja do Santo Sepulcro que se realiza todos os anos.

Os cruzados desconfiavam destes cristãos. Por um lado os muçulmanos tinham tolerado a sua presença o que aos olhos dos cruzados era já por si motivo de desconfiança. Mas o pior era que a maioria dos cristãos orientais e os ortodoxos gregos não respeitavam o papa de Roma, nem os cruzados tinham a sua bênção. Os seus antepassados tinham sido governados por Bizâncio, pelo que o seu senhor e chefe era o Imperador Ortodoxo de Constantinopla.

Eles é que estão certos. Os pagãos estão errados. Mas aos olhos dos cruzados as estranhas igrejas orientais não se afastavam muito do paganismo. Os cruzados eram muitas vezes cruéis e impiedosos. Desprezavam os interesses dos que consideravam inferiores ou dos que não compreendiam. Para eles era tudo igual por vezes chamando-lhes Sarracenos e na maior parte dos casos Mouros, termo que acabou por abranger os semitas, os bárbaros, os beduínos, assim como os marroquinos, os primeiros aquém o termo tinha sido aplicado.

Mas os Muçulmanos, por seu lado, também tinham uma visão muito redutora. Apesar da grande variedade de cruzados para eles, assim como para os Bizantinos, eram todos Francos, povos da Europa Ocidental que tinham pertencido ao Império de Carlos Magno.

A economia foi sempre um factor de aproximação entre cristãos e muçulmanos e não apenas no Médio Oriente das Cruzadas com as suas grandes cidades comerciais.

As trocas comerciais entre o Islão e a Europa Ocidental nunca cessaram. Na realidade todo o Mediterrâneo, incluindo Bizâncio, formava um único sistema económico. Nele se distribuíram mercadorias de origem tão remotas como as especiarias de África Oriental e Ásia, escravos do Nordeste da Europa, ouro da África Ocidental. As grandes religiões nunca deixaram de ser permeáveis aos produtos comerciais. Os artífices artesãos e artistas, também transportavam a cultura através dessas fronteiras e parte do que chegou ao ocidente através desses canais tinha raízes mais antigas do que o próprio Islão. Havia até elementos pré-Cristãos, trazidos do mundo das velhas cidades helénicas, criadas pelas conquistas de Alexandre o Grande, oito ou nove séculos antes do nascimento de Maomé. Certos estudiosos viram no Islão a última florescência da cultura helenística.

Mas algo mais se passava nessa época em muitos países e não apenas no além-mar como eram designados os reinos latinos dos Cruzados. Muçulmanos e Cristãos tinham de coexistir, se não quisessem exterminar-se uns aos outros tinham que ser tolerantes. Por vezes podiam viver separados, mas noutros locais tinham mesmo que viver lado a lado. Séculos mais tarde os historiadores espanhóis inventaram uma palavra para descrever esta situação: convivência.

Por fim o grande esforço que implicava a manutenção dos reinos latinos não pôde continuar. Foram caindo uma a um até que ficaram somente as ruínas das suas enormes fortalezas, algumas conquistadas pelos muçulmanos, outras abandonadas durante a longa retirada dos Cruzados.

Os últimos cruzados deixaram o porto de Acre, o foco final da sua resistência. Alguns navios os esperavam naquele dia de Maio de 1291, em que os Sarracenos conquistaram a cidade. Tratou-se de um acontecimento marcante, não apenas para a história da cidade. Representou o fim de uma Era. O fim das cruzadas. Ao fim de 200 anos, o esforço fracassava, o idealismo esvanecia-se.

Os Francos nunca foram em número suficiente e os que lá estiveram envolveram-se em disputas internas, chegando por vezes, a traírem-se uns aos outros. Teria sido necessário um esforço maior para garantir o controlo do levante, na eventualidade dos muçulmanos reagruparem as suas forças contra o ocupante.

E foi isso precisamente o que aconteceu. Hoje ao olharmos as construções e os grandes castelos que ainda restam ficamos impressionados com a solidez e a escala das obras dos cruzados. Mas trata-se de uma ilusão. As suas obras e a herança que deixaram foram de facto totalmente negativas. Alargaram, mais do que nunca o fosso que separava cristãos e muçulmanos. E foi devido à sua crueldade e intransigência que os muçulmanos começaram, por seu lado, a perseguir os seus súbditos cristãos, pondo fim a algumas das mais antigas comunidades cristãs da Palestina Síria.

O último ponto negativo dos cruzados foi o facto de não terem aprendido quase nada com a civilização que os rodeava que em muitos aspectos era superior à que conheciam nas suas terras: a civilização muçulmana.

È claro que não deixaram, como qualquer colonizador, de adoptar alguns costumes e práticas locais. Alguns passaram a vestir-se à Oriental, outros a comer frutos orientais e muitos dedicaram-se às mulheres orientais quer como esposas quer como concubinas. E um ou outro chegou mesmo a converter-se aos prazeres do banho, o que não deixa de ser notável numa altura em que os Europeus eram pouco dados a tais práticas. Mas quanto à arte, ciência e medicina muçulmanas, parece não lhes terem suscitado grande interesse. Foi noutras

paragens em que durante os séculos que cristãos e muçulmanos estiveram frente a frente, que teve lugar o verdadeiro intercâmbio entre as civilizações.

Na Sicília a interpretação das civilizações tinha raízes muito mais fortes e profundas. Os Árabes, a quem os Normandos conquistaram a ilha, além de grande parte do Sul da Itália, tinham eles próprios sucedido aos Bizantinos, e a cultura de Bizâncio deixou profundas marcas na arte da Sicília Normanda, nas suas magníficas igrejas e na sua música. Nunca se pôs sequer a hipótese, tal como para a Terra Santa, de devolver a Sicília ao Império do Oriente. O fosso religioso entre a cristandade ortodoxa e romana foi-se progressivamente alargando. No início do século XIII um exército de cruzados chegou mesmo a saquear Constantinopla e a expulsar o Imperador. Mas no século que precedeu este acontecimento, os monarcas Normandos da Sicília pareceram dispostos a deixarem muita coisa mais ou menos como estava. E neste primeiro século de tolerância, a Monarquia Normanda beneficiou com os seus súbditos muçulmanos. Na capela do Palácio de Palermo, encontramos baixos-relevos efectuados por artesãos árabes, inscrições árabes, pinturas de dromedários, animais exóticos, entre poutros, provas de que o reino Normando foi durante cerca de um século um lugar onde reis cristãos podiam usar vestes árabes, ter os seus haréns, discutir filosofia com os filósofos árabes e Judeus e onde os membros do clero podiam prestar juramento sob o "Corão". Inclusive a primeira grande escola médica da Europa teve professores árabes.

Como os Cruzados demostraram, a Cristandade estava a mudar quando os Normandos se instalaram na Ilha, E a própria experiência das cruzadas, contribuiu para acelerar essa mudança. Em breve a interpenetração de culturas tornou-se mais difícil. O equilíbrio de tolerância desmoronou-se. Os novos tempos favoreciam a cristianização da cultura e da sociedade ao estilo romano com expressão da cultura ocidental.

No século que se seguiu à chegada de Roger e dos seus amigos à Sicília, várias vezes pareceu possível uma harmonização das civilizações que satisfizessem tanto Cristãos como Muçulmanos. Mas no final do século XII, era já claro que esse sonho não se iria concretizar.

O episódio normando terminara, o que entre outras coisas significava que o mais importante canal que iria permitir à civilização islâmica irrigar o espírito europeu, se deslocara mais para ocidente, para a Península Ibérica.

Foi ali que a complexidade do impacto do Islão no Ocidente atingiu a sua maior riqueza. Foi nessa região da Europa que, tanto o intercâmbio pacífico entre civilizações, como a intensidade do conflito, atingiu níveis mais elevados. O Islão trouxe uma nova prosperidade a uma Península Ibérica em decadência desde os tempos romanos. Ainda hoje os monumentos de El-Andaluz – o nome dado à Espanha Islâmica – nos dão uma ideia do seu poder, riqueza e elegância. Esta região foi o foco de todo o mundo Islâmico Ocidental que abrangia o Norte de África e a Sicília e que incluía algumas das cidades mais magníficas da época e, acima de todas, Granada.

Sobranceira à cidade a Alambra, permanece como o mais velho testemunho da magnificência da Arte Islâmica na Península Ibérica e da força e confiança da cultura islâmica.

A interacção das civilizações Muçulmanas e Cristãs na Península vigorou por muito tempo e em parte nenhuma, ela foi tão nítida como em Córdova.

Durante 250 anos Córdova foi a capital e o centro político da Espanha Muçulmana. Um dos seus governantes do século X, chegou a proclamar-se Califa, uma espécie de papa Islâmico, concentrando a autoridade espiritual e politica num único homem.

Mas Córdova foi mais do que um centro político, mais do que uma cidade. Mais bela e rica

UMA VISÃO SOBRE O ISLAMISMO NA IDADE MÉDIA
Miguel Sanches de Baêna*

Foto 5 - Alambra- aspecto arquitectónico islâmico

do que qualquer cidade da Europa cristã da época. Tal como as outras cidades muçulmanas na Península foi um ponto de encontro de culturas.

Quando os muçulmanos chegaram a Córdova, encontraram uma cidade cristã. Sob o seu domínio, cristãos, mouros e judeus, viveram lado a lado. Sábios e professores reuniram-se e discutiam uns com os outros, ultrapassando as fronteiras da língua e da religião. Foi graças a isso que novas ideias surgiram e se espalharam pela Europa produzindo efeitos incalculáveis

A arte também viajou. A maioria dos instrumentos musicais dos Europeus da Idade Média era de origem Moura. A influência da música árabe ainda hoje se faz sentir na liturgia dos Moçarabes, cristãos que viviam sob o domínio muçulmano, apesar das danças e das pandeiretas que a acompanhavam terem desaparecido.

A arquitectura, a poesia, a ilustração de manuscritos, todas revelam uma fortíssima interpenetração de culturas. Somente o latim forneceu mais palavras ao Espanhol e ao Português do que o Árabe. A ciência da Grécia, Índia e Pérsia e alguma tecnologia Chinesas, foram traduzidas do Árabe para latim, possibilitando assim a sua difusão pela Europa Ocidental.

Mas esta interpenetração de culturas não impediu que se verificasse um endurecimento progressivo de atitudes que já se exprimira nas cruzadas e mais tarde na Sicília. Mas na Península iria durar muito mais tempo, eliminando menos do passado e marcando muito mais profundamente os vencedores. Durou isto 600 anos.

A Península foi um polo de atracção de ho-

mens de toda a Europa; cavaleiros em busca de terras, nobres gananciosos, cujos castelos os haveria de proteger tanto dos cristãos como dos mouros. E nesse saldo germinou o ódio, a semente do mais acesso de todos os combates que opuseram a cruz ao crescente. O resultado final é hoje óbvio, a substituição do domínio muçulmano pelo Cristão em toda a Península e o desaparecimento da comunidade muçulmana.

Mas teve também uma outra consequência psicológica e mais profunda, um factor de imaginação e mito. Os espanhóis passaram a olhar a sua história nacional de um único ponto de vista devido a esse louco conflito. Foi o ponto de vista de uma cruzada: . o passado, presente e futuro da Espanha acabaram por ser dominados pelo mito de uma grande aventura nacional. Uma epopeia que se resume numa palavra: Reconquista.

O momento supremo de triunfo e simbolismo, deu-se em 1085, data em que Toledo, uma das mais importantes cidades muçulmanas da Península, passou de novo para o domínio dos cristãos.

Este facto teve uma grande importância porque 400 anos antes, Toledo fora a capital da velha Espanha Cristã, o reino visigótico que os Árabes tinham derrubado. Desde então, vários príncipes cristãos tinham alimentado o sonho de que eram de alguma forma os herdeiros dos reis visigóticos que os seus costumes eram os mesmos, as leis e as constituições, tinham sido herdadas dos visigodos.

Na realidade não era bem assim, tal como a Espanha Cristã que emergiu da reconquista, não era a mesma Espanha Cristã da época visigótica. Mas isso era o mito da reconquista. Apresentar a história da Península como um processo único, sem sombras nem desvios, sempre com a mesma continuidade.

A verdade é que Castela, de onde D. Afonso partira para a conquista de Toledo, nem sequer existia nos tempos dos Visigodos, tendo surgido como vanguarda e elemento inspirados da nova Espanha, apenas na sequência da Reconquista. Mas em 1085, tudo isso estava ainda muito longe. El-Andaluz haveria ainda de oferecer grande resistência e até revelar um forte poder ofensivo além de demonstrar uma actividade que iria dar os seus frutos no século seguinte. Da África veio ajuda para os Muçulmanos, o que lhe permitiu aguentarem-se por mais um tempo. Mas o Califado estava já a resvalar para a desordem, enfraquecido por divisões internas, politicas e religiosas. Com efeito, as coisas chegaram a tal ponto, que houve momentos em que mais parecia um mero satélite do Norte de África Islâmico.

Em 1212 os exércitos bárbaros foram desbaratados pelos cristãos em Las Navas de Tolosa. Em breve Sevilha e Córdova caíram nas mãos dos Castelhanos. Apenas um estado muçulmano, Granada sobreviveu. El-Andaluz ruíra, mas deixava grandiosos monumentos à sua glória e poder passados.

A mesquita de Córdova, uma das maiores da Idade Média foi construída para rivalizar com na própria Meca como local de peregrinação. No seu interior podiam ver-se relíquias do próprio profeta: Os infiéis vinham de toda a Península para as adorar. Fisicamente encarna a própria história, pois compreende pedaços de construção de diferentes épocas (romana e visigótica). Os mosaicos foram colocados por artesãos Bizantinos. E também nos diz muito sobre um período posterior da História de Espanha. Da mentalidade forjada na reconquista.

Os cristãos capturaram Córdova no século XIII e transformaram a mesquita numa catedral. Três séculos depois fizeram outra coisa; 1523 construíram uma nova igreja cristã, precisamente no meio do edifício islâmico que a rodeia. O efeito é chocante. Ainda hoje nos arrepiamos ao passarmos pela beleza serena das colunatas interiores islâmicas, quando deparamos com este grande monumento cristão.

UMA VISÃO SOBRE O ISLAMISMO NA IDADE MÉDIA
Miguel Sanches de Baêna*

Foto 6 - Colunatas da Mesquita/catedral de Córdova

Diz-se que o Rei de Espanha, Carlos V, visitou a mesquita poucos anos depois e criticou asperamente os cónegos. Construíram aqui o que qualquer um poderia ter construído em qualquer lugar, disse o Imperador e com isso destruíram algo que era único no mundo.

Verdadeira ou falsa esta afirmação tem um significado, é a arrogância e a insensibilidade desse gesto, de construírem aquela igreja no meio de um maravilhoso cenário que impressiona qualquer visitante. Foi um vandalismo consciente, reflexo da segurança que a Espanha da Reconquista tinha de si própria. Mas será que tinha mesmo? Ou será que só quem não tivesse muito seguro do seu passado é que adquiria um edifício como aquele em semelhante local?

Quer tenha sido fruto da confiança ou da falta dela, a consequência inevitável da reconquista foi que a militância religiosa passou a estar indissociavelmente ligada à consciência nacional espanhola.

Nos séculos que se seguiram as questões politicas em Espanha, acabaram sempre por se diluir em questões religiosas. Tanto se podia dizer que era um país de santos e soldados, como de fanáticos e tiranos. A religião foi, até ao presente século, uma questão de política e de política sangrenta. Na origem deste fenómeno está a reconquista que associou o destino nacional espanhol a um catolicismo intransigente, que por sua vez acabou por suscitar um anti-catolicismo, igualmente intransigente.

Mas a Igreja e o Estado entraram em conflito frontal.

Em Espanha subsistiu uma convicção inabalável de que ambos se deviam juntar ao serviços da fé.

A Alhambra de Granada é um dos monumentos mais belos da Espanha Muçulmana. A Espanha que teve o seu fim em 1492 quando a cidade se rendeu aos Reis Católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Foi um grande momento para a cristandade. Deixava de haver na Europa Ocidental populações cristãs sob o domínio do infiel. Rejeitara-se na religião parecendo que se inverta o curso da história. Noutros locais a cruz continuava a bater a retirada perante o crescente, mas na Península terras que tinham sido cristãs e posteriormente islamizadas, acabaram por ser recuperadas.

Com esta atitude foi rejeitada mais do que apenas a fé, foi anulada uma civilização.

Mas os homens da reconquista não estavam interessados em compreender os complicados laços que os uniam a essa civilização. O que eles queriam, e conseguiram em poucos anos foi uma solução radical. Queriam a conversão ou a expulsão. Era uma política popular e não apenas entre reis e governantes. Há anos que se faziam programas contra judeus e muçulmanos em Espanha e à inquisição nunca faltou apoio popular. Os judeus foram os primeiros a serem expulsos. Seguiram-se os muçulmanos de Castela e, muito depois os mouriscos muçulmanos convertidos que não encontravam lugar em Espanha onde pudessem habitar. Além disso a Inquisição nunca deixou de perseguir judeus conversos.

É assim que a reconquista, uma grande epopeia, termina numa atmosfera carregada e triste de purgas e perseguições. Termina a cruzada contra o Islão, mas começava uma nova. Uma cruzada contra a dissidência que infelizmente ocupou uma grande parte da história de Espanha e de Portugal quase até aos nossos dias.

Com o fim da reconquista, iniciava-se uma nova fase da história, a do Império ultramarino que marcou a era do domínio europeu sobre o mundo.

Créditos fotográficos:

foto 1 - http://i.s8.com.br/images/books/cover/img9/21413739_4.jpg

foto 2 - http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original

foto 3 - http://2.bp.blogspot.com

foto 4 - http://meucursobiblico.zip.net

foto 5 - http://www.edsgonesouth.com/

foto 6 - http://1.bp.blogspot.com

Intervenções de conservação e restauro das esculturas São Francisco de Paula e São Francisco de Assis - Oficina de Conservação e Restauro

No âmbito da terceira remodelação do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros, foram efectuadas diversas intervenções de conservação e restauro em obras de arte sacra, pertencentes ao concelho de Macedo de Cavaleiros, na Oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes. Entre elas destacam-se duas esculturas em madeira policromada, São Francisco de Paula (fig.1) e São Francisco de Assis (fig.2), provenientes da Igreja de Nossa Senhora da Purificação de Podence e da Igreja de São Sebastião de Argana, respectivamente. Ambas as obras entram na categoria de escultura em madeira policromada, datadas do século XVIII.

Não descurando as restantes, estas duas obras despertam grande interesse, já que foram um desafio no que respeita a todo o processo de intervenção, no mínimo particular que, no entanto, se desenvolveu com êxito, apesar das dificuldades encontradas relativamente ao estado de conservação em que se encontravam.

Se por um lado, São Francisco de Paula, apresentava danos consequentes do envelhecimento natural e, principalmente, do manuseamento e conservação imprórios, pondo em risco a sua integridade física, por outro lado, São Francisco de Assis, deixa evidentes as excessivas intervenções de restauro anteriores, que desvirtuam totalmente a autenticidade original da obra e põem em causa a sua integridade estética.

Seguidamente, é apresentado, sumariamente, o estado de conservação das obras essencial para perceber toda a intervenção efectuada.

Figura 1 - São Francisco de Paula, Podence (antes da intervenção de conservação e restauro).

Figura 2 - São Francisco de Assis, Argana (antes da intervenção de conservação e restauro).

1. SÃO FRANCISCO DE PAULA

1.1. Estado de conservação

A intervenção de conservação e restauro é sempre precedida, numa primeira fase, por um levantamento de todos os danos e patologias da obra através da observação directa da mesma, reconhecendo assim o seu estado de conservação, bem como as intervenções anteriores[1].

É importante salientar que as condições de exposição da obra não eram as mais favoráveis, pelo que o adiantado estado de degradação, próximo da ruína, em que nos chegou, deve-se, maioritariamente, à incúria humana na inadequada exposição, manutenção e conservação.

A nível do suporte, verificou-se a presença de inúmeros elementos metálicos oxidados (fig.3) nas zonas de união dos blocos que compõem a obra, que além de provocarem tensões, contaminaram o suporte lenhoso e camadas de policromia, dado o avançado estado de corrosão.

Figura 3 - Elemento metálico oxidado (braço).

Constatou-se a existência de lacunas ao nível do suporte[2], nomeadamente na base, mãos e panejamentos (fig.4), no entanto pouco significativas, que não afectam a estabilidade física da obra.

[1] Este estudo, deve ser apoiado, sempre que possível, em exames físicos e análises químicas, que se tornam necessários para formular sustentadamente o diagnóstico de uma obra e consequentemente a metodologia de intervenção a adoptar.

Figura 4 - Lacunas a nível do suporte.

Por outro lado, verificam-se inúmeras fissuras e fendas (fig.5) e empeno e instabilidade das zonas de união, que colocam em risco, a longo prazo, a estabilidade estrutrural da obra. Estes problemas são devido, possivelmente, a actos mecânicos, bem como aos movimentos naturais da madeira[3], causados por oscilações de humidade e temperatura que originam a expansão e contracção da madeira e, como consequência, a perda de elasticidade das fibras e enfraquecimento da estrutura.

Figura 5 - Fenda na zona do braço.

No que concerne à camada de policromia[4], apresentava graves problemas que afectavam directamente a leitura estética e formal da obra encontrando-se intensamente degradada e instável, em risco de se perder totalmente.

Verificamos que existiam inúmeras lacunas ao nível da camada de preparação e policromia

[2] A espécie usada como suporte é provavelmente de castanho ou carvalho, madeira muito usada na produção de escultura em Poirtugal. Estas madeiras apenas diferem uma da outra pela cor e pela malha que apresentam, sendo que na madeira de castanho esta é mais difusa que no carvalho, que apresenta anéis mais marcados e de tom mais escuro.

[3] A madeira é um material higroscópico e anisotrópico, pelo que se torna extremamente sensível aos factores ambientais do local onde se insere.

[4] A estrutura-tipo da camada de policromia caracteriza-se por uma primeira camada de encolagem (cola animal) aplicada sobre a madeira para uniformizar e impermeabilizar o suporte, seguida de várias camadas de preparação de cor branca (era comum na época a constituição assentar numa carga inerte, à base de gesso, cré ou caulino, dispersa num aglutinante proteico de origem animal). Por fim, é aplicada a camada de policromia, normalmente constituída por pigmentos de origem natural, aglutinados num óleo vegetal. No caso dos panejamentos, após a camada de preparação branca é aplicada uma camada de preparação colorida (à base de argila – bolo Arménio, argila da Arménia ou bollus), como base, para aplicação da folha de ouro. Após a folha de ouro é comum utilizar a técnica do estofado, onde se inscreve a decoração a esgrafitado ou puncionado.

(fig.6 e 7), devido ao envelhecimento dos materiais traduzido na falta de coesão e flexibilidade da preparação (que serve de ligação da camada de policromia ao suporte) para acompanhar os movimentos do suporte derivados de oscilações ambientais, bem como ao mau manuseamento e exposição a condições adversas.

Aliado a este facto, verificava-se o risco de destacamento da camada de policromia restante (fig.7), de quase toda a extensão da obra.

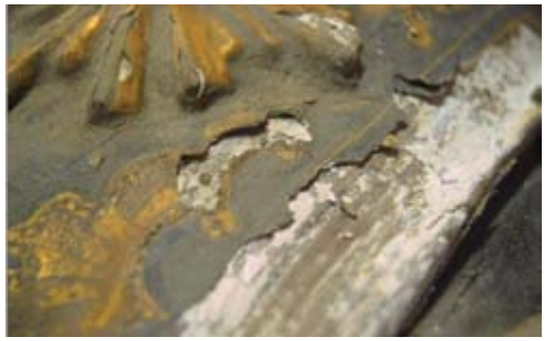


Figura 6 - Lacunas a nível da camada de policromia e risco de destacamento.

Figura 7 - Risco de destacamento das camadas de preparação e policromia.

Observa-se, evidentemente, uma ampla camada de sujidades e poeiras acumuladas (fig. 8) ao longo dos tempos, principalmente nas zonas de concavidades.

Figura 8 - Risco de destacamento das camadas de preparação e policromia.

1.2. Metodologia de Intervenção

Para uma metodologia de intervenção sustentada é necessário ter em conta não só a metodologia geral em escultura, mas também a função, materiais, danos e patologias da obra. Neste sentido a intervenção seguiu uma orientação acima de tudo conservativa, de modo a devolver a sua integridade física, mas também de restauro, no sentido de restabelecer a sua função estética, já que exerce uma função devocional e artística.

A intervenção apoiou-se nos critérios de intervenção mínima e diferenciação, bem como de reversibilidade e compatibilidade de materiais[5] fomentando, deste modo, a salvaguarda da materialidade, valor cultural e cultual, autenticidade e historicidade da obra.

O avançado estado de degradação desta obra, em particular, não permitia uma total manipulação, em segurança, sem causar maiores danos pelo que exigiu diversos e redobrados cuidados nos procedimentos.

Dando início à intervenção houve prioridade na fixação geral da camada de preparação e de policromia, pois o elevado risco de destacamento limitava qualquer outro procedimento. Para isso, foi necessário realizar uma limpeza superficial controlada (fig. 9) para remover sujidade e poeiras que para além de alterarem a leitura da obra e causarem mais danos, impedem a eficácia dos produtos usados na fixação.

Figura 9 - Limpeza mecânica superficial.

[5] Os critérios da intervenção encontram-se definidos num código ético estabelecido pela ECCO (Confederação Europeia das Organizações de Conservadores-Restauradores), cujo objectivo é estabelecer os limites adequados numa intervenção.

Deste modo, foi possível efectuar uma pré-fixação das camadas de preparação e policromia, que consistiu na introdução de um adesivo à base de etilmetacrilato[6] dissolvido num hidrocarboneto aromático (fig.10).

Figura 10 - Pré-fixação pontual da camada de preparação e policromia.

Posteriormente, foi efectuada a consolidação da camada de preparação e de policromia (fig.11), por aplicação de um adesivo de origem animal[7] , dissolvido em água e fenol[8], em toda a extensão da obra, que devolveu a coesão e flexibilidade aos estratos pictóricos e, consequentemente, permitiu a fixação ao suporte.

Figura 11 - Consolidação da camada de preparação e de policromia.

Após a camada de policromia estar segura foi possível avançar no tratamento, com a imunização do suporte, operação preventiva do ataque de agentes biológicos, utilizando um biocida cujo princípio activo é a permetrina[9].

Seguidamente, realizou-se a remoção de elementos metálicos oxidados (fig. 12 e 13) que não exerciam qualquer tipo de função na obra e propiciavam ligações instáveis, nomeadamente na base, no braço direito e mãos. Além desta, procedeu-se à desoxidação dos restantes elementos metálicos, por abrasão, que ainda exerciam a sua função inicial.

Figura 12 - Elementos metálicos oxidados na zona de ligação do braço.

[6] Este adesivo é comercialmente denominado por Paraloid B-72®. Tem excelente adesividade, força moderada e é reversível. Comercializável na forma de grãos cristalinos de variada granulometria, que podem ser dissolvidos em cetonas e aromáticos em variadas percentagens, conforme a consistência desejada. É insolúvel em água e isopropanol.
[7] A cola animal é obtida através da dissolução do colagénio presente nos tecidos, nervos e cartilagens dos animais.
[8] Utilizado como fungicida, desinfectante e bactericida.
[9] A permetrina é o elemento activo dos insecticidas e biocidas. O biocida utilizado apresenta uma acção rápida, eficácia em pequenas dosagens e compatibilidade com a grande maioria dos materiais lenhosos.

Figura 13 - Remoção de elementos metálicos.

Figura 15 - Pormenor das carnações durante o proceso de limpeza química.

Sucedeu-se, então, a primeira fase de limpeza por meio de solventes da camada de policromia[10], com a finalidade de eliminar qualquer tipo de sujidade ou material adicionado à obra (fig. 14 e 15). Pelo conhecimento sobre as características dos solventes[11] (poder de penetração, volatilidade, retenção), os seus efeitos sobre a matéria original, toxidade e a sua acção, efectuou-se um teste de solubilidade em diversas zonas da obra. Desta forma é possivel aferir sobre a reacção da camada pictórica (pigmentos) à acção solvente, bem como eficácia de solubilização/remoção da sujidade. O solvente que se mostrou mais eficaz na remoção, sem causar alteração em nenhum dos pigmentos constituintes da camada pictórica, foi um gel à base de um hidrocarboneto aromático[12].

Figura 14 - Limpeza química da camada de policromia.

Posteriormente, foi efectuada a revisão da estrutura e colagem de fragmentos, que teve como intuito devolver à obra a sua estabilidade física, já que anteriormente foram removidos os elementos metálicos e separadas partes instáveis da obra. Uniram-se, novamente, estas zonas usando cavilhas de madeira, compatível com o material original e um adesivo à base de acetato de polivinilo[13].

Nesta fase, procedeu-se ao preenchimento de fendas e lacunas ao nível do suporte (fig.16), conferindo-lhe uma maior resistência e estabilidade, evitando o posterior risco de destacamento da camada pictórica e o depósito de sujidades. Foi introduzida madeira de balsa (com baixa densidade e compatível com o original) com PVA e, posteriormente, executou-se o preenchimento com uma pasta de fibras de celulose. Depois de seco, este material foi cuidadosamente nivelado, de forma a torná-lo numa camada uniforme e de textura homogénea.

Nesta fase, passamos a um tratamento que envolve uma componente meramente estética e de restauro: o preenchimento de lacunas a nível da camada de preparação (fig.17).

[10] Desde logo, uma limpeza é um processo irreversível, pelo que, a opção de remoção de qualquer material ou camada é cuidadosamente ponderada e efectuada após conhecimento acerca das camadas de policromia que compõem a obra. É um processo gradativo e controlado.

[11] Para conhecimento dos solventes e do que se pretende remover temos em conta que, quimicamente, "semelhante dissolve semelhante" (quanto mais similitude existir entre o que se pretende remover e as forças de atracção do solvente, maior será também a atracção entre o sólido e esse líquido e, portanto, mais facilmente se desagrega) e o Diagrama de Teas (onde os solventes se situam em função da sua penetração, tempo de actuação e retenção e onde encontramos o tipo de sujidade segundo as suas características químicas).

[12] O uso de solventes orgânicos em gel, proporciona um maior tempo de actuação do solvente e assim uma melhor remoção da sujidade. O gel é preparado pela adição de um material espessante, um tensioactivo e o solvente à água. É removido pelo uso de um solvente alifático produzido a partir da destilação do petróleo (White Spirit) ou uma cetona.

[13] O acetato de polivinilo, ou PVA, é uma dispersão aquosa sintetizada através do acetileno e do ácido acético. Como é termoplástico permite ser moldado à medida que é aquecido. Quando arrefecido, o PVA, torna-se rígido.

Figura 16 - Preenchimento a nível do suporte, com uma pasta de fibras de celulose.

Tendo em vista já a reintegração cromática, foi importante ter em conta o estado de degradação da obra que levou a que muita da camada policroma original se perdesse, o que limitou a intervenção apenas às carnações, dado que na restante obra (panejamentos) não havia dados de continuidade formal suficientes para executar a reintegração cromática. Recorreu-se à aplicação de uma pasta sintética[14], seguida dos respectivos nivelamentos, de modo a obter o nível da camada de preparação perdida para posterior reintegração. Seguidamente, foi aplicada uma camada isolante, com um adesivo sintético à base de etilmetacrilato, díluido a 5% num solvente orgânico, com a finalidade de impedir que os materiais utilizados na reintegração fiquem permanentemente associados aos originais e para obter a saturação das cores.

Figura 17 - Preenchimentos a nível da camada de preparação.

Finalmente, a reintegração cromática (fig. 18) permite restituir a leitura da obra e eliminar a interferência das lacunas, sem nenhuma atitude criativa, respeitando a sua autenticidade e identificável em relação à parte original da obra, nunca interferindo com ela.

Figura 18 - Reintegração cromática das carnações.

O método de reintegração escolhido depende essencialmente da obra, do contexto em que se insere e função, bem como do tipo de lacunas e a sua extensão. Como tal, adoptou-se uma técnica ilusionista - o trattegio. A cor é conseguida pela composição aditiva e sobreposta de várias camadas de cor, sob a forma de traços. O objectivo é conseguir a diferenciação entre o original e o reintegrado, mas obtendo uma leitura global, à distância. Foi executada utilizando pigmentos aglutinados em verniz[15].

Por fim, aplicou-se uma camada de verniz final, com o intuito de proteger a camada pictórica contra agentes atmosféricos, homogeneizar o brilho e integrar perfeitamente a reintegração cromática. As propriedades exigidas a um verniz são, essencialmente, a de uma boa estabilidade química e boas propriedades ópticas em relação ao índice de refracção.

[14] Denominado de Modostuc®, este acetato de polivinilo é de fácil aplicação e muito estável. Trata-se de uma massa reversível devido à sua diluição em água, acetona ou etanol. Apresenta cor branca, o que favorece a posterior reintegração cromática.

[15] Os pigmentos aglutinados em verniz respeitam as exigências de estabilidade, reversibilidade e inocuidade. Possuem bom poder de cobertura. São dispersos num hidrocarboneto aromático, que permite diminuir a quantidade de aglutinante, o que controla efeitos divergentes de brilho.

Figura 19 e 20 - Pormenor da base antes e após a intervenção.

Figura 21 e 22 - Pormenor do rosto antes e após a intervenção..

Figura 23 e 24 - Pormenor da mão antes e após a intervenção.

2. SÃO FRANCISCO DE ASSIS

2.1. Estado de Conservação

No que concerne ao estado de conservação da escultura, a nível do suporte, não apresentava danos estruturais que afectassem a sua estabilidade física, exceptuando elementos metálicos em avançado estado de oxidação e sem exercer qualquer função de ligação, dado que, os locais onde se encontravam (mãos e base) apresentavam perdas volumétricas de suporte (fig.25 e 26), mas pouco significativas.

Figura 25 - Elementos metálicos oxidados e perdas volumétricas de suporte.

Figura 26 - Elemento metálico oxidado.

A maior preocupação seria a nível da camada de policromia, derivado de tratamentos inadequados durante os anos. Através de uma detalhada observação directa da obra, foi visível, em certas zonas, concretamente no rosto e mãos, a existência de uma camada de policromia (em destacamento) sobreposta à camada original (fig.27). Igualmente nos panejamentos é evidente que a camada visível não é original, devido à qualidade da técnica empregue bem como à existência de vestígios de uma camada dourada, sob a cor negra. Esta intervenção anterior, traduzida num repinte total da superfície (Fig. 28)(realizada com a intenção única de dissimular ou ocultar lacunas existentes nas camadas pictóricas), afecta directamente a leitura estética e formal, pois oculta a camada original que, em termos artísticos, é mais rica que a actual.

Figura 27 - Pormenor das carnações onde é visível a camada original subjacente.

Figura 28 - Zona das carnações repintada na totalidade.

Com a remoção do repinte durante o tratamento, são visíveis lacunas ao nível da camada de preparação e policromia, talvez devido

ao mau manuseamento e à falta de coesão dos materiais, que impossibilita uma boa ligação ao suporte. Associado a estes factores está o risco de destacamento da camada policroma, que se deve também aos materiais inadequados empregues na intervenção anterior.

2.2. Metodologia de Intervenção

A metodologia da intervenção seguiu um carácter de conservação e restauro, já que o tratamento implicava, principalmente, devolver a sua leitura original da sua execução, não esquecendo que também estas intervenções, a longo prazo, trazem maiores danos físicos à obra.

Nestes termos a intervenção iniciou-se pela limpeza, por meio de solventes, da camada de policromia e consequente remoção de intervenções anteriores (fig. 29 e 30). Após análise detalhada (abertura de "janelas" em vários locais da obra), notou-se que a camada original estaria, maioritariamente completa, pelo que se optou pela remoção da camada de repinte. Por outro lado, durante os testes de limpeza química, observou-se que os materiais usados nesta intervenção não seriam os mais adequados ou de boa qualidade, dado que eram removidos facilmente com qualquer solvente fraco, o que limitava a continuidade da intervenção caso não fosse removido. Neste caso específico de remoção de repinte, recorreu-se à utilização de um gel à base de um hidrocarboneto aromático, com auxílio mecânico de bisturi.

Figura 29 - Limpeza da camada de repinte, por meio de solventes.

Figura 30 - Pormenor da mão durante o processo de limpeza.

Figura 31 - Pormenor das vestes, antes e após a limpeza química.

A continuidade da intervenção seguiu as linhas da metodologia geral de intervenção em escultura em madeira policromada, como sendo: fixação das camadas de preparação e de policromia, remoção e desoxidação de elementos metálicos, imunização do suporte, tratamento de fendas e lacunas ao nível do suporte, preenchimento de lacunas a nível da camada de preparação e nivelamento, aplicação de camada isolante, reintegração cromática (tratteggio) e aplicação de camada de protecção.

Intervenções de conservação e restauro das esculturas São Francisco de Paula e São Francisco de Assis - Oficina de Conservação e Restauro
Joana Afonso

Figura 32 e 33 - Pormenor da veste, antes e depois da intervenção.

Figura 36 e 37 - Pormenor do rosto, antes e depois da intervenção

Figura 34 e 35 - Pormenor da veste, antes e depois da intervenção.

Figura 38 e 39 - Pormenor da veste, antes e depois da intervenção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras em questão, durante o seu tempo de vida, foram afectadas por factores intrínsecos à própria obra e derivados do seu envelhecimento natural, que apesar de se tornarem num problema para a conservação do bem, não desencadeiam processos de degradação tão graves como os derivados de factores externos, tais como condições ambientais e de exposição adversas e negligência humana.

Por um lado, a escultura de São Francisco de Paula sofreu com o avançar do tempo e o envelhimento natural, aliado a factores ambientais. No entanto, o estado lastimável da obra deveu-se muito à incúria humana, no que concerne à sua boa manutenção e exposição.

Colocaram-se dúvidas quanto ao seu tratamento e quais seriam os melhores procedimentos para que a obra alcançasse a resistência exigida para um maior tempo de vida útil. Para contornar os problemas da degradação, exigiram-se cuidados redobrados na manipulação da obra e execução de alguns procedimentos habituais e o sucesso da intervenção está evidente no resultado alcançado e no aspecto geral da obra.

Por outro lado, na escultura de São Francisco de Assis, os principais danos estão aliados ao factor humano que, serão mais sérios que os anteriores. Estas intervenções excessivas, com uso de técnicas e materiais inadequados, alienam directamente o património, alterando-o e afectando a sua autenticidade, muitas vezes, por mera falta de conhecimento de conceitos e questões de conservação e restauro e ética profissional.

A intervenção feita mostra a falta de cuidado e atenção para um testemunho humano do passado e da arte sacra, esquecendo que, apesar de os danos e os factores que os causam serem muitos, os meios e técnicas para os prevenir e tratar, são também muitos e não passam por uma intervenção danosa que, em muitos casos, é irreparável e envolve mais malefícios que a ausência de tratamento. Felizmente, neste caso, foi executável devolver à obra a sua autenticidade e dar a conhecer o que antes estava oculto, seguindo os limites e parâmetros de ética que se impõem a uma

Figura 40 e 41 - Aspecto geral da obra, antes e após a intervenção.

Intervenções de conservação e restauro das esculturas São Francisco de Paula e São Francisco de Assis - Oficina de Conservação e Restauro
Joana Afonso

Figura 42 e 43 - Aspecto geral da obra, antes e após a intervenção.

intervenção de conservação e restauro.

A conservação e restauro desempenha uma função relevante na defesa do património, na medida em que, como se vê nestes trabalhos, é ela que permite devolver a integridade física e estética às obras. No entanto, deve reger-se por princípios éticos e deontológicos com total respeito pela autenticidade e historidade das obras e sem nenhuma atitute criativa, já que cada intervenção, por mínima que seja, vai influenciar, permanentemente, as mesmas. É imprescindível recorrer a um técnico especializado na área, para obtermos o melhor aconselhamento e tratamento sobre o património, sem risco de o perder definitivamente.

Pretende-se, com isto, não uma crítica negativa, mas sim um sinal de alerta e consciencialização para a valorização e preservação do nosso património e para o seu valor histórico-artístico. É responsabilidade de cada um este papel para que gerações futuras possam usufruir do património, tal como nós.

4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAMACHO, Clara (cordenação), Temas de Museologia. Plano de Conservação Preventiva – Bases orientadoras, normas e procedimentos, 2007**BRANDI**, C., Teoría de la Restauración, Alianza Editorial, ed. Castellana, 1988.

KÜHN, Herman, Conservation and Restoration of Works of Art and Antiquities, Vol. 1, Butterworths, England, 1985.

(v.a.), A carpintaria, Colecções artes e ofícios, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

VILLARQUIDE, Ana, La pintura sobre tela I– Historiografia, técnicas y materiales, Editorial Nerea, San Sebastián, 2004

VILLARQUIDE, Ana, La pintura sobre tela II – Alteraciones, materiales y tratamientos de restauración, Editorial Nerea, 2005.

HOADLEY, R. Bruce, Understanding Wood – A craftsman's guide to wood technology, The Taunton Press, 11ª ed., Connecticut, 1997.

2002 - 2012, um olhar, para trás.

A «Terras Quentes», Associação de Defesa do Património, foi fundada por escritura pública no dia 20 de Dezembro de 2002. Entende-se ser(este caderno Terras Quentes nº 9) um bom momento para fazer um balanço do que foram esses 10 anos de actividade de uma Associação de defesa do património, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Será que terá valido a pena a sua fundação? Será que atingiu os objectivos a que se propôs? Será que os seus onze fundadores se sentem de consciência tranquila com o desempenho, nesta primeira década, da instituição que fundaram? Vamos lá ver se valeu a pena!...

Dizem os estatutos, sobre os seus objectivos:

1 - Promover o estudo, preservação, defesa e divulgação do património cultural, mormente arqueológico, paisagístico, artístico, etnográfico, industrial e ambiental.

Trabalhos realizados neste 1º item:

Relembremos os trabalhos realizados neste 1º item. Para a sua afirmação institucional e tutelar, logo após o terceiro ano de actividade, elaborou-se um dossier no sentido de buscar o reconhecimento do interesse público das suas actividades. Assim, em Agosto de 2005, foi aprovado por unanimidade em Sessão de Câmara, o Interesse Público da Associação Terras Quentes.

No mês seguinte, Setembro 2005, solicitou-se à Presidência do Conselho de Ministros o reconhecimento do Interesse Público da Associação Terras Quentes, reconhecimento que chegou em Dezembro do mesmo ano pelo Ministério da Cultura e pela Presidência do Conselho de Ministros a outorga de Instituição de utilidade pública, ao abrigo do decreto-lei 460/77.

Para promover o estudo, preservação, de-

* Presidente da direcção da Associação Terras Quentes.

fesa e divulgação do património cultural, recorreu-se à captação de voluntários, em diversas Universidades do país e estrangeiro, a exemplo, Clássica de Lisboa, Porto, Coimbra, Trás-os-Montes, Minho, Nova de Lisboa, Évora, Vigo, Valladolid, Madrid, S. Paulo, Louisville. Até às escavações de 2011 passaram, em regime de voluntariado, pelo "campus arqueológico de Macedo de Cavaleiros", campo certificado pelo Departamento de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1.598 alunos na sua maioria pertencentes às licenciaturas em Arqueologia das referidas universidades. Também foi necessário recrutar voluntários em História de Arte, na maioria proveniente da licenciatura em História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, assim como na variante de Conservação e Restauro, onde nos anos de 2008 e 2009, foram realizados os estágios de verão, na sua maioria, finalistas da Escola das Artes da Universidade Católica do núcleo do Porto.

Todavia, logo a partir de 2005, as actividades da Associação Terras Quentes evoluíram, havendo necessidade de ter técnicos em permanência para dar conta de vários projectos, que mais à frente nos referiremos, fazendo-se uma aposta forte e clara, em recém-licenciados nas áreas de Arqueologia, História de Arte e Conservação e Restauro, assim como à contratação efectiva de alguns elementos. Referindo-nos a estágios profissionais suportados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pela Associação Quentes foram, até ao momento ministrados 21 estágios, como segue quadro, tendo a Instituição investido 98.039,76, nessa forma de formação. Adiante-se que a Instituição não tem conhecimento que nenhum dos estagiários que beneficiou de estágio esteja, neste momento, em situação de desemprego.

- Estágios financiados pelo IEFP e pela ATQ

Nº	Nº Estágio	Nível	Nome	Área	Valor investido ATQ
1	25/05/Mac	V	Dr. João Tereso	Arqueologia	2.247,87
2	31/05/Mac	V	Drª Helena Barranhão	Arqueologia	2.255,26
3	34/05/Mac	V	Drª Lília Silva	História Arte	9.080,16
4	34/05/Mac	V	Dr. Lúcio Leal	História Arte	9.080,16
5	34/05/Mac	V	Drª Ana Gaspar	Antropologia	9.080,16
6	34/05/Mac	V	Drª. Mafalda Jorge	Restauro	9.080,16
7	12/EP/06	V	Drª. Sofia Figueiredo	Arqueologia	4.584,82
8	12/EP/06	V	Drª. Fátima Bento	Arqueologia	4.584,82
9	063/EP/06	V	Drª. Liliana Pereira	Arqueologia	3.438,39
10	063/EP/06	III	Liliana Rio	Restauro	3.438,39
11	032/EP/07	V	Drª Bárbara Maia	Restauro	4.584,82
12	032/EP/07	V	Drª Raquel Henriques	Arqueologia	4.584,82
13	002/EP/08	V	Dr. Tiago Oliveira	Restauro	4.787,64
14	002/EP/08	V	Dr. Ricardo Naito	História Arte	4.787,64
15	80/POC/08	III	Liliana Rio	Restauro	800,00
16	048/EP/08	III	Drª Cátia Carvalho	Arqueologia	2.508,03
17	04/EPR/09	V	Drª Filipa Leite	História Arte	4.024,56
18	12/EPR/09	V	Drª Fátima Santos	História Arte	4.024,56
19	024/EP/09	V	Dr. Frederico Matos	Restauro	4.024,56
20	006/EP/10	V	Drª Raquel Seixas	História de Arte	4.024,56
21	1029/EP/10	V	Drª Joana Domingos	Restauro	3.018,38
					98.039,76

É de elementar justiça revelar o carinho e empenhamento que a autarquia de Macedo de Cavaleiros sempre mostrou, por parte dos seus eleitos, para com as actividades propostas e desenvolvidas pela Associação. Pela nossa parte, sempre tivemos no nosso horizonte, fazer o melhor que podíamos e sabíamos no sentido de atribuir ao concelho o conhecimento de todo o seu vasto património e cultura, a fim de que a edilidade pudesse, a partir dos dados colocados à disposição, elaborar planos de desenvolvimento culturais e turístico. Macedo de Cavaleiros é, hoje, dos pouco municípios no País que tem todo o seu património inventariado e grande parte estudado e conservado, como mais à frente lhes daremos conta.

As verbas Municipais, colocadas à disposição da Instituição a partir de propostas de projectos de actividades a desenvolver anualmente e aprovado nas devidas sedes (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Tutela ministerial, em diversos casos) são públicas, mas relembramos a verbas recebidas.

Anos	Verbas aprovadas e disponibilizadas
2003	54.850
2004	100.000
2005	94.000
2006	65.701
2007	54.249
2008	50.000
2009	40.750
2010	43.000
2011	29.200
Aprovado para 2012	26.280
Média anual	56.861
Total:	511.750,00

Para terminar a satisfação do 1º item de que se compõe os nossos objectivos estatutários, referimos a parte da divulgação do património cultural. Tem sido uma das nossas primeiras preocupações divulgar, junto das comunidade escolar, assim como da população macedense, as actividades desenvolvidas. Para além das acções referidas salientamos as nossas jornadas da primavera, que mais à frente iremos dar conta, assim como as "noites com o Património" realizadas nos anos de 2009 e 2010 e que irão ser retomadas no verão de 2012.

2 - Fomentar e apoiar a formação e a valorização cultural dos seus associados. Participar em escavações arqueológicas e levar a efeito trabalhos de inventariação do património, estudos sobre a história regional e local, propostas de classificação, restauro e aproveitamento de imóveis de interesse local, regional e nacional.

Trabalhos realizados neste 2º item

As escavações arqueológicas, conjuntamente com o património religioso (principal desígnio da fundação da Associação Terras Quentes) foram as actividades que mais conhecimentos trouxeram ao Concelho. Assim, no respeitante à arqueologia já foram, desde 2003, realizadas 47 campanhas em 20 arqueosítios, conforme o quadro abaixo:

Relação dos sítios intervencionados entre 2003 e 2011

	ANO/SÍTIO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1	**Fraga Corvos** Senna-Martinez	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	**Fraga Abrigo** José Ventura Hélder Carvalho	X	X	X	X	X				
3	**Terronha Pinhovelo** Carlos Mendes João Tereso, Helena Barranhão Lúcia Miguel		X	X	X					
4	**Cramanchão** Carlos Mendes Miriam Arranz, João Tereso Helena Barranhão	X	X		X					
5	**Fraga da Pegada** Carlos Mendes Sofia Figueiredo, Fátima Bento				X					
6	**Mamoa Stª Ambrósio** Hélder Carvalho	X	X	X						
7	**Bovinho** Carlos Mendes, João Tereso Helena Barranhão, Miriam Arranz	X		X						
8	**Necrópole** Carlos Mendes Nathalie Ferreira	X	X		X					
9	**Sr.ª do Campo** Carlos Mendes Senna-Martinez	X								
10	**Forno Romano,** Carlos Mendes	X								
11	**Cabeço da Anta,** Carlos Mendes	X	X							
12	**Xaires** José Ventura, Hélder Carvalho, Patrícia Pinheiro						X	X	X	
13	**Forno Pradinho** Carlos Mendes	X								
14	**Prado Cavaleiros** Carlos Mendes Liliana Pereira					X				
15	**Real Filatório** João Tereso Helena Barranhão, Lúcia Miguel				X					
16	**Vias Augustas** Carlos Mendes				X					
17	**Campo Pereiro** C. Mendes; Hélder, João, Raquel					X	X	X		
18	**Azenha da Marta** Carlos Mendes					X				
19	**Fornos da Cal** Carlos Mendes			X	X					
20	**Forno da Velha** Hélder Ventura				X					
	20 Sítios 47 Campanhas	**10**	**7**	**6**	**10**	**5**	***3***	***3***	***2***	**1**

Leitura do quadro supra – Intervenções arqueológicas 2003/2011

No âmbito do Projecto de intervenções Arqueológicas, PNTA (Programa Nacional de Trabalhos Arqueológicos) iniciado em 2003, com final em 2007 (entretanto prorrogado até 2013), contempla intervenções arqueológicas em 10 arqueosítios – Objectivo: Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Intervenções realizadas:

1 - Povoado da 1ª Idade do Bronze e Abrigos na Fraga dos Corvos, Freguesia Vilar do Monte, nove intervenções, nos anos de 2003 a 2011.

2 - Abrigos na Fraga dos Corvos, Freguesia Vilar do Monte, cinco intervenções nos anos de 2003 a 2007.

3 - Terronha de Pinhovelo (castro romanizado), Freguesia da Amendoeira, duas intervenções nos anos de 2004 a 2006.

4 - Povoado romanizado do Cramanchão, Freguesia dos Cortiços, três intervenções nos anos de 2003, 2004 e 2006.

5 - Limpeza da Fraga da Pegada, Freguesia de Santa Combinha, ano de 2006.

6 - Mamoa de Santo Ambrósio, Freguesia de Vale da Porca, três intervenções nos anos de 2003, 2004 e 2005.

7 - Povoado romanizado (mineiro) do Bovinho, Freguesia de Edroso, duas intervenções nos anos de 2003 e 2005.

8 - Necrópole medieval do Sobreirinho, Freguesia de Ferreira, duas intervenções nos anos de 2003 e 2004.

9 - Santuário de Nº Srª do Campo, Freguesia de Lamas, uma intervenção no ano de 2003.

10 - Forno de Tipologia Romana, Freguesia de Salselas, duas intervenções nos anos 2003 e 2004.

11 - Estação de Arte Rupestre do Cabeço da Anta, Freguesia de Salselas, duas intervenções, nos anos de 2003 e 2004.

12 - Povoado Calcolítico de Xaires, freguesia de Talhas, 3 intervenções nos anos 2008, 2009 e 2010

13 - Forno de Telha do Pradinho, Freguesia de Salselas, 1 intervenção no ano 2004.

14 - Acompanhamento das Obras de Saneamento do Prado de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, no 2007.

15 - Trabalhos de arqueologia, solicitados pela Câmara Municipal, no Real Filatório de Chacim, efectuados por três arqueólogos colaboradores da Associação Terras Quentes, (Setembro de 2004).

16 - Detecção da Via Romana XVII (Augusta), ano 2006.

17 - Prospeção a Castelãos, descoberta do Campo das tropas de D. João I e Nuno Álvares Pereira - lugar do Pereira nos anos 2007 a 2009.

18 - Prospecção à Azenha da Marta, Freguesia de Lamalonga, 2007

19 - Levantamento e registo dos fornos da Cal de Vale da Porca e Salselas, anos 2005 e 2006.

20 - Prospecção pinturas Rupestres do Forno da Velha, Freguesia de Lagoa, ano 2006

Outros trabalhos no âmbito da Arqueologia:

No âmbito do projecto de construção da barragem do baixo Sabor, trabalhos de prospecção à margem direita do rio sabor confinante com o concelho de Macedo de Cavaleiros.

- Levada Velha, freguesia de Talhas, arte rupestre no ano 2006.

2002 - 2012, um olhar, para trás.
Carlos Mendes

No âmbito do projecto "Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros", que teve início em 2004 e terminou em 2007, houve prospecção aos seguintes sítios:

Ano de 2003

- Prospeção do arqueosítio do Cabeço da Paixão

- Prospecção do arqueosítio do Cabeço dos Mouros

Ano de 2004

- Prospecção do Arqueosítio do Alto da Madorra

- Prospecção do Arqueosítio Banrezes

- Prospecção do arqueosítio Bornes/Santa Marta

- Prospecção do arqueosítio Bouzende

- Prospecção do arqueosítio do Cabeço, ano

- Prospecção do Arqueosítio do Cabeço do Berrão

- Prospecção do arqueosítio do Cabeço Gordo

- Prospecção do arqueosítio do Calveiro

- Prospecção do arqueosítio do Carrascal

- Prospecção do arqueosítio do Castelo de Balsemão

- Prospecção do arqueosítio do Castelo de Gralhós

- Prospecção do arqueosítio do Castelo de São Marcos

- Prospecção do arqueosítio do Castelo dos Mouros

- Prospecção do arqueosítio do Castelucho de Balsemão

- Prospecção do arqueosítio do Castrilhão

- Prospecção do arqueosítio da Cerca dos Mouros

- Prospecção do arqueosítio da Cerquinha

- Prospecção do arqueosítio de Espadanedo

- Prospecção do arqueosítio da Espondra

- Prospecção do arqueosítio do Facho de Lamalonga

- Prospecção do arqueosítio da Fonte do Prado

- Prospecção do arqueosítio dos Fornos dos Mouros

- Prospecção do arqueosítio da Fraga da Moura

- Prospecção do arqueosítio da Fraga das Ferraduras

- Prospecção do arqueosítio da Fraga do Castelo

- Prospecção do arqueosítio da Fraga do Santo

- Prospecção do arqueosítio da Fraga dos Corvos

- Prospecção do arqueosítio da Fraga do Fidalgo

- Prospecção do arqueosítio do Lameirinho

- Prospecção do arqueosítio da Marra 1

- Prospecção do arqueosítio da Marra de Vale de Prados

- Prospecção do arqueosítio Mogrão/Caúnha

- Prospecção do arqueosítio do Mourel

- Prospecção do arqueosítio do Meda

- Prospecção do arqueosítio de Nozelos

- Prospecção do arqueosítio da Pena Mourisca

- Prospecção do arqueosítio da Perafita

- Prospecção do arqueosítio da Ponte de Banrezes

- Prospecção do arqueosítio da Cernadela

- Prospecção do arqueosítio da Ponte da Paradinha

- Prospecção do arqueosítio da Ponte de Vale da Porca

- Prospecção do arqueosítio da Ponte do Bairrinho

- Prospecção do arqueosítio de Santa Madalena

- Prospecção do arqueosítio da Senhora do Monte

- Prospecção do arqueosítio da Sepultura dos Mouros

- Prospecção do arqueosítio da Sobreda

- Prospecção do arqueosítio do Solar dos Sarmentos

- Prospecção do arqueosítio de São Gregório

- Prospecção do arqueosítio do Terrioulo

- Prospecção do arqueosítio de Travanca

- Prospecção do arqueosítio da Urreta das Mós

- Prospecção do arqueosítio do Vale Grande

- Prospecção do arqueosítio de Vale de Noveia

- Prospecção do arqueosítio da Vila dos Mouros

- Serviço de apoio técnico à comunidade: A Associação Terras Quentes fornece gratuitamente serviços de aconselhamento técnico ao Município e às 38 Freguesias do Concelho. A partir 2005 até ao momento, houve intervenções ou aconselhamento técnico para as seguintes entidades:- Fornecimento à Câmara Municipal de dados sobe o património Histórico e Arqueológico existente, para a definição do novo perímetro da albufeira do Azibo (Julho 2005); Junta de Freguesia de Carrapatas (Igreja e Fontanário); Junta de Freguesia de Vilar do Monte (Igreja e Fonte de mergulho); Junta de Freguesia de Salselas (Igreja de Valdrez e Igreja de Limãos); Junta de Freguesia de Vale da Porca; Junta de Freguesia de Ferreira; Junta de Freguesia de Edroso; Junta de Freguesia de Vale Benfeito; participação no estudo de impacto ambiental da continuação do IP-2, no traçado a passar no Concelho de Macedo de Cavaleiros, a cargo da empresa A Amb & Veritas; participação no estudo de impacto ambiental (a pedido da empresa de arqueologia Zephyrus e Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros) da linha de transporte de eletricidade do Douro Internacional, na área do concelho de Macedo de Cavaleiros;

Acompanhamento de cerca de 350 alunos das escolas primárias e secundárias de Macedo de Cavaleiros, ao Museu Municipal de Arqueologia e escavações entre Julho a Setembro de 2005;

Descoberta e interpretação de uma estela com inscrições romanas, inédita, na casa de turismo rural de Pinhovelo.

- Classificação de sítios

Em 2007 foram preparados, com justificação técnica e científica, 10 dossiers de arqueosítios existentes no Concelho de Macedo de Cavaleiros, com o intuito de serem remetidos à tutela ministerial a fim de se habilitarem ao processo de classificação/protecção. Assim, foram propostos: A Terronha de Pinhovelo (povoado romanizado) sito em Pinhovelo, Freguesia da Amendoeira; Povoado romanizado do Cramanchão, Freguesia dos Cortiços; Forno Romano e Forno de Telha do Pradinho freguesia de Salselas; Necrópole do Sobreirinho, Comunhas, freguesia de Ferreira; Fornos da Cal de Vale da Porca, Freguesia de Vale da Porca; Povoado da primeira Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, freguesia de Vilar do Monte e Fraga da Pegada (arte rupestre) sito na freguesia de Santa Combinha: Destes 10 arqueosítios, 5 foram considerados com valor de serem classificados.

São as seguintes as classificações atribuídas

Arqueosítio Classificado de Interesse Público

Povoado da Idade do Ferro e Idade Romana da Terronha de Pinhovelo

Arqueólogos Responsáveis: Mestre Carlos Mendes, Mestre João Tereso, Dr.ª Helena Barranhão e Dr.ª Lúcia Miguel

Arqueosítios Classificados de Interesse Municipal

Forno Romano de Salselas

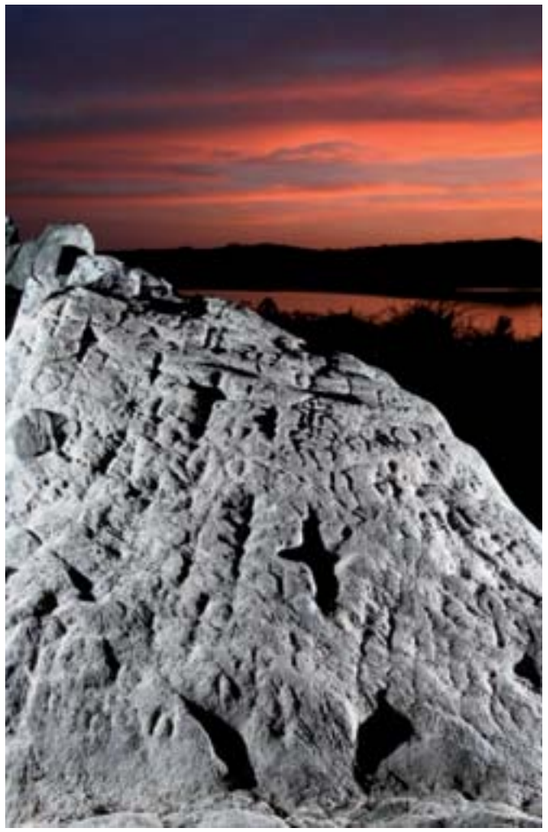
Arqueólogo responsável: Mestre Carlos Mendes

Povoado Romanizado do Cramanchão

Arqueólogo responsável: Mestre Carlos Mendes, Mestre Miriam Arranz Gonzalez

Povoado Romanizado do Cramanchão

Arqueólogos responsáveis: Prof. Doutor Senna-Martinez, Drª Elsa Luís.



Fraga da Pegada

Arqueólogos responsáveis: Mestre Carlos Mendes; Dr.ª Sofia Figueiredo; Dr.ª Fátima Bento.

Reconhecendo o seu valor intrínseco dos arqueossítios, mas devido à figura de excepcionalidade da classificação, entendeu, a tutela, não estarem reunidos os conhecimentos suficientes de excepcionalidade para se atribuir uma classificação aos seguintes sítios propostos. Recomendando, ao município, a sua integração no inventário patrimonial do Plano Director Municipal, a fim de garantir a protecção do imóvel e o reconhecimento do seu valor patrimonial.

Estão neste grupo os seguintes arqueosítios:

- Necrópole do Sobreirinho – Freguesia de Ferreira. Despacho Igespar 31.03.08

- Forno de Cal de 2ª Geração – Freguesia de Vale da Porca. Despacho Igespar 31.03.08

- Forno de Telha do Pradinho – Freguesia de Salselas. Despacho Igespar 31.03.08

Inventariação dos bens da diocese Bragança-Miranda

O Inventário histórico-artístico da Diocese de Bragança iniciou-se no verão de 2004, começou de forma tímida (através de voluntariado) iniciando-se o inventário ao Concelho de Macedo de Cavaleiros, inicio que se deve ao empenhamento dos responsáveis da edilidade. Programou-se o término do trabalho de campo neste concelho para 2007, o que veio no substancial, a acontecer. A 6 de Dezembro de 2006 foi possível a assinatura de um protocolo de colaboração entre a Associação Terras Quentes, a Diocese de Bragança-Miranda, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros o Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Escola das Artes do Núcleo do Porto da Universidade Católica Portuguesa e o Instituto Superior da Policia Judiciária e Ciências Criminais, tendo como objectivo o inventário integral de toda a região onde se implanta a Diocese de Bragança, palimpsesto do Distrito de Bragança.

Em 2007 submeteu-se aos fundos comunitário do Quadro Estratégico de Referência Nacional, a candidatura, a qual foi aprovada em 2008, nos seguintes termos financeiros:

Valor total da candidatura aprovado 560.536,96€

FEDER- 55% = 308.295,33

MUNICÍPIOS 45% = 252.241,63

Nome	Comparticipações	Após cortes do item; restauro de peças	Valores recebidos pela ATQ Até 6 Dezembro 2011	Saldos em Dezembro de 2011
FEDER	308.295,33		46.920,82	261.374,51
Alfândega	44.141,28	34.585,02*	23.960,74	0,00
Carrazeda	39.938,26	31.291,22	0,00	39.938,26
Freixo	12.612,10	9.881,44	9.881,44	0,00
Macedo desde 2004	79.876,50	62.582,43	62.582,43	0,00
Torre	35.734,23	27.997,40	0,00	35.734,23
Vila Flor	39.938,26	31.291,22	12.500,00	18.791,22
Total	**560.536,96**		204.698,74	355.838,22

** difª paga pela ATQ, despesas de alojamento*

Descrição geral das actividades desenvolvidas

Do Inventário

Apesar de estarem contratualizadas a inventariação de 10.649 peças, foi possível inventariar 11.265 peças que se encontram on-line em http://inventarioartistico.com

Estava previsto que a componente Nacional fosse realizada em termos proporcionais pelas autarquias, que para tanto assinaram termos de responsabilidade, anexos à candidatura aprovada. Assim; assumiram essa responsabilidade, Câmara Municipal de Alfândega da Fé; Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães; Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e Câmara Municipal de Vila Flor. Sendo que as Câmaras Municipais de Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo não assumiram as suas responsabilidades e a Câmara Municipal de Vila Flor, liquidou parcialmente a verba que lhe correspondia. As restantes liquidaram integralmente as suas comparticipações, se bem que diminuídas da verba prevista na acção 2 – Restauro de obras de referência, (121.362,01€) aprovada em sede de candidatura, mas que por questões burocráticas não foi totalmente

considerada pelos serviços de fiscalização e análise do QREN.

Também, aprovado em sede de candidatura, a realização de 5 estágios profissionais, não foi considerado pelos serviços de fiscalização e análise do Qren, apesar de se terem realizado, 4 dos 5 estágios previstos (Drª Fátima Santos, Dr. Ricardo Naito, Drª Filipa Leite e Drª Raquel Seixas).

Participaram em condição de voluntariado os Srs., Drs; Ana Patrícia Santana, Ana Pinto, Andreia Tostões, Carlos Morgado, Cláudia Cláudio, David Camilo, Isabel Lopes, Madalena Costa Cabral, Margarida Cerdeira, Maria da Graça Rodrigues, Martha Punter, Mónica Maurício, Pedro Simões, Sérgio Rosa Abelha e Teresa Crespo.

Pelo exposto e por solicitação da Diocese de Bragança-Miranda, realizou-se o inventário das peças mais significativas do Concelho de Vimioso. Resultados finais de peças inventariadas por Concelho: Alfândega da Fé, 1.673 peças inventariadas. Carrazeda de Ansiães 126 peças inventariadas. Freixo de Espada à Cinta 848 peças inventariadas. Macedo de Cavaleiros 5.195 peças inventariadas. Torre de Moncorvo 1.401 peças inventariadas. Vila Flor 1.814 peças inventariadas e Vimioso 208 peças inventariadas. Verificou-se um aumento de 6% relativamente ao número de peças previstas a inventariar.

Assim, foram inventariadas por paróquia, as seguintes peças: Concelho de Alfândega da Fé; Agrobom, 40; Alfândega da Fé 186; Cabreira, 64; Castelo 66; Cerejais 100; Colmeais 3; Covelos 15; Eucísia 24; Felgueiras 16; Ferradosa 47; Gebelim 97; Gouveia 68; Legoinha 8; Parada 88; Picões 14; Pombal 15; Saldonha 66; Sambade 137; Santa Justa 13; Sendim da Serra 147; Sendim da Ribeira 61; Soeima 73; Vale Pereiro 51; Vales 49; Valverde 84; Vila Nova 4; Vilar Chão 80; Vilarelhos 25; Vilares de Vilariça 32. Concelho de Carrazeda de Ansiães: Carrazeda de Ansiães 84; Samorinha 42: Concelho de Freixo de Espada à Cinta: Fornos 120; Freixo de Espada à Cinta 245; Lagoaça 99; Ligares 174; Mazouco 114; Poiares 96. Concelho de Macedo de Cavaleiros: Ala 69; Amendoeira 27; Arcas 16; Argana 12; Arrifana 8; Bagueixe 92; Bornes 85; Bouzende 33; Brinço 48; Burga 35; Cabanas 4; Carrapatas 25; Carrapatinha 4; Castelãos 34; Castro Roupal 88; Cernadela 53; Chacim 532; Comunhas 49; Cortiços 109; Corujas 35; Edroso 53; Espadanedo 76; Ferreira 77; Fornos de Ledra 29; Gradissímo 34; Gralhós 140; Grijó 162; Lagoa 213; Lamalonga 568; Lamas 54; Latães 40; Limãos 32; Lombo 20; Macedo de Cavaleiros 119; Malta 83; Meles 113; Mogrão 3; Morais 153; Murçós 35; Nogueirinha 22; Nozelos 6; Olmos 12; Paradinha de Besteiros 24; Peredo 50; Pinhovelo 72; Podence 75; Salselas 119; Santa Combinha 112; Sezulfe; 34; Sobreda 33; Soutelo Mourisco 17; Talhas 248; Talhinhas 137; Travanca 44; Valdrez 20; Vale Benfeito 209; Vale da Porca 141; Vale Pradinhos 30; Valongo 1; Vila Nova de Rainha 5; Vilar do Monte 100; Vilarinho de Agrochão 75; Vilarinho do Monte 14; Vilar de Ouro 1; Vinhas 168. Concelho de Torre de Moncorvo: Açoreira 82; Cabanas de Baixo 6; Cabeça Boa 93; Cabeça do Mouro 29; Carviçais 238; Felgar 161; Felgueiras 16; Foz do Sabor 17; Larinho 61; Maçores 67; Mós 218; Peredo dos Castelhanos 122; Souto da Velha 75; Urros 260. Concelho de Vila Flor: Alagoa 18; Arco 9; Assares 72; Benlhevai 27; Candoso 34; Carvalho do Egas 34; Folgares 5; Freixiel 68; Lodões 57; Macedinho 25; Meireles 28; Mourão 32; Nabo 52; Ribeirinha 4; Roios 175; Samões 32; Sampaio 56; Santa Comba de Vilariça 86; Seixo de Manhoses 29; Trindade 51; Valbom 7; Vale Frechoso 103; Valtorno 70; Vieiro 23; Vila Flor 556; Vilarinho das Azenhas 74; Vilas Boas 89. Concelho de Vimioso: Algoso 26; Angueira 13; Argozelo 4; Avelanoso 6; Avinhó 7; Caçarelhos 16; Campo de Víboras 5; Junqueira 4; Mora 5; Pinelo 10; Santulhão 19; São Joanico 7; Serapicos 8; Uva 9; Vale de Algoso 10; Vale de Frades 5; Vilar Chã da Ribeira 10; Vilar Seco 5; Vimioso 39.

3 - Cooperar com os poderes instituídos em tudo o que seja consentâneo com os fins da Associação. Editar livros e revistas para a divulgação de trabalhos de reconhecido valor no âmbito dos objectivos da Associação.

Trabalhos realizados neste 3º item:

- Protocolos

A cooperação com os poderes instituídos tem merecido da Associação Terras Quentes, o maior interesse e disponibilidade assim a Instituição está ligada a inúmeras parcerias, com Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias; Universidades, Associações de Desenvolvimento Local, Institutos Públicos etc.

Alguns exemplos de parcerias estabelecidas com outras instituições:

54 Parcerias/protocolos, já estabelecidos

- Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
  1- Instalações Azibo
  2 - Projecto Carta Arqueológica
  3 - Projecto Inventário Artístico do Concelho
  4 - Museu de Arqueologia
  5 - Museu de Arte Sacra/anual
  6 - Escavações Arqueológicas/anual
  7 - Oficina de Restauro/anual
  8 - Jornadas da Primavera/anual
  9 - Cadernos Terras Quentes/anual

- Instituto Alexandre Herculano da Fac de Letras da Universidade de Lisboa.

- Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa ISCTE.

- Fundacion del Património Histórico de Castilla e León.

- Associação de Municípios da Terra Quente.

- Instituto de Emprego Formação Profissional, delegação de Macedo de Cavaleiros

- Diocese de Bragança-Miranda

- Escola das Artes da Universidade Católica do Porto

- Instituto Superior de Policia Judiciária e Ciências Criminais

- Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

- CERCIMAC

- Fundação da Batalha de Aljubarrota

- Câmara Municipal de Alfândega da Fé

- Câmara Municipal de Vila Flor

- Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta

- Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

- Associação de Municípios do Douro Superior

- Departamento de Arqueologia da FLUL

- Departamento de Geologia da FCUL

- Junta de Freguesia da Amendoeira.

- Junta de Freguesia de Edroso.

- Junta de Freguesia de Ferreira.

- Junta de Freguesia de Vale da Porca/Arqueologia

- Junta de Freguesia de Vale da Porca/Instalações Oficina de Restauro

- Junta de Freguesia de Salselas.

- Junta de Freguesia dos Cortiços.

- Junta de Freguesia de Lamas.

Ainda a destacar a ligação institucional com a Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente – DESTEQUE. A Associação faz parte, não só na condição de associado, mas também do seu órgão de gestão. Realce ainda a parceira com o conselho Municipal Cinegético, sendo um dos seus membros institucionais.

No terceiro parágrafo dos nossos estatutos, consta; Editar livros e revistas para a divulgação de trabalhos de reconhecido valor no âmbito dos objectivos da Associação.

Com uma presença pendular desde 2004, ano em que viu a luz do dia o caderno "Terras Quentes" nº 1, com o intuito de se dar ao conhecimento público os trabalhos efectuados no ano anterior, até hoje, nº 9, temos marcado presença. É um esforço tremendo para todos aqueles que tem colaborado na sua elaboração, pois, não é fácil, na maioria dos casos, efectuar trabalho de campo num ano e na primavera seguinte já estar a apresentar resultados. Mas temos conseguido.

Para conhecimento segue relação dos artigos (75) publicados até ao número 8 (2011):

1) "Projecto Terras Quentes", Mestre Carlos Mendes, caderno 1.

2) Património Concelhio. Uma memória a preservar. A Fraga dos Corvos, Prof. Doutor Senna-Martinez, caderno 1.

3) A Fraga dos Corvos. Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros, Prof. Doutor Senna-Martinez, caderno 1

4) A Pintura Maneirista no Nordeste Transmontano, entre periferismos e modernidade, algumas contribuições. Professor Doutor Vítor Serrão, caderno 1.

5) A guerra de 1801 em Trás-os-Montes. Prof. Doutor António Ventura, Caderno 1.

6) Comunidades Judaicas na época Moderna em Trás-os-Montes. Professor Doutor Marques de Almeida, caderno 1.

7) A Fronteira na Idade Média. Professor Doutor Pedro Barbosa, Caderno 1

8) Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, autores: Prof. Doutor Senna-Martinez, Mestre Carlos Mendes, Mestre José Ventura, Dr. João Tereso, Dr. Hélder Carvalho, Dr. Rui Caetano, Dr. Fernando Madeira, Dra. Catarina Alves, Dra. Helena Barranhão, Dra. Carla Matias, Dra. Márcia Diogo, Dra. Clareana Marques, Dra. Joana Resende, Dra. Olga Antunes, Liliana Pereira, Dra. Andreia Carvalho, Nídia Santos e Dra. Cíntia Maurício. Caderno 2.

9) Mamoa de Santo Ambrósio. Resultados preliminares. Dr. Hélder Alexandre Carvalho, caderno 2.

10) A Fraga dos Corvos: Um sítio de habitat do "Mundo Carrapatas" da primeira idade do bronze em Trás-os-Montes Oriental. Prof. Doutor Senna-Martinez, Caderno 2

11) Estação de arte rupestre do Cabeço da Anta. Mestre Carlos Mendes. Caderno 2.

12) O Povoado do Bovinho. Mestre Carlos Mendes. Caderno 2

13) O Povoado do Cramanchão. Dr. João Tereso. Dra. Helena Barranhão. Dra. Joana Resende. Caderno 2

14) Forno de tipologia romana, código Salfor. Mestre Carlos Mendes. Caderno 2.

15) A Necrópole Medieval do Sobreirinho. Resultados das intervenções de 2003 e 2004. Mestre Nathalie Antunes-Ferreira e Mestre Carlos Mendes. Caderno 2

16) Capela de Nossa Senhora do Campo. Mestre Carlos Mendes. Caderno 2.

17) Forno do Pradinho. Mestre Carlos Mendes, e Dr. António Cravo. Caderno 2

18) O Inventário Histórico – Artístico do Conce-

lho de Macedo de Cavaleiros. Primeiros Contributos de levantamento. Dr. Carlos Morgado. Dr. Lécio Leal. Dra. Lília Silva. Caderno 2

19) Dez Núcleos de pintura da Idade Moderna na região das Terras Quentes, séculos XVI, XVII e XVIII. Professor Doutor Vitor Serrão e Dr. Manuel Cardoso. Caderno 2.

20) Manter a Freguesia no século XVII: Os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem da Misericórdia. Prof. Dr. Luís U. Afonso. Caderno 2.

21) A Necrópole medieval do Sobreirinho. Mestre Nathalie Antunes-Ferreira e Mestre Carlos Mendes. Volume 14 da revista Almadan 2005.

22) A Terronha de Pinhovelo na civitas zoelarum: primeira síntese, Drª Helena Barranhão e Dr. João Pedro Tereso. Caderno 3

23) Traçado da estrada romana (Via XVII Braga-Astorga) existente no concelho de Macedo de Cavaleiros. Mestre Carlos Mendes. Caderno 3

24) Mamoa de Santo Ambrósio (Macedo de Cavaleiros) A Campanha 3 (2005) Dr. Hélder Carvalho. Caderno 3

25) El poblado de Cramanchão Campanha de 2005, Mestre Ana Miriam Arranz Gozalo. Caderno 3

26) Povoado Mineiro do Bovinho Freguesia de Edroso, Resultados preliminares da campanha 2/2005. Mestre Carlos Mendes. Caderno 3

27) A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat da primeira idade do bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005) Prof Dr. João Carlos Senna-Martinez, Mestre José Manuel Quintã Ventura, Dr. Hélder Carvalho e Drª Elin Figueiredo. Caderno 3

28) Lamas, As sortes e o Ideal igualitário – Um ensaio de Antropologia. Drª Ana Luísa Gaspar. Caderno 3

29) A Cal. Dr. António Cravo. Caderno 3

30) A importância de um Laboratório de Conservação e Restauro no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Drª Mafalda da Nova Jorge. Caderno 3.

31) Enfim Barroca? A talha na Igreja de São Martinho de Lagoa. (1681-1724) Dr. Lécio da Cruz Leal. Caderno 3

32) Contributo para o estudo da arquitectura religiosa no concelho de Macedo de Cavaleiros. Prof. Doutor Luís Alexandre Rodrigues. Caderno 3

33) Duas Imagens e um pelourinho. Prof. Doutor Luís Alexandre Rodrigues. Caderno 3

34) Permanência das formas, reaproveitamentos e reajustes: O retábulo do altar-mor da Igreja da Nossa Senhora da Purificação – Podence. Dr.ª Lília Pereira. Caderno 3

35) A Terra Sigillata Hispânica Tardia de Terronha de Pinhovelo: O comércio e o Povoamento. Drª Ana Patrícia M. M. da SILVA. Caderno 4-

36) As gravuras rupestres da Fraga da Pegada: notícia preliminar. Drª Sofia FIGUEIREDO, caderno 4

37) O resultado da campanha de 2006 e algumas reflexões sobre o povoado do Cramanchão, freguesia dos Cortiços. Ana Miriam ARRANZ GOZALO e Carlos Alberto S. MENDES, caderno 4

38) Necrópole do Sobreirinho - Comunhas, freguesia de Ferreira Concelho de Macedo de Cavaleiros Campanha 3/2006. Nathalie ANTUNES-FEREIRA e Carlos Alberto Santos MENDES, caderno 4

39) A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006); Prof. Doutor, João Carlos de SENNA-MARTINEZ, MESTRE José Manuel Quintã VENTURA e Dr. Hélder Alexandre CARVALHO, CADERNO 4.

40) O Linho e a Produção Familiar; Dr. António CRAVO, caderno 4.

41) A Herança dos Milagres – Ate, Património e Cultura. Os Ex-votos no Santuário de Nossa Senhora de Balsamão; Drª Maria da Graça RODRIGUES e Dr. Ricardo NAITO, Caderno 4

42) As pinturas do retábulo-mor da igreja matriz de Malta Metáforas de tranquilidade; Drª Isabel Costa LOPES, Caderno 4.

43) Igreja de S. Pedro de Macedo de Cavaleiros - Reposição de Jesus

Flagelado. O ciclo da Paixão; Dr. Lécio da Cruz LEAL, Drª. Lília Pereira da SILVA Drª Mafalda da Nova JORGE e Dr. Sérgio ABELHA, Caderno 4.

44) Tradição (Património) oral no 1ºciclo do ensino básico do Concelho de Macedo de Cavaleiros Dr.ª Ana Luísa Gaspar. Separata Caderno 4

45) Carta Patrimonial do Concelho de Macedo de Cavaleiros; Mestre Carlos MENDES. Caderno 5

46) Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros); Mestre Carlos MENDES, Caderno 6.

47) Nicolau Pereira Campos Vergueiro, Algumas notas biográficas. Mestre Carlos MENDES, Caderno nº 6

48) Os Brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros; Drª Catarina, Isabel Carabineiro Gonçalves. Caderno 6.

49) Relação de novos casos de Pintura Mural resultantes do Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda. Dr. Lécio Leal, Drª Lília Silva, Dr. Ricardo Naito. Caderno 6.

50) Estudo das escórias recolhidas nos povoados da Terronha, Caramanchão e Bovinho, Prof Doutor Horácio Maia e Costa. Caderno 6.

51) A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat da primeira idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008); Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez; Drª Elsa Luís. Caderno 6.

52) Estudo Paleobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros), Mestre João Pedro Tereso. Caderno 6.

53) Xaires (Macedo de Cavaleiros); Um sítio de habitat de Pré-história Recente em Trás-os-Montes Oriental. Mestre José Manuel Quintã; Dr. Hélder Carvalho e Drª Patrícia Andreia Pinheiro. Caderno 6.

54) A Conservação preventiva do património; Drª. Bárbara Maia e Dr. Tiago Oliveira. Caderno 6

55) A Conservação e Restauro do Retábulo Maneirista "A adoração dos pastores" da Igreja Matriz de Vinhas, Concelho de Macedo de Cavaleiros. Drª Carolina Barata, Drª Bárbara Maia e Dr. Tiago Oliveira. Caderno 6.

56) Obras intervencionadas na oficina de Conservação e Restauro ATQ, Drª Bárbara Maia, Dr. Tiago Oliveira e Liliana Rio. Caderno 6.

57) Um habitat Calcolítico em Trás-os-Montes Oriental – O arqueosítio de Xaires (Talhas-Macedo de Cavaleiros); Mestre José Ventura; Dr. Hélder Alexandre Carvalho, Drª Patrícia Andreia Pinheiro. Caderno 7.

58) Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze. Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez, Caderno 7.

59) Fraga dos Corvos; Resultado da campanha de 2009. Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez; Drª Elsa Luís. Caderno 7.

60) A horse! A horse! My Kingdom for a horse! Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez e Dr.

Manuel Cardoso. Caderno 7.

61) Retratos do quotidiano no Concelho de Macedo de Cavaleiros – "De Nuno Martins de Chacim a Martim Gonçalves de Macedo" Mestre Carlos Mendes. Caderno 7.

62) Arcas, Corujas, Lombo, Murçós, Olmos, Soutelo Mourisco e Vilar do Monte – Sede de freguesias ausentes nas inquirições de D. Afonso III e D. Dinis – Reflexões sobre a sua omissão. Dr. Rui Sousa, Caderno 7.

63) De Meirinho-Mor de D. Afonso III ao esquecimento com passagem pela tenência de Bragança, pelo Rico-Homia e por Mordomo-Mor de D. Dinis. D. Nuno Martins de Chacim. Um Macedense um caso singular na história Medieval Portuguesa. Dr. Rui Sousa. Caderno 7.

64) Vida e Obra de Bento Coelho da Silveira. Dr. Frederico M. Oliveira. Caderno 7.

65) A figura do Cónego António Henriques Figueiredo Sarmento. Dr. Manuel Cardoso. Caderno 7.

66) A herança dos genes, património inestimável, Dr. Manuel Cardoso. Caderno 8.

67) Algumas notas biográficas de José Marcelino da Rocha Cabral. Mestre Carlos Mendes. Caderno 8.

68) Se ou não ser [Zoela], eis a questão… Dr. Rui Sousa. Caderno 8.

69) Xaires, Macedo de Cavaleiros, Um sítio de habitat Calcolítico em Trás-os-Montes, Mestre José Ventura; Dr. Hélder Alexandre Carvalho, Drª Patrícia Andreia Pinheiro. Caderno 8.

70) A Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros, Um sítio de habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental (Campanha 8) 2010, Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez; Drª Elsa Luís. Caderno 8.

71) A Exploração do Quartzo e do Xisto: a indústria Lítica do sítio de habitat da 1ªIdade do Bronze da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros), Drª Daniela de Matos. Caderno 8.

72) Os recipientes cerâmicos do sítio do Alto da Madorra; Dr. Bruno Miguel Martins Rebelo. Caderno 8.

73) Uma visão ecuménica do oriente na pintura portuguesa do séc XVI, o "Pentecostes" de António Leitão em Freixo de Espada-à-Cinta; Professor Doutor Vitor Serrão. Caderno 8.

74) Em cena no presépio de Lamalonga: A adoração do menino; Dr. Lécio Leal, Drª Lília Silva e Drª Raquel Seixas. Caderno 8.

75) Dossier Inventário da diocese Bragança-Miranda (2004-2011); Mestre Carlos Mendes. Caderno 8.

Foram ainda editados no âmbito dos trabalhos da Associação Terras Quentes 3 livros:

1 - **Macedo de Cavaleiros; Cultura Património e Turismo, contributos para um programa integrado**, Edição ATQ/CMMC, autor Carlos Mendes

2 - **Macedo de Cavaleiros – Da terra de Lampaças ao Concelho** – Os forais e a sua época. Edição Ancora Editora/CMMC. Autor António Maria Balcão Vicente.

3 - **De Macedo a Macedo de Cavaleiros (via Aljubarrota) - A figura de Martim Gonçalves de Macedo.** Edições ATQ/CMMC. Autores; Carlos Mendes e Pedro Barbosa.

Foi editado em 2009, aquando da inauguração do Museu de Arte Sacra o ***Catálogo/Guia da Exposição***.

Resumo estatísticos de publicações e autorias.

Cadernos "terras quentes" – 8	Artigos editados	Autores
Livros - 3	78	131

4 - Promover e organizar acções de esclarecimento, junto de escolas e poderes constituídos, visitas de estudo, congressos, conferências, palestras, seminários, colóquios e cursos de formação no âmbito da defesa, valorização e divulgação do património cultural e natural. Organizar uma biblioteca e um arquivo, conceptualizar espaços expositivos, dando tratamento museológico ao espólio existente.

Trabalhos realizados neste 4º item:

Começamos por referir que a partir de Maio de 2008 o nosso site: www.terrasquentes.com.pt, começou a ter contador de visitas. Até ao momento, com 3 anos e 8 meses de existência (do contador) tivemos: 190.552 visitas ou seja uma média mensal de 3.970 visitantes ou 132 por dia. Obrigado aos visitantes pelo incentivo que nos dão para continuarmos o nosso trabalho.

A Jornadas da primavera, que se tem realizado sempre, no último sábado do mês de Maio de cada ano, à excepção da Jornada 0, que se realizou no final do inverno 2002, tem sido, como a saído dos nossos cadernos, pontual. Já Vamos nas X Jornadas, aqui, de viva voz, damos a conhecer (os intervenientes e por vezes convidados) os trabalhos e resultados a que vamos chegando nas várias vertentes de interesse da Associação Terras Quentes; Arqueologia; História; História de Arte; Conservação e Restauro; Linguística; Antropologia; Geologia etc.

Nos anos de 2002 e 2003 realizaram-se dois seminários sobre História Regional e Local, com o apoio do Instituto Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Na área da musealização a experiência e o trabalho desenvolvido pela Associação Terras Quentes, já é relevante. Assim, referimos os trabalhos mais significativos, nesta área:

1) Direcção técnica e montagem da Expo-arqueologia de Macedo de Cavaleiros realizada em Dezembro de 2003 no Centro Cultural, com a presença do Secretário de Estado da Cultura

2) Direcção técnica e montagem da sala museu de arqueologia no Núcleo Central do Parque Natureza do Azibo, inaugurada em Maio de 2005 com a presença do Dr. Fernando Real, Director do Instituto Português de Arqueologia.

3) Exposição de armamento medieval, mostra organizada e montada pela A.T.Q. em colaboração com o Museu Militar de Lisboa e a Câmara Municipal. O evento realizou-se entre os dias 7 e 14 de Maio no atrium do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

4) No dia 18 de Maio, com a presença do Ministro da Cultura, inaugura-se na Casa Falcão, o museu de Arte Sacra, velho sonho do Município que se veio a concretizar devido à vontade da Edilidade e aos trabalhos efectuados pela Associação Terras Quentes, no âmbito do projecto de Inventariação a todos os locais de culto pertencentes a Diocese Bragança-Miranda. Museu com características inéditas, somente possível pela existência de um forte clima de entendimento entre as Paróquias, o Município e a Associação Terras Quentes, que souberam reunir e dividir esforços no sentido de emprestar à cidade e a região uma unidade museológica de rara qualidade e beleza.

Museu de Arte Sacra

Este, item 4, dos nossos estatutos, comporta

vários objectivos a atingir que se prendem sobretudo com a visibilidade dos trabalhos realizados ou a realizar, tai como realização de congressos, conferências, palestras, seminários, colóquios e cursos de formação no âmbito da defesa, valorização e divulgação do património cultural e conceptualizar espaços expositivos, dando tratamento museológico ao espólio existente.

Assim, apresentamos diversas outras actividades realizadas durante os 10 anos de actividades que nos darão a ideia do volume de trabalho realizado arrumados por ordem cronológica de acontecimentos.

2004/2005

1) Apresentação do projecto Terras Quentes no 1º Congresso de Arqueologia Transmontano (Maio 2005), realizado em Mirandela.

2) Acções de informação em acompanhamento de centenas de populares das diversas localidades onde se desenvolvem os trabalhos arqueológicos.

3) Acção de informação a cerca de 50 trabalhadores da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros no ano de 2004 nos arqueosítios da Terronha de Pinhovelo e dos Cortiços.

4) Apresentação do Projecto Terras Quentes (Abril 2005) na Escola Profissional de Arqueologia do Freixo.

5) 6 Projectos Candidatados ao sistema Interreg III, em parceria com a Associação de Municípios da Terra Quente, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla e León; IPA e IPPAR. denominado Proyeto: El Espacio Cultural de Frontera, Creación de rutas de valorizacíon"

6) Arranque do Projecto de Inventariação do Património Etnográfico do Concelho de Macedo de Cavaleiros, com o apoio científico do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Emprego)

7) Apresentação do Projecto Terras Quentes, nas Jornadas Culturais de Balsemão, em Setembro de 2005.

8) Instalação da oficina de conservação e restauro na Sede da Associação no Núcleo Central do Parque Natureza do Azibo.2005

9) Apresentação dos Resultados dos trabalhos arqueológicos da Fraga dos Corvos em Outubro de 2005, na Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez.

10) Apresentação dos resultados das intervenções arqueológicas na Fraga dos Corvos, na abertura dos anos lectivos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nos anos de 2003,2004 e 2005, pelo Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez.

11) Apresentação dos resultados da Fraga dos Corvos em Novembro de 2005, na Diputácion Provincial, Instituto de Cultura de León, pelo Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez.

12) Elaboração de um desdobrável de divulgação ao público centrado no património arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros e nas actividades da Associação Terras Quentes, em conjunto com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

13) Acções de divulgação acerca do Património arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros na Feira de " Macedo-Mostra" em Setembro de 2005.

2006

14) Início do Programa " A arqueologia nas escolas do Concelho"

15) Março, assinatura de protocolo com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, para entrega da gestão integral da Sala-Museu de arqueologia à Associação Terras Quentes

16) 1 de Abril organização do debate "Imagens do presente e do futuro de Macedo de Cavaleiros" no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros sob os temas " Macedo de Cavaleiros ilustrado no bilhete postal" e " Macedo de Cavaleiros uma cidade de transição"

17) Maio, 27- Realização de uma mesa redonda – Tema: Associativismo em Trás-os-Montes – Património, ambiente e desenvolvimento, versus, Turismo Cultural"

18) Maio, 28 – 4ªs Jornadas da Primavera – mostra pública dos resultados das campanhas de 2006

19) Maio, 27 – Abertura com espólio renovado da Sala-Museu de arqueologia do Azibo

20) Arranca da oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes

21) Junho, 10 – Exposição de armamento medieval de autoria do Prof. Doutor Miguel Sanches Baêna, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

22) Inauguração de uma montra-exposição das actividades da Associação Terras Quentes no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

23) Junho, 10 – Lançamento do livro " De Macedo a Macedo de Cavaleiros, a figura de Martim Gonçalves de Macedo" de autoria de Pedro Gomes Barbosa e Carlos Alberto Mendes, sob o patrocínio da Associação Terras Quentes, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Fundação da Batalha de Aljubarrota.

24) Setembro – XV Congresso UISPP (União Internacional das Ciências pré e proto-históricas – Lisboa, João Tereso e Helena Barranhão. Tema: Terronha de Pinhovelo and the romanization of the NE Portugal Sessão C55 9 de Setembro

25) Setembro – XV Congresso UISPP, Sessão C11, 7 de Setembro tema: Terronha de Pinhovelo in the context of the NW Ibéria: a new Project".

26) Setembro - XV Congresso UISPP (União Internacional das Ciências pré e proto-Históricas – Lisboa, João Carlos Senna-Martinez. Tema: Fraga dos Corvos no Mundo Carrapatas.

27) Setembro – 1ªs Jornadas Ibéricas de recuperação de aldeias abandonadas – Carlos Mendes. Tema: Os Assentamentos no Concelho de Macedo, através dos tempos.

28) Outubro – 5 Congresso de Obras Publicas romanas – Astorga - Presente Carlos Mendes, cartela sobre a VIA XVII Braga-Astorga.

29) Dezembro de 2006 - Aprovação da candidatura apresentada ao programa "Leader +" para desenvolvimento da oficina de conservação e restauro da área de pintura.

30) Dezembro de 2006 - Outorga de protocolo com a Diocese Bragança- Miranda, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Instituto Superior de Policia Judiciária e Ciências Criminais, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Escola das Artes da Universidade Católica do Porto, para a realização do inventário do património histórico-artístico dos locais de culto da Diocese de Bragança.

31) Dezembro 2006 - Aprovação pelo Instituto Português de Arqueologia do pedido de prorrogação para o período 2007/2010, para o projecto Terras Quentes.

2007

32) 26 Janeiro 2007 – Participação no seminário " Desenvolvimento sustentável do Nordeste Transmontano – Comunicante Carlos Mendes

33) Janeiro de 2007 - Compilação e fornecimento de dados sobre o património Concelhio, entregue à Câmara Municipal de Ma-

cedo de Cavaleiros, para a revisão do Plano Director Municipal.

34) Fevereiro 2007,Comunicação do Prof. Senna-Martinez, na Sociedade de Geografia, Tema: Fraga dos Corvos.

35) Março 2007, Assinatura do protocolo do Inventário da Diocese Bragança-Miranda com a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, com a Presença da Dr.ª Leonor Sá da Polícia Judiciária.

36) Março 2007, Inauguração da Exposição de Arte Sacra, Matérias de Fé, em Alfândega da Fé, montada pela ATQ.

37) Maio 2007, Jornadas da Primavera 5, Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros

Maio 2007, Lançamento do Caderno nº 4 da ATQ.

38) Junho 2007, Pavilhão ATQ na feira Macedo-Mostra.

39) Julho 2007, Reunião no Instituto Superior de Ciências Criminais e Polícia Judiciária, com a Diocese Bragança-Miranda e Dr.ª Leonor Sá sobre Projecto Igreja Segura.

40) Julho 2007, Nomeação da ATQ para o Concelho Cinegética Municipal.

41) Agosto 2007, Visita às Instalações da ATQ do Assessor da Sr.ª Ministra da Cultura.

2008

42) Janeiro de 2008. Recenseamento aos Concelhos de Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, aos locais de culto com pintura moral, acompanhado pelo técnico Dr. Joaquim Caetano.

43) Janeiro 2008. Procedeu-se à inventariação das Igrejas de Santa Combinha, Santa Cruz, Capela de N.S. Fátima, no Concelho de Macedo de Cavaleiros.

44) Fevereiro 2008, Assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Vila Flor para a realização do Inventário da Diocese Bragança-Miranda, ao Concelho.

45) Fevereiro, 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santa Cruz, no Concelho de Macedo de Cavaleiros e a Igreja de S. Bartolomeu (Matriz) do Concelho de Vila Flor.

46) Fevereiro 2008. Palestra no Azibo sobre Pintura mural, orador Dr. Joaquim Caetano.

47) Março 2008. Continuação da inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de S. Bartolomeu (Matriz) do Concelho de Vila Flor.

48) Abril 2008. Trabalhos para realização da Rota dos Cavaleiros de Malta.

49) Abril 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santa Maria Madalena e Igreja de S. Vicente, no Concelho de Macedo de Cavaleiros e Capela Stº António, Capela N. Sr.ª de Lourdes, Capela S. Sebastião, Capela N. S. da Encarnação Capela de Santo Cristo, Capela Sr.ª da Lapa, Igreja de São Gens, Capela N. Sr.ª do Carrasco, Igreja N. Sr.ª da Assunção, e capela de Stª Marinha no Concelho de Vila Flor.

50) Maio 2008. Jornadas da Primavera e lançamento do Caderno nº 5.

51) Maio 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de São Vicente, no Concelho de Macedo de Cavaleiros e a Igreja de N. Sr.ª da Assunção, Capela de Santa Marinha, Igreja de Santa Justa, Igreja de São Brás, Igreja de Santa Catarina de Alexandria, Capela N. Sr.ª do Rosário, Igreja de Santa Bárbara, Igreja de São Sebastião, do Concelho de Vila Flor.

52) Junho, 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de S. Sebastião, Capela N. Sr.ª da Assunção, Igreja N. Sr.ª do Castanheiro, Capela N. Sr.ª do Rosário, Igreja de São João Baptista, Igreja de Santa Maria Madalena no Concelho de Vila Flor.

53) Julho 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santa Maria Madalena, Capela de Santo Cristo, Capela de S. Sebastião, Igreja de São Tomé, Capela de São Luís, Igreja do Espírito Santo, Igreja de São Pedro, Igreja de São Lourenço, Igreja de Santo André, do Concelho de Vila Flor.

54) Julho 2008. Comunicação ACIMEC sobre a Figura de Martim Gonçalves de Macedo, com a presença de D. Duarte, Duque de Bragança.

55) Julho 2008. Participação da ATQ no programa Terra a Terra da TSF, sobre Macedo de Cavaleiros.

56) Julho 2008. Inicio dos Estágios de Verão da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

57) Julho 2008. Eleição da ATQ para a Comissão de Avaliação da Desteque – Associação de Desenvolvimento da Terra Quente.

58) Julho 2008. Comunicação de Carlos Mendes, nos 750 anos da Freguesia de Talhinhas.

59) Agosto 2008. Inicio das campanhas de escavação de 2008, Prospecção em Talhas e Talhinhas e Intervenção da Fraga dos Corvos, Prof. Doutor João Senna-Martinez, Mestre Carlos Mendes, Mestre José Ventura e Dr. Hélder Carvalho.

60) Agosto de 2008. Inicio das escavações arqueológicas no Povoado da Fraga dos Corvos e no Abrigo 2, com os arqueólogos, João Senna-Martinez, Mestre José Ventura e Dr. Hélder Carvalho.

61) Agosto 2008. Inicio dos trabalhos de Geologia, no âmbito do Protocolo com a faculdade de Ciências da UL com o Prof. Doutor Miguel Gaspar e Dr.ª Filipa Geirinhas.

62) Agosto 2008. Procedeu-se à inventariação

dos seguintes locais de culto: Igreja de Santo André, Igreja de São João Batista, Capela N. Sr.ª do Rosário no Concelho de Vila Flor e Igreja de São Paulo, Igreja de São Martinho, Igreja de São Bartolomeu, Igreja de Santa Catarina, Ermida N. Sr.ª do Rosário e Ermida de Santa Marinha no Concelho de Alfândega da Fé.

63) Setembro 2008. Aprovação da candidatura do Qren para o Inventário da Diocese de Bragança-Miranda.

64) Setembro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Capela de Nª Sr.ª das Graças, Capela N. Sr.ª do Rosário, Igreja de S. Miguel, Igreja de S. Tiago, Ermida Nª Sr.ª da Rosa, Ermida N. Sr.ª dos Remédios, Igreja da Santíssima Trindade, no Concelho de Vila Flor.

65) Outubro 2008. ATQ em representação do município na inauguração do CIBA/Aljubarrota.

66) Outubro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Ermida N. Sr.ª da Rosa no Concelho de Vila Flor e Igreja de São Vicente no Concelho de Macedo de Cavaleiros.

67) Novembro 2008. Reunião em Vila Real entre ATQ e Dr.ª Helena Gil, Directora Regional da Cultura Norte.

68) Novembro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de S. Pedro, Capela da Misericórdia, Capela de Santa Bárbara, Igreja de São João Baptista e capela de Nossa Senhora da Conceição no Concelho de Freixo de Espada à Cinta.

69) Dezembro 2008. Comunicação ATQ/Carlos Mendes, no fecho do Inventário da Diocese de Lamego.

70) Dezembro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Capela N. Sr.ª da Conceição, Ermida N. Sr.ª das Dores, Capela do Espírito Santo e Igreja de Nossa Senhora do Vilar, no Concelho de Freixo de Espada à Cinta.

71) Dezembro 2008. Assinatura do Contrato com o Qren para a realização do Inventário da Diocese de Bragança-Miranda.

2009

72) Janeiro Continuação dos trabalhos de inventariação aos locais de culto da Diocese de Bragança-Miranda levados a cabo no Concelho de Vila Flor.

73) No último fim-de-semana deste mês esteve a Associação Terras Quentes presente na Feira da Caça e do Turismo que se realizou no parque Municipal de exposições em Macedo de Cavaleiros.

Aspecto do espaços expositivos ATQ

74) O Mês de Fevereiro trouxe-nos a boa notícia, já esperada, a confirmação pela Assembleia do Município de Macedo de Cavaleiros, da classificação de 5 arqueosítios propostos pelo IGESPAR. Foi uma medida que muito nos honrou e que veio reconhecer o esforço e empenhamento de mais de um milhar de alunos e técnicos superiores, que tem colaborado com a Associação Terras Quentes, que apoiada pela edilidade Macedense, tem vindo desde 2003 a desenvolver o projecto "Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros, tendo-se intervencionado, com rigor científico, desde então, 15 sítios arqueológicos. Esta distinção que, se por um lado, honra todo o Concelho, por outro veio colocar à Associação Terras Quentes e à Câmara Municipal uma responsabilidade acrescida, no cuidado e preservação dos arqueosítios classificados.

75) Março. Continuação dos trabalhos de inventariação aos locais de culto da Diocese de Bragança-Miranda existentes no Concelho de Vila Flor.

76) Abril - A pedido da Câmara Municipal por sugestão do Bispo de Bragança, D. António Montes Moreira, durante o Mês de Abril procedeu-se a um pré-inventário aos locais de culto do Concelho de Vimioso, tendo em vista a escolha de peças para a inauguração do museu concelhio de Arte Sacra.

77) Maio - O mês de Maio foi preenchido de acontecimentos que produziram grande orgulho à Associação Terras Quentes, dando visibilidade a três eventos de grande importância para a História do Concelho e porque não dizer para a História deste país. No dia 8 de Maio. Comemorou-se pela primeira vez e com grande dignidade a homenagem às figuras; Rei D. João o primeiro, D. Nuno Álvares Pereira e de Martim Gonçalves de Macedo. Três figurais que irão perdurar, para todo o sempre no apor cultural e identitário Macedense.

Com o descerramento de uma lápide no monumento erguido a Nuno Álvares Pereira numa das principais avenidas da cidade, comemorou-se sobretudo o facto da sua beatificação, ordenada dias antes pelo Papa Bento XVI.

78) Nesse mesmo dia inaugurou-se um memorial alusivo à presença das tropas do reino em 8 de Maio de 1386 no campo do Pereiro na Freguesia de Castelãos, onde estiveram presentes o Rei D. João I, Nuno Alvares Pereira e o Cavaleiro e escudeiro real Martim Gonçalves de Macedo.

Memorial alusivo à presença das tropas de D. João I e Nuno Álvares Pereira.
A espada atribuída a Nuno Álvares Pereira, presente nos actos.

Memorial alusivo à presença das tropas de D. João I e Nuno Álvares Pereira. Aa espada atribuída a Nuno Álvares Pereira, presente nos actos.

79) Nesse mesmo dia 8 de Maio realizou-se um workshop na escola secundária de Macedo de Cavaleiros, onde o Presidente da Associação Terras Quentes, apresentou uma comunicação sobre o tema "Martim Gonçalves de Macedo, um herói Nacional, Macedense"

80) No final da tarde e após a realização de uma missa, na Igreja Matriz de Macedo, celebrada pelo Bispo da Diocese de Bragança, Sua Eminência D. António Montes Moreira, no Centro Cultural, fez-se uma alocução sobre a figura do Santo Nuno de Santa Maria "O militar

e o Santo" que esteve a cargo do Professor Dr. Miguel Sanches Baêna, Secretária da Mesa da Assembleia-geral da Associação Terras Quentes.

81) Jornadas da Primavera -O Mês de Maio terminou como já vem sendo hábito, com as Jornadas da Primavera. 2009, viu a sua 7 edição, onde se comunicaram todos os avanços científicos verificados no ano transacto, que verteram das iniciativas levadas a cabo pela Associação Terras Quentes.

82) Caderno "Terras Quentes" nº 6

83) Junho - Inicio dos trabalhos de inventariação aos locais de culto do Concelho de Torre de Moncorvo.

84) As Visitas à Sala-Museu de Arqueologia decorriam em bom ritmo, assim o dizia a Maria Carolina Pimenta de 9 anos.

85) Julho - Realizou-se durante todo este mês, nas instalações da Oficina de Restauro da Associação Terras Quentes o II estágio de verão dos alunos finalistas da Escola das Artes do Núcleo do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Os alunos foram conduzidos tecnicamente pelos colaboradores da ATQ.

86) Inaugurou-se sessões culturais nocturnas (nas instalações do Museu de Arte Sacra – Casa Falcão) denominadas "As Noites com o património" onde técnicos da Associação Terras Quentes e outros convidados, em estilo de tertúlia, iniciaram com sessões sobre Arqueologia; Conservação e restauro e História de Arte, nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

87) Agosto - No dia 16 de Agosto iniciaram-se os trabalhos de escavação nos arqueosítios do Fraga dos Corvos e no Povoado Calcolítico de Xaires, com as equipas lideradas pelo Sr. Professor Doutor Senna-Martinez e Drª Elsa Luís e pelo Mestre José Ventura, Dr. Hélder Carvalho e Drª Patrícia Pinheiro, respectivamente.

88) Setembro -Inicio dos trabalhos de inventariação aos locais de culto da Diocese de Bragança-Miranda, no Concelho de Carrazeda de Ansiães.

89) Outubro - Continuação dos trabalhos de Inventariação às freguesias de Felgares, Açoreira, Felgueiras, no Concelho de Torre de Moncorvo. E, nas Paróquias de Carrazeda de Ansiães e Samorinha, Concelho de Carrazeda de Ansiães.

90) Novembro- Continuação dos trabalhos de Inventariação às freguesias de Larinho e Maçores, no Concelho de Torre de Moncorvo. E, continuação dos trabalhos nas Paróquias de Carrazeda de Ansiães e Samorinha, Concelho de Carrazeda de Ansiães.

91) Dezembro - Continuação dos trabalhos de Inventariação às freguesias de, Peredo dos Castelhanos e Urros, no Concelho de Torre de Moncorvo. E, continuação dos trabalhos nas Paróquias de Carrazeda de Ansiães e Samorinha, Concelho de Carrazeda de Ansiães.

2010

92) Este ano de 2010, para além das acções programada anualmente. Os técnicos inventariantes passaram 2010, em gabinete no tratamento de dados e a sua introdução na Base de dados do Inventário Artístico da Diocese de Bragança Miranda. O que aconteceu de Março a Dezembro desse ano.

93) Maio – Dia 18, dia internacional dos Museus, foi efectuada a 1ª remodelação do Museu de Arte Sacra, cabendo à Associação Terras Quentes, a indicação para a remodelação do espólio e a conservação ou restauro das novas peças a exibir, tratadas na nossa oficina de restauro.

94) 29 de Maio – Realizaram-se as VIII Jornadas da primavera, com o seguinte programa: – Foi, como também vem sendo hábito, lançado um novo número dos Cadernos Terras Quentes, este ano o seu nº 7.

95) As escavações voltarem em Agosto e Setembro, com intervenções arqueológicas no Povoado Calcolítico de Xaires, freguesia de Talhas e No povoado da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, freguesia de Vilar do Monte, sendo responsáveis pelas intervenções; Mestre José Ventura; Dr. Hélder Carvalho, Drª Patrícia Pinheiro no primeiro caso, e o Sr. Prof. João Senna-Martinez e a Mestre Elsa Luís no segundo arqueosítio.

96) As Noites com o património voltaram pelo segundo ano, com sessões sobre Arqueologia; História, e História de Arte, nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

2011

97) 22 de Janeiro dia da apresentação de resultados do Inventário da Diocese de Bragança-Miranda, com a presença do Sr. Bispo D. António Montes Moreira.

98) Maio 2011 – Dia 18, dia internacional dos Museus, foi efectuada a 2ª remodelação do Museu de Arte Sacra, cabendo à Associação Terras Quentes, a indicação para a remodelação do espólio e a conservação ou restauro das novas peças a exibir, tratadas na nossa oficina de restauro.

99) 26 de Maio – Realizaram-se as IX Jornadas da primavera – Foi, como também vem sendo hábito, lançado um novo número dos Cadernos Terras Quentes, este ano o seu nº 8.

100) Em Julho, Agosto e Setembro, voltaram as intervenções arqueológicas, no povoado da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, freguesia de Vilar do Monte, sendo responsáveis pelas intervenções; o Sr. Prof. João Senna-Martinez e a Mestre Elsa Luís.

Resumo das todas comunicações realizadas nas jornadas da primavera desde 2002

Jornadas da Primavera 0 - 2002

Programa:

15h00: Entrega de documentação
15h30: Objectivos do " projecto "Terras Quentes"
- Dr. Carlos Santos Mendes
16h00: debate
16h20: Intervalo para café
16h30: Património Cultural, versus Industria Cultural
- Prof. Doutor João Carlos de Senna Martinez
17h00: Património Concelhio. Uma memória a preservar
- Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa
17h30: Debate
18h00: Encerramento

Jornadas da Primavera I - 2003

Auditório: Centro Cultural Macedo de Cavaleiros
09h30: Sessão de Abertura
10h00: "Macedo de Cavaleiros, Arqueologia e Património: o caso da Fraga dos Corvos"
Professor Doutor João Carlos de Senna-Martinez (FLUL, Secretário do IAH)
10h45: Debate
11h00: "Trás-os-Montes Oriental. Uma Visão de Síntese sobre a Pré-História"
Professora Doutora Maria de Jesus Sanches (FLUP – Instituto de Arqueologia)
11h45: Debate
12h00: "A fronteira na Idade Média em Trás-os-Montes: tentativa de sistematização"
Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa (FLUL, Director do IAH)
12h45: Debate
13h00: INTERVALO PARA O ALMOÇO
15h00: "Comunidades Judaicas na Época Moderna em Trás-os-Montes"
Professor Doutor António Marques de Almeida (FLUL, Vice-Reitor da Universidade de Lisboa e Subdiretor do IAH))
15h45: Debate
16h00: "A Guerra de 1801 com a Espanha na fronteira de Trás-os-Montes"
Professor Doutor António Ventura (FLUL, Director da Revista da FLUL)
17h00: "Focos de Pintura Maneirista no Nordeste Transmontano, entre periferismos e modernidade"
Professor Doutor Victor Serrão (FLUL, Director do Instituto de H. De Arte)
17h45: Debate
18h00: Encerramento, seguido da inauguração da exposição:
"Macedo de Cavaleiros: Arqueologia 2003"

Jornadas da Primavera II - 2004

Auditório da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros

Programa:

9h30 - Abertura, entrega de documentação
10h00 – Mamoa de Santo Ambrósio
Dr. Hélder Carvalho
10h30 – Fraga dos Corvos – Povoado da 1ª Idade do bronze
Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez
- Fraga dos Corvos – Abrigos
Mestre José Quintã Ventura
11h00 – Estação de arte rupestre de Salselas
Dr. Carlos Mendes
11h30 – Povoado Indígena Romanizado do Caramanchão
Dr. João Tereso
12h00 – Povoado indígena romanizado do Bovinho
Dr. Carlos Mendes
12h30 – Intervalo para almoço
15h00- Forno de tipologia Romana de Salselas
Dr. Carlos Mendes
15h30- Necrópole Medieval do Sobreirinho
Mestre Nathalie Antunes Ferreira e Dr. Carlos Mendes
16h00- Santuário de N. Srª do Campo
Dr. Carlos Mendes
16h30- Novos projectos
- Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros
Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez e Dr. Carlos Mendes
- Inventário ao património Histórico edificado e arte móvel do Concelho
Prof. Vitor Veríssimo Serrão
17h30- Pinturas a fresco do Nordeste
Dr. Luís Afonso
18h00- Lançamento do primeiro número "Cadernos Terras Quentes"
18h30- Visita guiada à Expo "Arqueologia 2003"

Jornadas da Primavera III - 2005

Dia 21 de Maio de 2005

Local: Auditório da Sala-Museu do Núcleo Central do Parque Natureza do Azibo
Programa
10h00 – Que Arte rupestre tem Macedo? "Os casos do Cabeço da Anta, Fraga da Pegada, Cabeço do Fidalgo, S. Gregório de Vinhas e da Levada Velha".
Mestre Carlos Mendes
10h25 – O Povoado Indígena do Caramanchão (Freguesia Cortiços – Macedo de Cavaleiros) Campanha 2004.
Mestre Carlos Mendes, Dr. João Tereso, Dr.ª Helena Barranhão e Dr.ª Joana Resende
10h50 – Pausa para o café.
11h00 – Necrópole do Sobreirinho. (Freguesia de Ferreira – Macedo de Cavaleiros). Campanha 2004

Mestre Nathalie A. Ferreira e Mestre Carlos Mendes
11h25 – A Mamoa de Stº Ambrósio, resultados da campanha de 2004.
Dr. Hélder Carvalho
11h50 – Resultados preliminares da Carta Arqueológica de Macedo de Cavaleiros campanha de 2004.
Grupo 1 (Lamalonga, Vilarinho de Agrochão, Vilarinho do Monte, Murçós, Arcas e Ala)
Dr. Fernando Madeira e Dr. Rui Caetano. (coordenação Científica, Dr. João Tereso)
Grupo 2 (Soutelo Mourisco, Edroso, Espadanedo, Corujas Podence e Ferreira)
Dr.ª Catarina Alves e Dr.ª Helena Barranhão (coordenação Científica, Mestre Carlos Mendes)
Grupo 3 (Lamas, Sezulfe, Amendoeira, Santa Combinha, Vale de Prados e Macedo de Cavaleiros)
Dr.ª Carla Sofia e Dr.ª Márcia Diogo. (Coordenação Científica, Mestre José Ventura)
Grupo 4 (Cortiços, Carrapatas, Castelãos, Vilar do Monte, Grijó e Vale Benfeito)
Dr.ª Joana Resende e Dr.ª Clariana Marques. (Coordenação Científica, Prof. Doutor Senna-Martinez)
Grupo 5 (Bagueixe, Chacim, Olmos, Salselas, Vale da Porca e Vinhas)
Dr.ª Olga Antunes e Liliana Pereira. (Coordenação Científica, Mestre Carlos Mendes)
Grupo 6 (Talhinhas, Talhas, Morais, Lagoa, Lombo e Peredo)
Dr.ª Andreia Carvalho, Dr.ª Cíntia Maurício e Nídia Santos. (Coordenação Científica, Dr. Hélder Carvalho)
12h30 /14h30 – Pausa para o almoço
14h30 – A Terronha de Pinhovelo no contexto da cultura Castreja do Nordeste Transmontano.
Mestre Carlos Mendes, Dr. João Tereso, Dr.ª Lúcia Miguel e Dr.ª Helena Barranhão
15h00 – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte – Macedo de Cavaleiros). Um povoado do "Mundo Carrapatas" na primeira Idade do Bronze no NE Transmontano. Prof. Doutor Senna-Martinez, Mestre José Ventura e Dr. Hélder Carvalho.
15h30 – Manter a "freguesia" no século XVI: os frescos de São Francisco de Bragança e a Virgem da Misericórdia
Dr. Luís Afonso
16h00 – Pausa para o café
16h15 – Inventário histórico-artístico do Concelho de Macedo de Cavaleiros: linhas metodológicas orientadoras de um património a descobrir
Dr. Lécio Leal, Dr.ª Mónica Maurício, Dr.ª Lília Silva e Dr. Carlos Morgado.
16h45 – Dez núcleos de pintura da Idade Moderna na região das Terras Quentes (Concelho de Macedo de Cavaleiros) Séculos XVI, XVII e XVIII.
Prof. Doutor Vitor Serrão e Dr. Manuel Sousa Cardoso
17h15 – Lançamento do número 2 do Caderno "Terras Quentes "
Apresentação Drª Ana Maria Afonso, Directora do Arquivo Distrital de Bragança
17h45 - Inauguração da Sala Museu de Arqueologia do Núcleo Central do Parque Natureza do Azibo
18h00 – Encerramento dos trabalhos

IV Jornadas da Primavera 2006

28 Maio 2006 – Auditório do Núcleo Central do Parque Natureza do Azibo
09H30 – Distribuição de pastas e abertura.
09H45 – Noticias da Associação Terras Quentes
Mestre Carlos Mendes (ATQ)
10H10 – O Paleolítico em Trás-os-Montes Oriental.
Prof. Doutor João Pedro Cunha - Ribeiro (FLUL)
10H40 – Mamoa de Santo Ambrósio campanha 2005
Dr. Hélder Carvalho (ATQ)
11H00 – Pausa para café
11H15 – Fraga dos Corvos e o mundo Carrapatas
Prof. Doutor João C. Senna, Martinez, (FLUL) Mestre José Ventura (FLUL) e Dr. Hélder Carvalho
11H45 – Os povoados do Cramanchão e Bovinho campanhas 2005
Mestre Carlos Mendes, Drª. Miriam Arranz Gonzalo e Drª. Joana Resende (ATQ)
12H05 – A Terronha de Pinhovelo na ciuitas zoelarum: primeira síntese
Drª. Helena Barranhão e Dr. João Tereso (ATQ)
12H30 – Pausa para o almoço
14H30 – A Arte Paleolítica do Vale do Sabor
Dr. António Martinho Batista (CNART)
15H00 – A importância da conservação e restauro
Dr.ª. Mafalda Jorge (ATQ)
15H15 – Lamas, as Sortes e o Ideal Igualitário
Dr.ª. Ana Gaspar (ATQ)
15H30 – As escórias de ferro dos Povoados da Terronha, Cramanchão e Bovinho.
Professor Doutor, Horácio Maia e Costa (Catedrático Jubilado, da FEUP)
15H50 – Pausa para Lanche
16H00 Enfim Barroca? A talha na Igreja de São Martinho

de Lagoa (1681-1724)
Dr. Lécio Leal (ATQ)
16H15 – Permanência das formas, reaproveitamentos e reajustes: o retábulo do altar-mor da Igreja da Nossa Senhora da Purificação (Podence)
Dr.ª Lília Silva (ATQ)
16H30 – Arquitectura religiosa no concelho de Macedo de Cavaleiros
Doutor Luís Alexandre Rodrigues (IPB)
17H00 – Apresentação de Caderno "Terras Quentes" 3
Dr. Manuel Cardoso
17H30 – Visita à Sala-Museu de Arqueologia do Azibo

V Jornadas da Primavera 2007

Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros (Sala de Conferências)
Sábado, 26 de Maio de 2007
14h00- Sessão de abertura
14h30 – A Idade do Bronze no Noroeste Português – Novas problemáticas.
Prof. Doutora Ana Bettencourt Resende
15h00 – A Terra sigillata Hispânica Tardia da Terronha de Pinhovelo: O Comercio e o Povoamento.
Dr.ª Ana Patrícia Silva
15h30 – Fraga dos Corvos; Balanço de um quadriénio de Investigação – 2003-2006
Prof. Doutor João Senna-Martinez, Mestre José Ventura, Dr. Hélder Carvalho
16h00 – O Inventário Artístico de Macedo de Cavaleiros: Um princípio ou um fim?
Dr. Lécio Leal, Dr.ª Lília Silva
16h30 – A Herança dos Milagres; Ate, Património e Cultura. Os Ex-votos no Santuário de nossa Sr.ª de Balsemão.
Dr.ª Graça Rodrigues e Dr. Ricardo Naito
17h00 – As pinturas do retábulo-mor da Igreja Matriz de Malta. Metáforas de Tranquilidade. Dr.ª Isabel Lopes
17h30 – Notícias ATQ
Doutorando Carlos Mendes
18h00 – Apresentação do Caderno "Terras Quentes" nº 4 – Dr. Manuel Cardoso
VI Jornadas da Primavera 2008
Sábado, 31 de Maio de 2008 – Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros
14,15 – Sessão de Abertura
14,30h - Concerto nº 6 em Fá M, BWV 1057 de Joham Sebastian Back
Interpretes: Fernando Miguel Jaloto, Cravo
João Nuno Rocha, Flauta de bisel
Tiago Oliveira, Flauta de bisel
14,50h – Assinatura do protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, o Departamento de Arqueologia (Uniarque) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Associação Terras Quentes.
15h05h – Assinatura do protocolo de Colaboração entra a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, o Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a Associação Terras Quentes.
15h20 – Estudo paleobotânico das estruturas romanas da "Terronha de Pinhovelo".
Mestre João Tereso
16h00 – A Fraga dos Corvos, um povoado da 1ª Idade do Bronze do Nordeste Transmontano. Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez, Mestre José Manuel Quintã Ventura e Dr. Hélder Carvalho
16h40 – Apresentação dos resultados preliminares do Inventário do Património Cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros.
a) Arqueologia: Doutorando Carlos A.S. Mendes
b) Arquitectas, Inês Guerreiro e Maria Bacharel Oliveira
17h15 – Lançamento da revista nº 5 "Cadernos Terras Quentes",
Dr. Manuel Cardoso
VII Jornadas da Primavera 2009
Sábado, 30 de Maio de 2009 – Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros
14,15 – Sessão de Abertura
14,30h - Marta Duarte e Tiago Oliveira, (Duo de Flautas de Bisel)
Interpretam obras de
G.P. Telemann e J.C. Naudot.
15h00h – Duas figuras notáveis do Concelho de Macedo de Cavaleiros
a) Martim Gonçalves de Macedo, séc. XIV/XV
b) Nicolau Pereira Campos Vergueiro, séc. XVII/XIX
Mestre Carlos Alberto Santos Mendes
15h30h – Os brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros
Drª Catarina Isabel Carabineiro Gonçalves
15h50 – A Fraga dos Corvos, um povoado da 1ª Idade do Bronze do Nordeste Transmontano.
Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez,
16h10 – O Povoado Calcolítico? de Xaires, Freguesia de Talhas

Mestre José Manuel Quintã Ventura e Dr. Hélder Carvalho
16h30 - A Fonte dos metais: Uma perspectiva geoarqueológica
Prof Doutor Miguel Gaspar
16h50 – Notas sobre o Inventário da Diocese Bragança-Miranda
Dr.ª Lília Silva e Dr. Lécio Leal.
17h10 – Actividade da Oficina de Restauro da ATQ. Obras de referência.
Dr.ª Bárbara Maia e Dr. Tiago Oliveira
17h30 – Lançamento da revista nº 6 "Cadernos Terras Quentes",
Dr. Manuel Cardoso

Programa das VIII Jornadas da Primavera 2010

29 de Maio de 2010 – Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros
Programa:
14h30 – Abertura
14h40 – Povoado Calcolítico de Xaires, Campanha 2009
Mestre José Ventura; Dr.ª Patrícia Pinheiro e Dr. Hélder Carvalho.
(Investigadores ATQ)
15h00 – "Algumas considerações histórico-epigráficas sobre o Nordeste Transmontano".
Prof. Doutor Amílcar Guerra
(Professor Auxiliar FLUL)
15h25 – Fraga dos Corvos – Um ponto de situação após a campanha 7 (2009)
Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez e Mestre Elsa Luís
(Prof. Auxiliar FLUL e Investigador ATQ. Investigadora ATQ)
15h50 – O quotidiano, século XIII/XIV, em Macedo de Cavaleiros
Mestre Carlos Mendes
(Investigador ATQ)
16h10 – D. Nuno Martins de Chacim – Um macedense como caso singular na História Medieval Portuguesa.
Dr. Rui Sousa
(Colaborador ATQ)
16h30 – A Pintura Mural na Terra Quente Transmontana
Prof. Dr. Joaquim Inácio Caetano
(Prof. Instituto Ricardo Espírito Santo e colaborador ATQ)
16h55 – A supremacia da armaria dos Lusitanos em relação a Roma
Prof. Doutor Miguel Sanches de Baêna
(Colaborador ATQ)
17h15- A figura cónego António Henriques Figueiredo Sarmento
Dr. Manuel Cardoso
(Prof. IPB. Colaborador e sócio fundador ATQ)
17h35 – Lançamento do Caderno "Terras Quentes", nº 7
Dr. Manuel Cardoso

IX Jornadas da Primavera 2011

Sábado, 28 de Maio de 2011 – Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros
14h30 – Abertura
14h45 – Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat Calcolítico em
Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2010)
Mestre José Ventura; Dr.ª Patrícia Pinheiro e Dr. Hélder Carvalho.
(Investigadores ATQ)
15h05 – Fraga dos Corvos – Um ponto de situação após a campanha 8 (2010)
Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez e Mestre Elsa Luís
(Prof. Auxiliar FLUL e Investigador ATQ. Investigadora ATQ)
15h35 – Ser ou não ser [ZOELA], eis a questão…
Dr. Rui Sousa
(Investigador ATQ)
16h05 – Algumas notas biográficas de José Marcelino da Rocha Cabral
Mestre Carlos Mendes
(Investigador ATQ)
16h20 – "A eterna memória de um combatente da Batalha Real de Aljubarrota:
Martim Gonçalves de Macedo e o Mosteiro da Batalha".
Prof. Doutor Saul António Gomes
(Faculdade de Letras Universidade de Coimbra)
16h50 - Algumas notas sobre a armaria do século XIV
Prof. Doutor Miguel Sanches Baêna
(Investigador ATQ)
17h30 – Lançamento do Caderno "Terras Quentes", nº 8
Dr. Manuel Cardoso
(Professor IPB)

Apresentação dos resultados do Inventário da Diocese Bragança-Miranda 22 Janeiro 2011

Conferências de balanço

14h00
Abertura: Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Eng.º Beraldino Pinto.
14h15
- Intervenção geral sobre o projecto "1ª fase do Inventário da Diocese Bragança-Miranda", pelo Presidente da Associação Terras Quentes, Mestre Carlos Mendes (ATQ).
14h35
- Intervenção geral sobre as metodologias, faseamento de campo e resultados de inventário, pelos Drs. Lécio Leal, Lília Pereira da Silva, Fátima Pereira dos Santos e Raquel Seixas (ATQ) e Eng.º. Carlos Miguel Mendes (XNetWork).
15h00
- O QREN e o desenvolvimento integrado do interior, por representante do QREN a designar.
15h15
- Intervenção geral sobre Inventário e Investigação: valências e sentidos do Património artístico da Diocese de Bragança, pelo Prof. Doutor Vitor Serrão (IHA-FLUL).
15h35
- A Igreja e o inventário discriminado dos seus bens artísticos, por Sua Ex.ª Reverendíssima D. António Montes Moreira, Bispo de Bragança-Miranda.

Conferências sectoriais

16h00 - Caracterização da Arquitectura Religiosa e Civil Transmontana, pelo Prof. Doutor Luís Alexandre Rodrigues (Univ. do Porto).
16h15
Um 'caso de estudo': o Retábulo quinhentista da Igreja de Malta, por Drª Maria Isabel Costa Lopes (IHA-FLUL).
16h30
A Arte do Fresco em terras da Diocese de Bragança: metodologia de estudo, conservação e revalorização, com 'casos de estudo' para o concelho de Alfândega da Fé, por Joaquim Inácio Caetano (IHA-FLUL).
16h45 - Donzelas no castelo: cultura religiosa e cultura secular nos murais de S. Francisco de Bragança, pelo Prof. Luís Afonso (FLUL).
17h00 - A retabulística da Catedral de Miranda do Douro, pelo Prof. Doutor António Rodrigues Mourinho.
17h15 - Repositórios transmontanos: da obra pictórica e de gravado do artista lisboeta António Joaquim Padrão" por Dr. Lécio da Cruz Leal (ATQ).
17h30
História da Arte e Arqueologia: pontos de convergência teórica e metodológica, pelo Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez (FLUL).
17h45
Damião Rodrigues Bustamante, profícuo pintor de Valladolid a laborar no nordeste transmontano, por Drª Lília Pereira da Silva (ATQ).
18h00
O caso de estudo de António Leitão, pintor maneirista de óleo e de fresco, por Prof. Doutor Vítor Serrão (IHA-FLUL).
18h15 - A herança dos genes, o património inestimável, pelo Dr. Manuel Cardoso.

Resumo estatístico das intervenções e interventores.

Eventos	Nº	Conferências	Conferencistas
Jornadas da Primavera	10	85	129
Inventário	1	14	18
TOTAIS	11	99	147

Pensamos ter traçado uma panorâmica bastante aproximada do que foi a actividade da Associação Terras Quentes nestes últimos dez anos, que, em boa verdade, só se irão completar daqui a alguns meses. O Futuro? Não sabemos. Vamos continuar a pugnar pelo trabalho, pelo conhecimento, pela protecção do património onde ele se encontre. Neste tempo um pouco conturbados há que ter esperança, que o património cultural há-de encontrar o seu espaço.

Quanto a nós, fundadores, associados, colaboradores, penso que o crédito vertido da nossa pertinácia, do nosso trabalho, ficou bem patente neste relatório (que sendo exaustivo não estará completo) apresentado. Sim, pois para nós a apresentação pública das nossas actividades é fortificante, mas particularmente um imperativo de dever.

Carlos Mendes

Ficha Técnica

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Editor e propriedade:
Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
Núcleo Central da Paisagem Protegida do Azibo, apartado 110
5340-900 Macedo de Cavaleiros
Tel. 278448007

Endereços electrónicos:
E-mail: administração@terrasquentes.com.pt
E-mail: arqueologia@terrasquentes.com.pt
E-mail: patrimónioartistico@terrasquentes.com.pt
E-mail: restauro@terrasquentes.com.pt
E-mail: antropologia@terrasquentes.com.pt
Site: www.terrasquentes.com.pt

Director:
Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção:
João Carlos Senna-Martinez
Carlos Alberto Santos Mendes
José Manuel Quintã Ventura
Hélder Carvalho
Belmira Mendes
Vitor Veríssimo Serrão
Rui Sousa

Colaboradores neste número:
Carlos Alberto Santos Mendes
João Carlos Senna-Martinez
Miguel Sanches Baêna
Elsa Luís
Jéssica Represas
Valente dos Santos
Rui Sousa
Joana Afonso

CAPA
Banner superior: Equídeo em posição dinamica (Levada Velha, Talhas)
Banner inferior: Foto Padre Frei Francolino José Gonçalves; Pergaminho Bíblico

CONTRA CAPA:
Banner Inferior: Cavaleiro ibérico (Ossuna, Espanha) ; Bridão (Alcácer do Sal) ; Estatueta em bronze de um cavaleiro ibérico, com caetra - sécs III-IV a.C. (Espanha)

Design e grafismo:
Pedro Coelho
Rui Sousa
Carlos Mendes

Impressão:
VRI- Impressores, Ldª
Depósito Legal

Edição:
Nº 09, Maio 2012

Nota: *Os textos dos artigos contidos neste caderno são da inteira responsabilidade do seu autor.*

2002 - 2012
10º ANIVERSÁRIO
DA "ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES"

τφ

Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes"

Macedo de Cavaleiros

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros